OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

REVISTA DO CESOP

Vol. X, nº 2

Estudo Eleitoral Brasileiro 2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNICAMP

Reitor
Carlos Henrique de Brito Cruz
Coordenador Geral
José Tadeu Jorge
Coordenador dos Centros e Núcleos de Pesquisa
Eduardo Guimarães

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA

Conselho Orientador

Marcus Faria Figueiredo
(IUPERJ)
Antônio Flávio Pierucci
(FFLCH – USP)
Carlos Eduardo Meirelles Matheus
(PUC-SP)
Fernando Antônio Lourenço
(IFCH – UNICAMP)
Hélgio Trindade
(NUPERGS – UFRGS)
Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH-USP, ISER)
Mauro Francisco Paulino
(Inst. DATAFOLHA)
Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)
Ney Lima Figueiredo
(CEPAC)
Örjan Olsén
(Ipsos_Opinion)
Rachel Meneguello
(IFCH – UNICAMP)
Regina Moran
(IMECC – UNICAMP)
José Roberto Rus Perez
(FE-Unicamp)
Maria Inês Fini
(FE-Unicamp)
Gustavo Venturi
(Criterium Consultoria em Pesquisas)

Diretor
Fernando Antônio Lourenço
(DS – IFCH)

Diretora Associada
Rachel Meneguello
(DCP – IFCH)

Equipe de Projetos Permanentes
Fabíola Brigante del Porto
Simone da Silva Aranha
Vítor Luís Cooke Vieira
Rosilene Sydney Gelape
Clécio da Silva Ferreira
Fernando Alves da Silva

Estagiários
Janaina de Rezende Barreto
Vivian Vencel dos Santos
Maria Carolina Segato Komniski

Secretaria Geral
Regiane Aparecida de Melo Ferreira

OPINIÃO PÚBLICA
VOL. X, Nº2,
Outubro, 2004

Conselho Editorial:
Amaury de Souza (IDESP), Antônio Lavareda (MCI), Carlos Vogt (IEL e LABJOR/UNICAMP), Charles Pessanha (IUPERJ), Fábio Wanderley Reis (DCP/UFMG), Frederick Turner (University of Connecticut, EUA; Universidad de San Andrés, Ar.), Juarez Rubens Brandão Lopes (IFCH/UNICAMP, FFLCH/USP), Leôncio Martins Rodrigues (IFCH/UNICAMP, FFLCH/USP), Lúcia Avelar (DCP/UNB), Nelly de Camargo (IA/UNICAMP), Nelson do Valle e Silva (LNCC/CNPq;IUPERJ), Ruy Martins Altenfelder Silva (Instituto Roberto Simonsen-FIESP)

Comitê Editorial:
Leandro Piquet Carneiro (FFLCH/USP)
Márcia Cavallari Nunes (IBOPE)
Marcus Faria Figueiredo (IUPERJ)
Rachel Meneguello (IFCH e CESOP/UNICAMP)

Editora responsável:
Rachel Meneguello
Editoração Gráfica:
Fernando Alves da Silva

OPINIÃO PÚBLICA
está no SciELO

www.scielo.br/op

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial.
Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Outubro de 2004

Publicação Indexada no Sociological Abstracts, IBSS (International Bibliography of the Social Sciences), Data Índice – IUPERJ e SciELO

Centro de Estudos de Opinião Pública

Universidade Estadual
de Campinas
Cidade Universitária
"Zeferino Vaz"
Caixa Postal: 6110
Campinas – São Paulo
13081-970
Tel: (55-19) 3788-7093 / 3788-1712
Tel/Fax: (55-19) 3289-4309
e-mail: **cesop@unicamp.br**
Home-Page:
http://www.cesop.unicamp.br

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tiragem
400 exemplares

OPINIÃO PÚBLICA

Outubro de 2004 Vol. X, nº2

ISSN 0104-6276

SUMÁRIO

	Pág.
Nota do Editor	i
As Bases do Petismo David Samuels	221
Identidade, oposição e pragmatismo: O conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições Elizabeth Balbachevsky Denilde Oliveira Holzhacker	242
Associativismo e comportamento eleitoral na eleição de 2002 Maria Teresa Miceli Kerbauy	254
O índice de participação e a importância da educação José Paulo Martins Júnior Humberto Dantas	268
Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral Simone R. Bohn	288
Conservadorismo Social: Opiniões e atitudes no contexto da eleição de 2002 Kátia Mika Nishimura	339
As percepções sobre Democracia, Cidadania e Direitos Denise Paiva Marta Rovery Souza Gustavo de Faria Lopes	368
Notas sobre a participação não-eleitoral no Nordeste Evelina Antunes F. de Oliveira	377
TENDÊNCIAS Encarte de Dados de Opinião Pública - Ano 10, nº 2	389

UNICAMP

OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol.X, nº 2 - p. 221-420
Outubro 2004
ISSN 0104-6276

cesop

OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas – vol. X, nº 2, Outubro 2004 – Campinas: CESOP, 2004.
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas.

Semestral

ISSN 0104-6276

1. Ciências Sociais 2. Ciência Política 3. Sociologia 4. Opinião Pública I. Universidade de Campinas II. CESOP

Nota do Editor

O ESEB 2002 foi a primeira pesquisa pós-eleitoral de natureza acadêmica realizada no país, e como tal, priorizou em seu questionário um conjunto considerável de temas sobre comportamento eleitoral e político. Em parte, esta pesquisa dá continuidade aos estudos de cultura política que marcam o conhecimento teórico e metodológico nessa área desde as décadas de 1970 e 1980, desenvolvidos por centros de pesquisa científicos como o IDESP, o IUPERJ e outros.

Em maio de 2002 foi realizado em Niterói, RJ, um amplo seminário para elaboração do questionário a ser aplicado, no qual participaram 20 pesquisadores e professores associados a centros e universidades do país e do exterior. Os artigos de **OPINIÃO PÚBLICA, vol.X, nº.2** *resultam de algumas das reflexões de pesquisadores desse grupo.*

A importância dos dados e reflexões produzidos pelo ESEB para o desenvolvimento dessa área de pesquisa e o papel de **OPINIÃO PÚBLICA** *na difusão do conhecimento produzido justificam a dedicação integral deste número a esse assunto.*

As Bases do Petismo

David Samuels
Universidade de Minnesota

Resumo
A partir dos dados do ESEB de 2002 o autor realiza um estudo das bases eleitorais do PT e de hipóteses sobre a natureza do petismo. Através de técnicas estatísticas multivariadas, são testadas relações do petismo com variáveis demográficas, socioeconômicas e variáveis relativas a questões políticas específicas. Os resultados apontam que apenas a escolaridade tem uma associação específica com o petismo, com implicações para o seu comportamento sócio-político.
Palavras-chave: Estudo Eleitoral Brasileiro; Partido dos Trabalhadores; bases partidárias; comportamento político

Abstract
Based on the results of the 2002 Brazilian Electoral Study, the author analyses the electoral bases of the Worker´s Party and the factors associated with the 'petismo'. The relationships between the 'petismo' and the socioeconomic, demographic and political variables are tested using multivariate analysis. The results indicate that the only 'social category' associated with 'petismo' is level of education, and it has clear implications to their social and political behavior.
Keywords: Brazilian Electoral Study; Worker´s Party; party bases; political behavior

Em outubro de 2002, o PT tornou-se o maior partido do fragmentado Congresso brasileiro, conquistando 18,4% dos votos. A vitória de Lula na eleição presidencial realizada na mesma data levou o PT ao poder federal, após ter sido, por mais de vinte anos, o partido mais atuante da oposição. O crescimento, a transformação e a conquista do poder pelo PT numa época de predominância neoliberal e de colapso de numerosos partidos em toda a América Latina merecem atenção. O que define um petista? Que fatores estão associados ao petismo? No momento, sabemos muito pouco sobre as bases de apoio do petismo. Desde as pesquisas de Meneguello (1989) e Keck (1992) sobre os anos de formação do PT, ninguém mais investigou as bases eleitorais do partido[1]. Este artigo é um exame preliminar das bases do petismo, usando dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002 (ESEB).

Consideramos que os petistas diferem substancialmente dos outros brasileiros. Eles se identificam como sendo de esquerda, são mais instruídos e politicamente conscientes do que a média. Além disso, não somente acreditam que a participação do indivíduo na política pode fazer diferença, como também estão muito mais envolvidos em ações políticas e sociais do que os outros. Deste modo, eles não só abraçam, como põem em prática o objetivo declarado do PT de "movimentar as bases", ou seja, os atores que não pertencem à elite, para transformar a sociedade brasileira.

Por outro lado, vários fatores que se suporiam associados ao petismo revelam-se de pouca importância. Por exemplo, a classe socioeconômica não diferencia os petistas dos outros brasileiros e eles não defendem, em relação às políticas públicas, posições substancialmente diferentes dos demais cidadãos. Tais características sugerem que o petismo representa antes uma transformação cultural na sociedade brasileira do que uma clivagem de classe ou uma distinção baseada em posições políticas específicas.

Neste artigo, exploramos várias hipóteses sobre a natureza do petismo através da análise dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro mas, antes, para contextualizar a análise, descrevemos o crescimento do PT.

[1] Em obra recente, analisei a moderação do PT, mas somente no nível da liderança e em termos do partido como instituição. Ver Samuels (2004a).

A evolução do apoio ao PT

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980, logo depois que o regime militar permitiu a formação de partidos políticos independentes desde o golpe de 1964. Na sua fundação, o PT uniu militantes políticos de esquerda, militantes das comunidades de base da Igreja Católica que seguiam a "Teologia da Libertação", intelectuais moderados e líderes de sindicatos e de movimentos sociais. A heterogeneidade e sua criação de baixo para cima o tornaram único na história dos partidos no Brasil e, talvez, na América Latina (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1992). Embora o PT jamais se tenha deliberadamente identificado com um tipo específico de esquerdismo, ele "*sempre se definiu como socialista*" (KECK, 1992, p. 246) e, historicamente, defendeu muitas posições políticas radicais.

Até 2002, o PT atuou como partido de oposição a todos os governos federais. A cada eleição legislativa, o partido ampliava sua representação no Congresso. A Tabela 1 mostra a proporção de votos do PT nas eleições legislativas, revelando seu lento, mas constante crescimento desde 1982.

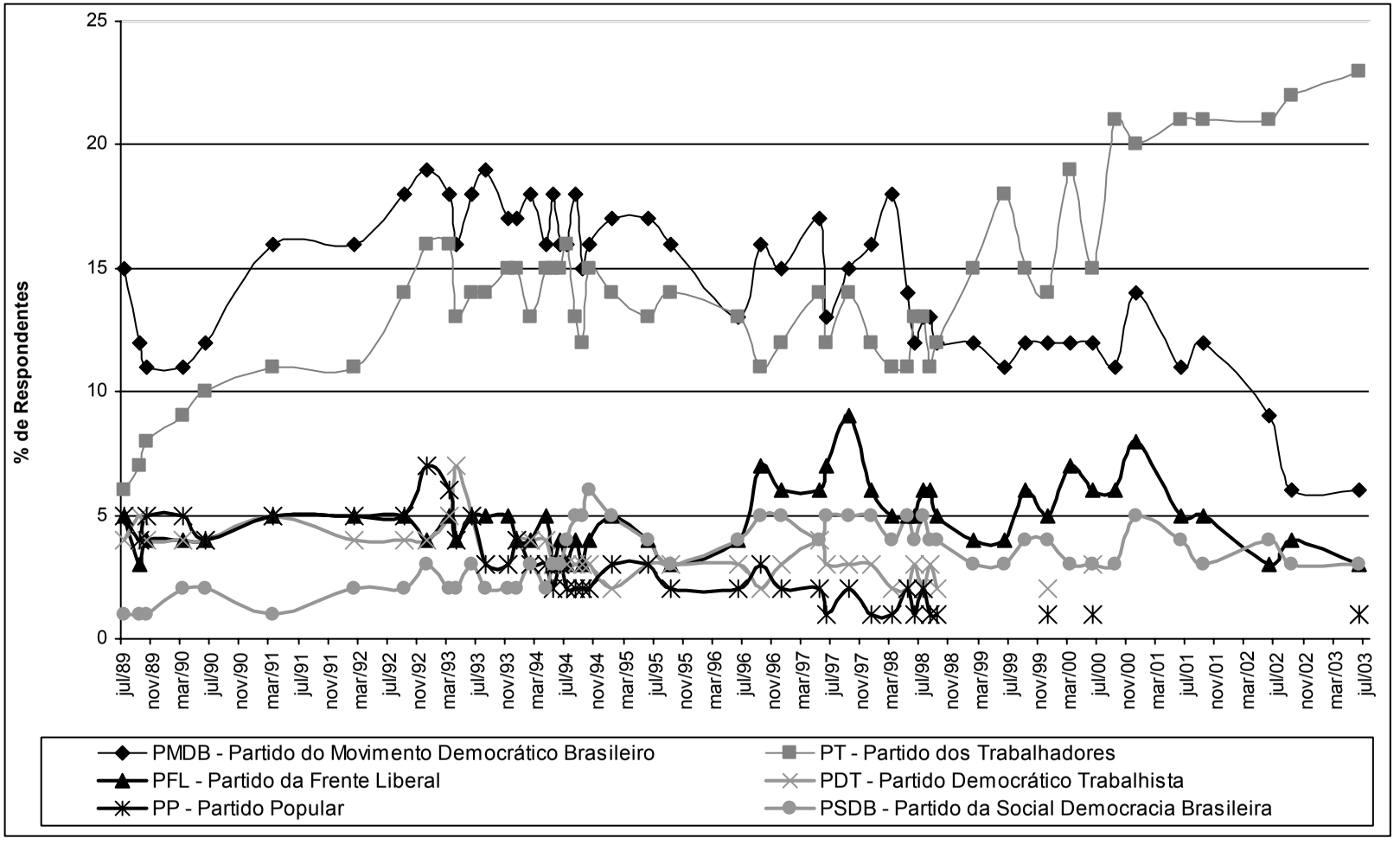
Tabela 1
Apoio ao PT em eleições legislativas federais
(% de votos)

1982	3.5
1986	6.9
1990	10.2
1994	12.8
1998	13.2
2002	18.4

Fontes: *Dados Eleitorais do Brasil* (Edição Eletrônica), 1982-2002. www.iuperj.br/deb/port/

A evolução das preferências por partidos no Brasil espelha esse crescimento do apoio eleitoral. O Gráfico 1 mostra a evolução das preferências pelos seis principais partidos do país desde 1989. As pesquisas que forneceram as informações do Gráfico 1 pediram uma resposta espontânea para a questão: "Qual é seu partido preferido?"

Gráfico 1
Evolução das preferências partidárias no Brasil, 1989-2003



Fontes: Carreirão e Kinzo (2002, 14-15); *Opinião Pública* 9(2) (outubro 2003): 119-167; Criterium Pesquisas de Opinião e Avaliação de Políticas Públicas, 2003, "Expectativa Governo Lula".

O Gráfico 1 revela que o apoio ao PT cresceu de 6% dos eleitores em 1989 para 23% em 2003 e que o apoio ao PMDB, o partido que, nos anos oitenta, herdou o poder do regime militar, declinou de 15% para 6% durante o mesmo período. Além disso, nenhum outro partido conquistou uma base considerável de adeptos.

O ESEB realizado após a eleição de 2002 pesquisou também em que medida há identificação com partidos no Brasil. Embora tenha usado uma pergunta levemente distinta (da utilizada nas pesquisas do Gráfico 1) para avaliar o partidarismo, a porcentagem dos que se identificam com o PT é praticamente a mesma para o ESEB e para os dados de 2003.

Em vez de fazer uma única questão aberta, o ESEB perguntou primeiro aos respondentes: "*Existe algum partido político que represente a maneira que o Sr. pensa?*". Se a resposta fosse positiva, o *survey* perguntava então: "*Qual partido?*" Este último formato é o padrão utilizado em estudos de eleições nacionais em todo o mundo. A Tabela 2 mostra a divisão do partidarismo no Brasil em 2002, usando os dados do ESEB, como proporção de todos os eleitores e como proporção daqueles que expressam uma preferência partidária.

Tabela 2
Identificação partidária por partido (IDP), Brasil
2002 (ESEB)

Partido	% IDP em população	% de IDP válida	% voto, 2002
PT	23.1	65.6	18.4
PMDB	3.8	10.9	13.4
PSDB	3.7	10.5	14.3
PFL	2.2	6.3	13.4
PDT	0.5	1.5	5.1
PTB	0.5	1.3	4.6
Outros (11 partidos)	1.2	3.8	30.8
TOTAL	**35.0**	**100.0**	**100.0**

Fontes: ESEB 2002, TSE 2002.

Com base na Tabela e de acordo com várias pesquisas diferentes, podemos resumir a situação em 2003 apontando que: cerca de dois terços dos brasileiros não expressam preferência partidária, cerca de um em cada quatro brasileiros expressa preferência partidária pelo PT e um em cada dez expressa preferência por um dos outros partidos. A distribuição do partidarismo é, portanto, altamente enviesada. Por exemplo, PFL, PMDB, PTB e PSDB, quatro dos maiores partidos do centro e da direita do espectro político brasileiro, obtiveram 45,7% dos votos nas eleições legislativas, mas somente 10,2% dos brasileiros manifestam uma preferência por algum desses partidos. Deste modo, embora existam vários partidos eleitoralmente fortes no país, a identificação partidária é relativamente fraca para todos as organizações, exceto para o PT.

Uma explicação para as bases do petismo

O apoio ao PT aumentou consistentemente desde o retorno à democracia no país. Quais são as bases deste apoio? Sejamos mais específicos sobre a variável dependente que vamos examinar. Medimos o apoio ao PT como *identificação partidária* com o partido. Neste caso, o respondente do ESEB primeiro declara que se identifica com um partido e em seguida declara qual o partido. Testamos estatisticamente várias hipóteses para descobrir as bases de apoio do PT assim definidas, sendo que algumas dessas hipóteses são bem conhecidas na literatura internacional sobre comportamento eleitoral e outras são específicas ao contexto brasileiro.

Nossa primeira hipótese sugere que o petismo está associado a certas classes trabalhadoras. O ESEB pediu aos respondentes que informassem sua situação de emprego, bem como seu trabalho específico. A partir das respostas dos indivíduos foi gerada a seguinte classificação para os setores de trabalho: Agricultura, Pequena burguesia, Dona de casa, Setor autônomo informal, Profissões liberais, Militar ou Policial, Mão-de-obra especializada, Mão-de-obra não-especializada, Aposentado, Estudante e Desempregado. Esta classificação baseia-se no estudo clássico de Erikson e Goldthorpe (1992) e classificações similares foram utilizadas na literatura internacional sobre comportamento eleitoral. Estas categorias "*diferenciam posições dentro dos mercados de trabalho e unidades de produção [...] em termos das relações de emprego que acarretam*" (ERIKSON e GOLDTHORPE, 1992, p. 37). As categorias não levam em conta simplesmente a divisão básica de empregadores, autônomos e empregados, mas oferece distinções um pouco mais refinadas.

No fim das contas, essas categorias são necessariamente imperfeitas e admitimos que outra pessoa poderia gerar classificações levemente distintas. Ademais, em última instância, a hipótese que fazemos a partir dessas classificações é imprecisa, dado que não temos expectativas teóricas claras em relação a várias das categorias. Não obstante, procuramos aproximação com as pesquisas existentes para testar uma hipótese importante que relaciona setor de emprego com partidarismo. Isto é talvez o melhor que podemos fazer com os dados disponíveis. Assim, tendo em vista os relatos históricos do desenvolvimento do PT (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1992), lançamos a hipótese de que os setores de "mão-de-obra especializada" deveriam estar positivamente associados com o petismo, enquanto os setores "militar/policial" e "pequena burguesia" deveriam apresentar uma associação negativa. Com relação às demais categorias, não temos fortes expectativas *a priori*.

A segunda hipótese explora se uma avaliação retrospectiva do governo Fernando Henrique Cardoso está relacionada com o petismo. Desde sua fundação e até conquistar o poder federal, o PT foi um adversário ativo de todos os governos brasileiros. Os observadores sabem que a avaliação do Plano Real foi um forte determinante do voto nas eleições de 1994 e 1998, vencidas por FHC (p. ex., BAKER, 2002; CARREIRÃO, 2002). Diante disto, é esperado que o petismo seja negativamente associado a uma avaliação retrospectiva do governo FHC.

A terceira hipótese associa avaliações afetivas sobre Lula feitas pelos cidadãos com o fato de serem ou não petistas. Em todo o mundo, as avaliações que os eleitores fazem dos líderes políticos desempenham um papel importante na formação do partidarismo. Talvez de modo óbvio, espera-se que seja mais provável que os eleitores que pensam positivamente a respeito de Lula sejam petistas e, de forma mais significativa, através de técnicas multivariadas, poderemos revelar o *peso relativo* do personalismo comparado a outras variáveis.

O auto-posicionamento ideológico dos eleitores também deveria afetar sua identificação partidária. Singer (1999) apresentou argumento similar de que o posicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita delineia as eleições presidenciais brasileiras. Entretanto, Almeida e Young (2002) criticaram fortemente as bases metodológicas de Singer. Tendemos a concordar com estes últimos, mas a hipótese que vincula a auto-identificação de esquerda e petismo merece ser examinada. Assim, esta variável foi incluída na análise e teve seu impacto relativo medido. Também comentamos o que acontece com os resultados quando excluímos o "auto-posicionamento ideológico", dado o potencial em que essa variável está correlacionada com outras.

Os estudiosos também associam com freqüência o pertencimento a certas categorias ou grupos sociais ao comportamento eleitoral ou ao partidarismo. Por exemplo, a teoria de Lipset e Rokkan (1967) sustenta que as clivagens históricas que dividem as sociedades tendem a determinar a formação dos sistemas partidários e, assim, o comportamento dos eleitores. Como afirmaram outros estudiosos (p. ex., MAINWARING, 1999; MAINWARING, MENEGUELLO E POWER, 2000), o Brasil não apresenta tais clivagens e o sistema partidário contemporâneo também não possui continuidades fortes com períodos anteriores de competição democrática, ao contrário dos sistemas partidários do Chile, Argentina e Uruguai, por exemplo.

Apesar dessas assertivas, não devemos supor que interesses sociais específicos não estejam relacionados ao petismo. Por exemplo, os militantes das comunidades de base católicas desempenharam um papel chave na formação do PT (KECK, 1992, p. 97-98). Em contraste, embora o PT conte com alguns líderes cristãos evangélicos importantes (como Benedita da Silva, ex-Ministra do Governo Lula), a maioria dos líderes evangélicos aliou-se a outros partidos, em particular ao Partido Liberal, que estabeleceu um terreno de avanço no Congresso para abrigar pastores transformados em políticos. Consideradas as diferenças entre evangélicos e católicos, podemos supor que é menos provável que os primeiros identifiquem-se com o PT, ao contrário dos católicos.

Outras características também podem ser importantes. A raça, por exemplo, certamente molda a vida dos brasileiros. Almeida (1998, p. 54) sugeriu que os não-brancos tinham maior probabilidade de apoiar Lula e o PT devido à oposição que sempre manifestaram às tradicionais hierarquias sociais brasileiras. Em termos de gênero, por sua vez, a afinidade política do PT com os movimentos sociais, inclusive de mulheres, gera a hipótese de que as mulheres sejam mais petistas do que os homens (MACAULAY, 2003). As diferenças de geração também podem estar associadas ao petismo, na medida em que as pesquisas de opinião sempre revelaram que os eleitores mais velhos são avessos a apoiar o partido.

Por fim, a classe social pode ser importante. Lula, um migrante do nordeste para o sudeste do país, com relativamente pouca educação formal, emergiu das classes populares. De um lado, podemos lançar a hipótese de que os eleitores de classe baixa têm maior probabilidade de serem petistas. Por outro lado, o PT transformou-se num partido das classes médias organizadas, que estão mais bem integradas na sociedade brasileira do que as massas excluídas, dada especialmente a associação do partido com o sindicalismo do setor formal e o predomínio de profissionais de classe média entre os eleitos pelo PT (RODRIGUES, 2002). Desse modo, podemos também lançar a hipótese de que é mais provável que eleitores de

classe média sejam petistas. A variável renda familiar foi utilizada para testar estas hipóteses contraditórias, bem como a potencial conexão entre dois outros indicadores de status social – escolaridade e conhecimento político. Se o PT tornou-se, de fato, um partido mais de classe média, então, esperamos que essas duas variáveis estejam positivamente associadas ao petismo.

Voltemo-nos agora para outras variáveis adicionais que os observadores do Brasil poderiam supor associadas ao petismo. O crescimento do PT tem sido há muito associado às "novas" formas de ação social, do novo sindicalismo aos novos movimentos sociais (KECK, 1992), e com a promoção de formas de participação democrática que diferem dos modos tradicionais brasileiros (BAIOCCHI, 2003). Embora os atrativos eleitorais do PT sejam heterogêneos, Nylen afirma que seu atrativo contemporâneo segue três linhas básicas: um esforço para reduzir as escandalosas desigualdades sociais, um foco no bom governo e na prática ética e um desejo de "transformar a cultura política paternalista do Brasil através da participação política das não-elites e seu empoderamento" (NYLEN, 2000, p. 141).

Podemos traduzir a caracterização feita por Nylen da atração do PT em hipóteses derivadas das questões do ESEB. Em primeiro lugar, em termos do esforço para diminuir as desigualdades sociais e econômicas, embora a pesquisa não faça perguntas diretas sobre isto, apresenta uma série de questões sobre apoio à intervenção e regulamentação do governo na economia e nacionalismo econômico. A visão convencional suporia que o petismo estaria correlacionado de modo positivo a esses sentimentos.

Em segundo lugar, em termos do foco do partido no bom governo e na prática ética, nossa hipótese é a de que os partidários do PT apresentam um grau menor de apoio às práticas políticas clientelistas do que os outros brasileiros e que também mostram um nível menor de apoio ao conceito do '*rouba-mas-faz*'. Ambos os conceitos são medidos mediante a construção de índices no ESEB.

Por fim, temos várias maneiras de tratar a questão do desejo do PT de transformar a cultura política brasileira. A hipótese aqui é que os brasileiros que apóiam a liberdade de expressão política e que apresentam visões menos hierárquicas da sociedade têm maior probabilidade de serem petistas, assim como os brasileiros social e politicamente engajados. Finalmente, o petismo deveria estar associado a uma crença maior na eficácia da participação política, ou seja, na probabilidade de que esta participação traga mudanças. Ao contrário, os outros brasileiros seriam mais céticos em relação à capacidade da participação política de provocar mudanças.

Análise

Para revelar as relações estatísticas que sustentam o petismo, devem-se utilizar técnicas estatísticas multivariadas, a fim de avaliar adequadamente quais variáveis são relativamente mais ou menos importantes. Dada a natureza da questão do ESEB sobre partidarismo, a identificação com o PT não é uma escolha dicotômica (ou seja, "Eu me identifico com o PT" ou "Eu não me identifico com o PT"). Como vimos, o ESEB aplica duas questões para avaliar a identificação partidária e a análise estatística desenvolvida aqui explora os correlatos das respostas à segunda questão("Qual partido?"). Tais questões geram um conjunto de categorias, em oposição a uma resposta binária ("sim/não") ou a uma resposta ordinal, tal como uma classificação entre zero e cem em algum tipo de escala.

O método estatístico apropriado para explorar questões com respostas categóricas deve permitir categorias múltiplas sobre a variável dependente. Utilizamos o método da regressão *logit multinomial* com erros-padrão robustos. Para os correlatos de petismo, o modelo de regressão inclui categorias para os quatro partidos com as maiores bases partidárias, tal como aparecem na Tabela 2: PT, PSDB, PMDB e PFL, bem como categorias para identificação partidária com "Outro" e "Nenhuma", na qual "nenhuma identificação partidária" serve como categoria de referência. Apenas para este modelo, os valores *missing*[2] foram substituídos pela média. A Tabela 3 apresenta os resultados para o petismo[3]:

[2] A imputação através do programa AMELIA (HONAKER et al, 2000) revelou-se impraticável para este modelo: o programa não gerava valores imputados quando as variáveis "categoria de emprego" eram incluídas. Ver nota 3 sobre AMELIA.

[3] Para um exame do partidarismo em geral, ver SAMUELS, 2004b.

Tabela 3
Resultado Logit Multinomial, Bases do Petismo

Variável independente	**Coeficiente (Erro Padrão)**
Trabalhador rural	-.654 (.421)
Pequeno burguês	-.309 (.406)
Dona de casa	-.012 (.279)
Setor informal	.088 (.380)
Profissões liberais	-.352 (.308)
Militar/Policial	-.492 (.669)
Mão-de-obra especializada	.055 (.310)
Mão-de-obra não especializada	.076 (.231)
Aposentado	.145 (.318)
Estudante	.084 (.303)
Desempregado	-.025 (.280)
Avaliação do governo FHC	***-.142 (.040)******
Opinião sobre Lula	***.375 (.043)******
Ideologia esquerda-direita	***-.091 (.021)******
Católico	.086 (.199)
Evangélico	.090 (.237)
Não-branco	.129 (.134)
Mulheres	-.129 (.147)
Idade	-.007 (.006)
Renda familiar	-.001 (.001)
Escolaridade	***.038 (.018)****
Conhecimento político	***.129 (.037)******
Intervenção do governo	.013 (.011)
Regulamentação do governo	-.009 (.015)
Nacionalismo econômico	.009 (.014)
Apoio ao clientelismo	-.021 (.013)
Apoio ao rouba-mas-faz	-.011 (.008)
Liberdade de expressão	-.023 (.017)
Valores hierárquicos	.020 (.023)
Participação eleitoral	***.201 (.051)******
Participação não-eleitoral	***.178 (.045)******
Eficácia da participação	***.137 (.064)****
Constante	***-5.142 (.888)******

*p>.05; **p>.01; ***p>.001
Pseudo-r^2: .2125
Log pseudo-probabilidade: -2061.6186

Cabe destacar as variáveis que *não* são estatisticamente significantes. Em primeiro lugar, os resultados mostram que a hipótese que vincula categoria de emprego com petismo não se sustenta de modo algum. Dada a história do PT, poderíamos, por exemplo, supor que a pequena burguesia e os militares apresentariam *menor* probabilidade de serem petistas e que seria mais provável que os trabalhadores especializados o fossem. Outras hipóteses são possíveis, mas sua enumeração é inútil, uma vez que nenhuma categoria está relacionada ao petismo[4]. Também a renda familiar não apresenta relação com o petismo. Juntos, os resultados sobre renda e classificação de emprego indicam que *a classe socioeconômica não está diretamente relacionada ao petismo*.

É possível notar também, talvez com alguma surpresa, que os resultados de todas as outras "categorias sociais" – raça, gênero, religião e idade – não apresentam relação com o petismo. Assim, embora tenhamos sugerido que a filiação religiosa poderia estar relacionada ao petismo, não é verdade que os católicos sejam mais petistas e que os evangélicos menos. A variável raça também não mostra relação significativa, ao contrário do que afirma Almeida (1994).

Podemos também ver que, embora Nylen (2000) possa estar correto ao identificar as principais linhas de atração do PT, poucos desses atrativos ressoam suficientemente junto aos cidadãos brasileiros para que sejam associados ao petismo. Em primeiro lugar, o atrativo do PT de reduzir a desigualdade socioeconômica *não* se reflete nos resultados de regressão (embora isso possa se dever ao formato da questão, que não foi formulada especificamente para testar este tema). De qualquer modo, o desejo de maior influência do governo na economia e maior regulamentação desta, bem como o apoio ao nacionalismo econômico *não* estão associados ao petismo (é importante ressaltar que essas três variáveis só se correlacionam com a identificação esquerda-direita num nível .06 ou mais baixo). Além disso, os brasileiros que se opõem às práticas clientelistas e ao *rouba-mas-faz* não apresentam maior probabilidade de serem petistas. Por fim, e de novo com alguma surpresa, os brasileiros que apóiam a liberdade de expressão política e que têm idéias menos hierárquicas da sociedade também não mostram maior probabilidade de serem petistas[5].

---

[4] Emprego administrativo foi usado como categoria de referência, porque membros dessa categoria tinham uma opinião a respeito de Lula que estava mais próxima da média para todos os brasileiros.

[5] Em outro trabalho (SAMUELS, 2004) descobrimos que juventude e oposição ao clientelismo e à corrupção também estavam associados ao petismo. Esses resultados ocorreram porque foi utilizado um modelo de regressão diferente, bem como um procedimento estatístico diferente. No presente trabalho, devido ao desejo de testar a relação entre classificação de emprego e petismo, tivemos de usar o método de substituição pela média, em vez de imputação múltipla para os dados *missing*, porque não poderíamos imputar estes dados quando as variáveis de classificação de emprego fossem incluídas no modelo. Em Samuels (2004), a relação entre classificações de emprego e petismo não foi explorada e, assim, confiamos totalmente na imputação múltipla usando o programa AMELIA. Uma vez que a

Voltemo-nos agora para as variáveis estatisticamente significativas. Podemos ver que as bases do petismo parecem estar nos eleitores que têm opinião negativa sobre o governo FHC, uma opinião positiva sobre Lula, uma auto-identificação de esquerda, um maior grau de escolaridade e conhecimento político, uma crença na eficácia da participação política e um desejo de agir com base em suas crenças, envolvendo-se muito em atividades políticas eleitorais e não-eleitorais. Ou seja, os fatores fundamentais que definem quem é e quem não é petista parecem estar relacionados com o terceiro aspecto de atração do PT, entre os brasileiros que exibem um desejo de "transformar a cultura paternalista do Brasil via participação política das não-elites e seu empoderamento".

Com base nesses resultados, o próximo passo é descobrir a *importância relativa* de cada uma das variáveis significantes. No modelo de regressão seguinte são incluídas somente aquelas variáveis que foram estatisticamente relevantes ao nível de .05 ou mais na Tabela 3: avaliação retrospectiva do governo FHC, opinião sobre Lula, posicionamento esquerda-direita, eficácia do voto, conhecimento político, participação política, participação não-política e escolaridade. Para este modelo, utilizamos o pacote de software AMELIA para imputar os *missing values* nos dados (HONAKER et al, 2000), o que oferece resultados melhores (estatisticamente falando) do que o método de substituição pela média[6].

Os coeficientes logit são difíceis de interpretar porque não representam o efeito linear de acrescentar "outra unidade" da variável independente à variável dependente. Uma vez que já sabemos que todas as variáveis no modelo abaixo são estatisticamente significantes e estamos interessados em descobrir seu impacto relativo, em vez de apresentar resultados de regressão, como na Tabela 3, utilizaremos um procedimento que permite comparações fáceis do impacto relativo de cada variável. Isto significa usar o módulo do software CLARIFY para o pacote estatístico STATA 8.0 (KING et al, 2000; TOMZ et al, 2003)[7]. O CLARIFY toma os coeficientes de regressão em modelos logísticos e calcula a probabilidade predita de obter qualquer dos resultados na variável dependente dado um conjunto de parâmetros para as variáveis independentes. Assim, o modelo de regressão inicial,

---

substituição pela média resulta geralmente apenas em erro do Tipo II (encontrar uma relação onde não existe nenhuma), os resultados apresentados aqui não são problemáticos em termos de qualquer superestimação de relações estatísticas, porque não foi encontrada *nenhuma* relação entre categorias de emprego e petismo e todas as outras variáveis que eram significativas aqui também eram no outro trabalho.

[6] Ver King et al (2001) para uma discussão sobre porque o AMELIA é superior a outros métodos que tratam de dados missing, tais como *listwise deletion* e substituição pela média (os erros-padrão que o AMELIA produz por imputação múltipla têm menor probabilidade de resultar em erro de Tipo II).

[7] O CLARIFY não pode ser rodado através do SPSS. É claro que se pode computar probabilidades preditas à mão, mas o procedimento pode se tornar muito árduo. Ver King et al (2000) sobre o uso do CLARIFY.

por exemplo, poderia predizer que a probabilidade de um brasileiro ser petista é .20, significando que o modelo prediz que um em cada cinco brasileiros é petista[8].

Na Tabela 4 apresentamos as mudanças em probabilidades preditas para as variáveis independentes que eram estatisticamente relevantes no modelo da Tabela 3. Inicialmente, todas as variáveis independentes foram colocadas em seu valor médio. A primeira linha da Tabela apresenta a linha-base da probabilidade predita de um brasileiro ser petista dados estes valores. Em essência, esta é a probabilidade de que um brasileiro com disposição "média" em relação a todas as variáveis do modelo seja petista. Os valores nas células representam então a mudança na probabilidade predita de ser um petista que resulta da mudança de valor apenas daquela determinada variável, independente de sua média para seu máximo, enquanto todas as outras são mantidas na média. Os valores nas células podem, portanto, variar de -1.00 a +1.00, e podem ser lidos como porcentagens.

Tabela 4
Mudanças em Probabilidades Preditas do Petismo

Linha-base	**Petismo**
Opinião sobre Lula	+.649
Posição esquerda-direita	-.159
Participação não-eleitoral	+.146
Escolaridade	+.083
Conhecimento político	+.081
Avaliação retrospectiva	-.079
Eficácia do voto	+.066
Participação eleitoral	+.055

[8] O CLARIFY não somente prediz probabilidades de cada resultado, levando em conta os valores que os dados fornecem, como também permite que o pesquisador calcule o impacto de *mudar* os valores de variáveis independentes sobre as probabilidades preditas de obter tal resultado. Por exemplo: suponhamos que queremos saber o impacto da escolaridade sobre a probabilidade de um brasileiro ser petista. Em primeiro lugar, estabeleceríamos todas as variáveis em seu valor médio e obteríamos uma predição de linha-base. Então mandaríamos o CLARIFY mudar apenas o valor da escolaridade de seu valor médio para o máximo e depois pedir que calculasse a mudança na probabilidade de ser um petista que resulta disso. Ao fazer isto para todas as variáveis, ou pelo menos para as estatisticamente significativas, podemos avaliar o impacto relativo de cada uma delas.

A variável mais importante que surge em termos do impacto sobre ser petista é a opinião sobre Lula. O resultado aqui mostrado indica que a predição aumenta quase 65% para um brasileiro que dá nota 10 a Lula numa escala de 0 a 10, em comparação com quem dá nota 5 na mesma escala. Este resultado não surpreende, tendo em vista nossa expectativa prévia de que quem gosta de Lula provavelmente seja petista. A segunda variável mais importante é o posicionamento ideológico esquerda-direita. Sobre esta, com base no debate entre estudiosos da política brasileira sobre a influência do personalismo e da ideologia no comportamento eleitoral, precisamos comparar o impacto relativo destas duas variáveis antes de continuar a discutir as outras variáveis estatisticamente significativas.

O modo de fazer essa comparação dá-se, primeiro, fixando todas as variáveis em seus valores médios e obtendo a predição da linha-base. Depois, obtemos a probabilidade de ser petista quando *todas* as variáveis da Tabela 4 são colocadas em seus valores de "maior probabilidade de ser petista". Ou seja, podemos mandar o CLARIFY fixar "avaliação retrospectiva" em seu valor mínimo (isto é, anti-FHC), a "opinião sobre Lula" em seu valor máximo, esquerdismo em seu valor mínimo (isto é "mais esquerdista") para todos os brasileiros e depois pedir ao programa para predizer a probabilidade de um brasileiro com aquelas características ser petista. Em seguida, podemos mudar os valores de qualquer das variáveis a fim de medir o impacto relativo de mudar o valor de uma determinada variável sobre a predição. A Tabela 5 apresenta vários cenários.

Tabela 5
Probabilidades preditas simuladas de petismo

Cenários simulados	**Probabilidade Predita**
Todas variáveis em valor médio (linha-base)	.138
Opinião sobre Lula e posicionamento esquerda-direita na média, todas as outras variáveis no cenário mais provável	.785
Opinião sobre Lula na média, e todas as outras no cenário mais provável	.892
Posicionamento esquerda-direita na média, e todas as outras no cenário mais provável	.989
Todas variáveis no cenário mais provável	.996

A probabilidade básica de que um brasileiro "médio" seja petista é de cerca de 13,8%. A última linha apresenta a probabilidade predita quando todas as variáveis são fixadas em seus valores de "maior probabilidade de ser petista". A simulação possui claramente fortes poderes de predição: usando apenas essas variáveis, podemos predizer um partidário do PT quase 100% das vezes. Ou seja, no mundo real, um brasileiro com essas características será quase sempre petista (lembro o leitor que as outras categorias possíveis que a regressão poderia predizer eram pefelista, peemedebista, peessedebista, outro partido e sem identificação partidária).

Von Mettenheim (1995), Carreirão (2002), Almeida (2004) e outros pesquisadores julgam que o personalismo é talvez a variável mais importante para explicar as eleições brasileiras. Ao contrário, Singer (1999) sugeriu que as propensões ideológicas são mais decisivas. Qual é a importância relativa para o petismo do auto-posicionamento esquerda-direita e das simpatias personalistas por Lula? A questão da importância da ideologia parece particularmente relevante no caso do petismo e as simulações nos permitem avaliar estes argumentos. Se colocamos a variável "opinião sobre Lula" em sua média e a posição esquerda-direita também na média, mas fixamos todas as outras variáveis significativas em seus valores de "maior probabilidade de ser petista", vemos na segunda linha da Tabela 5 que a predição de petismo é de cerca de 79%. Isto indica que se supomos uma indiferença em relação a Lula e nenhuma posição ideológica em particular, um brasileiro com todas as outras características prováveis de petista ainda mostra probabilidade de se identificar como petista 79% das vezes.

A diferença entre a segunda e a última simulação revela o quanto resta a ser explicado usando-se personalismo e ideologia e mantendo-se o resto igual. Para comparar o impacto relativo destas duas variáveis, simularemos a adição de cada uma separadamente. A terceira simulação revela o aumento na predição quando nosso brasileiro hipotético continua indiferente a Lula, mas é um esquerdista convicto. A predição de petismo aumenta de 79% para cerca de 89%, o que significa que nesse cenário, quase nove em cada dez brasileiros identificar-se-ão como petistas. A simulação seguinte faz o oposto, dando ao nosso brasileiro imaginário valor médio em ideologia e a máxima avaliação de Lula. A predição aqui é de quase 99%, muito melhor do que a simulação em que o esquerdismo foi maximizado e a ligação personalista com Lula foi mantida na média.

Os cenários revelam que a opinião sobre Lula tem muito mais influência sobre o petismo de um brasileiro do que sua identificação como esquerdista ou não. O personalismo tem um impacto maior do que a ideologia em termos das bases do petismo. Não obstante, este resultado precisa ser colocado em perspectiva relativa aos outros partidos brasileiros. Observe-se que podemos predizer se alguém é petista quase 80% das vezes, mesmo *sem* a resposta do

entrevistado sobre Lula *ou* seu posicionamento ideológico! Em outro trabalho, mostramos que não é possível predizer partidarismo para *nenhum* dos outros grandes partidos do país com tanta precisão quanto é possível para o PT e que o personalismo desempenha um papel muito mais importante em relação aos outros partidos do que ao PT. Desse modo, embora o personalismo desempenhe realmente um papel importante na formação do petismo, este papel é muito mais limitado do que para os outros partidos. Além disso, o auto-posicionamento esquerda-direita mostrou-se irrelevante para o partidarismo no que tange a partidos como PFL, PMDB e PSDB, significando sua importância apenas para o PT (SAMUELS, 2004b).

Voltemos agora à análise da Tabela 4. Após o posicionamento esquerda-direita, vemos que os brasileiros mais envolvidos em "participação não-eleitoral" apresentam uma probabilidade 15% maior de serem petistas. Entre os tipos de atividades que entraram na construção do índice de participação não-eleitoral estão a participação em sindicatos, em movimentos sociais e em movimentos de bairro. Os brasileiros que estão mais envolvidos do que a média em política *eleitoral* também apresentam maior probabilidade de serem petistas, assim como os mais escolarizados que também se interessam por política (conhecimento político). Relacionado a isso, vemos que os brasileiros que têm uma visão positiva da eficácia da participação em política – acham que sua participação pode fazer diferença – têm maior probabilidade de se identificar com o PT. Esses resultados sobre participação política e o valor percebido da participação talvez não surpreendam, consideradas as ligações históricas do PT com movimentos sociais e sua ênfase no empoderamento das bases. Por fim, é mais provável que sejam petistas os brasileiros com opinião negativa sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso. Este resultado também não apresenta surpresa, embora muitos estudiosos prefiram não associar fatores de curto prazo como "avaliação retrospectiva" com uma disposição psicológica, como a identificação partidária. Esta questão merece exame ulterior.

Conclusões

Este trabalho tentou descobrir as bases do petismo. Os petistas diferem dos outros brasileiros em aspectos específicos: embora não se diferenciem substancialmente em termos de suas posições sobre políticas públicas ou seu apoio ou oposição ao clientelismo ou ao *rouba-mas-faz*, eles diferem no fato de que apresentam maior probabilidade de *agir* de modo diferente dos outros brasileiros. Especificamente, os petistas agem *como se* fossem contrários às formas tradicionais de política como o clientelismo e *como se* não apoiassem normas culturais brasileiras tradicionais, tais como a visão hierárquica da sociedade, ainda que não expressem atitudes extremamente diferentes sobre tais tópicos nas respostas a pesquisas. Os petistas não somente acreditam que a participação individual na política pode fazer diferença como tendem a agir com base nesta crença. Em contraste, os outros brasileiros não somente apresentam menor probabilidade de acreditar na participação política como também é menos provável que superem esse ceticismo engajando-se na política. Pode-se sugerir que o grau relativamente maior de escolaridade e de interesse pela política dos petistas, em comparação com os outros brasileiros, impulsiona essas crenças e ações políticas. A escolaridade talvez seja o "primeiro passo" na direção do desenvolvimento do petismo, enquanto o envolvimento político e social é uma manifestação de disposições psicológicas e se parece mais com um "último passo" para a afirmação de uma identificação com o partido.

Muitos se perguntam em que medida Lula é "maior" ou não do que o PT e, portanto, em que grau o petismo é uma função de uma ligação personalista ao líder mais importante do partido. Cremos que o personalismo molda o petismo em grau considerável, mas concluímos, em outro trabalho, que o personalismo é *relativamente* sem importância para o petismo, em comparação com sua importância para os outros partidos (SAMUELS, 2004b). Além disso, vale a pena repetir que não "precisamos" do personalismo para caracterizar adequadamente um petista, pois pode-se predizer com precisão quem será e quem não será petista, mesmo que os sentimentos dos brasileiros em relação a Lula não sejam incluídos[9].

A importância para o petismo da popularidade de Lula tem implicações substanciais para o futuro do PT. Ele continua a ser o único líder petista que pode atrair um número de adeptos bem maior do que o partido. Quando ele deixar o

[9] De qualquer modo, o motivo de a probabilidade predita de se identificar como petista aumentar tão substancialmente quando mudamos a avaliação de Lula de sua média para seu máximo é simplesmente devido ao alto grau de polarização em relação a Lula. Os petistas são obviamente bastante positivos com respeito a Lula e aqueles que não são petistas apresentam muito maior probabilidade de ter sentimentos ambivalentes ou negativos quanto a Lula. Há uma variação muito maior nas outras variáveis que estão, contudo, significativamente relacionadas ao petismo.

palco, podemos prever não somente uma difícil sucessão na liderança, como também algum grau de problemas para o partido em termos de sua capacidade de reter seguidores e assim continuar crescendo eleitoralmente. O partido ainda não está inteiramente livre de sua conexão a um único líder político, como acontece nos EUA, por exemplo, onde os dois maiores partidos podem apresentar um candidato à presidência mais ou menos competitivo independentemente de quem possa ser esse candidato. É claro que, em relação aos outros partidos, a situação do PT é bastante boa. Ou seja, os outros partidos dependem *ainda mais* de personalidades políticas para seu nível mínimo de identificação partidária no eleitorado. Assim, uma questão fundamental para futura pesquisa é o grau em que o personalismo continuará a ser um elemento da identificação partidária com o PT.

Os resultados deste estudo têm implicações adicionais para o futuro do petismo. A ideologia de esquerda, que o próprio partido abandonou em larga medida, tem uma influência muito limitada na identificação dos brasileiros com o PT. O petismo também não mostra uma relação clara com políticas públicas determinadas, nem com classes sociais. Se o petismo fosse principalmente uma função dessas três variáveis (ideologia, políticas e classe), o crescimento do PT poderia ficar severamente limitado, pois muitos brasileiros possuem posturas ideológicas fracas, têm pouco conhecimento sobre políticas específicas e não têm uma consciência de classe clara.

Porém, o petismo parece atravessar, até certo ponto, classes e categorias sociais. A única "categoria social" associada ao petismo é o nível de escolaridade. Sugerimos que a educação esteja talvez associada a um desejo de obter conhecimento político que, por sua vez, está associado ao desejo de se envolver em política e com uma crença na ação individual. Em geral, os dados do ESEB indicam que a escolaridade anda junto com uma crença na eficácia da participação, bem como com um maior envolvimento em atividades sociais e políticas. Uma vez que esses fatores estão, por seu turno, associados ao petismo, isto sugere que maiores níveis de escolaridade no Brasil podem gerar apoio ao PT. No entanto, essa conclusão deixa ainda muita coisa para ser compreendida sobre as bases do petismo. Pesquisas futuras deverão buscar entender com mais clareza os contextos específicos em que o partidarismo do PT emerge entre os brasileiros de diferentes estratos sociais.

Bibliografia

ALMEIDA, Alberto C. *Comportamento eleitoral e ideologia*. Trabalho apresentado na reunião de 2001 da ANPOCS, Caxambu, 2001.

_____. *A explicação do voto nas eleições presidenciais de 2002*. Mimeo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALMEIDA, Jorge. *Como vota o brasileiro* (2ª ed). São Paulo: Editora Xamã, 1998.

BAIOCCHI, Gianpaolo (ed.). *Radicals in Power: The Workers' Party and Experiments in Urban Democracy in Brazil*. Londres: Zed Books, 2003.

BAKER, Andy. Free-Market Reform and Presidential Approval: The Politicization of Economic Policy Debates in Brazil. *Dados* 45 (1), p. 39-76, 2002.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis/Rio de Janeiro: Editora da UFSC/Editora FGV, 2002.

CARREIRÃO, Yan de Souza e KINZO, Maria d'Alva Gil. *Os partidos políticos e a decisão de voto no Brasil*. Trabalho apresentado na reunião da Associação Brasileira de Ciência Política. Niterói, 2002.

CRITERIUM Pesquisas de Opinião e Avaliação de Políticas Públicas. *Expectativa Governo Lula*. São Paulo: Criterium, 2003.

ERIKSON, Robert e GOLDTHORPE, John. *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

KECK, Margaret. *The Workers' Party and Democratization in Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1992.

KING, Gary; TOMZ, Michael e WITTENBERG, Jason. Making the Most of Statistical Analyses: Improving Interpretation and Presentation. *American Journal of Political Science,* 44 (2), p. 347-61, 2000.

LIPSET, Seymour M. e ROKKAN, Stein. *Party Systems and Voter Alignments*. Nova York: Free Press, 1967.

MACAULAY, Fiona. The Purple in the Rainbow: Gender Politics in the PT. In: BAIOCCHI, Gianpaolo (ed.). *Radicals in Power: The Workers' Party and Experiments in Urban Democracy in Brazil.* Londres: Zed Books, 2003.

MAINWARING, Scott. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: the Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

NYLEN, William. The Making of a Loyal Opposition: The Workers' Party (PT) and the Consolidation of Democracy in Brazil. In: KINGSTONE, Peter e POWER, Timothy J. (eds.). *Democratic Brazil: Actors, Institutions, and Processes.* p. 126-143. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

SAMUELS, David. From Socialism to Social Democracy? Party Organization and the Evolution of the Brazilian Workers' Party. *Comparative Political Studies*, A sair, 2004a.

_____. *Sources of Mass Partisanship in Brazil*. Inédito, University of Minnesota, 2004b.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: EdUSP/FAPESP, 1999.

TENDÊNCIAS – Encarte de Dados. *Revista Opinião Pública,* vol. 9, nº 2, p. 119-167, Outubro, 2003.

TOMZ, Michael; WITTENBERG, Jason e KING, Gary. *CLARIFY: Software for Interpreting and Presenting Statistical Results*. Version 2.1 Stanford University, University of Wisconsin, e Harvard University, 5 de janeiro, 2003. Disponível em http://gking.harvard.edu

VON METTENHEIM. *The Brazilian Voter: Mass Politics in Democratic Transition (1974-1986)*. Pittsburgh: The University of Pittsburgh Press, 1995.

Tradução do original em inglês de Pedro Maia Soares.

Identidade, oposição e pragmatismo: O conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições

Elizabeth Balbachevsky
Universidade de São Paulo

Denilde Oliveira Holzhacker
Programa de Doutorado em Ciência Política da
Universidade de São Paulo

Resumo
Com base em resultados de *surveys* realizados no contexto das quatro eleições presidenciais brasileiras de 1989, 1994, 1998 e 2002, bem como da eleição municipal de 1996), as autoras analisam o comportamento do eleitorado e propõem que este segue um padrão definido por uma dentre três estratégias possíveis: o voto como expressão de uma identidade com o candidato; como crença no potencial de oposição que o candidato representa ou como expressão da crença na sua capacidade administrativa. Ao longo do período, destaca-se a associação do voto dos eleitores que se orientam pela busca de uma identidade com o candidato e a candidatura Lula. O artigo é baseado nos resultados do Estudo Eleitoral Brasileiro.
Palavras-chave: Estudo Eleitoral Brasileiro; estratégia de voto; eleição presidencial; identidade política

Abstract
Based on survey results conducted in the Brazilian Presidential elections of 1989, 1994, 1998 and 2002, and the local election of São Paulo in 1996, the authors analyse the electoral behavior as a result of a strategy pattern made of three possible choices: the vote as an expression of identity with the candidate; as a belief in the candidate´s opposition capacity and as a belief in the candidate´s administrative capacity. The authors point out the link between the vote strategy as an expression of identity with the candidate Luís Inácio da Silva, Lula, in all the period. The article is based on the Brazilian Electoral Study results.
Keywords: Brazilian Electoral Study; voting strategy; presidential election; political identity

O entendimento do processo que leva um eleitor a definir o seu voto para um entre os vários candidatos que se apresentam em uma eleição é o objetivo primordial da análise do comportamento eleitoral. Entretanto, as respostas a esta questão tendem a gerar polêmica entre os especialistas.

Numa tradição antiga, essa escolha foi interpretada como um reflexo das clivagens sociais mais básicas da sociedade. Lipset (1968), por exemplo, argumentava que diferentes classes na sociedade capitalista tendiam a apresentar padrões distintos de votação. A escolha eleitoral, em que pese todas as mediações que possam existir, é fruto de uma decisão social coletiva e as diferenças nos padrões de votação tendem a recobrir as principais clivagens de uma sociedade.

O modelo de Michigan[1], ao enfatizar como a opinião das pessoas sobre os partidos, candidatos e assuntos públicos influencia a decisão do voto, criou uma nova perspectiva de análise para o comportamento eleitoral. Dentro desta perspectiva, três variáveis são importantes para predizer o voto dos eleitores: a identidade partidária, suas opiniões sobre assuntos políticos e a imagem dos candidatos. A identidade partidária tem um valor chave neste esquema: é um elo relativamente estável do eleitor com o mundo da política e tende a condensar, num formato simbólico rarefeito, as inclinações do eleitor e suas percepções sobre a política. Esta identidade incorpora um fator psicológico, não completamente racional, que se forja ao longo do tempo, na interação do eleitor com a política. Um dos trunfos das análises de Michigan foi justamente mostrar como esta identidade é o melhor preditor da escolha eleitoral.

A escola da "escolha racional" tende a enfatizar a racionalidade da decisão do eleitor. O voto tem um caráter instrumental, o que vale dizer que, para esta escola, o eleitor é capaz de reconhecer seus interesses e, em função disto, escolher o candidato que pareça melhor representar seus objetivos (ENELOW & HINICH, 1984). Muitos críticos apontam uma dificuldade intrínseca a este modelo, qual seja, a capacidade variável que cada eleitor tem para manipular a informação política. As respostas a esta crítica apontam para "redutores" do custo da informação: a ideologia para Downs (1957) ou a avaliação retrospectiva do desempenho do governo (FIORINA, 1981).

A realidade contemporânea das democracias ocidentais, marcada por importante decréscimo dos índices de identidade partidária no eleitorado e um crescimento da proporção de eleitores que tendem a orientar seu comportamento eleitoral em função de um conjunto limitado de questões (NEWMAN, 1986 e MILLER & SHANKS, 1996), trouxe de volta para o centro das análises a importância

[1] Survey Research Center at the University of Michigan, centro que reúne os principais estudos sobre comportamento eleitoral nos Estados Unidos desde os anos cinqüenta. As principais teses desse grupo de estudiosos foram reunidas pela primeira vez por Campbell (1960).

das questões políticas e sua relevância para explicar as flutuações de curto prazo na decisão eleitoral.

Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas evidências empíricas que vêm sendo coletadas por um grupo de pesquisadores sobre um parâmetro geral que tem se mostrado eficaz para entender a decisão de voto dos eleitores brasileiros desde a eleição de 1989. A hipótese subjacente ao presente estudo é que é possível compreender o voto como uma ação social, tal como foi definida por Touraine (1965). Assim, as motivações subjacentes à decisão do eleitor são variadas, mas obedecem a um padrão bastante definido, que pode ser compreendido considerando-se três estratégias possíveis: a expressão de uma identidade com o candidato (ou com as forças políticas que o apóiam, especialmente seu partido); o seu potencial de oposição e a sua credibilidade como político capaz de realizar os objetivos que o eleitor valoriza. Em seguida, apresentaremos os resultados dessa análise para as eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002, e para a eleição municipal de 1996.

As pesquisas

O primeiro *survey* a ser analisado por este artigo foi realizado em 1989, durante a primeira eleição presidencial depois dos governos militares. Trata-se da pesquisa "Cultura Política e consolidação democrática", com uma amostra nacional de 2.400 eleitores[2]. A segunda pesquisa foi realizada em 1994, durante a eleição geral daquele ano, e cobre o estado de São Paulo, com uma amostra total de 3.000 entrevistas[3]. A terceira pesquisa foi realizada durante a eleição municipal de 1996 na cidade de São Paulo, com uma amostra total de 2.000 entrevistas[4]. A última pesquisa foi realizada em 1998 com uma amostra nacional de 2.500 eleitores[5].

[2] Pesquisa "Cultura Política e consolidação democrática". Coordenada por J.A. Moisés e J A Guilhon Albuquerque, com a participação de Jacques Mouçoçah, Elizabeth Balbachevsky, Valeriano Mendes Ferreira Costa, Jacques Bensen e Mário de Mattos, realizada a partir de um convênio entre o Departamento de Ciência Política da USP, CEDEC e Datafolha com apoio da Finep e da FAPESP. Os resultados preliminares dessa pesquisa foram publicados na edição especial sobre cultura política da revista Lua Nova. Lua Nova, n. 26, 1992.

[3] Pesquisa "Tipologia do Eleitorado Paulista" (1994), coordenada por J.A. Guilhon Albuquerque (DCP-FFLCH/USP) e Carlos Alberto Bragança (DE-IME/USP), com a participação de André Singer, Elizabeth Balbachevsky e Fernando Limongi (DCP-FFLCH/USP) e Sérgio Weschler (DE-IME/USP). Assistentes de pesquisa Lourdes Inoue e Denilde Holzhacker. Financiamento FAPESP.

[4] Pesquisa "Tipologia do eleitorado paulistano" (1996), coordenada por J. A. Guilhon Albuquerque (DCP-FFLCH/USP) e com a participação de Carlos Alberto Bragança (DE-IME/USP), Elizabeth Balbachevsky (DCP-FFLCH/USP) e Sérgio Weschler (DE-IME/USP). Assistente de pesquisa Denilde Holzhacker.

[5] Pesquisa "Tipologia do Eleitorado Brasileiro" (1998), coordenada por J.A. Guilhon Albuquerque (DCP-FFLCH/USP) e com a participação de Carlos Alberto Bragança (DE-IME/USP) e Elizabeth Balbachevsky (DCP-FFLCH/USP). Assistente de pesquisa Denilde Holzhacker.

No Brasil, os estudos sobre comportamento eleitoral vêm se consolidando lentamente e esbarram freqüentemente na falta de dados consolidados que permitam comparar a evolução do comportamento e preferências dos eleitores brasileiros ao longo do tempo. Este trabalho busca comparar os resultados obtidos nas pesquisas apresentadas acima com aqueles obtidos na pesquisa realizada em 2002 pelo estudo Eleitoral Brasileiro, ESEB, em um consórcio inter-institucional que reuniu pesquisadores de várias instituições nacionais comprometidas com o estudo do comportamento do eleitorado brasileiro. Especificamente, estamos interessadas em discutir os resultados obtidos pela aplicação de uma questão que foi repetida em todas essas pesquisas, a saber, a razão da escolha do voto ao principal cargo executivo em disputa em cada uma daquelas eleições. Em todas as pesquisas, a questão foi formulada da seguinte maneira:

> Q: "*Muitas pessoas que entrevistamos nos disseram o que as levou a escolher um determinado candidato. Qual dos motivos que eu vou dizer levou o(a) Sr(a). a escolher o candidato para presidente (prefeito, em 1996)?*"

As respostas, estimuladas, apresentavam a seguinte gama de opções:

> "*Era o candidato que melhor representava pessoas como eu*" OU
> "*Era o candidato que estava disposto a combater os verdadeiros males do país*" OU
> "*Era o candidato que iria trazer mais benefícios à população*".

Essa questão e suas respostas pré-codificadas foram desenvolvidas em 1987, a partir dos resultados de outra pesquisa, qual seja, "Mediadores do voto no Estado de São Paulo", que buscou caracterizar as diferentes estratégias de comunicação de candidatos durante a campanha, mediante a realização de entrevistas em profundidade com candidatos à Assembléia do Estado na eleição de 1986 e seus cabos eleitorais. Os resultados indicaram que os candidatos que foram bem sucedidos na eleição de 1987 tendiam a desenvolver estratégias de comunicação que enfatizavam uma, e apenas uma, das três dimensões citadas anteriormente: o reforço da identidade do eleitor com a candidatura; o seu valor de oposição, sua capacidade de se opor a algum inimigo reconhecido como tal também pelo eleitor ou ainda a sua capacidade realizadora, sua credibilidade como

---

Todas as pesquisas citadas aqui, entre 1994 a 1998, utilizaram-se de um critério amostral comum que combinava informações demográficas com variáveis políticas, desenvolvido pela equipe do Prof. Dr. Carlos Alberto Bragança, do Departamento de Estatística do Instituto de Matemática e Estatística da USP.

político capaz de ter um bom desempenho no exercício da autoridade pública. Por outro lado, as candidaturas derrotadas em geral apresentaram estratégias de campanha menos definidas: para diferentes públicos ou em diferentes momentos da campanha o candidato alternou o conteúdo da mensagem que passava aos eleitores.

Essas três alternativas correspondem às três orientações da ação social propostas por Touraine: identidade, oposição e totalidade. Segundo esse autor, a racionalidade da ação de um movimento social pode ser estabelecida a partir da identificação de sua resposta a três questões: a orientação que responde à questão "quem somos nós?", que cria uma **identidade**; a orientação que responde à questão "pelo que lutamos?" que, ao especificar o objeto da ação, cria um sentido de **totalidade** para o movimento; e, finalmente, a orientação que responde à questão "contra quem lutamos?", que singulariza um obstáculo que se interpõe entre o ator e o seu objetivo, contra qual o movimento se **opõe**.

O pressuposto dessas categorias é, portanto, que a decisão de voto do eleitor comporta uma dimensão de racionalidade estratégica. O eleitor que prioriza a identidade, busca estabelecer uma representação de si mesmo, escolhendo candidatos que melhor representem a si mesmo no processo político: o candidato que "melhor **representa** pessoas como eu". No voto por identificação, o eleitor valoriza sobretudo o ator e sua ação, em detrimento dos obstáculos e da realização do objetivo propriamente dito. Como ressalta Albuquerque (1992), esta escolha pode ser positiva, a identificação com alguém que quer o que eu quero, que pensa como eu e vai agir como eu agiria; ou pode ser negativa, o candidato que tem as mesmas carências que eu. Essa identidade pode ser material e imediata ou mediada por idéias e instituições. Mas, ainda assim, é expressão de uma expectativa de representação. A escolha é feita porque, de alguma forma, o eleitor estabelece um elo de identidade entre si e o candidato.

No voto por oposição, a dimensão estratégica está mais presente. Na sua opção de voto, o eleitor valoriza mais a derrota do adversário ou o combate a algum mal. Para este eleitor, é mais importante a remoção do obstáculo do que a questão de saber quem realiza a ação ou a própria concretização do objetivo. Ao votar, o eleitor busca opor-se a algo e, em função dessa oposição, escolhe o candidato: aquele que melhor se opõe àquilo que ele reconhece como um mal. Este é, muito provavelmente, o conteúdo do chamado voto por oposição, que foi a estratégia majoritária adotada pelo eleitorado brasileiro nas eleições para cargos legislativos nos anos da abertura política. Mas é também o conteúdo predominante do chamado voto "útil", o voto daquele eleitor que faz a sua opção eleitoral em função das chances relativas de cada candidato.

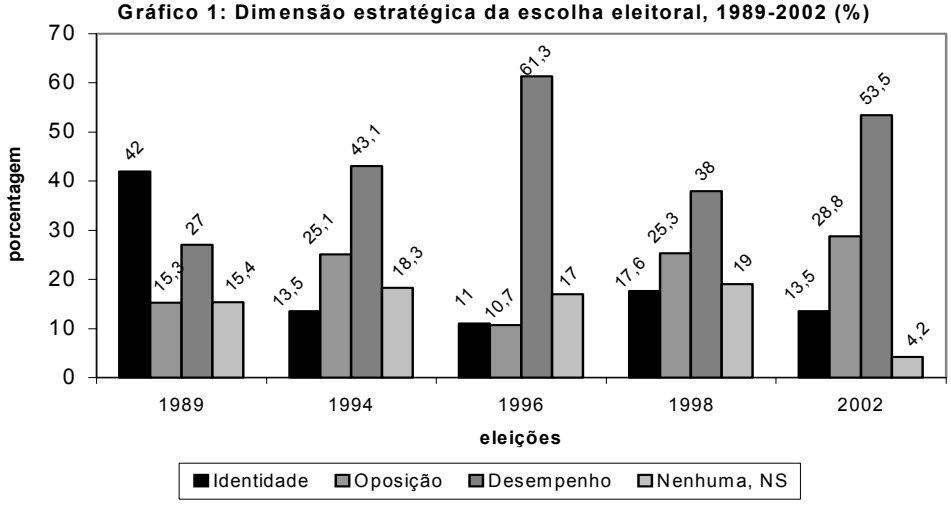
Finalmente, no voto por expectativa de desempenho, o eleitor valoriza sobretudo os resultados e menos a questão de saber quem os produz ou quais são e como serão removidos os eventuais obstáculos. A escolha eleitoral é feita considerando a capacidade que cada candidato tem para realizar o objetivo perseguido pelo eleitor. É, portanto, um voto pragmático, que julga o candidato pelo que poder-se-ia chamar o seu "potencial de realizações", potencial que pode ser aferido tanto em função do desempenho passado do candidato, como pela credibilidade que este detém para ações futuras. Em muitos casos, inclusive, estas duas referências podem estar entrelaçadas, de sorte que a avaliação que o eleitor faz do desempenho do candidato no passado o credencia como um realizador no futuro[6].

Entretanto, a definição do eleitor por uma dessas estratégias não é unilateral e não precede à campanha eleitoral. Esta e seus conteúdos são fatores importantes para a definição da estratégia adotada pelo eleitor na hora de votar.

Motivações da escolha eleitoral: resultados em 13 anos de pesquisas

O Gráfico 1 resume os resultados obtidos em cada uma das pesquisas mencionadas acima para a questão que descrevemos anteriormente.

Gráfico 1: Dimensão estratégica da escolha eleitoral, 1989-2002 (%)



Fontes: 1989 Pesquisa Cultura Política, DCP/USP, CEDEC e Datafolha
1994-1998 Pesquisas Tipologia do Voto, NUPRI/USP
2002 Pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB

[6] A literatura internacional tem insistido nesta dimensão e no seu potencial preditor da escolha do eleitor (FIORINA, 1981). Nosso artigo reconhece esta discussão. Entretanto, argumentamos que considerações desta ordem são importante apenas para a parcela do eleitorado que faz a sua escolha eleitoral utilizando considerações pragmáticas: quem será o melhor candidato (ou o mais credenciado) para fazer aquilo que o eleitor considera necessário.

Como é possível verificar, na pesquisa realizada na eleição de 1989 a maior parte dos entrevistados tendeu a escolher seu candidato privilegiando sua identidade com este. Ao todo, 42% dos eleitores entrevistados naquela pesquisa declararam ter escolhido seu candidato porque era quem melhor representava pessoas como eles. Naquela eleição, apenas 15,3% dos eleitores indicaram ter escolhido seu candidato em função de seu conteúdo oposicionista e outros 27% dos entrevistados escolheram seu candidato considerando seu "potencial para realizações", ou a sua credibilidade para o desempenho.

Entretanto, nas eleições subseqüentes para as quais temos informação, todas realizadas após o Plano Real (1994), essas proporções se alteram e tendem a repetir um mesmo padrão. Desde 1994, uma grande parcela do eleitorado optou sempre por escolher a alternativa que descreve expectativas quanto ao desempenho dos candidatos como aquela que melhor descrevia as razões de sua escolha eleitoral. De fato, na pesquisa eleitoral de 1994, essa motivação foi apontada por 43,1% dos entrevistados; em 1996, essa foi a razão escolhida por 61,3% dos eleitores paulistanos; em 1998, essa resposta foi escolhida por 38% dos entrevistados e, na pesquisa eleitoral de 2002, 53,5% dos entrevistados voltaram a escolher essa alternativa como aquela que melhor explicava sua decisão eleitoral. O potencial de oposição do candidato foi apontado como razão do voto por 25,1% dos entrevistados em 1994, 10,7% dos entrevistados em 1996, 25,3% dos entrevistados em 1998 e 28,8% dos entrevistados em 2002. Já a identidade com o candidato foi apontada como razão para a escolha por 13,5% dos eleitores em 1994; 11% dos entrevistados em 1996, 17,6% em 1998 e 13,5% dos eleitores entrevistados em 2002.

Observando os dados, podemos dizer que, nas eleições presidenciais selecionadas, as expectativas de desempenho ou o potencial de realizações do candidato de um lado e, de outro, o potencial de representação e de identificação do candidato polarizaram a atenção do eleitor e ajudaram em sua decisão de voto.

Para a única eleição municipal aqui analisada, a eleição de 1996 na capital paulista, uma importante maioria dos eleitores entrevistados relatou ter decidido seu voto em função das expectativas de desempenho que associavam ao candidato por eles escolhido: assim, 61,3% dos eleitores paulistanos apresentaram esta resposta, contra apenas 11% que disseram ter escolhido seu candidato em função de sua capacidade de representar pessoas como ele. Somente 10,7% dos entrevistados declararam ter escolhido seu candidato em função de sua capacidade de se opor. Este quadro é congruente com a imagem que usualmente se tem das eleições municipais, em que, mesmo nas grandes metrópoles, a solução de problemas locais ganha peso na agenda que define as escolhas dos eleitores. O potencial de realização de cada candidato, isto é, sua credibilidade como um "bom administrador", é um fator de peso na decisão eleitoral.

Motivação do voto e candidaturas: a dinâmica de cada campanha

Uma outra questão relevante desta análise consiste em verificar em que medida as dimensões descritas acima estão correlacionadas com diferentes candidaturas que disputaram a preferência do eleitor nas referidas eleições. Também é possível verificar um padrão bastante estável, com associações que se repetem de eleição para eleição. O Quadro 1, a seguir, apresenta os resultados obtidos pelo cruzamento desta questão com a opção de voto declarada pelo eleitor em cada eleição.

Quadro 1
Voto no 1°turno nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998, 2002 e para a capital paulista em 1996 e a razão de voto

Ano	Cand.	Razão do Voto			Total
		Identidade	Oposição	Desempenho	
1989	Collor	33,1	21,8	54,0	37,7
	Lula	26,9	14,2	16,8	21,3
	Outros	40,1	64,0	29,2	41,0
	Total (100%)	**(826)**	**(303)**	**(531)**	**(1660)**
1994	FHC	53,1	68,0	71,3	67,2
	Lula	32,6	20,7	19,2	21,9
	Outros	14,3	11,3	9,5	10,9
	Total	**(350)**	**(646)**	**(1103)**	**(2099)**
1996	Pitta	36,0	46,6	57,9	53,5
	Erundina	31,0	23,8	22,5	23,8
	Outros	33,0	29,5	19,5	22,6
	Total (100%)	**(197)**	**(193)**	**(1091)**	**(1481)**
1998	FHC	40,5	49,3	54,5	49,8
	Lula	40,7	34,0	29,1	33,2
	Outros	18,8	16,8	16,4	17,0
	Total (100%)	**(378)**	**(536)**	**(794)**	**(1708)**
2002	Lula	60,8	56,4	51,1	53,2
	Ciro	7,5	10,8	10,0	9,9
	Serra	19,0	22,0	24,3	23,2
	Garotinho	11,6	10,3	14,1	12,9
	Outros	1,1	0,5	0,6	0,8
	Total (100%)	**(268)**	**(573)**	**(1065)**	**(1906)**

1989: Chi^2: 153,222 Grau de Liberdade: 4 Significância.: 0,000
1994: Chi^2: 40,965 Grau de Liberdade: 4 Significância.: 0,000
1996: Chi^2: 39,948 Grau de Liberdade: 4 Significância.: 0,000
1998: Chi^2: 409,509 Grau de Liberdade: 4 Significância.: 0,000
2002: Chi^2: 41.743 Grau de Liberdade: 8 Significância: 0,000

Os resultados apresentados no Quadro 1 impressionam pela sua estabilidade. Em todas as eleições presidenciais estudadas, podemos constatar uma associação positiva e significativa entre a candidatura de Lula e os eleitores que votam buscando estabelecer uma identidade com o candidato. O resíduo ajustado calculado para as células que descrevem essa associação é alto e significativo. Em 1989, enquanto 21,3% dos eleitores pesquisados declararam ter votado em Lula, essa proporção subia para 26,9% entre os eleitores que disseram escolher seu candidato considerando a sua capacidade de representar pessoas como o eleitor. Em 1994, ao todo, 21,9% dos entrevistados declararam ter votado em Lula no primeiro turno, mas essa proporção subia para 32,6% entre os eleitores que decidiram seu voto por identidade. Em 1998, novamente, os votos em Lula somavam 33,2% dos eleitores, mas eram 40,7% entre aqueles que votavam por identidade. Finalmente, na pesquisa realizada em 2002, enquanto no total, 53,2% dos eleitores declararam ter votado em Lula, essa proporção subiu para 60,8% quando foram considerados apenas os eleitores que disseram escolher seu candidato porque era aquele que melhor representava pessoas como o próprio eleitor.

Portanto, podemos dizer que a candidatura Lula, ao longo desses treze anos, mobilizou especialmente o eleitorado que buscava, ao votar, expressar sua identidade com o candidato escolhido. Por outro lado, em 1989 essa candidatura perdeu uma proporção significativa de votos entre os eleitores que tendiam a definir seu voto em função das suas expectativas de desempenho do candidato. Naquele ano, o voto em Lula foi a opção de apenas 16,8% desses eleitores, contra 21,3% no total da amostra. Na eleição de 1994 e 1998, a candidatura Lula não conseguiu mobilizar significativamente esses eleitores. Nestas mesmas eleições Lula obteve, respectivamente, 19,2% e 29,1% dos votos dos eleitores que declararam ter escolhido seus candidatos em função de sua credibilidade para trazer benefícios.

Por outro lado, tanto na eleição de 1989 como nas eleições de 1994 e 1998, o candidato vitorioso tendeu a concentrar o voto dos eleitores que decidiram seu voto em função da expectativa de desempenho do candidato. Em 1989, a candidatura de Collor de Melo atraiu os votos de 54% desses eleitores, contra 37,7% apurados na amostra total. Em 1994, Fernando Henrique Cardoso obteve 71,3% dos votos desses eleitores, tendo obtido 67,2% dos votos no total da amostra e, em 1998, este candidato obteve 54,2% dos votos desses eleitores, contra 49,8% na amostra total. Para todas estas eleições, essas diferenças são positivas e significativas.

Nas eleições de 1994 e de 1998, a candidatura de FHC sofreu um importante e significativo revés entre os eleitores que escolheram seu candidato em função da sua identidade. Em 1994, a proporção de votos em FHC entre esses eleitores caiu de 67,2% do total da amostra para 53,1%. Em 1998, a queda foi de 49,8%, proporção registrada na amostra, para 40,5%, proporção registrada entre estes eleitores.

O conjunto dos resultados permite entender a dinâmica das campanhas eleitorais na década de noventa e, ao mesmo tempo, identificar a força e a fraqueza das candidaturas de Lula e FHC no período. De fato, nessas eleições, uma explicação para o sucesso da candidatura FHC é justamente a sua credibilidade como realizador. O sucesso do Plano Real deu a esse candidato um trunfo específico para disputar a preferência do voto dos eleitores que se inclinavam a se decidir em função das suas expectativas e realizações do futuro governo. Observe-se que não estamos dizendo que o voto em FHC foi um voto de aprovação retrospectiva, do desempenho passado do Presidente, mas sim que esse desempenho passado dava credibilidade para o candidato propor futuras realizações. Por outro lado, as dificuldades enfrentadas por esta candidatura em forjar laços mais fortes de identidade com seu eleitorado representaram uma limitação importante. À medida que, com o passar do tempo, outras questões avolumavam-se na agenda do governo federal e o impacto do Plano Real se desvanecia, a força da candidatura tendeu a diminuir. Já na eleição de 1998 os resultados da pesquisa permitiam sustentar a hipótese de que a vitória de FHC naquele ano era produto mais da incapacidade da oposição de se apresentar como uma alternativa viável de governo do que do potencial eleitoral intrínseco do candidato à reeleição (ALBUQUERQUE et al, 1999).

A eleição municipal de 1996 apresenta um quadro em muitos pontos similar àquele que traçamos acima: o candidato vitorioso, Pitta, polarizou os votos dos eleitores que votavam em função de suas expectativas de desempenho do futuro governante (57,9% dos votos desses eleitores, contra 53,4% na amostra total), ao passo que a sua principal adversária naquela eleição, Luíza Erundina, foi melhor sucedida em atrair os eleitores que votaram por identificação: entre esses eleitores, Erundina obteve 31% dos votos, contra 23,8% no total da amostra. Naquela eleição, a pesquisa realizada mostrou que a credibilidade de Pitta estava associada à avaliação positiva que o eleitorado paulistano fazia da administração anterior, de Paulo Maluf, patrocinador da sua campanha. De fato, na análise que realizamos na época, a avaliação que este eleitorado fazia da administração de Paulo Maluf era a variável de maior poder preditivo para a decisão do eleitor. A associação entre essas duas variáveis permaneceu forte mesmo entre eleitores que declararam ter identidade partidária com o Partido dos Trabalhadores. Naquela eleição, Pitta recebeu apenas 10% dos votos dos eleitores identificados com o PT. Porém, entre

esses eleitores que também faziam uma avaliação positiva da administração de Maluf, essa proporção subia para 38%.

A pesquisa eleitoral que cobriu a eleição de 2002 mostrou que, do ponto de vista da composição do seu eleitorado na dimensão que estamos analisando, a candidatura Lula apresentou poucas mudanças. Lula permaneceu com um forte potencial de atração entre os eleitores que decidiram seu voto em função da sua identificação com o candidato (resíduo ajustado de 2,7) e teve um pequeno, mas significativo decréscimo na votação entre os eleitores que decidiram seu voto considerando as suas expectativas de desempenho (resíduo ajustado de –2,1). Já a candidatura de Serra, principal adversário do candidato do PT, fugiu daquele padrão observado para a candidatura do PSDB nas eleições anteriores. Ao contrário de FHC, Serra não foi capaz de mobilizar o eleitorado que define seu voto em função de suas expectativas sobre o futuro desempenho do governante. A votação de Serra, entre esses eleitores, não foi significativamente diferente daquela que se observou no total da amostra, como também não o foi entre eleitores que adotaram outras perspectivas para definir seu voto. As candidaturas de Ciro e de Garotinho também se apresentaram igualmente indiferenciadas na dimensão que estamos estudando. Esses dados são coerentes com a hipótese de que o fracasso da candidatura Serra decorre, em grande medida, de sua indiferenciação para o eleitorado. A credibilidade que gozava FHC nas eleições anteriores como um candidato capaz de realizar e trazer benefícios para a população não se transferiu em 2002 para o candidato do governo como também nenhum outro candidato foi capaz de atrair significativamente o eleitorado que votou na expectativa de que o novo governo fosse capaz de trazer benefícios. Essa parcela do eleitorado, ainda que representasse a maior parte dos eleitores, não esteve associada com nenhuma das candidaturas que disputaram a eleição. Mesmo o sucesso da candidatura Lula deve ser explicado por outras variáveis, já que também ela não polarizou esse eleitorado.

Resta saber qual o sucesso que Lula, presidente eleito em 2002, terá em associar sua figura pública a um conjunto bem sucedido de políticas (e avaliadas como tais), capaz de mobilizar o eleitorado que tem essa expectativa dos governantes. Caso seja bem sucedido, sua candidatura à reeleição será muito fortalecida. Isto porque ele beneficiar-se-ia também da sua forte identidade com outra parcela do eleitorado. Caso contrário, suas chances futuras de vitória ou derrota dependerão muito mais da fortuna que da sua *virtú* pessoal. Em um cenário assim, o resultado da eleição dependerá da competência da oposição para construir uma candidatura com fortes credenciais para disputar o eleitorado que vota em função de suas expectativas de desempenho do futuro governo.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, J. A. G. Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto. *Revista Lua Nova*, p. 53-80, 1992.

ALBUQUERQUE, J. A. G.; BALBACHEVSKY, E. & HOLZHACKER, D. Os impactos da crise financeira sobre a opinião pública brasileira. *Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE)*, n. 58, ano XIII, 1999.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. & STOKES, D. *The American voter*. New York: John Wiley, 1960.

DOWNS, A. *An economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row, 1957.

ENELOW, J & HINICH, M. *The spatial theory of voting: an introduction*. Cambridge MS: Cambridge University Press, 1984.

FIORINA, M. *Retrospective voting in american national elections*. New Haven: Yale University press, 1981.

LIPSET, S. M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

MILLER, W. E. & SHANKS, J. M. *The new american voter*. Cambridge, MS and London: Harvard University Press, 1996.

NEWMAN, W. R. *The paradox of mass politics*. Cambridge, MS, London: Harvard University press, 1986.

TOURAINE, A. *Sociologie de L'Action*. Paris: Seuil, 1965.

Associativismo e comportamento eleitoral na Eleição de 2002

Maria Teresa Miceli Kerbauy
Universidade Estadual Paulista
Campus Araraquara

Resumo
A autora analisa a participação eleitoral em 2002, relacionando-a às formas de participação associativa. A hipótese testada é de que o eleitor com vínculos associativos tem maior participação eleitoral. Nesse sentido, os resultados sugerem que para os eleitores ativos há um perfil associado à participação em greves e filiação sindical mas, quanto à sua filiação partidária, sugerem que há outros fatores intervenientes na relação. O artigo utiliza os dados do ESEB 2002
Palavras-chave: Estudo Eleitoral Brasileiro; associativismo; comportamento eleitoral; participação política

Abstract
The author analyses the electoral participation in the 2002 election in relation to the forms of associativism. The hypothesis is that the voter with more associative links is more willing to have electoral participation. The results suggest that the active voters are more participant in strikes and unions, but this active behavior is not related to party afiliation. The data come from the 2002 Brazilian Electoral Study.
Keywords: Brazilian Electoral Study; associativism; electoral behavior; political participation

A partir dos anos noventa abriu-se no Brasil um intenso debate sobre a participação e sua institucionalização, especialmente sobre o modelo de democracia a ela associado, como forma de ampliação do espaço público, possibilidade de discussão e deliberação sobre políticas públicas, democratização do processo decisório e possibilidade do controle social.

No entanto, o tema da participação política, quer entendido nos aspectos convencionais, como votar em eleições, pertencer a um partido político, discutir política, ter interesse por política etc, quer nos seus aspectos não convencionais, tais como protestos, abaixo assinados, greves etc, não mereceu um aprofundamento nas análises da literatura brasileira.

A participação política passou a ser vista quase como uma decorrência dos vários formatos de participação social, especialmente os conselhos; da maior transparência do poder público; do papel da mídia e das transformações do eleitorado brasileiro, tanto na sua dimensão quanto nas mudanças de suas bases sociais.

Algumas pesquisas continuaram enfatizando a identificação partidária como sendo a mais importante variável na explicação do comportamento eleitoral, mas uma análise mais aprofundada sobre a relação entre a consolidação da democracia brasileira e a intensidade da participação política não foi realizada.

Este fato se deve, em parte, à ausência de *surveys* sistemáticos, especialmente na década de noventa, que pudessem estabelecer um critério de comparação temporal sobre a participação política no Brasil e que permitissem a construção de indicadores comuns e específicos da cultura política relacionados não apenas ao ato de votar, mas também a um "continuum" de atividades que vão desde a discussão política até ações políticas mais complexas, que requerem iniciativas e conhecimentos. Esta ausência deve-se a uma fraca tradição da Ciência Política brasileira em estudos de cultura política, que permitiriam entender melhor os padrões valorativos que compõem a formação das preferências do eleitorado.

A pesquisa ESEB, estudo pós-eleitoral realizado no período de 31 de outubro a 28 de dezembro de 2002 em todo o Brasil, é uma excelente oportunidade de avaliação deste processo e da relação que pode ter a participação não-eleitoral com o aumento do interesse na participação política. Acrescente-se, ainda, a importância da eleição presidencial de 2002, que elegeu pela primeira vez um presidente claramente vinculado à esquerda, Luís Inácio Lula da Silva.

Este artigo analisa a participação eleitoral como uma modalidade de participação política. Participação eleitoral está entendida como conjunto de ações que incluem: tentar convencer alguém a votar em determinado candidato; colar cartazes ou distribuir panfletos; apoiar algum candidato; colocar faixas ou cartazes de algum candidato em casa, no trabalho ou no carro; e ações instrumentais, tais como ser procurado por algum candidato, e o hábito de se informar sobre o trabalho de algum político, relacionando-os a alguns elementos de comportamento que implicariam em outras formas de participação política tais como, a participação real ou hipotética em protestos, greves e abaixo assinados.

Com base nesse entendimento, estabelecemos as possíveis relações entre a participação eleitoral e a participação associativa (profissional, religiosa, não religiosa, sindical e partidária), que poderiam implicar em estímulo à participação política ou a outras modalidades de comportamento eleitoral, que não exclusivamente o voto.

Acompanhando a explicação clássica sobre o comportamento eleitoral, correlacionamos a participação eleitoral com variáveis socioeconômicas (escolaridade, ocupação e região) para saber o seu grau de interferência na participação.

A pergunta que norteou a análise foi: *os indivíduos que têm um determinado padrão de comportamento associativo se diferenciam em termos de comportamento político (sistema de crenças, valores e atitudes) ou participação eleitoral?* Procuramos assim testar a hipótese de que o eleitor que tem vínculos associativos tem maior participação eleitoral.

Parte da literatura aponta para a relação entre associativismo e modalidades de atuação na política que fomentem características tais como o debate político, a organização coletiva e a consciência política (ALMOND & VERBA, 1963). Outra parte da literatura contrapõe-se a esta análise, considerando esta relação subsidiária e argumenta que a correlação entre modalidades de participação política não é automática (POLACK, 1982), ou não haveria relação entre o pertencimento a uma associação de bairro, profissional, religiosa e a participação política, considerando-se antes de tudo que apenas uma pequena parcela da população participa quer das atividades associativas, quer de atividades políticas. A bibliografia sobre o tema aponta também que a relação entre participação e comportamento eleitoral não é estável, ela pode ou não influenciar a inserção em outras modalidades de atuação.

Para explicar a baixa participação e a baixa capacidade associativa, a bibliografia aponta para os indicadores socioeconômicos como renda, escolaridade, ocupação e região, que têm uma forte tradição nas pesquisas eleitorais no Brasil como condicionantes do comportamento eleitoral. Esta perspectiva contrapõe-se à literatura que trabalha com comportamentos estritamente políticos (cultura política, crenças, valores e confiança), com o meio pelo qual se criam as preferências ou a

ação racional dos indivíduos. O comportamento eleitoral estaria relacionado à maximização dos benefícios dos eleitores. Segundo Dahl (1971), quando os cidadãos percebem que os custos da participação no processo político excedem os seus benefícios, tomarão a decisão de não participar.

A literatura brasileira ou das dificuldades em estabelecer comparações

A literatura brasileira sobre o tema é frágil e esporádica e não há pesquisas sistemáticas para o conjunto do país que apontem para análises mais consistentes sobre a participação política.

Segundo Lima Jr. (1999), os trabalhos publicados no Brasil sobre o tema, entre 1950 e 1970, estão na categoria de estudos sociológicos e de recursos e só no final dos anos 80 que os condicionamentos do comportamento eleitoral passam a ser privilegiados. Também segundo o autor, as tendências contemporâneas para explicar a participação política estariam relacionadas a recursos, mobilização e o desejo de influenciar políticas. Castro (1997) aponta para três grupos de estudos sobre a participação política: orientação sociológica, orientação psicosológica e orientação institucionalista.

No final dos anos 80 a motivação instrumental – proveniente da escola racional – se faz presente (SANTOS, 1987; FIGUEIREDO, 1991) e a análise política ancorada na teoria da mobilização é pouco comum e assume uma característica descritiva.

Os trabalhos pioneiros são os estudos de Simão (1956) e Soares (1973), o volume organizado por Lamounier e Cardoso (1975), a coletânea organizada por Reis (1978) e a preparada por Lamounier (1980). Existem ainda algumas referências ao tema na *Revista Opinião Pública*, especialmente nos artigos publicados por Ferreira (1999a, 1999b, 2000), além das pesquisas realizadas por Baquero (1995) no Rio Grande do Sul e o conjunto de três *surveys* realizados por Moisés (1992) intitulado "Cultura Política e Consolidação da Democracia no Brasil".

Neste campo de estudos, São Paulo tem a melhor série histórica, constituída por um conjunto de pesquisas do IDESP, 1982, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, e por dados dos institutos Datafolha e IBOPE.

Quanto ao associativismo, apesar da relevância que o tema assumiu no Brasil na década de 1990, as pesquisas realizadas neste período têm trabalhado com metodologias qualitativas de reduzido poder inferencial, impondo limites à sua análise.

Desenvolvendo diferente abordagem, a hipótese de Ferreira a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1998 e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de abril de 1996, é de que "*apesar de todas as transformações ocorridas na sociedade no referido período, não houve mudanças significativas no associativismo e no contato com os políticos no meio urbano brasileiro*" (FERREIRA, 1999, p. 91), concluindo que "*os percentuais de filiação a movimentos associativos, contato pessoal com políticos e filiação/participação em atividades de partidos políticos revela que não ocorreram mudanças significativas no comportamento associativo da população brasileira entre 1988 e 1996*" (FERREIRA, *Op. Cit.*, p. 100).

A sua análise contrapor-se-ia às conclusões de Boschi (1987) e Avritzer (1997), que apontam para um aumento da dimensão associativa no Brasil, revertendo o passado de sociedade fraca e desarticulada.

Ferreira procura explicação para sua hipótese na literatura que trabalha com a existência de 'dois Brasis', um poliárquico e outro hobbesiano, que afirma que: "*se a sociedade brasileira é muito desigual em termos de indicadores sociais, apesar do elevado crescimento econômicos das últimas décadas, isto se reflete nos baixos percentuais de participação. Ou seja, o lado poliárquico participa, mas o Brasil pobre não atua na política*" (SANTOS, 1993, p. 98).

Participação eleitoral e participação associativa: a construção do índice eleitoral

Para a análise dos dados do ESEB 2002 sobre participação política, procedeu-se à construção de um índice eleitoral composto pelas seguintes variáveis dependentes: P01 "Tentou convencer alguém a votar em algum candidato, colando cartazes ou distribuindo panfletos?"; P02 "Mostrou apoio a algum candidato"; P03 "Colocou faixas ou cartazes de algum candidato em sua casa, trabalho ou carro?"; P04 "Na campanha eleitoral, algum candidato procurou o Sr. para pedir votos?"; P79 "Costuma se informar sobre o trabalho de algum político?". O índice eleitoral variou de 0 a 5 e foi obtido somando as variáveis acima discriminadas.

Para efeito de nossa análise utilizamos um índice binário. Para tanto foi realizada uma análise de regressão logística recodificando o índice eleitoral em uma variável binária: o zero se mantém zero (para os que responderam **não** para as variáveis utilizadas) e os índices de 1 a 5 recebem o valor 1 (para os que responderam, poucas vezes, algumas vezes e muitas vezes).

Tabela 1
Índice Eleitoral Binário

	Freqüência	Porcentagem
0	606	24,5
1	1868	75,5
Total	**2474**	**100,0**

Fonte: ESEB 2002

Da análise do índice observa-se que 75,5% dos entrevistados responderam afirmativamente a algumas das variáveis consideradas, apontando para a participação do eleitor em algum tipo de ação convencional política e de participação eleitoral.

Os percentuais da participação eleitoral sugerem a existência de interesse em participar da política especialmente nos itens referentes ao convencimento e à informação sobre o trabalho de algum político. O número dos entrevistados que foram procurados por algum candidato também é alto, o que aponta para uma estratégia de contato pessoal mais amplo, por parte dos candidatos. Para aquelas atividades que exigem um envolvimento na definição eleitoral, como mostrar apoio a algum candidato ou partido ou colocar faixas, cartazes ou adesivos de algum candidato, as porcentagens de participação são bem menores.

Tabela 2
Atuação Política Eleitoral

	Sim	Não
Tentou convencer alguém a votar em algum candidato	36,5	63,5
Mostrou apoio a algum candidato ou partido	17,9	82,1
Colocou faixas, cartazes ou adesivos de algum candidato	24,9	75,1
Foi procurado por algum candidato ou pessoa	48,8	50,7
Costuma se informar sobre o trabalho de algum político	36,1	63,9

Fonte: ESEB 2002

A análise do perfil socioeconômico da população incluída no índice eleitoral nos dá alguns parâmetros para o entendimento da relação entre posição socioeconômica e a participação política em ações eleitorais.

A escolaridade aparece como um fator determinante na atuação política eleitoral como se pode observar na Tabela 3:

Tabela 3
Índice Eleitoral e Escolaridade

Índice eleitoral	Sem instrução	Até 4ª série	De 5ª a 8ª série	Ensino médio	Superior ou mais
0 (Não)	39,2	32,4	22,1	19,5	15,9
1 (Sim)	60,8	67,6	77,9	80,5	84,1

Fonte: ESEB 2002

É significativo o aumento de inserção no índice à medida que aumenta a escolaridade dos entrevistados, o que permite concluir que maior escolaridade implica em maior participação eleitoral, confirmando uma tradição de análise do comportamento político que associa a maior participação com taxas mais elevadas de escolaridade[1]. Quanto à ocupação, o número de desempregados que se encontram no índice "é quase próximo aos que estão empregados". (Tabela 4)

Tabela 4
Índice Eleitoral e Ocupação

Índice eleitoral	Empregado	Desempregado	Fora do mercado
0 (Não)	21,6	26,7	32,3
1 (Sim)	78,4	73,3	67,7

Fonte: ESEB 2002

Mesmo os que estão fora do mercado de trabalho apresentam uma correlação alta com o índice, não mostrando diferenças significativas no índice de participação, e sugerindo que desemprego não afasta os indivíduos da participação eleitoral.

A variável sexo também aponta para uma relação quase uniforme entre homens (76,9) e mulheres (74,2) que encontram-se no índice.

A relação da região com a participação eleitoral apresenta algumas especificidades que podem estar relacionadas à forma como a amostra do *survey* foi concebida ou ainda às diferenças de comportamentos dos eleitores nas várias regiões brasileiras: os custos da participação – tempo e recursos financeiros – pesam mais para os eleitores da região sudeste; os incentivos solidários – a amizade, a convivência social e a possibilidade de integração em um grupo social estão mais presentes nas regiões norte e centro-oeste. Os dados em geral indicam que a participação eleitoral não obedece a um padrão simples de comportamento, e as variações entre regiões indicam que esta variável precisa ser melhor explicada pelos estudiosos do comportamento político no Brasil.

[1] Não foi possível incluir no índice a variável idade.

Tabela 5
Índice Eleitoral e Região

Índice eleitoral	Norte	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul
0 (Não)	15,9	15,4	20,8	28,7	20,6
1 (Sim)	84,1	84,6	79,2	71,3	79,4

Fonte: ESEB 2002

Participação Política e Associativismo

Para a análise da participação política foram selecionadas as seguintes questões: participação em abaixo-assinados, em manifestações e protestos, e em greves. No questionário, as perguntas foram formuladas para o presente e passado (participa ou participou) e, separadamente, para o futuro (participaria), e sua distribuição está exposta na Tabela 6:

Tabela 6
Participação Política – Realizada e Hipotética

	Sim	Não
Participa ou participou de abaixo assinado	51,7	48,3
Participaria de abaixo assinado	75,5	24,5
Participa ou participou de manifestações e protestos	17,8	82,2
Participaria de manifestações e protestos	35,2	63,9
Participa ou participou de greves	15,5	84,5
Participaria de greves	30,4	69,6

Fonte: ESEB 2002

O maior número de respostas afirmativas está na participação em abaixo assinados (51,7%) e um aumento significativo dos que participariam (75,5%) deste tipo de atividade, o que demonstra um certo interesse dos cidadãos nesta ação.

Ao cruzarmos estes dados com o índice eleitoral, o pertencimento ao índice é significativo para os que participam ou participaram de assinatura de abaixo-assinado, confirmando os dados apresentados anteriormente. Estar ou não estar no índice não modifica muito a participação nos abaixo-assinados, mas pertencer ao índice tem um significado positivo para manifestações e protestos e para a participação em greves, como mostra a Tabela 7:

Tabela 7
Índice Eleitoral x Participação Política
(Participa ou Participou)

		Índice eleitoral	
		0	1
Participação de abaixo-assinado	0 – nunca participou	63,8%	42,9%
	1 – já participou	36,2%	57,1%
Participação de manifestações de protestos	0 – nunca participou	92,5%	78,8%
	1 – já participou	7,5%	21,2%
Participação de greves	0 – nunca participou	92,2%	81,9%
	1 – já participou	7,8%	18,1%

Fonte: ESEB 2002

O percentual dos que estão no índice e participam ou participaram de abaixo-assinado continua mais alto em relação à participação em manifestações de protestos e manifestações de greve. Ao cruzarmos os dados da possibilidade de participação política com o índice eleitoral podemos observar algumas alterações:

Tabela 8
Índice Eleitoral x Participação Política (Participaria)

		Índice eleitoral	
		0	1
Participaria de abaixo-assinado	0 – não participaria	36,8%	20,4%
	1 – participaria	63,2%	79,6%
Participaria de manifestações de protestos	0 – não participaria	75,8%	59,7%
	1 – participaria	24,2%	40,3%
Participaria de greves	0 – não participaria	83,1%	65,1%
	1 – participaria	16,9%	34,9%

Fonte: ESEB 2002

A Tabela 8 mostra que a participação política aumenta sensivelmente entre os entrevistados que estão no índice eleitoral, especialmente na participação em manifestações de protestos – para os que estão no índice (40,3%), contra 24,2% para os que não estão no índice – e a participação em greves – 34,9% para os que estão no índice, contra 16,9% dos que estão fora do índice. Em relação aos abaixo-assinados, esta diferença não é significativa, ou seja, realizar as atividades que compõem o índice não significa maior ou menor adesão aos abaixo-assinados. Os dados também mostram que, em relação a esta questão, o percentual dos que não

estão no índice que não participariam de abaixo-assinados é inferior aos percentuais observados nas outras duas questões.

É interessante destacar que o percentual dos que participariam de manifestações e protestos entre os que não estão no índice triplica em relação aos que já participaram ou participam. Existe, assim, uma disponibilidade maior para este tipo de participação, mesmo entre os que não estão no índice eleitoral.

A seguir, analisamos a participação associativa social através das práticas que implicam em formas de solidariedade da natureza societária. O associativismo tem sido apontado como extremamente dinâmico nos últimos anos pela literatura brasileira. No entanto, os dados não se mostram tão significativos, conforme a Tabela 9:

Tabela 9
Participação Associativa Social

Participação	Sim	Não	Participou mas não participaria mais
Associações de moradores	7,6	79,2	13,2
Reunião de condomínio	7,9	85,3	6,8
Clube social ou esportivo	14,2	74,1	11,7
Assistencial religioso	27,3	64,9	7,7
Assistencial não religioso	5,9	89,6	4,5

Fonte: ESEB 2002

Tendo como referência a Pesquisa Mensal de Emprego de 1996, aparentemente o associativismo social teve um ligeiro aumento, especialmente a associação assistencial religiosa (27,3%) e a de clube social ou esportivo (14,2%). Deve-se acrescentar que o dado sobre associação assistencial religiosa não dá conta das diferenças entre católicos e evangélicos.

Ao relacionar o índice eleitoral com a participação associativa podemos observar esta associação de forma mais adequada:

Tabela 10
Índice Eleitoral e Participação Associativa Social

		Índice eleitoral	
		0	1
Associação de moradores	0 – não participa	88,0%	76,1%
	1 – participou mas não participa mais	7,6%	15,1%
	2 – participa	4,4%	8,8%
Reunião de condomínio	0 – não participa	91,4%	83,1%
	1 – participou mas não participa mais	3,7%	7,9%
	2 – participa	4,9%	9,0%
Clube social ou esportivo	0 – não participa	84,6%	70,2%
	1 – participou mas não participa mais	8,0%	13,1%
	2 – participa	7,5%	16,7%
Assistencial religioso	0 – não participa	77,9%	60,7%
	1 – participou mas não participa mais	3,7%	9,0%
	2 – participa	18,4%	30,3%
Assistencial não religioso	0 – não participa	95,9%	87,5%
	1 – participou mas não participa mais	1,3%	5,6%
	2 – participa	2,8%	7,0%

Fonte: ESEB 2002

Notamos, no índice, a diferença de participação assistencial religiosa (30,3%) em relação aos outros índices de participação, que continuam relativamente baixos, mas, neste caso, os que estão no índice eleitoral apresentam uma participação maior do que os que não estão. Interessante observar que o índice dos que participaram e não participam mais é maior entre os que estão no índice eleitoral, o que aponta para o fato de que os que estão no índice eleitoral são mais propensos ao associativismo social.

Com relação à participação associativa profissional e política, as porcentagens também não são significativas, excetuando a filiação sindical.

Tabela 11
Participação Associativa Profissional e Política

	Sim	Não
Filiação a Sindicato	19,0	81,0
Filiação a Associação Profissional	12,8	87,2
Filiação a Partido Político	6,1	93,9

Fonte: ESEB 2002

Este tipo de associação, quando relacionada com o índice eleitoral, apresenta as seguintes características:

Tabela 12
Índice Eleitoral e Associativismo Profissional e Político

		Índice eleitoral	
		0	1
Filiação a sindicato	0 – não é filiado	86,8%	79,1%
	1 – filiado	13,2%	20,9%
Filiação a associação profissional	0 – não é filiado	92,2%	85,4%
	1 – filiado	7,8%	14,6%
Filiação a partido político	0 – não é filiado	98,7%	32,3%
	1 – filiado	1,3%	7,7%

Fonte: ESEB 2002

Os dados mostram que o percentual de filiados a sindicatos não sofre grande variação entre os que estão no índice e os que não estão. No entanto, a diferença é significativa quando são comparados os que estão filiados a uma associação profissional e os que não pertencem à associação deste tipo e mais ainda quando observamos os que são filiados a partidos políticos ou não. Neste último caso, 1,3% não estão no índice eleitoral e 7,7% estão.

Os dados da pesquisa ESEB permitem algumas indicações sobre a relação entre o associativismo e a participação eleitoral.

Uma análise geral dos dados apresentados aponta que ter adesão à participação eleitoral, tal como definida pelo índice eleitoral estabelecido, significa uma tendência à maior participação política, especialmente em manifestações de protestos e de greves, em participação nas associações profissionais e filiação a partidos políticos. Diferentemente, a participação em abaixo-assinados e filiação partidária não têm correlação com a participação eleitoral, sugerindo que outros fatores devem estar interferindo neste tipo de participação e associativismo.

Bibliografia

ALMOND, G. e VERBA, S. The Civic Culture: Political Atitudes And Democracy. *Five Nations.* Boston, Little Brown and Company, 1963.

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova. Revista de Cultura Política*, n. 39, p. 149-174, 1997.

BAQUERO, Marcelo e PRÁ, Jussara Reis. Matriz Histórico-Estrutural da Cultura Política no Rio Grande do Sul e Padrões de Participação Política. *Cadernos de Ciência Política*. Porto Alegre, UFRGS, n.3, 1995.

BOSCHI, Renato. *A arte da associação*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.

CASTRO, Mônica Marta Machado de. *O comportamento eleitoral no Brasil: diagnóstico e interpretações: teoria e sociedade*. Belo Horizonte, n.1, p. 126-168, 1997.

DAHL, Robert. *Polyarchy, Participacion and Oposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

FERREIRA, Marcelo Costa. A participação política e os seus determinantes sócio-econômicos: as regiões metropolitanas brasileiras – 1988-1996. *Opinião Pública*. Campinas: Cesop, v. 5, n.2, p. 76-86, junho, 1999a.

_____. Associativismo e contato política nas regiões metropolitanas do Brasil - 1988-1996. Revisitando o problema da participação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* ANPOCS, v. 14, n. 41, p. 90-102, outubro, 1999b.

_____. Participação e comportamento político no Estado de São Paulo, 1990. *Opinião Pública*. Campinas: Cesop, v. 6, n.2, p. 252-266, outubro, 2000.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto*. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1991.

INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. *American Political Sciense Review*, v. 22, n. 4, p. 1203-1229, 1988.

LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAMOUNIER, Bolivar. *Voto de Desconfiança em São Paulo: eleições e mudanças 1970-79*. Rio de Janeiro Vozes, 1980.

LIMA Jr., Olavo. Brasil de Partidos, Eleições e Poder Legislativo. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira*. São Paulo: Sumaré, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. Democratização e Cultura de Massas no Brasil. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo: CEDEC, n. 26, p. 5-51, 1992.

POLLOCK, Philip H. Organizations as Agents of Mobilization: How Does Group Activity Affect Political Participation?. *American Journal of Political Science*, v.26, n.3, p. 485, 1982.

REIS, Fábio W. (Org.). *Os partidos e o regime, a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

RENNÓ, Lucio R. Teoria da Cultura Política. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 45, 1º semestre, p. 71-92, 1998.

_____. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião Pública*. Campinas: Cesop, v. 7, p. 33-59, maio, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *As razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SIMÃO, Aziz. O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 1, p. 130-141, 1956.

SOARES, Gláucio Ari Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

O Índice de Participação e a importância da educação

José Paulo Martins Júnior
Programa de Doutorado em Ciência Política da
Universidade de São Paulo

Humberto Dantas
Centro Universitário São Camilo
Programa de Doutorado em Ciência Política da
Universidade de São Paulo

Resumo
O artigo analisa a participação e envolvimento do eleitorado brasileiro com relação a aspectos da dinâmica e política. Com base em três grupos de variáveis relacionados à participação em grupos e movimentos associativos; à participação em campanhas políticas e acesso à informação política, os autores elaboram um índice de Participação. O artigo utiliza os dados do ESEB 2002.
Palavras-chave: Estudo Eleitorado Brasileiro; participação política; democracia; comportamento eleitoral

Abstract
The article analyses the levels of participation of Brasilian electorate in relation to aspects of the political dynamics. Based on three group of variables related do participation in associative movements, participation in political campaigns and political information, the authors create an Index of participation. The data come from 2002 Brazilian Electoral Study.
Keywords: Brazilian Electoral Study; political participation; democracy; electoral behavior

Introdução

Popularmente o brasileiro costuma receber o título de mau eleitor. Cunhou-se a idéia de que "não sabemos votar" e que tal fenômeno é responsável por boa parte dos problemas relacionados à má administração dos negócios públicos no país. A cada falha, escândalo ou denúncia relacionados aos representantes que ocupam ou ocuparam cargos públicos, o eleitor é logo lembrado como um dos responsáveis pela sua "indicação equivocada" ao cargo. Partindo do pressuposto constitucional de que o poder emana do povo e de que o eleitorado é responsável pela condução de seus representantes ao poder, qual seria a alternativa possível para que mudássemos esse rótulo? Existem variáveis capazes de apontar o desinteresse do brasileiro pela participação política? Ou vivemos sob um estigma que não condiz com nossa realidade?

Para Benevides (1991), as crenças populares imputam ao povo, além de uma multiplicidade de outras carências, a incompetência para votar em questões que "não pode entender", a incoerência em suas opiniões e a irresponsabilidade política. Além disso, afirma-se que o povo tende a votar de forma mais "conservadora" e mostrar-se "apático" para a participação política. Por fim, o povo é tido como vulnerável às pressões de grupos econômicos, é dominado por "paixões" e dirigido pela "tirania da maioria". Segundo a autora, no entanto, esses argumentos são exagerados e afastam ainda mais a sociedade de uma "participação mais efetiva no exercício do poder político". Como alternativa, a autora aponta o envolvimento da sociedade em escolhas que transcendem o voto. O Plebiscito, o Referendo e a Lei de Iniciativa Popular seriam os instrumentos que poderiam representar uma participação mais efetiva da sociedade nas decisões políticas da sociedade brasileira. A despeito da importância desses mecanismos legais, o que assistimos nacionalmente, desde a promulgação da Constituição de 1988, foram duas propostas populares que atingiram o número mínimo de assinaturas para ser apreciada pela Câmara dos Deputados, um plebiscito em 1993 e nenhum referendo.

Ao contrário do que se previa ao longo de todo o processo constituinte (WHITAKER et al, 1989), ou seja, que o brasileiro envolver-se-ia ativamente nas decisões políticas, assistimos a um distanciamento e uma descrença acentuada nos representantes, na democracia, nos partidos, no Poder Legislativo, no Executivo e no voto. Alguns levantamentos realizados nos últimos quatro anos comprovam esse afastamento e o desinteresse do brasileiro. Em 2000, a Fundação Perseu Abramo entrevistou jovens entre 15 e 24 anos em dez regiões metropolitanas do país e constatou que 80% confiavam totalmente em suas famílias, 39% em seus professores e 30% na igreja e nos padres católicos. Enquanto isso, o percentual que

depositava plena confiança nos vereadores, no governo federal, nos partidos políticos e nos deputados e senadores, separadamente, era inferior a 2%.

A falta de envolvimento político também aparece nos números levantados por uma pesquisa coordenada pela professora Maria D´Alva Kinzo (Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo) poucos meses antes das eleições de 2002 na Grande São Paulo. Os dados revelam que apenas 37% dos eleitores acompanham o noticiário sobre política freqüentemente. Além disso, mesmo durante a campanha eleitoral, 52% afirmam que não votariam se não fossem obrigados e quase metade dos entrevistados, 48%, acreditam que o voto influencia pouco, ou nada, o que acontece no país. Concomitantemente, cerca de 40% dos eleitores acreditam que os partidos não são necessários ao funcionamento da política.

Quando indagados sobre as eleições anteriores – eleição municipal em 2000 e estadual/federal em 1998 – 71% não se lembravam em quem haviam votado para vereador e cerca de 50% para os cargos de deputado estadual e federal, isto sem contar aqueles que apontaram nomes errados, os cerca de 15% que afirmaram ter votado em branco e nulo e os 18% que disseram não ter votado. Por fim, quando questionados sobre o nome de um político do estado de São Paulo presente na Câmara dos Deputados e um representante da Assembléia Legislativa, 82,3% e 88,2%, respectivamente (sem considerar equívocos), não souberam apontar um parlamentar.

Com relação ao funcionamento da democracia, em pesquisa divulgada em 2004, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) mostrou que pouco mais de 30% dos brasileiros podem ser considerados democratas e 27% dos entrevistados não apóiam a democracia.

O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado em 2002, mostra que quase dois terços dos brasileiros (62%) estão insatisfeitos com o funcionamento da democracia no país, sendo que praticamente a metade dos entrevistados (46%) abriria mão do voto se esse não fosse um direito de exercício obrigatório. Além disso, a pesquisa revela que mais da metade dos eleitores (54%) não se lembrava dos candidatos escolhidos para a Câmara dos Deputados e para as Assembléias Estaduais, sem levar em consideração os equívocos. Esse desinteresse pode ser explicado por outros dados: 71% entendem que senadores e deputados federais não representam, ou representam muito pouco, o que pensam os eleitores. E 83% afirmam que os políticos são corruptos sempre ou na maior parte do tempo.

Observando esse distanciamento entre representantes e representados emerge o principal objetivo desse trabalho: saber, dentre os eleitores brasileiros, qual o seu envolvimento com a política. Tal questão será dividida em três segmentos: a) a busca pelo noticiário político, capaz de torná-lo um sujeito informado; b) a participação em campanhas eleitorais, em que utiliza-se o pleito de

2002 e; c) o envolvimento em movimentos de representação social, tais como sindicatos, associações, greves, reivindicações etc. A base de dados utilizada para captar tais fenômenos é o ESEB, realizado após a eleição de 2002. De posse dos resultados agrupados nesses três conjuntos, voltaremos nossa atenção ao grupo de indivíduos que, de acordo com as variáveis utilizadas, demonstrou um índice baixo de envolvimento. Quais as características desses sujeitos? Existe um perfil comum capaz de caracterizar esse grupo? Há diferenças de sexo, escolaridade, renda, religião etc? A busca por informação e maior participação explica uma maior crença nos mecanismos democráticos, nas instituições e nos poderes representativos? Essas são as principais indagações deste trabalho. Resumindo, existem características capazes de diferenciar o cidadão desinteressado daquele que participa e se informa?

Para resolver esse problema, este trabalho foi dividido em três partes. A primeira traz uma abordagem teórica a fim de discutir as teses acerca da participação e educação política; a segunda traz uma explicação a respeito do método utilizado para a detecção do envolvimento/interesse dos eleitores com a política e a terceira, finalmente, analisa os resultados obtidos no ESEB 2002 com o intuito de definir quem são aqueles que aparentemente se interessam pouco pela política do país e quais as eventuais diferenciações entre esses indivíduos e aqueles que buscam informação e participação.

Aspectos teóricos

Nosso principal objetivo não é encerrar a discussão teórica sobre os incentivos à participação do eleitorado e os principais motivos responsáveis pelo desinteresse do cidadão perante questões fundamentais ao pleno funcionamento da sociedade. O que nos interessa é mostrar que uma parcela significativa das definições da Ciência Política para os termos democracia e cidadania passa pelas questões do envolvimento do eleitorado na vida política, do interesse pelas questões públicas e de uma educação voltada à elevação do nível de participação. Nesses casos, o afastamento e o desinteresse políticos são vistos como ameaças ao pleno funcionamento de um regime democrático.

Vários autores clássicos na Ciência Política consideram fundamental a necessidade de os eleitores serem cidadãos informados e conscientes da responsabilidade que representa a participação. Alguns chegam a defender a existência de diferenciação de peso entre os votos dos eleitores que tenham maior "sabedoria" e os dos demais. Outros são favoráveis à limitação da ocupação dos cargos de representação por sujeitos mais capacitados para tal – por exemplo,

cidadãos que estudaram para desempenhar tais funções. Com a efetivação do conceito de sufrágio universal, entendido como um dos preceitos indispensáveis às democracias modernas, do princípio fundamental do *one man, one vote, one value,* e da capacidade plena (salvo critérios de idade) de elegibilidade dos cidadãos, a conscientização e o envolvimento do eleitorado passaram a ser entendidos como fonte fundamental das boas escolhas e dos resultados que efetivam o funcionamento adequado dos regimes democráticos.

No século XVIII, os Federalistas defendiam a existência de eleições indiretas, devido à distinção entre os eleitores: existem aqueles mais facilmente traídos pelas paixões e aqueles mais bem preparados para escolher o representante do Poder Executivo Federal. Desse pensamento derivaria a idéia de que o voto deveria ter pesos diferentes, sendo conferida maior importância ao voto dos homens mais sábios e esclarecidos.

Em "A Democracia na América", (1973), Alexis de Tocqueville mostra que o federalismo norte-americano deve ser entendido como um sistema que demonstra o medo pelas paixões e defende que as eleições indiretas garantem a qualidade da escolha. Em alguns casos, esta deve ser processada por sujeitos que gozam de uma superioridade intelectual e moral para salvar a democracia e guiar o povo. Quanto a este último, por mais que haja boa vontade na escolha, falta-lhe a arte de julgar e, por esse motivo, boa parcela da sociedade pode ser vítima dos políticos charlatões. O caráter indireto de algumas escolhas eleitorais e o modelo federalista americano representam um bem à democracia e, conseqüentemente, à nação.

Já Montesquieu (1973) defende que o povo tem uma "capacidade natural" para escolher seus representantes. Estes indivíduos, por sua vez, gozavam de uma grande vantagem sobre o povo: somente eles estavam aptos a discutir os assuntos públicos. Assim, todos os cidadãos eram capazes de escolher, mas poucos eram aqueles que podiam, de fato, representar. Além disso, para o autor, é clara a necessidade de que aqueles que escolhem os políticos devem se orientar muito bem, agindo com um indispensável bom senso, debatendo e trocando informações. A "boa escolha" é propiciada pelas condições de conhecimento público, o que justifica também a defesa da escolha de representantes em áreas restritas (distritos).

O argumento é muito semelhante ao defendido por Thomas Jefferson (1973), para o qual o povo não tem capacidade para exercer o Executivo, mas tem para escolhê-lo. Assim como também não tem para legislar, mas tem para selecionar os melhores legisladores. A educação é capaz de despertar em cada um o espírito necessário à manutenção do poder do povo. Educar, segundo Jefferson, é a maior garantia de liberdade e afastamento das possibilidades de corrupção, o que é fundamental para arrefecer ameaças e manter a democracia.

Para Jefferson e Montesquieu, o povo é capaz de escolher, mas não de exercer funções de representação. Esse é um pensamento diferente dos argumentos dos Federalistas e de Tocqueville, que defendem a existência de eleições indiretas, julgando boa parcela dos cidadãos incapaz de escolher os melhores sujeitos para lhes dirigir em determinadas esferas do poder. A trajetória da democracia ao longo do século XX vai mostrar que, ao contrário do pensamento clássico, as definições modernas do termo contemplam o direito de todos os homens escolherem seus representantes ou representarem seus semelhantes. A discussão acerca da importância da educação ganha, portanto, dimensões consideráveis.

John Stuart Mill (1973), analisando os governos representativos, divide os cidadãos em duas classes: ativos e passivos, e destaca que os governantes preferem o segundo grupo, uma vez que esses são mais dóceis e indiferentes. Os primeiros, no entanto, são indispensáveis à democracia e isso explica a extensão do sufrágio universal às classes populares. Essa participação tem um grande valor educativo, e o debate cotidiano entre sujeitos defensores de valores distintos é indispensável à conscientização.

Robert Dahl (2001) destaca a essencialidade do que chama de educação cívica. Tal instrução é conseguida nos meios formais de educação (escola), na ampla disponibilidade da informação pertinente nos meios de comunicação, na atuação dos partidos políticos (sobretudo nas democracias mais avançadas) e nas associações organizadas das quais os cidadãos fazem parte ou se aproximam. Ela é indispensável ao pleno funcionamento da democracia, ficando clara a necessidade de atuação e busca de informação por parte do cidadão.

Norberto Bobbio (1986), por sua vez, mostra-se preocupado com a apatia política, gerada pelo desinteresse da sociedade em questões de ordem pública. O autor, no entanto, acredita que o incentivo à participação tem limites, afirmando que não há mal maior à democracia que o seu excesso. A alternativa é ampliar os espaços de participação, fazendo com que ela seja sentida como um processo natural, presente no dia-dia das pessoas. Dessa forma, democrático não é mais exclusivamente o país que estende a participação ao maior número de pessoas mas sim que garante a ampliação da quantidade de espaços democráticos. Significa dizer que o termo é aprendido cotidianamente e que a informação e a associação são fundamentais à sua efetivação.

A definição de cidadania para T. H. Marshall também aponta para a necessidade de conscientização do sujeito com relação ao seu papel dentro da sociedade. A conquista dos direitos políticos, marca registrada do século XIX em alguns países, demonstra a luta de parcelas específicas da população por representação no poder. Apenas no século XX, no entanto, há à extensão do voto até o sufrágio universal. A educação torna-se central ao conceito de cidadania, tendo

como papel fundamental transformar o homem em cavalheiro, ou seja, promover a conscientização necessária à evolução do sujeito como cidadão.

Para o caso brasileiro, Benevides (1991) destaca o papel fundamental dos mecanismos de participação popular para a aproximação da sociedade com o poder e afirma a importância da instrução. A educação política se dá através de um processo de debates, discussões, busca por informação e participação. O intuito maior do presente trabalho é exatamente avaliar o interesse do brasileiro em participar de campanhas políticas, movimentos sociais e buscar informações no noticiário político.

O método utilizado

Utilizamos variáveis contidas no ESEB 2002 divididas em três grupos que podem ser relacionados às definições modernas de democracia: a) a participação em grupos e movimentos representativos de parcelas da sociedade; b) a participação em campanhas políticas e; c) a busca por informação política.

No primeiro conjunto, as variáveis destacam a participação dos indivíduos em grupos e movimentos representativos da sociedade. De acordo com Dahl, na definição de democracia está contida a liberdade de formar e aderir a grupos sociais, políticos e econômicos, atributo indispensável à liberdade dos cidadãos de organizarem suas opiniões e defenderem suas idéias. Além disso, segundo o autor, "*associações independentes também são uma fonte de educação cívica e esclarecimento cívico: proporcionam informações aos cidadãos e, além disso, oportunidades para discutir, deliberar e adquirir habilidades políticas*" (DAHL, 2001, p. 111). A formação de grupos na sociedade é indispensável à representação de valores e conquistas de espaços e é relevante para a definição de democracia.

A relevância do segundo grupo de variáveis também pode ser explicada pelo pensamento de Dahl. O autor destaca que "*para se adquirir uma compreensão esclarecida de possíveis atos e políticas do governo, também é preciso a liberdade de expressão. Para adquirir a competência cívica, os cidadãos precisam de oportunidades para expressar seus pontos de vista, aprender uns com os outros, discutir e deliberar, ler, escutar e questionar especialistas*" (DAHL, *Op. Cit.*, p. 110). No que diz respeito à participação e ao envolvimento em campanhas, a efetivação do conceito de liberdade de expressão discutido pelo autor é fundamental e, para a presente análise, pode ser buscada nas variáveis do ESEB como envolvimento com candidatos, utilização de símbolos de campanha etc.

No último grupo de variáveis, a relevância é justificada por duas questões também apresentadas por Dahl: "*como os cidadãos podem adquirir a informação de que precisam para entender as questões se o governo controla todas as fontes*

importantes de informação? (...) Como poderiam os cidadãos participar realmente da vida política se toda a informação que pudessem adquirir fosse proporcionada por uma única fonte?" (DAHL, *Op. Cit.*, p. 111). Nesse caso, o foco está na democratização da informação, posto que o cidadão precisa de informação para participar da vida política.

A partir dos três indicadores que podem medir a efetivação de parte do conceito de democracia junto ao eleitorado brasileiro, o passo seguinte foi identificar e separar as variáveis do ESEB 2002 que atendessem a cada um desses grupos.

Nas Tabelas 1, 2 e 3 é possível verificar a quantidade de variáveis utilizadas em cada indicador. As respostas restringiam-se a duas possibilidades: "atende" ou "não atende" ao critério esperado. Nos casos em que existiam mais de duas opções de resposta na mesma questão, optamos por recodificá-la. Além disso, algumas questões foram combinadas, por representarem a mesma ação. Por exemplo, as variáveis: "Assiste Jornal Nacional" e "Assiste Jornal da Record" foram combinadas na variável "Assiste noticiário político pela televisão".

De posse de todas as variáveis, a etapa seguinte consistiu em elaborar um índice de participação geral (chamado de Índice de Participação - IP), que combinasse os resultados dos três conjuntos de indicadores. Nesse caso, a metodologia utilizada foi extremamente simples, sendo a principal preocupação do trabalho detectar a quantidade de pontos que cada entrevistado somou. Não foi dada maior ou menor importância a nenhuma das variáveis, mesmo porque não nos parece possível determinar o que é mais ou menos relevante à democracia: participar de uma campanha política ou acompanhar regularmente o noticiário pela televisão, por exemplo. Dessa forma, todas as variáveis tiveram o mesmo peso, mas o conjunto composto por um número maior de variáveis destacou-se frente aos demais. Nesse caso, é importante frisar que o primeiro conjunto é composto por dez variáveis, o segundo por quatro e o terceiro por cinco.

O cidadão que participa plenamente, que nos parece absolutamente impossível de ser encontrado dada a complexidade das combinações necessárias, seria aquele que somasse 19 pontos, e os mais próximos de zero seriam aqueles que não têm o menor interesse pela política, ou que, pelo menos, este interesse não foi encontrado a partir das questões utilizadas. Considerando a pontuação máxima equivalente a 19 pontos, fizemos três cortes para definir os graus de participação: baixo, médio e alto. Nossa preocupação era analisar o grupo que somou menos pontos. Para tanto, foram processados cruzamentos com variáveis explicativas, para caracterizar esse grupo e compará-lo, principalmente, com os cidadãos inseridos no grau mais alto de participação. Em um segundo momento, tentamos perceber como ambos os grupos comportam-se com relação às variáveis que buscam opiniões acerca de variáveis políticas: o sentimento em relação à

democracia, aos partidos, aos representantes etc. Por último, apresentamos os resultados de regressões lineares que tinham por intuito explicar o comportamento dos cidadãos em relação ao Índice de Participação.

O modelo aqui apresentado parte do pressuposto, meramente teórico, de que o bom eleitor é aquele que se encaixa nas condições que constituem o Índice de Participação. Outros motivos podem explicar a capacidade de os eleitores processarem boas escolhas políticas, mas este indicador tem relação direta com considerações teóricas acerca dos conceitos de cidadania, democracia e participação política.

Análise dos dados

Desde o primeiro contato com a base de dados do ESEB 2002, nossa preocupação concentrou-se na análise do grau de participação do eleitor brasileiro em atividades sócio-políticas. Estabelecer um índice de envolvimento político que nos permitisse conhecer um pouco mais as diferenças existentes entre os eleitores era nosso principal intuito.

O primeiro dos indicadores, o "índice de participação social e política", foi composto por dez variáveis[1] que medem aspectos relacionados a contatos com políticos e/ou burocratas para pedir soluções de problemas sociais; participação em comício ou protesto contra ou a favor do governo; tentativas de resolver problemas junto com outras pessoas; assinatura de abaixo-assinado, participação em manifestações, protestos e greves; filiação a sindicato, associação profissional e partido político e participação em associação de moradores ou reunião de condomínio. Esse índice resultou em uma escala de zero a dez, na qual zero equivale a nenhuma participação social e política relacionada a essas variáveis e dez equivale ao máximo de participação. Cabe destacar nesse caso que metade da amostra não foi além do grau 1 e que apenas 5% superaram o grau 5.

[1] As variáveis em questão reproduzem as seguintes perguntas do questionário do ESEB: **p44)** Nos últimos 4 anos o(a) Sr.(a) fez contato com algum político, ou alguém que trabalha no governo, para pedir a solução de algum problema que prejudicava muitas pessoas ou reclamar do próprio governo?; **p45)** Nos últimos 4 anos, o(a) Sr.(a) participou de algum protesto ou comício contra ou a favor do governo?; **p46)** Nos últimos 4 anos, o(a) Sr.(a) tentou resolver algum problema junto com outras pessoas que pensam como o(a) Sr.(a)?; **p76)** Agora eu gostaria de saber quais destas atividades o(a) Sr.(a) já fez em algum momento da sua vida e quais o(a) Sr.(a) nunca fez: **a)** Assinar um abaixo assinado; **b)** Participar de manifestações ou protestos; **c)** Participar de greve; **p77)** O(a) Sr.(a) participa ou já participou de ...? **a)** Associação de moradores (ou de bairro); **b)** Reunião de condomínio **(combinadas em uma única variável)**; **p78)** O(a) Sr.(a) é filiado(a) a algum ...? **a)** Sindicato; **b)** Associação profissional e **c)** Partido político..

Tabela 1
Índice de participação social e política

Índice de participação social e política	
Grau	%
0	27,4
1	23,6
2	18,2
3	12,2
4	8,3
5	5,2
6	2,4
7	1,6
8	0,7
9	0,4
10	0,04
Total	100

Fonte: ESEB 2002

O segundo indicador, o "índice de participação em campanhas", foi composto por quatro variáveis[2] que mediam o envolvimento do entrevistado em campanhas eleitorais. As perguntas eram sobre a tentativa de convencimento de eleitores, apoio a candidatos - participando de reuniões, distribuindo panfletos ou colando cartazes - colocação de faixas, cartazes e adesivos na residência ou no veículo, e ser procurado por candidato ou partido recebendo pedido de voto. O índice resultou em uma escala de 0 a 4, na qual zero significa nenhuma participação eleitoral em relação às variáveis selecionadas e quatro significa intensa participação eleitoral nesses quesitos. Na Tabela 2 podemos verificar que a grande maioria dos entrevistados, cerca de 70%, atingiu valores até 1. Valores iguais ou

[2] **p1)** Durante a campanha eleitoral o(a) Sr.(a) tentou convencer alguém a votar em algum candidato ou partido? (se sim) Com que freqüência: muitas vezes, algumas ou poucas vezes?; **p2)** Durante as eleições o(a) Sr.(a) mostrou seu apoio a algum candidato ou partido participando de reuniões, colando cartazes ou distribuindo panfletos? (se sim) Com que freqüência: muitas vezes, algumas ou poucas vezes?; **p3)** E o(a) Sr.(a) colocou faixas ou cartazes de algum candidato em sua casa, no trabalho, ou colou adesivo no carro? e **p4)** Durante a campanha eleitoral um candidato ou uma pessoa de qualquer partido entrou em contato com o(a) Sr.(a) para pedir o seu voto?

superiores a três, ocorreram em apenas 12% dos casos. A campanha eleitoral de 2002 mobilizou pouco os eleitores, e as razões para esse fato podem ser creditadas à ampla dianteira de um dos candidatos durante toda a campanha - caso do Executivo Federal. Também deve ser levado em conta que os temas da campanha foram altamente genéricos e com pouca conotação ideológica.

Tabela 2
Índice de participação em campanha

Índice de participação em campanha	
Grau	%
0	34,8
1	34,8
2	18,0
3	8,6
4	3,7
Total	100

Fonte: ESEB 2002

O último indicador foi denominado "índice de informação". Nele utilizamos variáveis que mediam as maneiras pelas quais os entrevistados informavam-se sobre política. Foram utilizadas seis variáveis, sendo que duas foram combinadas em uma[3]. As perguntas eram sobre a leitura de jornal, o acompanhamento de telejornais, a audiência de programas de rádio com conteúdo político, conversas sobre política com parentes e amigos e busca de informações sobre o trabalho de algum político. O índice resultou em uma escala de 0 a 5. Nesse caso, conforme podemos ver na Tabela 3, os valores mais baixos, até 1, somaram 35%, e os mais altos, 4 ou mais, atingiram 23%. Isso mostra que, cerca de um quarto do eleitorado brasileiro procura manter-se informado sobre política.

[3] **p61)** O(a) Sr.(a) costuma ler jornal?; **p66)** Quantos dias por semana o(a) Sr.(a) assiste o Jornal Nacional da TV Globo? e **p67)** Quantos dias por semana o(a) Sr.(a) assiste o Jornal da Record apresentado por Boris Casoy? **(combinadas)**; **p71)** O(a) Sr.(a) ouve programas de rádio que debatem temas políticos?; **p72)** Com que freqüência o(a) Sr.(a) conversa sobre política com parentes e amigos, sempre, às vezes, raramente ou nunca? e **p79)** O(a) Sr.(a) costuma se informar sobre o trabalho de algum político?

Tabela 3
Índice de informação política

Índice de informação política	
Grau	%
0	14,5
1	21,0
2	22,0
3	19,8
4	16,7
5	6,0
Total	100

Fonte: ESEB 2002

Esses três índices foram somados, resultando o que chamamos de Índice de Participação - IP. Esse índice contempla os três aspectos que julgamos mais importantes para avaliar o grau de envolvimento sócio-político dos entrevistados. Não é objetivo explicar através dele como ou porque alguém se envolve pouco com os temas políticos e sim saber apenas a magnitude do aparente desinteresse e quais são as variáveis que distinguem os diferentes níveis de participação.

A Tabela 4 mostra toda a escala de valores do IP. Nela, observamos que 5% dos entrevistados não somaram qualquer valor nas 19 variáveis. Eles não se informam e não participam de nenhuma das atividades listadas. No outro extremo, nenhum entrevistado atingiu o valor máximo.

Tabela 4
Índice de Participação

Índice de Participação - IP	
Grau	%
0	4,8
1	8,8
2	9,4
3	11,4
4	12,3
5	11,5
6	9,5
7	6,9
8	7,5
9	5,2
10	4,9
11	2,3
12	1,7
13	1,3
14	1,1
15	0,3
16	0,7
17	0,2
18	0,1
19	0,0
Total	100

Fonte: ESEB 2002

Para efeitos de análise, preferimos agrupar os valores em três faixas: alto, médio e baixo grau de participação, sendo que o último grupo compreende dois terços dos indivíduos e ainda lembrando que na montagem do IP, 273 casos foram perdidos. Os eleitores com alto grau de participação são apenas 2% e, entre os demais, 30% estão no grupo intermediário (Tabela 5). Esta foi a variável utilizada para a análise seguinte, cujo objetivo é opor os dois grupos extremos e verificar quais são os aspectos que os diferenciam e quais os aproximam.

Tabela 5
Índice de Participação por faixas

Índice de Participação		
	% válido	% acumulado
Grau baixo	67	67
Grau médio	30	98
Grau alto	2	100
Total	100	

Fonte: ESEB 2002

No que diz respeito às variáveis socioeconômicas, existem diferenças aparentemente relevantes quando analisamos o sexo, a escolaridade, a renda, a religião e a participação em atividades econômicas. Considerando o grau baixo, as mulheres são a maioria: 56% contra 44% de homens. No grau alto, a situação se inverte, os homens são a maioria: 58% contra 42% de mulheres.

Duas variáveis que estão altamente correlacionadas, escolaridade e renda, também guardam relação com o IP. No grau baixo, apenas 7% completaram o ensino superior e 39% chegaram somente até o primário. No grau alto, 44% completaram a faculdade e 12% não foram além do primário. O mesmo quadro pode ser observado quanto à renda familiar, lembrando que as duas variáveis guardam relações significativas entre si: 18% no grau baixo e 60% no grau alto têm renda acima de cinco salários mínimos. O quadro se inverte na faixa de renda familiar até 1 salário mínimo, com 13% no grau baixo e 2% no grau alto. Estar no mercado de trabalho também é um aspecto relevante para a participação: os entrevistados que fazem parte da população economicamente ativa participam mais. No grau baixo, 64% são PEA, enquanto entre aqueles com grau alto de participação o índice atinge 81%.

No que diz respeito à religião, o único índice que chama a atenção é o de 2% de evangélicos pentecostais no grau alto, e 13% no grau baixo. Considerando as demais religiões, não encontramos qualquer diferença significativa. Não apenas a crença tem fraca relação com o IP, também não foi encontrada, inicialmente, qualquer associação desse com a cor, a idade, a região do país e até mesmo a unidade federativa do entrevistado.

Procuramos distinguir também esses dois grupos de eleitores quanto ao tipo de informação que eles preferem no momento de escolher um candidato. Percebe-se claramente a preferência dos eleitores do grau alto pelas notícias de jornais, rádio e tv. Pelo menos 58% dizem que elas ajudam muito, índice que não ultrapassa os 36% entre aqueles de grau baixo de participação. Enquanto as notícias têm peso maior que o horário eleitoral entre os eleitores que participam mais, entre os menos participativos, a informação jornalística é tão importante

quanto o tempo que os partidos e candidatos têm reservado para suas campanhas. Esse peso do horário eleitoral entre os cidadãos que participam menos talvez explique entre estes o maior índice de concordância com a manutenção desse tipo de propaganda, 81%, contra 64% dos eleitores contidos no alto grau alto de participação.

Tabela 6
Indicadores relacionados à informação política

Concordam que esses fatores AJUDAM MUITO		
	Baixo Grau	Alto Grau
Notícias: na diferenciação dos candidatos	32%	65%
Notícias: no conhecimento dos partidos	22%	60%
Notícias: no conhecimento das propostas de governo	36%	58%
Horário eleitoral: na diferenciação dos candidatos	32%	18%
Horário eleitoral: no conhecimento dos partidos	24%	30%
Horário eleitoral: no conhecimento das propostas de governo	34%	43%
Deveria manter o horário eleitoral gratuito	64%	81%

Fonte: ESEB 2002

Procuramos estabelecer também a diferença entre os dois grupos de eleitores no que diz respeito às suas opiniões sobre questões sociais, comportamentais e políticas. De maneira geral, não existem diferenças profundas entre os dois grupos. Eles compartilham a mesma visão em diversos aspectos: ambos acreditam que a democracia é a melhor forma de governo, mas estão insatisfeitos com seu funcionamento no Brasil, afirmam que o cumprimento da lei é importante, que a corrupção acontece o tempo todo no país e que faz diferença quem o governa.

Os pontos que mais os diferenciam estão relacionados ao combate à violência. Os eleitores do grau baixo tendem a adotar uma postura mais conservadora, apoiando com mais força a pena de morte e a presença do exército nas ruas para combater o crime. Além disso, aderem menos do que os eleitores mais participativos (49% contra 73%) à idéia de que o governo deva desapropriar terras sem uso. Outro aspecto importante que os diferencia é o peso que dão às eleições presidenciais. Apenas um terço dos cidadãos do primeiro grupo acreditam que elas ajudam a melhorar a vida das pessoas, enquanto quase dois terços dos indivíduos que registram alto índice de participação acreditam nessa afirmação.

Tabela 7
Indicadores relacionados à opinião

	Baixo Grau	Alto Grau
Governo deve desapropriar terras sem uso	49%	73%
À favor do exército nas ruas	82%	67%
À favor da pena de morte	46%	31%
Eleições presidenciais ajudam a melhorar a vida	33%	65%

Fonte: ESEB 2002

A descrença em relação às eleições presidenciais para os que estão no grau baixo não surpreende quando analisamos a Tabela 8. Nela está clara para os dois grupos a diferença entre as formas de encarar a política. No grau baixo, apenas 4% declararam ter muito interesse por política, 17% souberam citar o nome correto de algum deputado federal, 34% sabiam qual o partido do presidente, 43% gostam de algum partido, 87% votaram na última eleição e 44% votariam caso o voto não fosse obrigatório. Por outro lado, os eleitores participativos são significativamente mais interessados em política: 64% afirmam este interesse, a maioria conhece algum deputado federal (67%), sabe qual é o partido do presidente (77%), gosta de algum partido (68%), 87% votariam caso o voto não fosse obrigatório e todos votaram na última eleição.

Tabela 8
Indicadores relacionados à política

	Baixo Grau	Alto Grau
Têm muito interesse por política	4%	64%
Nome correto de algum deputado federal	17%	67%
Partido do presidente	34%	77%
Gosta de algum partido	43%	68%
Votaram na última eleição	87%	100%
Votariam caso o voto não fosse obrigatório	44%	87%

Fonte: ESEB 2002

Quando divididos em dois grupos distintos – baixo grau no índice de participação e alto grau no índice de participação – os eleitores brasileiros revelam significativas diferenças entre si. Além de diferir no que diz respeito a algumas variáveis independentes que regularmente são utilizadas para esse tipo de análise,

como renda e escolaridade, os grupos analisados mostraram-se diferentes quanto às opiniões sobre participação política e ação governamental.

Para aprofundar a análise sobre as diferenças que explicam uma maior ou menor participação dos cidadãos, utilizamos um método estatístico mais sofisticado. Os modelos de regressão linear são utilizados para relacionar a variável dependente – neste caso, o índice de participação – com variáveis explicativas, também chamadas covariáveis ou variáveis independentes. O modelo que optamos reúne variáveis socioeconômicas, políticas e de opinião[4].

O modelo com 13 covariáveis consegue explicar quase 30% da variação do índice de participação. Por este modelo, uma mulher, analfabeta, fora da população economicamente ativa, com idade média, não católica, branca ou amarela, não-eleitora no 2.º turno de Lula ou Serra, para qual nenhum candidato representa sua forma de pensar, que não gosta de partido político, que não votaria se o voto não fosse obrigatório, a quem nunca foi oferecido nada em troca do voto e que pensa que o horário eleitoral gratuito deveria acabar, teria um índice de participação esperado de 0,03057, ou seja quase zero.

Pela Tabela 9, considerando o modelo proposto, a variável que mais impacta é a escolaridade, com um beta de 0,359: para cada ano de escolaridade, espera-se que o índice suba 0,237 pontos. As variáveis políticas mais impactantes são: gostar de algum partido político, votar mesmo que o voto não seja obrigatório e ter algo oferecido em troca do voto, com betas de 0,146, 0,178 e 0,149 respectivamente. Quando o indivíduo afirma que gosta de algum partido, o índice esperado sobe 1,015 pontos; quando afirma que votaria mesmo que o voto não fosse obrigatório, o índice esperado sobe a 1,244 e quando afirma que alguém ofereceu algo em troca do voto, o índice esperado sobe 2,413 pontos.

Outras variáveis socioeconômicas que têm impacto sobre o índice de participação são o sexo, com beta de 0,073; PEA-não-PEA, com beta de 0,95 e idade, com beta de 0,169. Considerando o B (beta), que é o coeficiente não-padronizado, quando o indivíduo é homem, espera-se que o índice suba 0,506; fazer parte da população economicamente ativa faz o índice esperado subir 0,72 pontos, e cada ano a mais de vida aumenta o índice em 0,03845 pontos. Finalmente, outra variável política significativa é o fato de ter intenção de voto ou ter votado em Lula no 2.º turno, o que faz aumentar o índice esperado em 0,521 pontos. Por outro lado, algumas variáveis não foram significativas ao nível de 0,05

[4] As variáveis são: sexo (mulher=0, homem=1), escolaridade (desde analfabeto=0 até pós-graduação=18), pea – não-pea (não-pea=0 e pea=1), idade centralizada (média = 40,28 anos), religião (não católico=0 e católico=1), raça (branco e amarelo=0 e negro, pardo e indígena =1), vota Lula no 2.º turno (não=0, sim=1), vota Serra no 2.º turno(não=0, sim=1), algum candidato representa seu modo de pensar (não=0, sim=1), gosta de partido (não=0, sim=1), votaria caso o voto não fosse obrigatório (não=0, sim=1), alguém ofereceu algo em troca do voto (não=0, sim=1) e opinião sobre o horário eleitoral (deveria acabar = 0 e deveria continuar = 1).

para nosso modelo, quais sejam, o voto em Serra, ser católico e ser negro/ pardo/ índio.

Tabela 9
Coeficientes da regressão

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1		3,057E-02	,301		,102	,919
	Sexo	,506	,152	,073	3,322	,001
	Pea e Não-Pea	,720	,174	,095	4,133	,000
	IDADE	3,845E-02	,005	,169	7,388	,000
	Católico	-,301	,159	-,041	-1,897	,058
	Raça (dicotômica)	,248	,153	,036	1,616	,106
	Vota Lula	,521	,194	,075	2,682	,007
	Vota Serra	,387	,219	,049	1,763	,078
	Algum candidato a presidente dessa eleição representou sua maneira de pensar	,674	,159	,093	4,250	,000
	Gosta de algum partido político	1,015	,153	,146	6,635	,000
	Votaria caso o voto não fosse obrigatório	1,244	,156	,178	7,996	,000
	Prefeitura ou alguém ofereceu algo em troca do voto	2,413	,337	,149	7,160	,000
	Opinião sobre existência do horário eleitoral gratuito na TV	,558	,159	,076	3,500	,000
	ESCOLARIDADE	,237	,016	,359	14,978	,000

Dependent Variable: Índice de participação

Conclusão

Se voltarmos ao debate teórico contido no início desse trabalho, veremos como a participação parece estar realmente atrelada à educação e à conscientização dos cidadãos. Nenhum eleitor que declarou participação e acompanhamento da política deixou de comparecer às urnas em 2002. Dentre aqueles considerados como desinteressados, cerca de 13% não votaram. Levando-se em consideração que o voto é um direito de exercício obrigatório, um contingente expressivo de eleitores descumpriu as determinações legais do país. Neste caso, a discussão sobre o caráter facultativo do comparecimento parece estar relacionada à valorização do ato: entre aqueles que participam e se organizam, quase 90% assumem que votariam a despeito da obrigatoriedade, enquanto mais da metade dos cidadãos com grau baixo de participação abster-se-ia se o voto não fosse compulsório.

A conclusão que podemos chegar é que a educação política é absolutamente indispensável. Se extrapolarmos os dados da amostra do ESEB para a população brasileira, notaremos que cerca de 80 milhões de brasileiros estão contidos no grau baixo, enquanto apenas 2,5 milhões procuram informação e participação. Levando-se em consideração a natureza mais pensável do sufrágio universal, do princípio do *one man, one vote, one value* e a obrigatoriedade do voto no país, o problema da educação precisa ser rapidamente resolvido para que a imensa maioria de desinteressados não determine, sabe-se lá de qual forma, o destino do país.

Cabe ao sistema de ensino disseminar a informação necessária à plena participação, seja por ações próprias ou pelo incentivo de ações, como por exemplo, terceiro setor. Caso contrário, dificilmente nos veremos livres da máxima de "maus eleitores", independentemente dos resultados das urnas.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A cidadania ativa*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: UNB, 2001.

JEFFERSON, Paine. Federalistas e Tocqueville. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MONTESQUIEU. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MILL, John Stuart. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2002*. www.pnud.org.br – ONU, 2002.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *La Democracia en América Latina*. www.pnud.org.br – ONU, 2004.

WHITAKER, Francisco et al. *Cidadão Constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral

Simone R. Bohn
Programa de Pós-Doutoramento em Ciência Política
da Universidade de São Paulo

Resumo
O artigo estuda as características socioeconômicas, opiniões e preferências dos evangélicos no Brasil. Os dados mostram uma forte tendência deste grupo a opiniões mais conservadoras, comparado a outros grupos religiosos. O artigo utiliza os dados do ESEB 2002.
Palavras-chave: Estudo Eleitoral Brasileiro; religião; comportamento eleitoral; evangélicos; cultura política

Abstract
The article analyses the socioeconomic aspects, opinions and political preferences of the evangelics in Brazil. The data show in this group a strong tendency to more conservative opinions, compared to other religions groups. The data come from the 2002 Brazilian Electoral Study.
Keywords: Brazilian Electoral Study; religion; electoral behavior; evangelics; political culture

Dos cerca de 170 milhões de brasileiros, 26 milhões – ou seja, quinze por cento do total – se declararam, em 2000, como pertencendo à religião evangélica. O crescimento espantoso desse grupo e sua visibilidade na arena política nacional o tornaram objeto de diversos estudos. Em 1980, existiam 7.8 milhões de evangélicos no país. Esse grupo religioso também vem crescendo entre os legisladores e membros eleitos do Poder Executivo.

O objetivo desse trabalho é analisar três interpretações que emergem na literatura recente sobre o segmento evangélico. Em primeiro lugar, existe uma interpretação segundo a qual os evangélicos estariam associados a condições econômicas e sociais bastante adversas. A opção pelo evangelismo seria, portanto, característica de segmentos sociais desprovidos de recursos financeiros.

Enquanto essa primeira interpretação procura entender as razões subjacentes ao aumento do público evangélico, uma segunda busca captar seu padrão de comportamento político. Ela explicitamente vincula o público evangélico a posições usualmente associadas à direita do espectro político-ideológico. Em virtude de seu posicionamento moral e político, os evangélicos seriam, desse modo, parte da base social de uma "nova direita". Por fim, há o tópico dos determinantes do voto. A filiação evangélica, de acordo com alguns trabalhos, geraria lealdades políticas automáticas, no sentido do privilegiamento de candidaturas de nomes ligados ao evangelismo.

Nas próximas seções, além de tentar ratificar esses diagnósticos, mapearemos o comportamento político-eleitoral dos evangélicos no que se refere aos seguintes elementos: (1) seu nível de sofisticação política; (2) sua preferência partidária; e (3) os principais determinantes de seu comportamento eleitoral.

O crescimento do público evangélico e seu comportamento eleitoral: algumas interpretações.

Uma das principais novidades da arena religiosa no Brasil nas últimas décadas tem sido o crescimento das religiões evangélicas (Tabela 1). Se, em 1980, os evangélicos correspondiam a cerca de 6.6% da população brasileira, o último censo revelou que, em 2000, os adeptos dessas religiões perfazem aproximadamente 14,6 % do total dos brasileiros (IBGE, 2000).

Interpretações que enfatizam a existência de uma onda de ressacralização da existência – ou de "reencantamento do mundo" – são claramente insuficientes para apreender esse aumento da adesão à fé evangélica, uma vez que sua ocorrência é simultânea a um grande crescimento (absoluto e relativo) do número de brasileiros sem quaisquer vínculos religiosos[1]. Em 1980, esse último grupo se limitava a 1.6% da população – em 2000, chegou ao nível de 7.3% da população.

Alguns autores associam os dois fenômenos – o crescimento tanto da adesão ao evangelismo quanto do público irreligioso – ao deslocamento da centralidade da Igreja católica na conformação das relações entre Estado e religiões no Brasil[2]. De fato, apesar de os brasileiros ainda serem predominantemente católicos, a porcentagem dos membros pertencentes à Igreja Católica decresceu, em duas décadas, de 88.9% para 73.8%. Enquanto que a população brasileira cresceu, entre 1980 e 2000, cerca de 42.3%, o público católico cresceu apenas 18.1%. Ou seja, a Igreja Católica vem perdendo espaço.

Essa interpretação que aponta o declínio da preeminência da Igreja Católica como fator importante no entendimento do aumento dos aderentes a outras religiões é insuficiente, no entanto, para a compreensão da perda de membros por parte das religiões afro-brasileiras (candomblé e umbanda) que, como confissões mediúnicas, teriam sido perseguidas nos períodos de hegemonia católica[3].

[1] Processo semelhante de aumento do público sem qualquer filiação religiosa também vem ocorrendo em alguns países da Europa. Knutsen (2004) mostra que, em média, esse segmento do eleitorado europeu – os países que ele examina são Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Itália e Países Baixos – cresceu 10% entre 1970 e 1997.

[2] De acordo com Montero & Almeida (2000), o processo de separação entre poder secular e poder temporal no Brasil, sagrado inicialmente pela Constituição de 1891, resultou na manutenção da centralidade da Igreja Católica. Ou seja, o processo de laicização da vida civil e política do país foi simultâneo à concessão, ao catolicismo, de uma preeminência sobre as demais religiões. Algumas delas, como as religiões mediúnicas, acabaram sendo perseguidas, não se beneficiando, durante longos períodos, da liberdade religiosa oficialmente existente. Essa posição de centralidade da Igreja Católica começou a se alterar nas últimas décadas, sobretudo no decorrer do regime militar quando ocorreu, segundo Montero & Almeida (2000, p. 329), "o rompimento relativo de sua aliança com o Estado e as elites".

[3] Como "*as religiões mediúnicas foram recorrentemente perseguidas*" – como mostram Montero & Almeida (2000, p. 328), até o Código Penal de 1985 práticas associadas ao candomblé e à umbanda permaneciam sendo categorizadas como crimes contra a credulidade popular –, seria de se esperar que, ausentes as condições de restrição, elas florescessem.

Tabela 1
Distribuição da população brasileira segundo religiões (1980/2000)

Religião	1980 (%)	2000 (%)	Variação do N absoluto 1980/2000(%)
Católica	88.9	73.8	18.1
Evangélica não-pentecostal	3.4	4.2	78.0
Evangélica pentecostal	3.2	10.4	357.9
Kardecistas	0.7	1.4	171.9
Afro-brasileiras	0.6	0.3	-15.8
Outras	1.2	1.6	79.7
Sem religião	1.6	7.3	531.3
Sem declaração	0.2	0.2	27.6
Total	100	100	---
População total do Brasil (N)	119.011.052	169.411.759	42.3

Fontes: IBGE (2000), IBGE (1982).

Quaisquer que sejam as razões da atração de membros das religiões católica e afro-brasileiras, o fato é que o crescimento do segmento evangélico não tem sido homogêneo. Entre 1980 e 2000, o crescimento desse grupo foi significativamente maior na região nordeste do que nas demais áreas do país – sobretudo o sul[4]. Além disso, as religiões evangélicas pentecostais cresceram muito mais que as históricas[5]. De acordo com alguns autores, o avanço do evangelismo pentecostal[6] pode ter sido facilitado pelo fato de o pentecostalismo não se tratar de uma religião inteiramente estrangeira, já que contém alguns elementos que são similares às práticas mediúnicas das religiões afro-brasileiras[7].

[4] De acordo com o IBGE, na região nordeste do país, em 1980, os evangélicos correspondiam a 3.4% da população. Em 2000, conformavam 10.3% dos habitantes da região. No sul, por sua vez, os evangélicos passaram de 9.8% (1980) para 15.3% (2000). Nas demais regiões, os números são, respectivamente, os seguintes: norte, 7.9% e 19.7%; sudeste, 7.2% e 17.5%; e centro-oeste, 8.0% e 18.9%.

[5] As religiões evangélicas chamadas de não-pentecostais ou históricas compreendem, no Brasil, sobretudo as seguintes denominações: Igrejas Batista, Episcopal, Luterana, Metodista e Presbiteriana. Entre as evangélicas pentecostais principalmente: Assembléia de Deus, O Brasil para Cristo, Congregação Cristã no Brasil, Deus é Amor, Universal do Reino de Deus. A novidade incorporada pelas denominações pentecostais é a centralidade da crença na ação do Espírito Santo, manifesta através da reprodução, nos cultos, de partes do episódio de Pentecostes, em que o fiel supostamente fala em línguas estranhas.

[6] Para uma periodização do avanço do pentecostalismo no Brasil, ver, entre outros, Freston (1994).

[7] Montero (1999, p. 358) salienta a importância do "*modo pelo qual [o pentecostalismo] dialoga com a tradição religiosa africana, ao promover, em seus cultos, o exorcismo de Exus*". Fernandes (1998), por sua vez, mostra que, no Grande Rio, cerca de 51% dos entrevistados evangélicos afirmaram ter recebido algum dom do Espírito Santo. Dentre eles, 22% receberam o dom de falar em línguas estranhas e 3%, de exorcizar demônios.

Um outro padrão de explicação para o crescimento dos evangélicos volta-se para a deterioração do quadro socioeconômico do país. Segundo Fernandes et al (1998, p. 25), o "*crescimento notável dos evangélicos decorre, sobretudo, de escolhas feitas pelos pobres*". De acordo com outros autores, há uma forte associação não entre evangélicos em geral e agravamento da situação econômica, mas entre membros de igrejas *pentecostais* e condições indicativas de pobreza (PIERUCCI & PRANDI, 1995; MONTERO & ALMEIDA, 2000). Segundo Novaes (2001), os evangélicos pentecostais, além de possuir membros entre as camadas sociais menos privadas de recursos financeiros, conseguem penetrar nas franjas da sociedade: em áreas que têm se mostrado inalcançáveis para outros segmentos religiosos. São setores sociais (e espaços geográficos) que, por sua precariedade de condições, revelam, por outro lado, a mais completa ausência do poder público[8].

O segmento evangélico é objeto de atenção acadêmica não só em virtude da sua expansão e da velocidade e natureza de seu crescimento e de sua eventual associação com a pobreza. A visibilidade dos evangélicos na arena eleitoral (sobretudo sua constante e cada vez maior presença na Câmara dos Deputados[9]), atrai olhares curiosos para quais seriam as bases de comportamento dos eleitores brasileiros pertencentes a essas denominações. Há uniformidades – no que se refere aos determinantes do voto, aos níveis de participação política, às atitudes cívicas, ao posicionamento ideológico – entre as diferentes denominações?

Diversos trabalhos demonstraram que a tese de que os evangélicos seriam totalmente apáticos em relação à esfera política não se sustenta (NOVAES, 1985; BURDICK, 1993; GOMES, 1996)[10]. Diante dessa constatação, vários mapeamentos do comportamento político dos evangélicos foram feitos. Baseado na atuação dos

[8] Como lembra Montero (1999, p. 356), essa associação do pentecostalismo com condições sócio-econômicas adversas, em que a precariedade da presença estatal é patente, fez com que muitos autores equacionassem o crescimento das religiões evangélicas a "*uma regressão da racionalidade e da modernização da vida pública – esse tipo de religião nasceria da pobreza e se alimentaria da falência da capacidade do Estado de responder às necessidades básicas da população*". Burdick (1993), por outro lado, vê essa mesma associação sob prisma diferente. Seu trabalho descreve como as associações de bairro comandadas por evangélicos – ele analisa membros da Assembléia de Deus na região metropolitana do Rio de Janeiro – são geralmente mais eficazes na solução dos problemas locais em virtude da maior persistência e credibilidade de suas lideranças.

[9] Sobre o crescimento da presença evangélica no cenário político nacional, ver, entre outros, Pierucci (1989), Freston (1993, 1994 e 2001), Fonseca (2002). Oro (2003), por sua vez, foca sua análise especificamente no êxito eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus e no seu impacto não só na arena política (em termos da busca, por parte dos políticos tradicionais, do apoio dos pastores evangélicos), mas também na arena religiosa (uma vez que outras denominações também passaram a lançar candidatos às eleições).

[10] Esse apoliticismo dos evangélicos seria decorrente, em parte, da necessidade de manutenção da separação entre a esfera do sagrado e do profano e, em parte, da natureza da inserção do pentecostalismo no Brasil. Introduzido por missionários norte-americanos, o avanço do evangelismo pentecostal estaria associado ao não-engajamento na esfera política.

deputados federais na Assembléia Nacional Constituinte, Pierucci (1989), por exemplo, apesar de reconhecer a existência do que ele denomina de uma "esquerda evangélica", afirma que os parlamentares membros das denominações pentecostais e não-pentecostais compõem uma espécie de "nova direita", na medida em que, além da defesa de bandeiras socioeconômicas direitistas tradicionais, eles se auto-proclamam como os guardiões de uma moralidade familiar e social. Pierucci ressalta, no entanto, que, a despeito dessas similaridades, a bancada evangélica da legislatura não apresentou uma completa homogeneidade política e ideológica – um indicativo, segundo ele, da heterogeneidade das "bases de apoio" desse grupo[11].

Pierucci & Mariano (1992) mostram que o rechaço à candidatura esquerdista de Lula e a opção e trabalho pela candidatura de Fernando Collor, em 1989, decorreram do receio das lideranças evangélicas em relação a dois possíveis cenários: a implantação de um "comunismo ateu" numa eventual vitória de Lula, ou a retomada da preeminência da Igreja Católica, sobretudo dos setores ligados ao Partido dos Trabalhadores. Pierucci & Prandi (1995), por sua vez, abandonam a perspectiva das lideranças e analisam o comportamento eleitoral dos evangélicos através de um *survey*. Assim como os demais trabalhos, no entanto, eles também acentuam os traços anti-esquerdistas de segmentos do campo evangélico ao detalhar que, pelo menos no que se refere à eleição presidencial de 1994, os pentecostais foram o grupo religioso que mais rejeitou a candidatura Lula.

Além do posicionamento do público evangélico à direita do espectro político-partidário, há a questão dos determinantes do seu voto. Fonseca (2002, p. 237), afirma que os "*eleitores evangélicos votam em seus pares, seus irmãos e pastores (...)*"[12]. Fernandes et al (1998, p. 125), por sua vez, mostram que essa associação é especialmente intensa no que se refere aos pentecostais da Igreja Universal do Reino de Deus. Novaes (2001, p. 75), por outro lado, discorda da existência de lealdades religiosas automáticas a determinadas ofertas partidário-eleitorais, uma vez que, diante da enorme quantidade de igrejas evangélicas, "*não há garantias de consensos entre denominações, nem de que evangélicos votem necessariamente de acordo com a orientação do pastor (...)*".

De fato, as igrejas evangélicas são bastante diversas. Fernandes et al (1998) se depararam com 55 diferentes denominações. Na pesquisa ESEB 2002, cujos dados são utilizados aqui e detalhados adiante, exatas 68 denominações foram

[11] Alves (2000) mostra que, no município de São Paulo, o público que compõe a chamada "nova direita" é também pouco homogêneo.

[12] Grifos do autor. Segundo Pierucci que escreve em 1989, "*a partir deste final dos anos 80 o País pode contar com uma nova milícia de incentivadores da participação política das camadas mais pobres e marginalizadas da população. Nos dias que correm, o 'renascimento em Cristo', ou seja, a conversão ao evangelismo, mesmo o mais fundamentalista e menos politizado, pode representar para o converso uma inesperada via de acesso ao sistema de participação política. Porque, a partir de agora, 'irmão vota em irmão'*".

encontradas. Diante dessa variedade, é possível encontrar homogeneidade de comportamento político e eleitoral?

Uma consideração é fundamental antes de prosseguirmos em direção à exposição dos dados. O campo religioso evangélico está submetido a dois tipos de movimentos que atuam em direções contrárias. Um é caracteristicamente centrífugo, e o outro, centrípeto. Ambos, no entanto, têm impactos sobre as possibilidades de tradução da filiação religiosa em lealdade política. Por um lado, a ênfase evangélica na fidelidade ao local de culto evidentemente constitui-se num incentivo a um movimento de quase cissiparidade que afeta todas as denominações[13]. Essa ênfase no local de culto evidentemente inibe a formação de órgão(s) hierárquico(s) central(is) – de equivalentes ao papado católico em Roma – que possa(m) induzir (ou agregar) e veicular preferências políticas homogêneas. Além disso, a intensa competitividade entre as diversas denominações também dificulta a constituição de pautas de ação política comuns[14].

Por outro lado, por mais paradoxal que possa parecer diante do chamado "trânsito religioso" mencionado acima, as diferentes denominações evangélicas se homogeneizam em torno de uma exigência de dedicação exclusiva ao culto. Essa demanda tem implicações importantes, já que aumenta significativamente – conforme veremos a seguir – os níveis de assiduidade dos seus membros aos cultos e, conseqüentemente, sua exposição à autoridade religiosa. Portanto, se, por um lado, há um mercado religioso competitivo, por outro, as autoridades das igrejas evangélicas são significativamente mais presentes na vida de seus membros. Ou seja, as lideranças evangélicas, em virtude da maior assiduidade dos fiéis, têm mais espaço para influenciá-los politicamente – *se assim o desejarem*. Esse ponto ficará mais claro adiante, quando examinarmos o nível de religiosidade do segmento evangélico – medido em termos de sua assiduidade ao culto – em comparação com as outras religiões.

[13] Como salienta Fernandes (1998, p. 41), a "*Reforma Protestante promoveu uma radical dessacralização da hierarquia eclesiástica. As instituições eclesiais continuam a existir, naturalmente, mas o seu valor tende a ser reduzido a uma dimensão funcional. Por isto, não há dificuldades transcendentais em romper com uma igreja existente e fundar uma outra. A "Igreja", no sentido profundo, não está na hierarquia e em seus rituais. Ela torna-se visível, apenas, no culto dos fiéis reunidos em assembléia*."

[14] Para uma descrição da magnitude das mudanças de filiação religiosa – de outras religiões para o interior do segmento evangélico e entre as diversas denominações – ver, entre outros, Prandi (1996), Pierucci & Prandi (1995), Fernandes (1998) e Almeida & Montero (2001).

Os dados do ESEB

Realizada entre 31 de outubro e 28 de dezembro de 2002, o *survey* pós-eleitoral que compõe o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) utilizou-se de uma amostra probabilística sem substituição que abrangeu todas as regiões do país, num total de 2.513 entrevistas. No total, foram encontradas 88 diferentes religiões (contando individualmente cada uma das denominações evangélicas). Trabalharemos com duas sub-amostras, que categorizam os dados diferentemente. A primeira (Tabela 2) agrega todos os principais grupos religiosos e mantém os evangélicos não-pentecostais e pentecostais agregados num mesmo bloco[15]. O objetivo dessa agregação é caracterizar o público evangélico na comparação com os demais grupos religiosos, tentando captar eventuais diferenças entre os diversos segmentos.

Tabela 2
Distribuição das religiões brasileiras
(% na população brasileira e % na pesquisa ESEB)

Religiões (%)	IBGE 2000	ESEB
Católica	73.8	69.2
Evangélica (total)	15.4	15.8
não-pentecostal	*4.2*	*3.7*
pentecostal	*10.4*	*11.1*
outros (sem especificação)	*0.8*	*1.0*
Kardecistas	1.4	2.5
Afro-brasileiras	0.3	0.9
Outras	1.6	4.0
Sem religião	7.3	7.4
Sem declaração	0.2	0.3
Total	100	100

Fontes: IBGE (2000); ESEB 2002

[15] As religiões afro-brasileiras são candomblé e umbanda. Na categoria "outras", por sua vez, os principais grupos são os seguintes: religião judaica, budista, seisho-no-iê, messiânica, Perfeita Liberdade, Santo Daime.

A segunda categorização enfoca especificamente o público evangélico e busca analisar as diferenças e homogeneidades inter-denominacionais. Por razões de densidade estatística trabalharemos com as seguintes denominações: Assembléia de Deus, Congregação Cristã no Brasil, Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Batista.

Tabela 3
Distribuição das principais denominações evangélicas no ESEB

Religiões	% (Somente evangélicas)	% (Total da amostra)
Evangélicas pentecostais		
Assembléia de Deus	30.8	5.1
Congregação Cristã no Brasil	9.6	1.6
Igreja Universal do Reino de Deus	6.8	1.1
Outras pentecostais	20.2	3.3
Evangélicas não-pentecostais		
Batista	12.9	2.1
Outras não-pentecostais	9.8	1.6
Outras evangélicas		
Não especificou denominação	9.8	1.6
Total (Somente Evangélicas)	100	16.5
Outras Religiões		83.5
Total geral		100

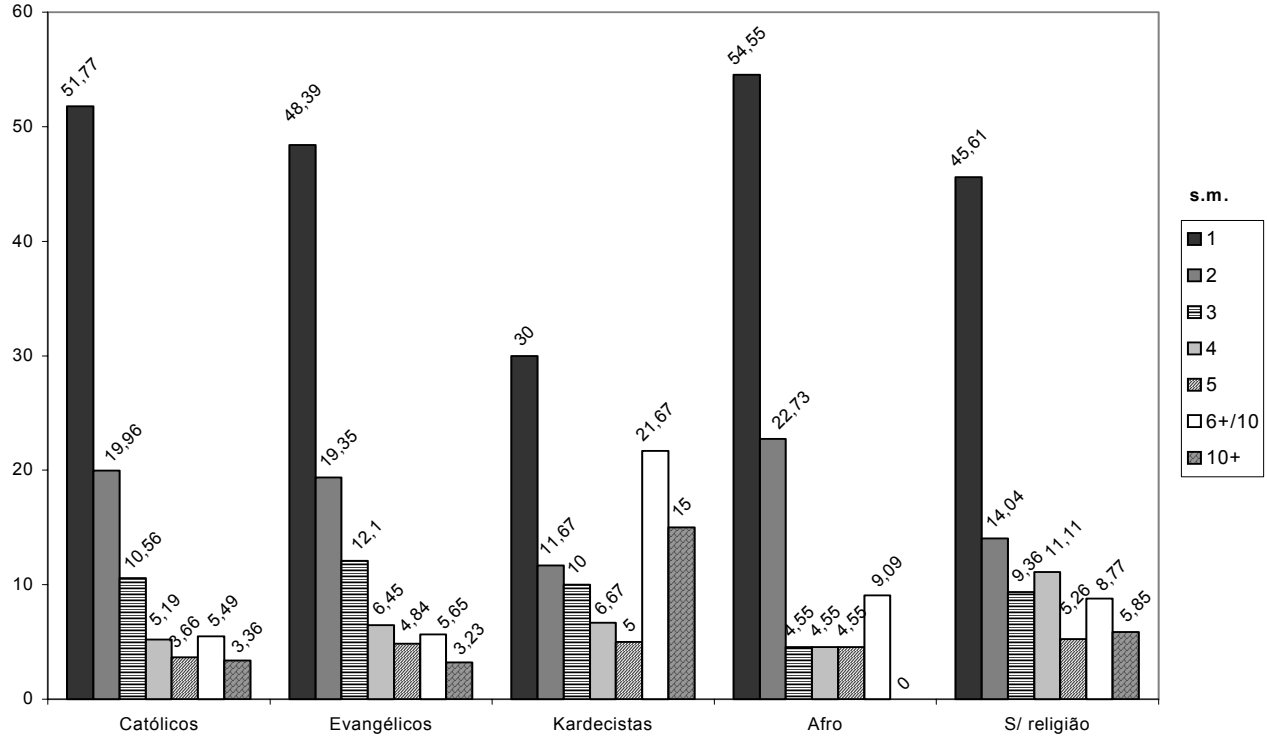
Fonte: ESEB 2002

O perfil socioeconômico

O mapeamento do perfil socioeconômico dos diferentes grupos religiosos aqui realizado baseou-se nas duas variáveis clássicas a esse respeito: renda (mensal) e nível de escolaridade. A literatura corrente afirma haver, conforme já mencionamos, uma associação entre religião evangélica e precárias condições socioeconômicas. Deveríamos esperar, portanto, uma concentração de pessoas com baixa renda e baixo nível educacional entre os fiéis evangélicos.

O Gráfico 1 contém as informações relativas à renda[16]. Há sete categorias de renda, desde no máximo um salário mínimo até mais de dez salários mínimos. De fato, como assinala a literatura, a maior parte dos membros das igrejas evangélicas advém de estratos sociais de baixa renda. Cerca de 67.7% dos evangélicos recebem mensalmente, no máximo, dois salários mínimos. Entre os dois segmentos sociais de maior renda (mais de seis salários mínimos), somente 8.9% optaram por se filiar ao credo evangélico.

Gráfico 1 - Distribuição das religiões segundo a renda mensal (em salários mínimos)



Fonte: ESEB 2002.

O interessante a observar no Gráfico 1, no entanto, é que esse perfil dos evangélicos guarda muitas similaridades em relação aos católicos e aos adeptos das religiões afro-brasileiras. Na verdade, encontram-se nesses dois últimos grupos as maiores concentrações (em termos relativos) de brasileiros com renda mensal de

[16] Os dados mostrados no Gráfico 1 são estatisticamente significativos ao nível de 0.000 (valor de 75.2300) com base no teste do chi-quadrado. O valor de V de Cramér foi de 0.0912.

até dois salários mínimos: 77.3% (candomblé e umbanda) e 71.7% (católicos). Portanto, se há uma associação entre condições econômicas precárias e filiação à religião evangélica, essa associação – ao contrário do que parece sugerir a literatura – não é exclusiva a essa confissão.

Poderíamos pensar que essa similaridade decorre do fato de o pertencimento à uma religião ser, no Brasil, uma opção dos estratos sociais de baixa renda. No entanto, os dados mostram que 59.7% das pessoas sem vínculo religioso pertencem aos dois segmentos mais baixos de renda (Tabela 4). O perfil dos adeptos da religião kardecista valida esse mesmo ponto de uma maneira diferente. Entre eles, cerca de 36.7% dos praticantes advêm dos dois estratos sociais mais abastados da sociedade brasileira. Entre os sem religião, esse mesmo número corresponde a 14.6%. Isso significa que a probabilidade de um indivíduo com renda elevada não ter religião é ligeiramente maior do que a probabilidade de ele ser católico, evangélico, candombleísta ou umbandista – mas é bem menor do que a probabilidade de ele ser praticante do kardecismo. É incorreto, portanto, afirmar categoricamente que a religiosidade, no Brasil, seja um fenômeno próprio aos segmentos menos privilegiados e que os grupos sociais mais abastados sejam maciçamente sem religião.

Tabela 4
Distribuição das religiões brasileiras por grupos de renda mensal (em salários mínimos)*

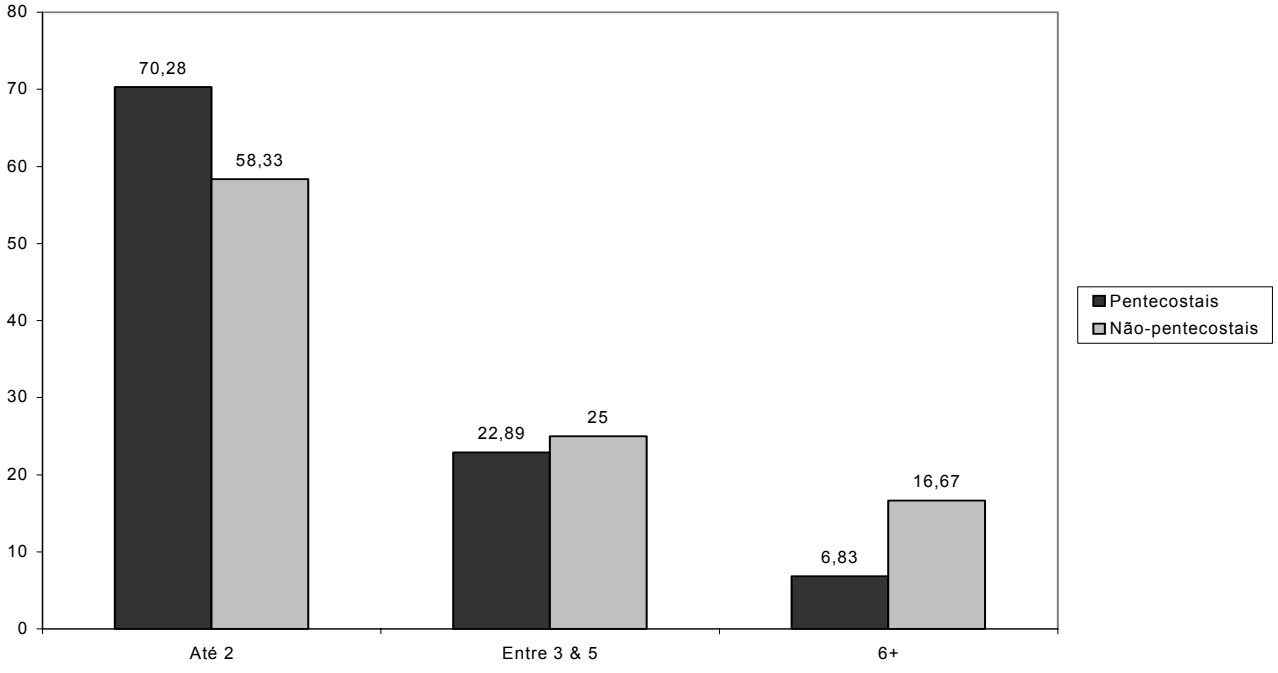
Religião	Até 2 s.m. (%)	Acima de 6 s.m. (%)
Católica	71.7	8.9
Evangélica	67.7	8.9
Kardecista	41.7	36.7
Afro-brasileiras	77.3	9.1
Sem religião	59.7	14.6

* Nível de significância de 0.000 no teste de qui-quadrado (valor de 75.2300)

Fonte: ESEB 2002

Quando focamos apenas no segmento evangélico, vemos que há diferenças sensíveis em relação aos seus perfis socioeconômicos (Gráfico 2)[17]. Enquanto 70.3% dos membros das denominações pentecostais recebem mensalmente, no máximo, dois salários mínimos, entre os fiéis das religiões não-pentecostais essa proporção é de 58.3%. O contraste maior entre os dois grupos aparece na porcentagem de pessoas mais abastadas. Entre os pentecostais, essa proporção é de 6.8%; já entre os não-pentecostais, chega a 16.7%. Em ambos os grupos, há uma relação linear negativa entre renda e religião: quanto maior a renda mensal, menor a probabilidade de uma pessoa ser evangélica; no entanto, se um indivíduo com uma renda elevada optar pela confissão evangélica, a probabilidade de ele ser membro de uma religião não-pentecostal é maior do que ele ser um fiel das denominações pentecostais.

Gráfico 2 - Distribuição de renda (em salários mínimos) entre evangélicos pentecostais e não-pentecostais



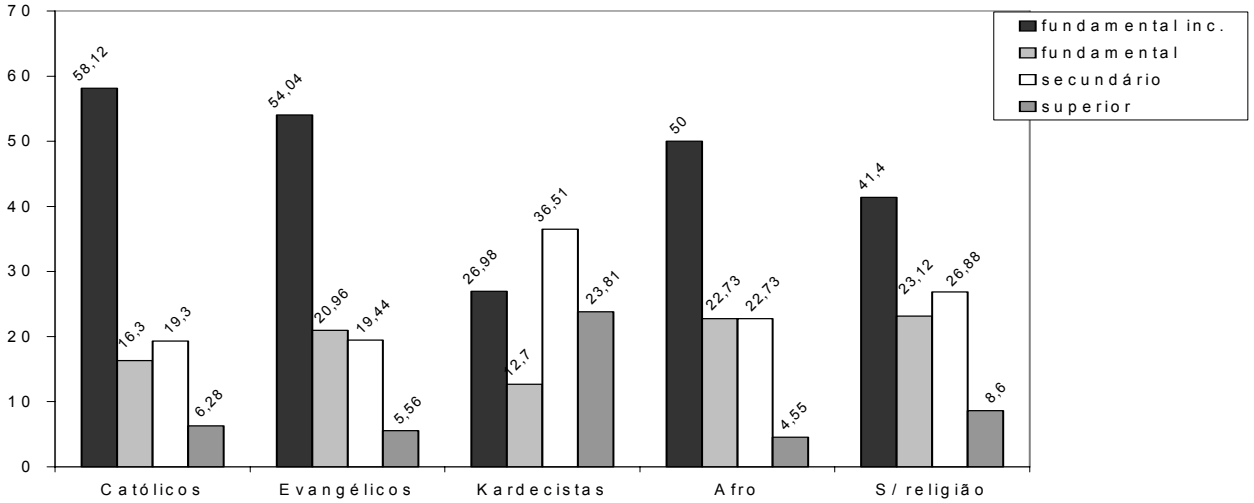
Fonte: ESEB 2002.

[17] Estatisticamente significativo ao nível de 0.018 (valor de 7.9842) com base no teste do chi-quadrado. O valor de V de Cramér foi de 0.1548.

No que se refere aos níveis educacionais, católicos e evangélicos têm perfis bastante similares (Gráfico 3)[18]. Enquanto entre os católicos 58.1% não concluíram o ensino fundamental, entre os evangélicos, esse número é 54.0%. As pessoas com nível superior completo que se consideram fiéis da Igreja Católica correspondem a 6.3% do total dos adeptos dessa religião. Entre os evangélicos, essa proporção é de 5.6%. O perfil de católicos e evangélicos contrasta fortemente com o dos kardecistas: entre esses últimos, 23.8% possuem nível universitário completo e apenas 27.0% não concluíram o ensino fundamental.

Apesar da similaridade com o perfil dos católicos e do contraste com os kardecistas, de fato, os dados revelam, consoante a literatura, uma relação linear negativa entre nível educacional e pertencimento à religião evangélica: quando maior a educação formal, mais baixos são os níveis de filiação a esse grupo religioso. Essa relação ou inexiste entre os outros grupos religiosos, ou é muito tênue. No entanto, que entre as pessoas com mais baixo nível educacional, a primeira preferência é ser católico – e não evangélico. Similarmente, o evangelismo não é a última escolha das pessoas com nível superior completo – e sim as religiões afro-brasileiras. Desse modo, se de fato há uma maior concentração de pessoas de baixo nível educacional entre os evangélicos (em comparação com outros graus de escolaridade), essa associação é bastante semelhante à existente entre os católicos.

Gráfico 3 - Distribuição das religiões segundo o nível educacional



Fonte: ESEB 2002.

[18] Estatisticamente significativo ao nível de 0.000 (valor de 69.6420) com base no teste do chi-quadrado. O valor de V de Cramér foi de 0.0983.

Evangélicos pentecostais realmente possuem um menor nível de escolaridade que os evangélicos não-pentecostais (Tabela 5). Entre os que não concluíram o ensino fundamental, há quase o dobro de chance de uma pessoa ser adepta de uma religião pentecostal do que não-pentecostal. Cerca de 15.7% dos evangélicos não-pentecostais têm nível superior. Entre os membros das denominações não-pentecostais, essa proporção é de apenas 2.2%.

Tabela 5
Nível educacional no interior do segmento evangélico

Segmento	Pentecostal	Não-pentecostal
Fundamental incompleto	60.8	33.7
Fundamental	21.6	17.1
Secundário	15.3	44.6
Superior	2.2	15.7
Total	100	100

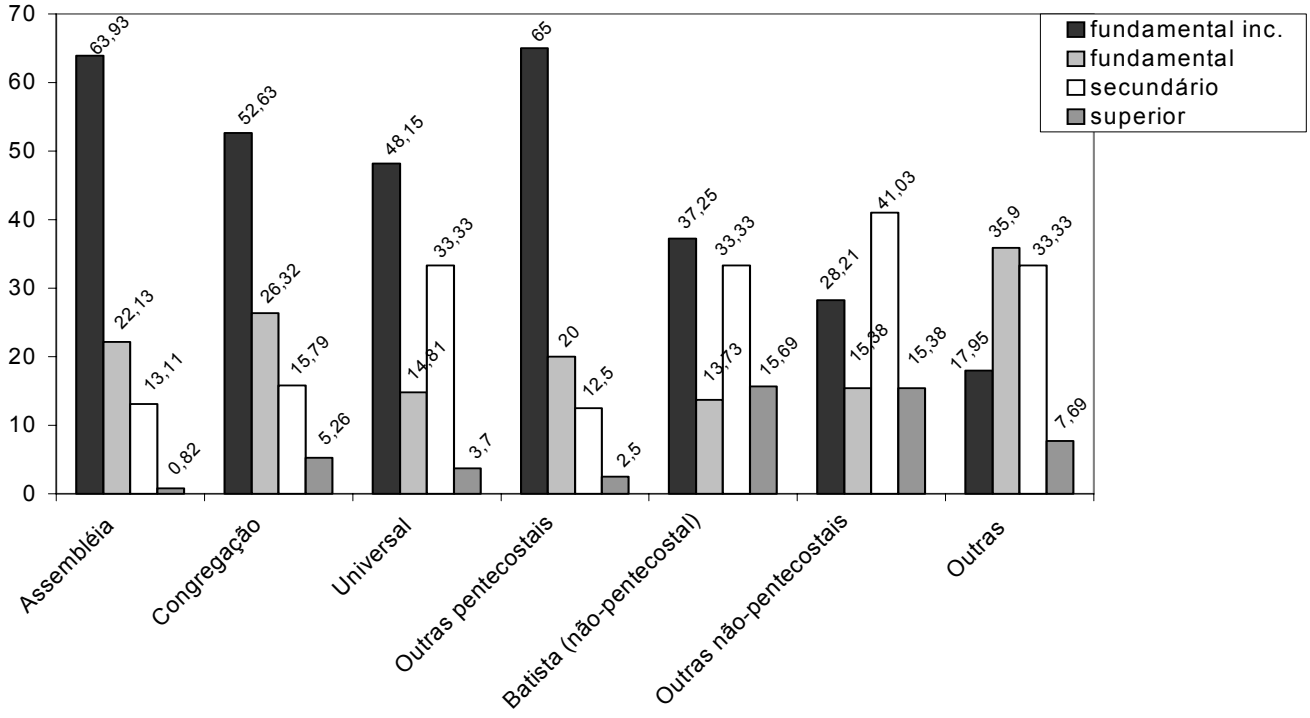
* Nível de significância de 0.000 no teste de qui-quadrado (valor de 74.2239). V de Cramér: 0.2211.

Fonte: ESEB 2002

Com exceção da Igreja Universal do Reino de Deus, todas as denominações pentecostais têm perfil educacional bastante semelhante (Gráfico 4)[19]. Diferentemente dos fiéis da Assembléia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil, mais da metade dos membros da Universal concluiu pelo menos o ensino fundamental. Além disso, cerca de 33.3% dos fiéis da Universal possuem o segundo grau completo – mais que o dobro das outras denominações. No caso de Assembléia de Deus e Congregação Cristã no Brasil, quanto maior o nível educacional, menor é a probabilidade de pertencimento à denominação.

[19] Estatisticamente significativo ao nível de 0.000 (valor de 74.2239) com base no teste do chi-quadrado. O valor de V de Cramér foi de 0.2211.

Gráfico 4 - Distribuição dos evangélicos segundo o nível educacional



Fonte: ESEB 2002.

Do lado das religiões evangélicas não-pentecostais, entre os batistas, apenas 37.2% não completaram o ensino fundamental. Esse número é ainda menor no que se refere às demais denominações não-pentecostais: apenas 28.2%. Há muitas similaridades entre batistas e membros da Igreja Universal do Reino de Deus no que se refere à proporção de indivíduos que concluiu os níveis fundamental e secundário: 13.7% e 33.3%, no caso dos batistas; e 14.8% e 33.3%, no caso da Universal, respectivamente.

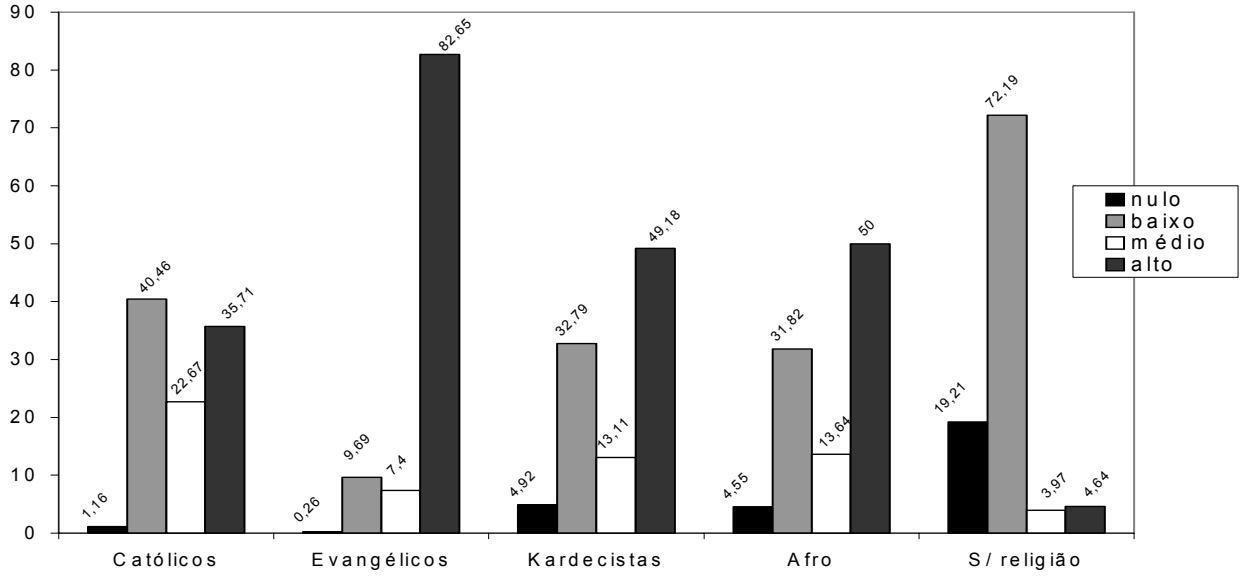
O aporte de pessoas com nível universitário consiste num importante diferencial entre as denominações pentecostais e não-pentecostais. Entre os primeiros, a maior porcentagem de indivíduos com título universitário é de 5.3% – entre os membros da Congregação Cristã no Brasil. Entre os batistas e outros fiéis não-pentecostais, esse nível é três vezes maior – supera os 15%.

Se renda e educação não diferenciam claramente os evangélicos de outros grupos religiosos (como os católicos e membros do candomblé e umbanda), embora seja um importante divisor entre as denominações pentecostais e não-pentecostais, o grau de religiosidade é uma variável que distingue o evangelismo de

maneira inequívoca. Por nível de religiosidade entendemos não a intensidade das crenças do fiel, mas seu grau de exposição às autoridades religiosas – medido pela freqüência com a qual ele participa de missas ou de cultos. Desse modo, um baixo grau de religiosidade indica que o fiel raramente vai a missas e cultos ou só participa deles algumas vezes por ano. Fiéis que possuem um nível médio de religiosidade vão à Igreja uma ou duas vezes por mês. Já o nível alto é composto por pessoas que vão à missa ou ao culto uma ou mais vezes por semana.

Como pode ser visto no Gráfico 5[20], os evangélicos têm um alto grau de exposição às autoridades religiosas. Cerca de 82.6% deles vão ao culto uma ou mais vezes por semana. Os adeptos das religiões afro-brasileiras e do kardecismo são os que mais se aproximam do perfil evangélico: 50.0% e 49.2% deles, respectivamente, têm um alto grau de exposição às autoridades religiosas. Entre os católicos, esse número corresponde a apenas 35.7%. Cerca de 41.6% dos católicos não vão ou raramente vão a missas. Já entre os evangélicos, essa porcentagem decresce para somente 9.9%.

Gráfico 5 - Distribuição das religiões segundo o grau de exposição à autoridade religiosa e religiões brasileiras



Fonte: ESEB 2002.

[20] Estatisticamente significativo ao nível de 0.000 (valor de 624.4334) com base no teste do chi-quadrado. O valor de V de Cramér foi de 0.2975.

Esse elevado grau de exposição às autoridades religiosas é uma constante em todas as denominações evangélicas (Tabela 6). Mais uma vez, uma importante diferenciação aparece entre pentecostais e não-pentecostais: apesar de a porcentagem dos adeptos da religião batista que participa de cultos uma ou mais vezes (80.4%) ser bastante semelhante à dos membros da Assembléia de Deus (80.3%), cerca de 15.7% dos primeiros raramente vão ou só participam de cultos algumas vezes por ano. O mesmo se aplica aos membros de outras denominações não-pentecostais: entre eles, aproximadamente 17.9% têm um baixo grau de exposição às autoridades religiosas.

De todas as denominações examinadas, os fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus são os mais assíduos: nove em cada dez freqüentam o culto uma ou mais vezes por semana. O caso dos membros da Universal chama a atenção, além disso, em virtude de outra razão. Quando todas as denominações evangélicas são analisadas em conjunto, os grupos com melhores níveis educacionais (batistas e outros grupos não-pentecostais) são simultaneamente os que possuem os menores graus de assiduidade. Quando nos restringimos somente ao segmento evangélico pentecostal, vemos que essa relação se inverte: os membros da Universal que compõem a denominação (entre os pentecostais) com grau considerável de educação formal, são os mais expostos às autoridades religiosas.

Tabela 6
Grau de exposição às autoridades religiosas *

Denominação	Baixo	Médio	Alto
Assembléia	7.4	12.3	80.3
Congregação	5.3	7.9	86.8
Universal	3.8	3.8	92.3
Outras pentecostais	5.1	5.1	89.7
Batista	15.7	3.9	80.4
Outras não-pentecostais	17.9	10.3	71.8
Não especificou denominação	18.9	0	81.2

* Nível de significância de 0.000 no teste de qui-quadrado (valor de 330.3842). V de Cramér: 0.2164.

Fonte: ESEB 2002

Essa variável – grau de exposição às autoridades religiosas –, medida pelo nível de assiduidade às missas ou cultos nos fornece duas considerações importantes. Por um lado, ela cria uma diferenciação entre católicos e evangélicos, cujos perfis são indistingüíveis quando somente renda mensal e nível de escolaridade são examinados. Portanto, caso existam diferenças entre esses dois grupos no que se refere ao padrão de comportamento político e eleitoral, elas não poderão ser atribuídas ao nível educacional, e vão estar mais conectadas com diferenças de socialização religiosa. Por outro lado, permite ainda diferenciações no interior do segmento evangélico, na medida em que o caso dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus inverte a relação entre educação e assiduidade existente entre as denominações não-pentecostais.

Antes de examinarmos a orientação ideológica, analisemos o grau de sofisticação política dos diferentes grupos religiosos na seção seguinte.

Sofisticação política

Quanto maior a exposição de um indivíduo aos meios de comunicação de massa, maior tende a ser o seu grau de sofisticação política: ou seja, mais elevado tende a ser seu nível de conhecimento a respeito dos principais eventos, temáticas, símbolos e clivagens da esfera política.

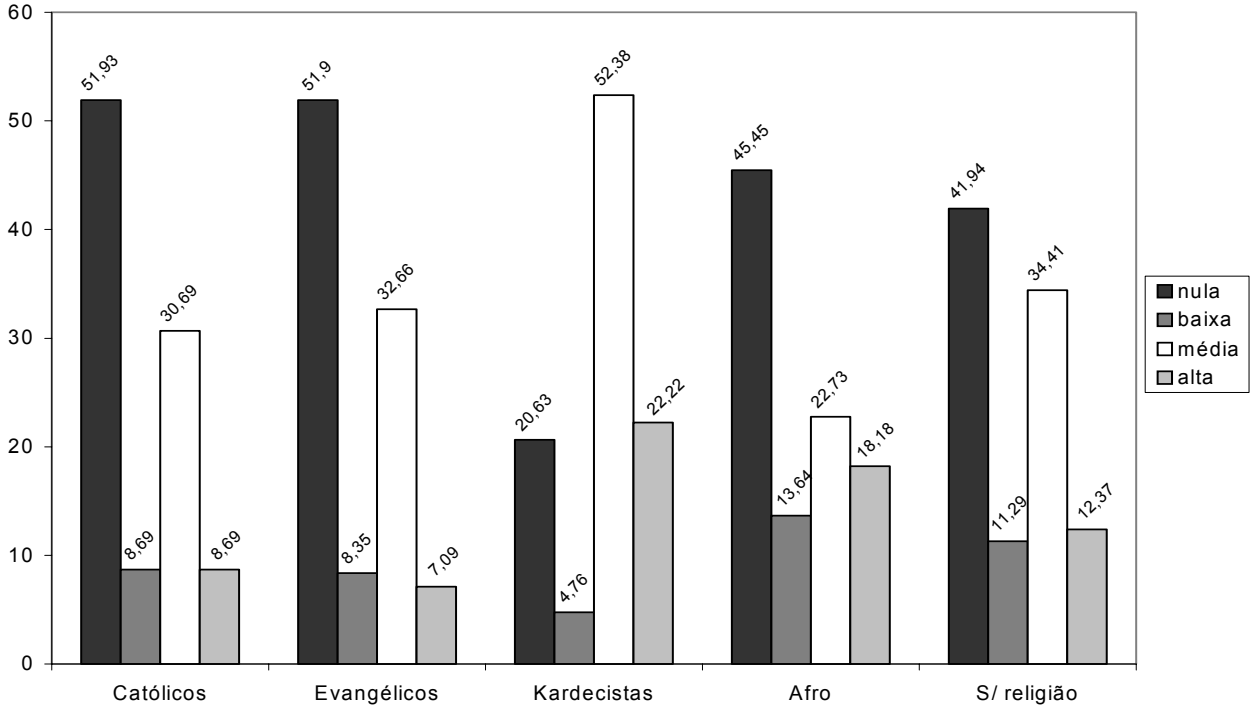
De acordo com alguns autores, o papel dos meios de comunicação de massa em muito transcende essa função meramente informativa. Para Tocqueville (1977), muito mais do que informar sobre opções disponíveis, a principal virtude da liberdade de imprensa para os cidadãos numa democracia constitui-se no seu poder fiscalizatório: na capacidade que ela confere aos indivíduos não só de conhecer os eventos políticos, mas de poder utilizar esse conhecimento para eventualmente punir os governantes e a classe política[21]. Segundo Lipset (1967, p. 89), a imprensa tem um papel importante na socialização democrática dos indivíduos, na medida em que ao aumentar a exposição dos indivíduos às "pressões cruzadas" – à propaganda política de grupos de perfil programático ou ideológico bastante diferenciados – acentua as atitudes de tolerância à diversidade e diminui a probabilidade de aceitação de ideologias extremistas.

Neste trabalho, vamos nos ater ao papel meramente informativo da imprensa. Qual é o grau de exposição à imprensa dos diferentes grupos religiosos que compõem o eleitorado brasileiro? Eventuais diferenças no grau de exposição produzem níveis de sofisticação política diferenciados?

[21] Segundo Tocqueville (1977, p. 145), é o olho da imprensa, "*sempre aberto, que constantemente põe a nu os redutos secretos da política e força os homens públicos a comparecer, cada um por sua vez, perante o tribunal da opinião.*"

No que se refere aos jornais, os praticantes do kardecismo são os mais expostos (Gráfico 6)[22]. Cerca de 22.2% deles lêem jornais todos os dias e 52.4% deles os lêem uma ou algumas vezes por semana. Católicos e evangélicos têm perfis praticamente idênticos e são os únicos nos quais mais da metade do grupo não está exposta à imprensa escrita: 51.9% de cada segmento não possuem o hábito de ler jornal. A exposição desses grupos é consideravelmente limitada: apenas três em cada dez católicos ou evangélicos lêem jornais uma ou algumas vezes por semana. É desnecessário mencionar a associação entre a freqüência de leitura de jornal e grau de instrução[23].

Gráfico 6 - Distribuição das religiões segundo a freqüência de leitura de jornais e religiões brasileiras



Fonte: ESEB 2002.

[22] Os dados foram categorizados da seguinte maneira: alta freqüência agrupa o público que lê jornal todos os dias; freqüência média, o segmento que lê jornal uma ou algumas vezes por semana; baixa freqüência, os que raramente lêem e nula, os que não lêem. Os dados mostrados no Gráfico 6 são estatisticamente significativos ao nível de 0.000 (valor de 46.1982) com base no teste do chi-quadrado. O valor de V de Cramér foi de 0.0801.

[23] Entre as pessoas mais escolarizadas, 87.7% lêem jornais pelo menos uma vez por semana. Entre o público menos escolarizado (que não completou o ensino fundamental), essa proporção é de 22.7%. Esses dados são estatisticamente significativos ao nível de 0.000 (valor de 560.4074), com base no teste do chi-quadrado. O valor do V de Cramér foi de 0.2790.

O perfil de católicos e evangélicos também não se distingue no que se trata da exposição às notícias divulgadas em telejornais nacionais. Cerca de metade do público dessas duas religiões assistiu aos programas nacionais de notícias na semana da pesquisa. Esse percentual contrasta claramente com o perfil dos kardecistas – entre eles, apenas 19.3% não assistiram telejornais nacionais na semana da pesquisa.

Tabela 7
Público que assistiu telejornais nacionais na semana da pesquisa *

Religião	Não (%)	Sim (%)
Católica	50.1	49.9
Evangélica	51.0	48.9
Kardecista	19.3	80.6
Afro-brasileiras	54.5	45.4
Sem religião	43.8	56.2

* Nível de significância de 0.000 no teste de qui-quadrado (valor de 25.5892). V de Cramér: 0.1034.
Fonte: ESEB 2002

É interessante observar que, entre os kardecistas, 79.4% estão de alguma maneira expostos à imprensa escrita e cerca de 80.6% assistem o noticiário nacional na televisão. Entre os católicos, 51.9% não lêem jornais e 50.1% não estiveram expostos às notícias veiculadas nos telejornais nacionais na semana da pesquisa. Entre os evangélicos, esses mesmos indicadores também têm números bastante próximos entre si: 51.9% e 51.0%, respectivamente. O mesmo se aplica às pessoas sem filiação religiosa: 41.9% não lêem jornal e 43.8% não assistiram telejornais nacionais. Esses números implicam qualquer coincidência entre os dois públicos? Ou o segmento que acompanha a imprensa escrita é totalmente diferente do público exposto aos telejornais?

No interior do grupo evangélico, apenas 29.8% estão expostos a ambas as mídias (Tabela 8). Entre os católicos, esse número é levemente mais alto: 30.9%. Cerca de 40.5% das pessoas sem religião estão expostas simultaneamente aos jornais e às notícias veiculadas na televisão. O dado mais importante a esse respeito é o fato de que cerca de 32% de evangélicos e de católicos não estão expostos a nenhum dos dois tipos de imprensa. Isso significa que suas opiniões, atitudes e concepções a respeito da esfera política são alimentadas e formuladas mediante o contato com outras fontes: seja a família, os amigos, colegas de trabalho, vizinhos, autoridades religiosas.

Tabela 8
Exposição aos jornais e aos telejornais (em %)

Evangélicos			Católicos			Sem religião		
Lê jornal?								
Telejornais	Não	Sim	Telejornais	Não	Sim	Telejornais	Não	Sim
Não	32.6	19.2	Não	32.9	18.9	Não	26.5	15.7
Sim	18.4	29.8	Sim	17.2	30.9	Sim	17.3	40.5
Total (N)	(396)		Total (N)	(1725)		Total (N)	(185)	
Chi-quadrado (valor) V de Cramér	0.000 (24.1528) 0.2470		0.000 (132.0168) 0.2766			0.000 (19.8560) 0.3276		

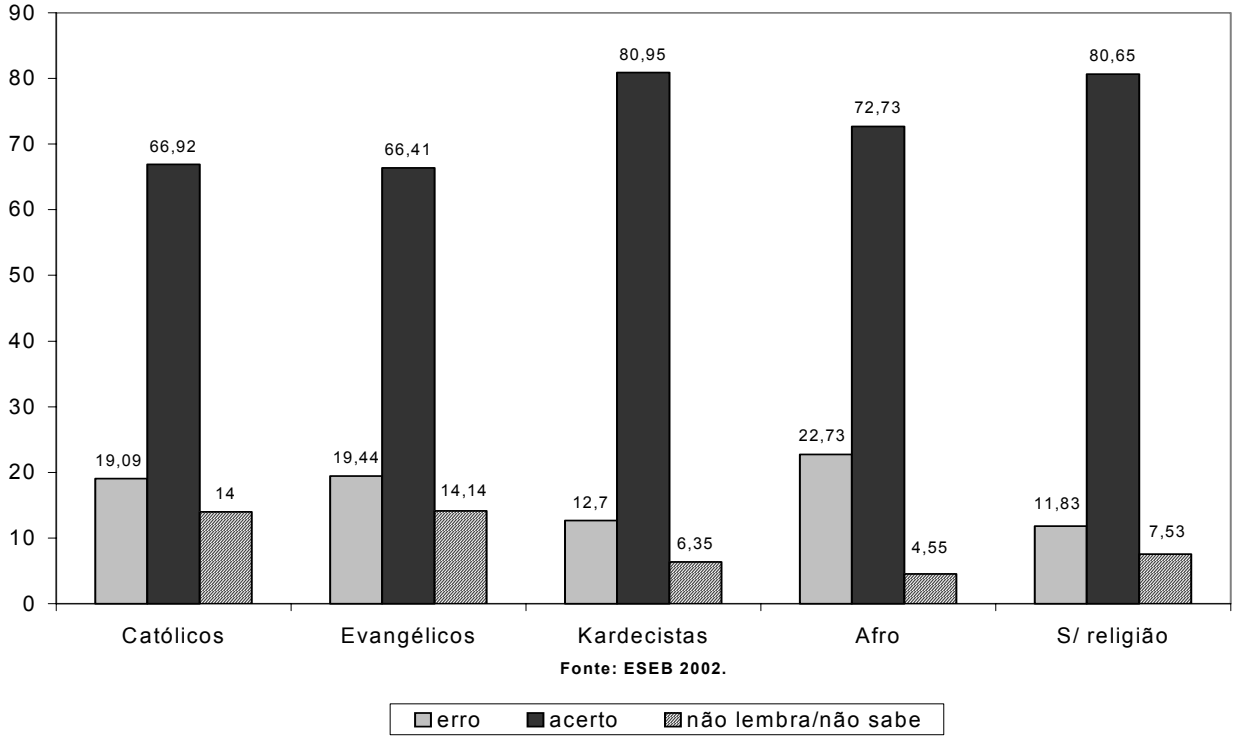
Fonte: ESEB 2002

Como esses graus de exposição aos meios de comunicação de massa moldam a cognição de cada um desses grupos religiosos? Selecionamos duas temáticas relacionadas à política partidária e verificamos o grau de conhecimento dos diferentes públicos religiosos a respeito delas. A primeira temática solicita aos entrevistados que respondam qual partido político tem o número 13 como símbolo de sua legenda. A segunda indaga acerca de qual é o partido do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em relação ao grau de conhecimento do partido político cujo número na justiça eleitoral é 13 – o Partido dos Trabalhadores –, os kardecistas conformam o grupo com a maior proporção de acertos (80.9%), seguidos do grupo sem religião (80.6%) e dos adeptos das religiões afro-brasileiras (72.7%) (Gráfico 7[24]). O perfil de evangélicos e católicos a esse respeito é praticamente idêntico. A porcentagem de acerto entre os evangélicos (66.4%), no entanto, é ligeiramente menor do que a dos católicos (66.9%). Entre os evangélicos também se encontra a maior proporção dos que não souberam ou não lembraram a resposta correta.

[24] Estatisticamente significativo ao nível de 0.005 (valor de 21.8367) com base no teste do chi-quadrado. O valor de V de Cramér foi de 0.0675.

Gráfico 7 - Distribuição das religiões segundo o conhecimento do partido político cujo número é 13

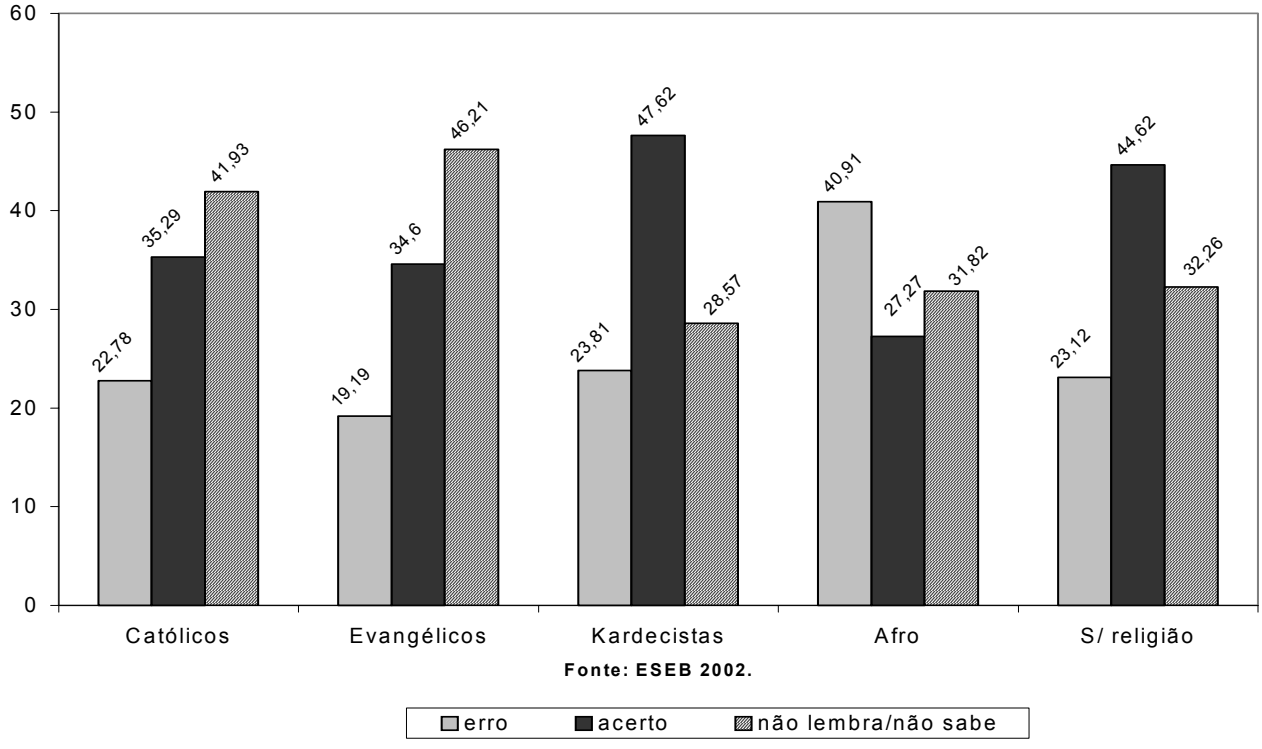


A indagação a respeito do partido do ex-Presidente Cardoso apresentou um nível maior de dificuldade para todos os segmentos (Gráfico 8[25]). Cerca de 47.6% dos kardecistas responderam corretamente essa pergunta – em contraste com os 80.9% que deram uma resposta correta para a questão anterior. Entre todos os grupos, encontra-se entre os evangélicos a maior porcentagem dos que não sabiam ou não se lembraram que o PSDB era a resposta correta. Os evangélicos, além disso, obtiveram a segunda pior proporção de acerto – só superior a dos adeptos do candomblé e umbanda.

Uma vez mais, o perfil de evangélicos e católicos guarda significativas semelhanças. A porcentagem de acerto entre os católicos foi de 35.3%; entre os evangélicos, 34.6%. Os segundos erraram menos que os primeiros. A proporção dos que não souberam ou não se lembraram entre os católicos, no entanto, é ligeiramente inferior (41.9%) do que a dos evangélicos (46.2%).

[25] Estatisticamente significativo ao nível de 0.006 (valor de 21.5427) com base no teste do chi-quadrado. O valor de V de Cramér foi de 0.0670.

Gráfico 8 - Distribuição das religiões segundo o conhecimento do partido do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso



Fonte: ESEB 2002.

No interior do segmento evangélico, os membros das igrejas não-pentecostais têm um desempenho superior aos das pentecostais (Tabela 9). Enquanto entre os primeiros, a porcentagem média de acerto foi de 50.7%, entre os evangélicos pentecostais foi de apenas 28.5%. Os membros da Congregação Cristã no Brasil – que, entre os pentecostais, têm nos seus quadros a maior proporção de pessoas com nível superior completo – foram os que mais acertaram (31.6%). A maioria dos fiéis das denominações pentecostais examinadas simplesmente ou desconhecia ou não recordou a resposta correta.

Tabela 9
Qual é o partido do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso?*

Denominação	Erro (%)	Acerto (%)	Não sabe / não lembra (%)
Assembléia	21.3	25.4	53.3
Congregação	15.8	31.6	52.6
Universal	18.5	25.9	55.6
Outras pentecostais	25.0	31.2	43.7
Batista	19.6	45.1	35.3
Outras não-pentecostais	2.6	56.4	41.0
Não especificou denominação	20.5	43.6	35.9

* Nível de significância de 0.020 no teste de qui-quadrado (valor de 24.1219). V de Cramér: 0.1745.
Fonte: ESEB 2002

A exposição a pelo menos um dos meios de comunicação de massa aumenta significativamente o nível de sofisticação política, conforme pode ser observado na Tabela 10. Na primeira questão, a porcentagem média de acerto (computando evangélicos e católicos conjuntamente) é 31.8% maior entre os que tiveram contato com a imprensa escrita ou televisada do que os que não tiveram nenhuma exposição. No caso da segunda questão que, como vimos anteriormente, introduziu um nível maior de dificuldade, a exposição à imprensa aumenta em cerca de 96.6% a porcentagem de respostas corretas. É interessante notar ainda que, em todos os segmentos, a leitura de jornais traz mais ganhos de acuidade do que o acompanhamento de notícias pelos telejornais nacionais.

Tabela 10
Porcentagem de respostas corretas (controladas por exposição à imprensa)

Religião	Evangélicos		Católicos	
Partido cujo número é 13				
%	Jornais	telejornais	Jornais	Telejornais
Não	56.6	58.9	55.7	60.1
Sim	77.0	74.2	79.0	74.1
	0.000 (22.1803) 0.2367	0.005 (10.4074) 0.1621	0.000 (121.0024) 0.2648	0.000 (39.0761) 0.1508
Partido do ex-Presidente Cardoso				
%	Jornais	telejornais	Jornais	Telejornais
Não	23.9	23.8	23.2	24.2
Sim	46.1	45.9	48.4	46.5
	0.000 (33.6536) 0.2915	0.000 (25.2390) 0.2525	0.000 (154.8145) 0.2991	0.000 (120.6412) 0.2646

Fonte: ESEB 2002

Evangélicos novamente têm uma performance semelhante à dos católicos. Essa similaridade se deve à ação de fatores mencionados anteriormente – renda e educação. Conforme vimos na terceira seção, essas variáveis não distinguem claramente os evangélicos dos demais grupos. Pelo contrário, mostramos como seu perfil – no que se refere a esses dois quesitos – é praticamente idêntico ao dos católicos. O nível de exposição às autoridades religiosas (medido pela assiduidade do fiel ao seu culto), no entanto, constitui-se numa característica que singulariza o segmento evangélico. Mostramos como cerca de 82.6% dos membros das diversas denominações evangélicas participam de seus cultos uma ou mais vezes por semana.

Salientamos anteriormente que a exposição à imprensa aumenta significativamente os níveis de sofisticação política. Pontuamos, entretanto, que cerca de 32% dos evangélicos não estão expostos nem aos jornais e nem aos telejornais nacionais. Isso significa que há, entre os evangélicos, devido à combinação de alta exposição às autoridades religiosas e baixa exposição aos veículos da imprensa, um espaço importante para que os *inputs* eventualmente recebidos na esfera religiosa sejam transformados em guias para formação de opiniões e crenças e para o comportamento eleitoral e político concreto.

Antes de examinarmos a eventual influência que as autoridades religiosas possam ter no comportamento político e eleitoral dos evangélicos, vamos tentar mapear seu posicionamento do espectro ideológico brasileiro.

Valores e opiniões

O tradicionalismo pode ou não se traduzir em conservadorismo político. Ou seja, posturas tradicionalistas atinentes à moral social – como, por exemplo, a oposição ao aborto e ao homossexualismo – nem sempre são acompanhadas por posições políticas conservadoras. A relação inversa também procede: nem sempre o alinhamento em torno de uma plataforma conservadora no plano político está associado à defesa de bandeiras tradicionalistas a respeito do código moral que deve guiar os indivíduos em sociedade[26].

De acordo com Pierucci (1989), a novidade representada pelo segmento evangélico seria a junção de ambas as dimensões. As denominações evangélicas, segundo esse autor, formam parte da base social da "nova direita", já que adicionam valores tradicionalistas referentes à família e à sexualidade aos pilares usualmente associados a posições direitistas, tais como a defesa do direito de

[26] Mannheim (1972) trabalha as diferenças entre tradicionalismo e conservadorismo.

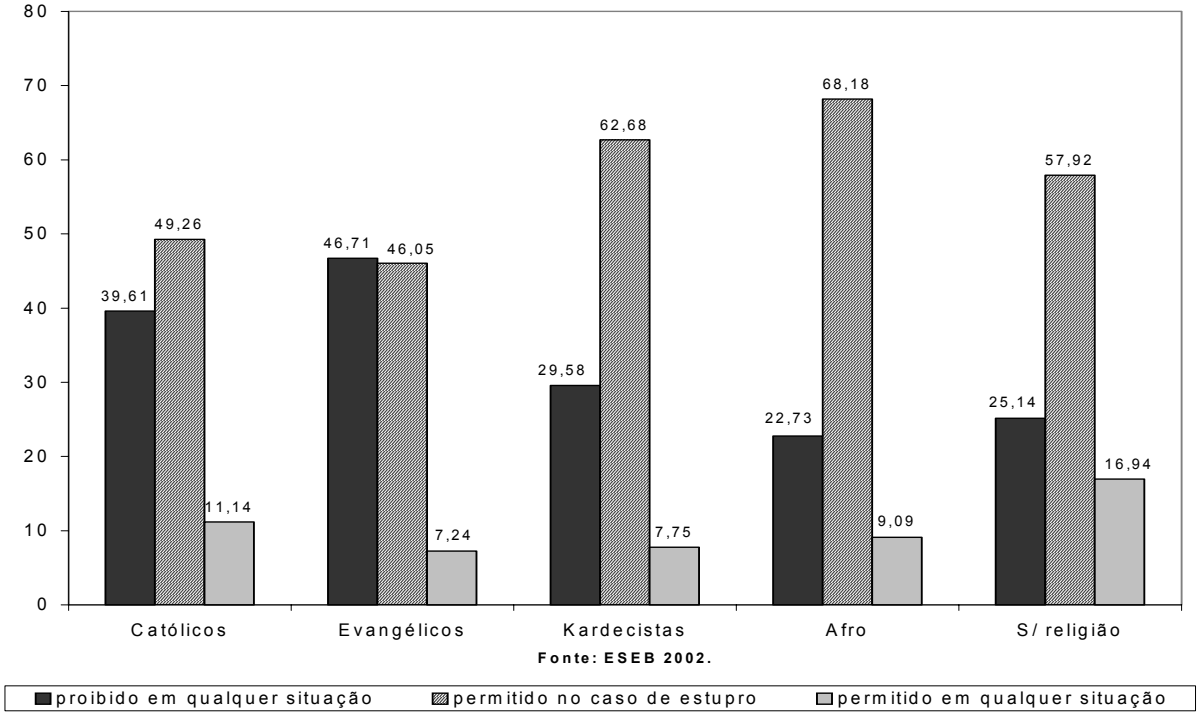
propriedade, a resistência em relação à reforma agrária e à ampliação da intervenção do estado na economia.

O propósito dessa seção é ratificar a pertinência desse diagnóstico. Com esse objetivo, analisamos o posicionamento dos evangélicos em comparação com os outros grupos religiosos, no que se refere a tópicos relativos à moralidade social, como o aborto e o homossexualismo. Em seguida, apresentamos sua posição face a uma forma coletiva de protesto: as greves contra o governo. Ao final da seção, descrevemos seu posicionamento no que tange à participação do Estado na economia.

A temática do aborto revela dados interessantes muito mais a respeito da sociedade brasileira em geral do que sobre os evangélicos especificamente (Gráfico 9)[27]. A maior porcentagem de pessoas que aprovam a realização de práticas abortivas em qualquer situação encontra-se entre os indivíduos sem vínculos religiosos e é de apenas 16.9%. Isso significa, portanto, que, em todos os grupos aqui listados, mais de 80% se revelam favoráveis ou à proibição total ou parcial do aborto. Os evangélicos são os mais tradicionalistas a esse respeito: entre eles encontra-se a maior proporção de pessoas contrárias ao aborto em qualquer situação (46.7%). Entre os demais grupos religiosos, a maioria defende a limitação do aborto aos casos de gravidez indesejada decorrentes de violência sexual. Entre os católicos, essa maioria é de 49.3%; kardecistas, 62.7%; e adeptos do candomblé e umbanda 68.2%. Portanto, os evangélicos, de fato, são os mais tradicionalistas no que diz respeito a esse tema, mas é fundamental perceber, no entanto, que a postura anti-aborto é comum a todos os segmentos religiosos.

[27] Os dados mostrados no Gráfico 9 são estatisticamente significativos ao nível de 0.000 (valor de 52.8614) com base no teste do chi-quadrado. O valor de V de Cramér foi de 0.2108.

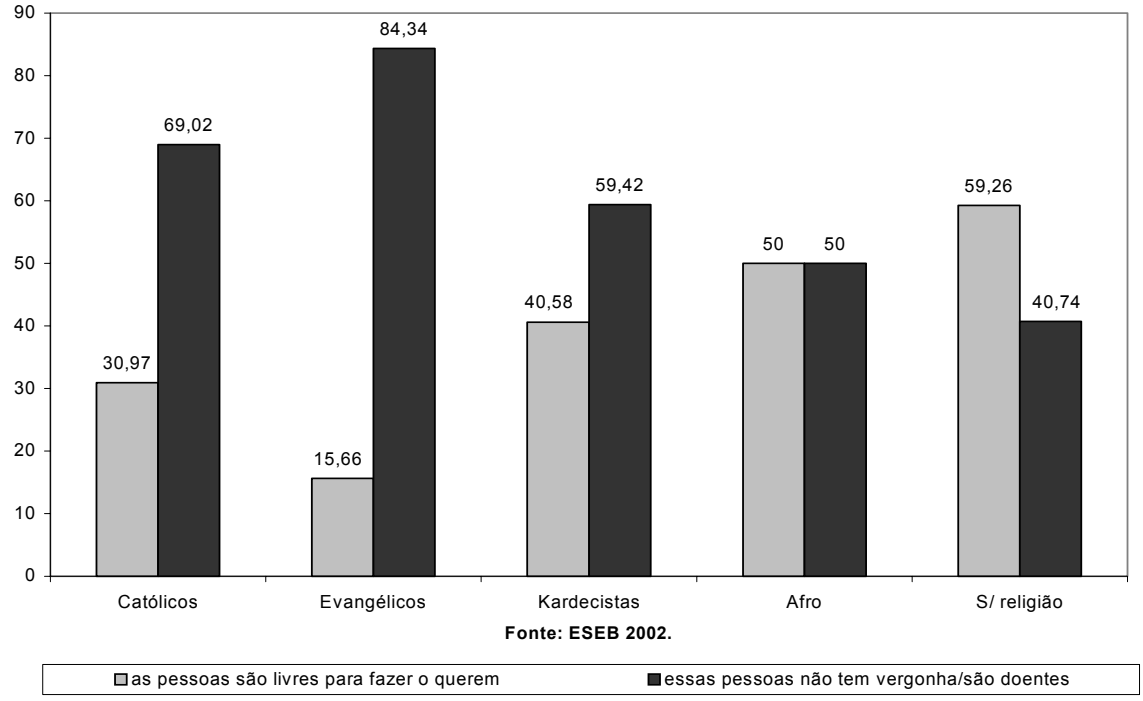
Gráfico 9 - Distribuição das religiões segundo a posição em relação ao aborto



Perguntados sobre sua visão acerca do homossexualismo masculino, os entrevistados tiveram que escolher três tipos de respostas: a) *as pessoas são livres para determinar seu comportamento sexual*; b) *o homossexualismo é uma escolha de indivíduos que desrespeitam a moral social ("são pessoas sem vergonha"), ou* c) *os homossexuais são pessoas doentes*. Como pode ser visto no Gráfico 10[28], esse é um tópico que claramente distingue os evangélicos dos demais grupos religiosos. Os membros das religiões evangélicas têm uma atitude francamente negativa: cerca de 84.3% consideram o homossexualismo imoral ou doentio. Enquanto, entre os evangélicos, 15.7% consideram que as pessoas são livres para realizar suas escolhas sexuais, esse percentual praticamente dobra entre os católicos (31.0%). As pessoas sem vínculos religiosos formam o grupo menos negativo a respeito do tema: 59.3% deles crêem que a opção sexual é livre e não associam o homossexualismo à imoralidade ou a qualquer doença.

[28] No teste de chi-quadrado, as duas últimas opções – a associação do homossexualismo à imoralidade e à doença – foram agrupadas. Os dados mostrados no Gráfico 10 são estatisticamente significativos ao nível de 0.000 (valor de 29.9559). O valor de V de Cramér foi de 0.1587.

Gráfico 10 - Distribuição das religiões segundo a posição em relação ao homossexualismo masculino



Internamente ao grupo, evangélicos pentecostais e não-pentecostais são indistingüíveis no que se refere à questão homossexual (Tabela 11). Todos, em sua maioria, reagem negativamente: mais de 74% deles consideram o homossexualismo uma imoralidade ou uma doença, a única exceção são os membros da Igreja Universal do Reino de Deus: cerca de 45.4% dos seus fiéis consideram que a liberdade individual rege a escolha e o comportamento sexuais.

Tabela 11
Distribuição dos evangélicos segundo a posição sobre o homossexualismo masculino*

Denominação	Escolha sexual é livre (%)	Imoralidade ou doença (%)
Assembléia	10.3	89.7
Congregação	23.8	76.2
Universal	45.4	54.5
Outras pentecostais	12.5	87.5
Batista	21.0	78.9
Outras não-pentecostais	26.3	73.7
Não especificou denominação	16.7	83.3

*Nível de significância de 0.000 no teste de qui-quadrado (valor de 29.9559); V de Cramér: 0.1587.
Fonte: ESEB 2002

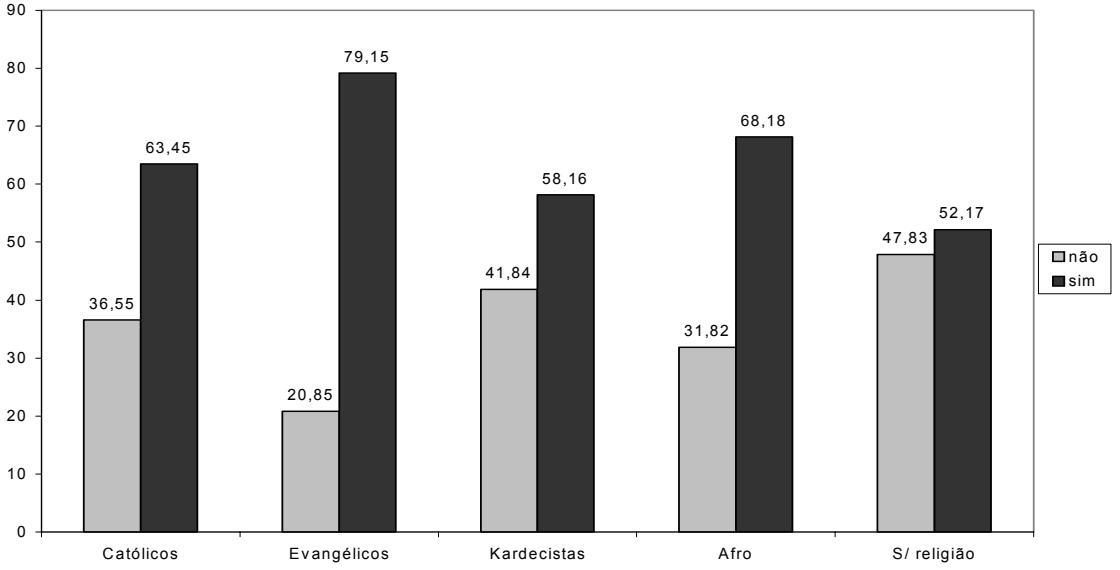
Essas mesmas tendências repetem-se quando o tema da escolha sexual é abordado com enfoque na regulação do espaço público. Os entrevistados manifestaram-se contra ou a favor a veiculação hipotética de um programa de televisão que defendesse o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Consoante com sua visão marcadamente negativa a respeito do homossexualismo, os evangélicos se mostraram, em sua maioria (79.1%), favoráveis à proibição do referido programa (Gráfico 11)[29]. Entre os católicos essa proporção foi de 63.4%. Mais uma vez não há diferenças significativas entre pentecostais e não-pentecostais[30]. Em relação aos demais grupos religiosos, surgem alguns pontos interessantes. Segmentos que não têm, em sua maioria, uma visão negativa da homossexualidade, acham, no entanto, que sua divulgação ou debate na televisão devem ser contidos. Assim, apesar de cerca de 59% das pessoas sem vínculos religiosos considerarem a escolha sexual como objeto da liberdade individual, 52.2% delas mostraram-se dispostos a proibir a veiculação do programa. Entre os adeptos do candomblé e umbanda, o mesmo ocorre: 50% deles não vêem o homossexualismo negativamente, mas 68.2% deles são contrários à divulgação do programa.

[29] Estatisticamente significativo ao nível de 0.000 (valor de 44.3118) com base no teste do chi-quadrado. O valor de V de Cramér foi de 0.1376.

[30] Os membros da Assembléia de Deus, mais uma vez, são os mais tradicionalistas: cerca de 83.5% se mostraram favoráveis à proibição do programa. Os menos tradicionalistas são os membros da Igreja Universal do Reino de Deus: mesmo assim, 70.4% deles consideraram correta a proibição. Todos os demais grupos também se posicionaram a favor do veto ao programa e situam-se entre esses dois pólos: batistas, 79.6%; outras denominações pentecostais, 75.9%; Congregação Cristã no Brasil, 75.0%; outras denominações evangélicas, 74.4%; outras igrejas não-pentecostais, 72.2%. O teste de chi-quadrado apresentou nível de significância de 0.000 e o valor de 39.7989. O valor de V de Cramér foi de 0.1304.

Gráfico 11 - Distribuição das religiões segundo o programa de televisão que defende o casamento homossexual deve ser proibido?



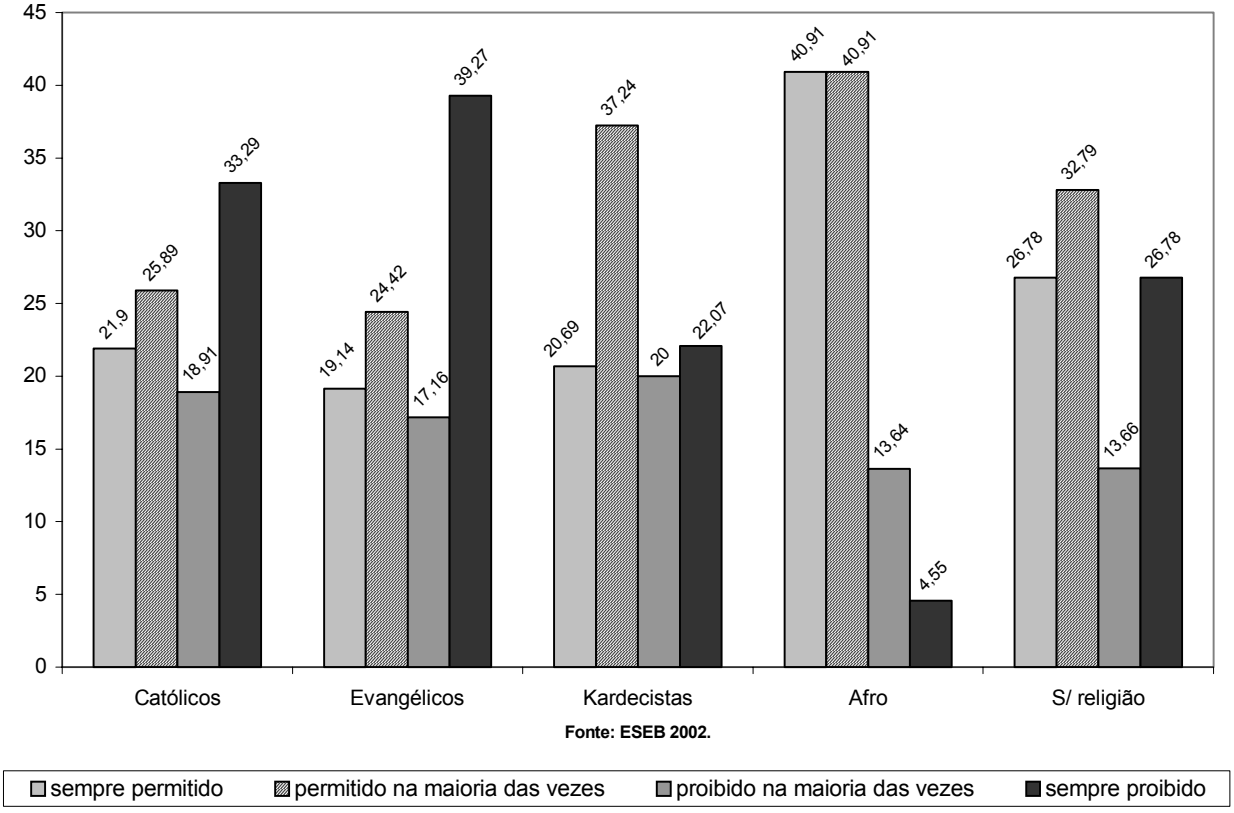
Fonte: ESEB 2002.

Se as posições frente ao aborto e ao homossexualismo servem como termômetros da postura dos evangélicos no campo da moral social, utilizamos a opinião em relação às greves contra o governo como indicador de sua visão diante de formas coletivas de protesto social e político. Nesse aspecto, evangélicos e católicos têm perfis significativamente parecidos (Gráfico 12)[31]. Os membros das diversas denominações evangélicas são ligeiramente mais conservadores que os católicos: 39.3% deles são favoráveis à proibição total de greves contra o governo – entre os católicos, a porcentagem é de 33.3%. O posicionamento desses dois grupos contrasta bastante com a opinião dos adeptos das religiões afro-brasileiras que, em sua maioria (81.8%), consideram que as greves contra o governo devem ser sempre permitidas ou permitidas na maioria das vezes. Entre eles, os opositores à qualquer tipo de greve contra o governo são apenas 4.5%. É interessante, no entanto, lembrar que, embora tenham opiniões quase que

[31] O teste de chi-quadrado nível de significância de 0.000 e o valor de 37.3920 (valor de V de Cramér: 0.0732). Num segundo teste a respeito da posição em relação às greves contra o governo, agregamos as opiniões em dois pólos (sempre permitidas ou permitidas na maioria das vezes vs. sempre proibidas ou proibidas na maioria das vezes). Neste caso, teste de chi-quadrado apresentou nível de significância de 0.000 e o valor de 26.8250 (valor de V de Cramér: 0.1073).

antagônicas a respeito de greves contra o governo, os três grupos possuem um perfil educacional consideravelmente semelhante. Cerca de 72.7% dos fiéis do candomblé e da umbanda concluíram o ensino fundamental. Entre os evangélicos e católicos, essa proporção é de 75.0% e 74.4%, respectivamente. Isso significa que, se os evangélicos são mais tradicionalistas (ou ligeiramente mais tradicionalistas) no que se refere à moral, eles são bastante parecidos com os católicos em relação ao seu grau de tolerância para com formas coletivas de protesto social e político,indicando que suas posturas tradicionalistas vêm acompanhadas por um maior conservadorismo político.

Gráfico 12 - Distribuição das religiões segundo a posição em relação a greves contra o governo



Fonte: ESEB 2002.

O maior tradicionalismo dos evangélicos se traduz em posições mais conservadoras no que se refere à participação do Estado na economia? A direita está historicamente ligada à defesa do direito de propriedade e da iniciativa privada, ao passo que posições esquerdistas estão associadas à manutenção do controle estatal de grande número de atividades econômicas e sociais[32]. Qual é a percepção do segmento evangélico em relação à presença da iniciativa privada em setores tais como saúde, aposentadoria e previdência social, e educação? Com base no seu perfil, é possível posicioná-los inequivocamente numa escala esquerda-direita?

Os dados da Tabela 12 revelam uma maioria supra-religiosa favorável à presença do Estado nas atividades de educação, saúde e aposentadoria e previdência social. Os evangélicos são o segmento que mais defende a presença da iniciativa privada no setor educacional – muito provavelmente para garantir o funcionamento de escolas privadas religiosas –; mas mesmo assim, entre eles, cerca de 72.4% se mostram favoráveis à participação exclusiva do Estado nessa atividade. Em relação ao setor da saúde, não são os evangélicos, mas os kardecistas os mais favoráveis à atuação da iniciativa privada. No que se refere à aposentadoria e previdência social, por fim, os adeptos das religiões afro-brasileiras invertem sua posição em relação à educação e saúde e se revelam os maiores defensores da iniciativa privada.

Tabela 12
Distribuição das religiões segundo o papel exclusivo do estado em algumas atividades (em %)

Religião	Educação	Saúde	Aposentadoria e previdência social	Bancos
Católica	80.0	82.6	84.2	57.8
Evangélica	72.4	74.3	76.1	50.6
Kardecista	73.0	66.7	74.6	39.7
Afro-brasileiras	90.9	86.4	68.2	40.9
Sem religião	77.8	79.5	80.3	47.8
Chi-quadrado	0.008	0.000	0.000	0.001
(valor)	(13.7675)	(22.8087)	(20.1900)	(19.6785)
V de Cramér	0.0769	0.0984	0.0928	0.0922

Fonte: ESEB 2002

[32] Perguntados a respeito da reforma agrária no Brasil, 48.5% dos evangélicos responderam que "o governo deve desapropriar as terras sem uso". 51.5% deles, no entanto, se opõem à desapropriação de áreas improdutivas e acreditam que "o dono da terra deve ter o direito de querer ou não cultivar suas terras". Como esses resultados não são estatisticamente significantes, a temática da reforma agrária – embora fundamental no debate entre esquerda e direita – não será explorada aqui.

A existência de uma maioria de mais três quintos em cada grupo que se posiciona favoravelmente à participação estatal exclusiva revela que a variável religião não tem muito poder explicativo no que tange ao posicionamento numa escala estatismo vs. defesa da iniciativa privada. Apesar dessa indiferenciação, duas nuances são visíveis: os membros do kardecismo se revelaram quase que sistematicamente os mais favoráveis à presença da iniciativa privada, e os católicos os mais favoráveis à exclusividade estatal nas três atividades mencionadas. O perfil dos evangélicos, nesse sentido, não é muito claro: ou seja, seu posicionamento frente a esses três importantes tópicos não nos permite situá-los quer claramente à direita ou à esquerda.

Quando observamos a posição dos evangélicos em relação à presença da iniciativa privada no setor bancário, a análise se complica ainda mais, uma vez que esse segmento é, ao lado dos fiéis da Igreja Católica, um dos maiores defensores do exclusivismo estatal. Como esse grupo se posiciona em relação ao controle estatal de algumas atividades econômicas mais ligadas à vida cotidiana dos cidadãos brasileiros, tais como os transportes, o recolhimento do lixo e a administração de estradas e rodovias?

Em todos os grupos examinados, mais uma vez há uma maioria favorável ao controle estatal exclusivo das atividades listadas (Tabela 13). É interessante notar que, em todos os grupos, a preferência pela participação exclusiva do Estado cresce quando passamos da atividade de transportes para a coleta de lixo e, em seguida, para a administração de estradas e rodovias, dado que esses serviços compõem áreas em que a presença do Estado é percebida como crescentemente mais importante.

Tabela 13
Distribuição das religiões segundo o papel do Estado e da iniciativa privada

Atividade	Transportes		Coleta de lixo		Administração de estradas e rodovias	
Religião	Somente governo	Somente Empresas	Somente governo	Somente Empresas	Somente governo	Somente Empresas
Católica	59.9	28.6	75.1	18.1	79.3	11.9
Evangélica	60.4	26.4	67.4	22.8	73.7	18.5
Kardecista	40.6	35.0	53.5	34.7	62.9	23.1
Afro-brasileiras	63.6	36.4	68.2	27.3	72.7	27.3
Sem religião	56.0	31.9	71.2	21.7	71.6	20.8
Chi-quadrado (valor) V de Cramér	0.000 (33.3747) 0.0846		0.000 (37.8341) 0.0897		0.000 (39.2918) 0.0916	

Fonte: ESEB 2002

Os evangélicos não se distinguem dos demais grupos nem por um eventual elevado nível de estado-centrismo, nem pela defesa obstinada do controle exclusivo da iniciativa privada. Os católicos, por outro lado, aparecem como defensores mais árduos da presença exclusiva do Estado do que os evangélicos. Em todas as atividades, além disso, os menos favoráveis ao exclusivismo estatal são encontradas entre os kardecistas. Assim sendo, se a defesa da diminuição da participação do Estado na economia é uma das teses direitistas, então é bastante problemático vincular os evangélicos à direita do espectro político.

No interior das denominações evangélicas, os não-pentecostais claramente se diferenciam dos pentecostais no que se refere ao transporte (Tabela 14). Entre os batistas, por exemplo, apenas 31.2% consideram que essa atividade deva ser realizada exclusivamente pelo Estado, ao passo que entre os pentecostais essa porcentagem é significativamente maior: 59.2%, Assembléia; 66.7%, Congregação; 65.4%, Universal; e 61.2%, outras denominações pentecostais. No que tange às outras duas atividades, no entanto, há uma maioria pró-exclusivismo estatal. O destaque recai sobre a Igreja Universal do Reino de Deus: um pouco mais de um terço dos seus membros consideram que somente a iniciativa privada deveria ser responsável pela coleta de lixo (38.5%) e pela administração de estradas e rodovias (34.6%).

Tabela 14
Distribuição dos evangélicos segundo opinião sobre o papel do Estado e da iniciativa privada

Atividade	Transportes		Coleta de lixo		Administração de estradas e rodovias	
Denominação	Somente governo	Somente Empresas	Somente governo	Somente Empresas	Somente governo	Somente Empresas
Assembléia	59.2	25.0	72.5	17.5	74.2	13.3
Congregação	66.7	27.8	71.0	26.3	78.9	21.0
Universal	65.4	23.1	53.8	38.5	61.5	34.6
Outras pent.	61.2	26.2	60.0	26.2	77.8	18.5
Batista	31.2	29.2	59.2	22.4	65.3	14.3
Outras não-pent.	45.9	35.1	55.3	31.6	57.9	26.3
Não especificou	61.1	27.8	68.4	21.0	67.6	21.6
Chi-quadrado (valor)	0.000 (43.3137) 0.0964		0.002 (34.3673) 0.0855		0.000 (38.4975) 0.0907	

Fonte: ESEB 2002

O tema da intervenção direta do Estado no funcionamento global da economia foi tratado a partir do exame de duas questões. A primeira diz respeito à violação da relação entre demanda e oferta como determinante dos valores finais das mercadorias e examina a concordância do entrevistado em relação ao controle de preços por parte do Estado (Tabela 15). Uma maioria – supra-religiosa – se forma na defesa da intervenção estatal na política de preços. Os evangélicos são os que mais concordam com uma política dessa natureza (80.3%), ao passo que a maior discordância advém dos adeptos das religiões afro-brasileiras (36.4%). É desnecessário enfatizar a similaridade dos perfis educacionais desses dois grupos.

A maioria em favor da intervenção do Estado é ainda mais pronunciada no que se refere a um segundo tópico: o socorro financeiro a empresas em dificuldades. Mais de 70% dos membros de todos os grupos se mostram favorável a este tipo de ajuda estatal. Os evangélicos são os mais entusiastas em relação ao tema, seguidos de perto, uma vez mais, pelos católicos. Os adeptos do candomblé e umbanda são os menos favoráveis a esse tipo de iniciativa.

Tabela 15
Intervenção do Estado na economia, segundo religiões (em %)

Atividade	Governo deve controlar os preços de todos os produtos vendidos no Brasil		Governo deve socorrer empresas em dificuldade	
Religião	Concorda	Discorda	Concorda	Discorda
Católica	79.1	20.9	82.0	17.1
Evangélica	80.8	19.2	86.1	13.2
Kardecista	69.2	30.8	73.6	24.3
Afro-brasileiras	63.6	36.4	72.7	27.3
Sem religião	65.0	35.0	72.4	24.9
Chi-quadrado (valor)	0.000 (28.6757)		0.001 (25.5291)	
V de Cramér	0.1111		0.0741	

Fonte: ESEB 2002

O que os dados dessa seção indicam? Em primeiro lugar, conforme afirma a literatura, os fiéis evangélicos são realmente mais tradicionalistas: isto é, se revelam como defensores mais árduos da moral social e da aplicação estrita dos valores desse código na regulação da vida coletiva. Por outro lado, esse tradicionalismo não se traduz diretamente num conservadorismo político: seu grau de oposição em relação a greves contra o governo é similar ao encontrado entre os católicos. Seu posicionamento frente a tópicos relativos à participação da iniciativa privada e à intervenção direta do Estado no funcionamento da economia mostra, além disso, que os evangélicos não podem ser categorizados inequivocamente como pertencendo a um dos pólos do eixo esquerda-direita.

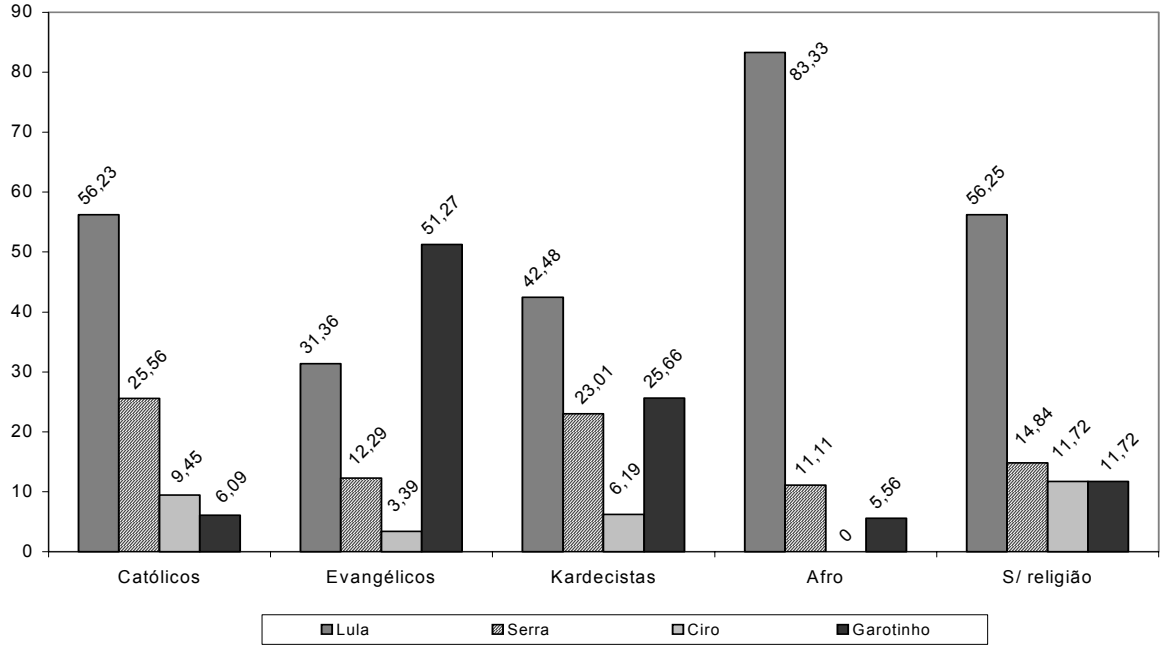
Essa categorização pode ser feita quando examinamos as escolhas eleitorais e partidárias feitas pelos evangélicos? Este é o tema da próxima seção.

Alguns determinantes do comportamento eleitoral do público evangélico

Quais são os principais determinantes do comportamento eleitoral dos evangélicos? Quais têm sido suas escolhas eleitorais e partidárias?

Perguntados acerca do seu voto no primeiro turno na eleição presidencial de 2002, a maioria dos evangélicos (51.3%) afirmou ter votado em Anthony Garotinho (Gráfico 13)[33]. Cerca de 31.4% votaram em Luiz Ignácio Lula da Silva; 12.3% em José Serra e 3.4% em Ciro Gomes. É curioso notar que a segunda maior votação declarada de Garotinho aparece entre os kardecistas – grupo que, como vimos, possui, ao contrário dos evangélicos, os maiores níveis de renda e escolaridade. Entre os católicos e as pessoas sem religião, cerca de 56% optaram pela candidatura Lula. Essa escolha foi massiva entre os fiéis do candomblé e da umbanda: 83.3% deles votaram no candidato do PT.

Gráfico 13 - Distribuição das religiões segundo o voto no primeiro turno na eleição presidencial de 2002



Fonte: Survey ESEB 2002.

[33] O teste de chi-quadrado apresentou o nível de significância de 0.000 e o valor de 396.9077. O valor do V de Cramér foi de 0.2272.

A idéia de que a filiação evangélica tende a gerar preferências por determinadas opções políticas não pode ser completamente rejeitada quando observamos o padrão de voto declarado no interior do segmento evangélico. A preferência pela candidatura de Anthony Garotinho perpassou todas as denominações evangélicas, com exceção dos membros da Congregação Cristã no Brasil (Tabela 16). Entre os membros dessa última confissão, Garotinho foi a terceira opção (16.0%) atrás de Lula (56.0%) e de Serra (24.0%)[34]. Os maiores apoiadores dessa candidatura, por outro lado, foram os fiéis da Assembléia de Deus: seis em cada dez votaram no candidato que pertencia ao PSB. No padrão de voto declarado não há diferenças significativas entre pentecostais e não-pentecostais, assim como não existe homogeneidade de comportamento no interior desses dois grupos.

Tabela 16
Distribuição dos evangélicos segundo o voto declarado no primeiro turno da eleição presidencial de 2002*

Denominação	Lula (%)	Serra (%)	Ciro (%)	Garotinho (%)	Em branco & nulo (%)
Assembléia	22.1	11.6	3.2	62.1	1.0
Congregação	56.0	24.0	4.0	16.0	0
Universal	33.3	9.5	4.8	52.4	0
Outras pentecostais	35.0	15.0	5.0	40.0	5.0
Batista	37.5	10.0	2.5	50.0	0
Outras não-pentecostais	11.1	29.6	11.1	48.1	0
Não especificou	37.0	3.7	0	59.3	0

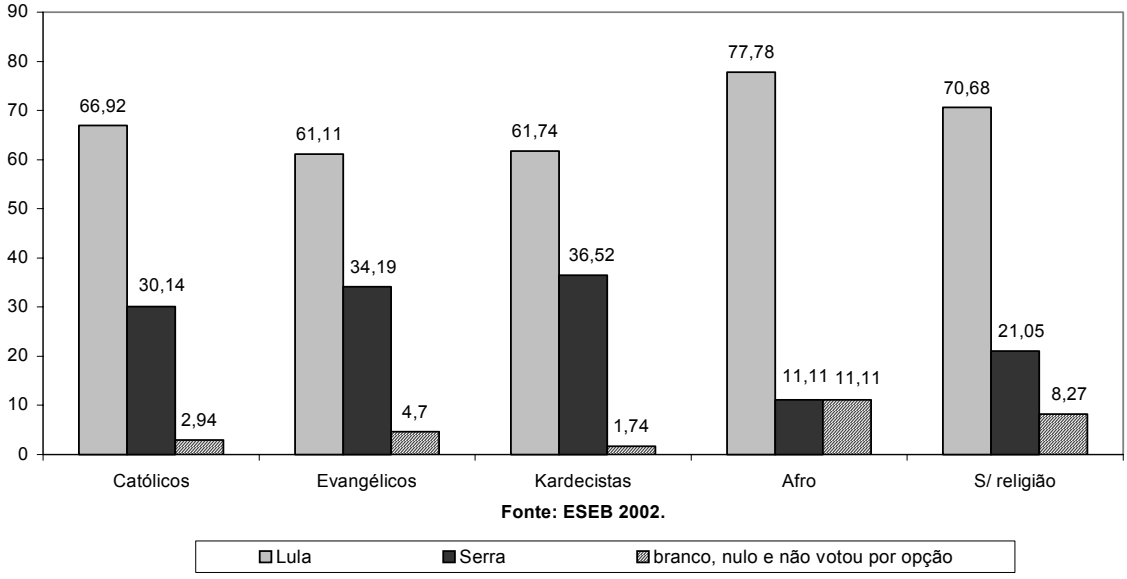
*Nível de significância de 0.000 no teste de qui-quadrado (valor de 469.0380); V de Cramér: 0.2469.
Fonte: ESEB 2002

No que se refere ao segundo turno da eleição presidencial de 2002, católicos, evangélicos e kardecistas têm um padrão de voto declarado bastante semelhante: mais de 60% deles votaram em Lula e cerca de 30% votaram em Serra (Gráfico 14)[35]. Esses números mostram que, entre os evangélicos, a candidatura Lula teve um aumento de 30 pontos percentuais, ao passo que a candidatura Serra aumentou somente 22 pontos percentuais. Ou seja, Lula atraiu aproximadamente 53% dos eleitores evangélicos que haviam votado em Ciro, Garotinho, nulo ou em branco no primeiro turno. Esse comportamento contrasta bastante com o padrão de

[34] De acordo com Pierucci & Mariano (1992), as autoridades religiosas da Congregação Cristã no Brasil pregam uma separação estrita entre religião e política.
[35] O teste de chi-quadrado apresentou nível de significância de 0.001 e o valor de 25.5519. O valor do V de Cramer foi de 0.0814.

votação dos evangélicos nas eleições de 1989 e 1994, quando houve, entre eles, considerável rejeição da candidatura Lula.

Gráfico 14 - Distribuição das religiões segundo o voto no segundo turno na eleição presidencial de 2002



Fonte: ESEB 2002.

A Igreja Universal e as outras denominações não especificadas foram as religiões evangélicas em que houve mais alterações positivas na candidatura Lula. Os membros da Assembléia de Deus praticamente se dividiram ao meio: entre eles, Lula acrescentou à sua carteira de votos 32.8 pontos percentuais e Serra 31.2. O mesmo ocorreu entre os fiéis da Igreja Batista: entre eles, Lula recebeu a mais 27.5 pontos percentuais dos votos; e Serra, 25. Os membros da Congregação Cristã no Brasil representam um caso diferente. Entre eles, Lula recebeu 56% de votos no primeiro turno e 57.7% no segundo. Serra, ao contrário, recebeu 24% no primeiro turno e 34.6% no segundo.

Tabela 17
Distribuição dos evangélicos segundo o voto declarado no segundo turno da eleição de 2002*

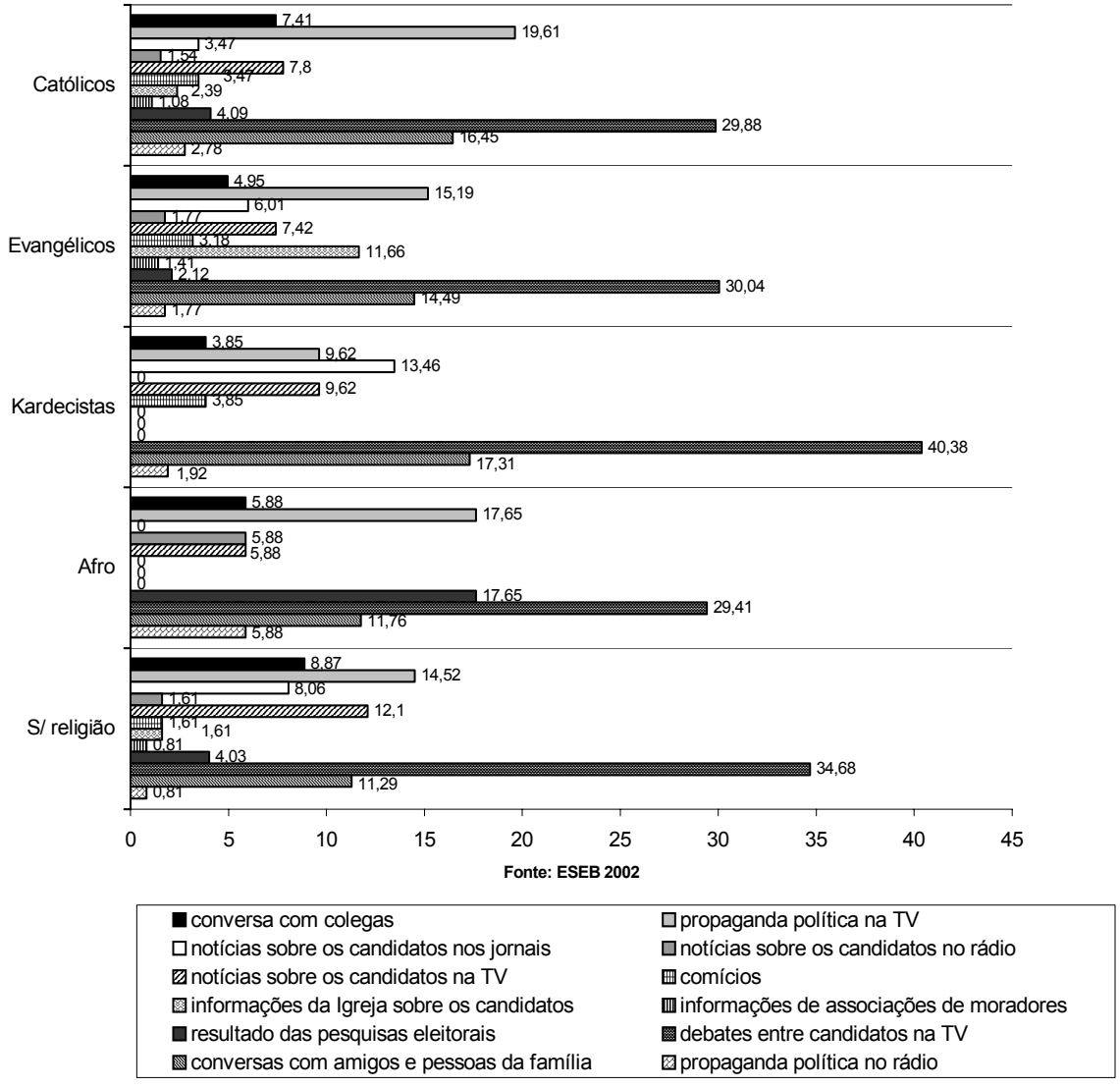
Denominação	Lula (%)	Serra (%)	Em branco & nulo (%)
Assembléia	54.9	42.9	2.2
Congregação	57.7	34.6	7.7
Universal	76.2	23.8	0
Outras pentecostais	58.1	32.3	9.7
Batista	65.0	35.0	0
Outras não-pentecostais	50.0	50.0	0
Não especificou	84.0	12.0	4.0

* Nível de significância de 0.009 no teste de qui-quadrado (valor de 29.6303); V de Cramér: 0.0.0876).
Fonte: ESEB 2002

Quais foram os determinantes dessas escolhas de católicos, kardecistas, adeptos do candomblé e umbanda, e sobretudo dos evangélicos? Com o objetivo de mapear os principais determinantes da escolha de candidaturas, os entrevistados foram expostos a doze de fontes de informação a respeito dos candidatos a presidente da República em 2002[36]. Para a maioria dos grupos, os debates entre os candidatos na televisão constituem-se num importante veículo para a decisão do voto: em torno de um terço deles elegeu essa como a mais importante variável (Gráfico 15)[37]. Em segundo e terceiro lugares, aparecem, respectivamente, a propaganda política na televisão e conversas com amigos e parentes a respeito dos candidatos.

[36] As opções apresentadas foram as seguintes: conversas com colegas de trabalho ou da escola; propaganda política na televisão; notícias sobre os candidatos nos jornais; notícias sobre os candidatos no rádio; notícias sobre os candidatos na televisão; ouvir os candidatos em comício; informações da igreja sobre os candidatos; informações de associações de moradores sobre os candidatos; os resultados das pesquisas eleitorais; debates entre candidatos na televisão; conversas com amigos e pessoas da família; propaganda política no rádio. Os entrevistados receberam um cartão com essas dozes alternativas e foram solicitados a indicar as três mais importantes em ordem decrescente.
[37] O teste de chi-quadrado apresentou nível de significância de 0.000 e o valor de 115.6701. O valor do V de Cramér foi de 0.1278.

Gráfico 15 - Distribuição das religiões segundo as determinantes da escolha do candidato presidencial em 2002



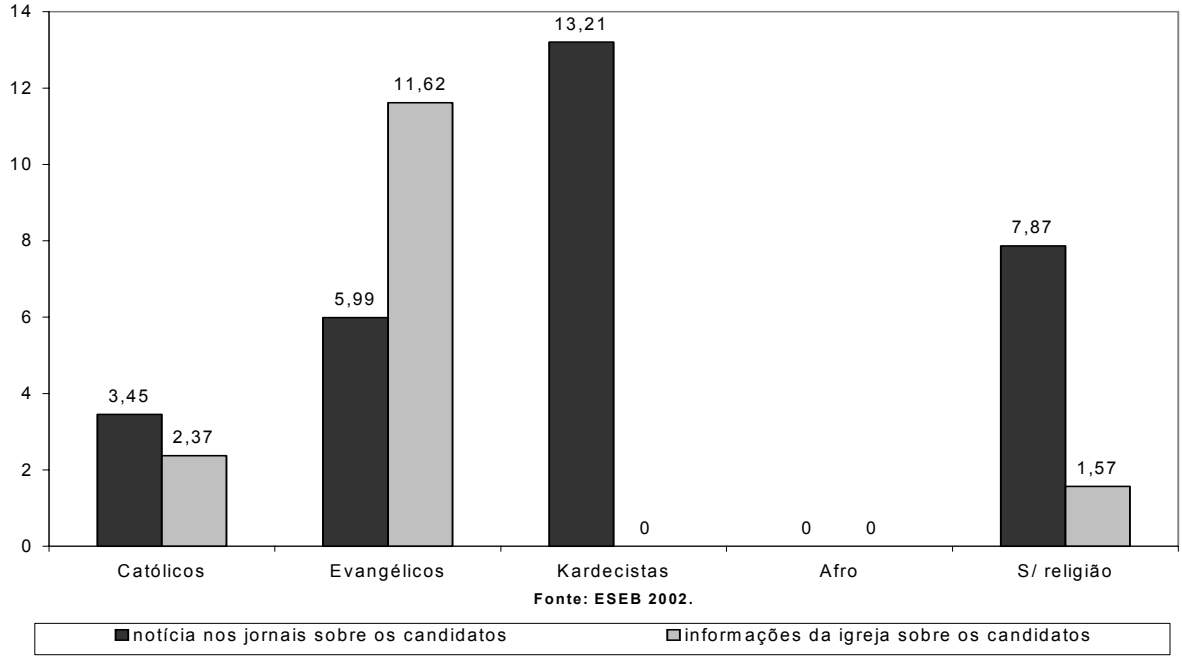
De todos estes, apenas dois produziram distinções estatisticamente significativas entre os grupos examinados: notícias nos jornais a respeito das diferentes candidaturas e informações da igreja sobre os candidatos[38]. Os adeptos do kardecismo se destacam pela importância atribuída às notícias veiculadas nos jornais sobre os candidatos a presidente em 2002 (Gráfico 16)[39]. Cerca de 13.2% deles mencionaram essa fonte como a mais importante para a decisão do voto. Entre os demais grupos, essa fonte é bem menos decisiva: o percentual indicado entre os kardecistas é quase o dobro do existente entre as pessoas sem vínculos religiosos (7.9%) e entre os evangélicos (6.0%); e quase quatro vezes maior que a porcentagem encontrada entre os católicos (3.4%). Nenhum dos membros do candomblé e umbanda mencionou essa fonte como sendo a mais importante.

A informações da lgreja sobre os candidatos afetam mais o eleitorado filiado às denominações evangélicas. Aproximadamente 11.6% deles mencionaram essa fonte como sendo a mais importante na decisão acerca da escolha do candidato a presidente. Uma porcentagem bem inferior de católicos (2.4%) citou a igreja como a mais importante. Para kardecistas e adeptos das religiões afro-brasileiras, esse elemento não se constitui num determinante na decisão do voto. Esses números significam que, embora todos os grupos se unifiquem na eleição dos debates na televisão como fator mais importante na escolha de candidatos, o peso atribuído às informações advindas da igreja é o elemento que distingue os evangélicos dos demais grupos, inclusive os católicos.

[38] As doze fontes de informação (ou determinantes do voto) listadas na nota 33 foram trabalhadas de duas formas. Num primeiro momento, agrupamos todas elas numa única variável e observamos quais delas foram listadas como sendo a mais importante para cada um dos grupos. Esses resultados que apareceram no Gráfico 15 revelam, portanto, as *similaridades* entre os diferentes grupos. Num segundo momento, buscamos o que é distintivo de cada grupo. A fim de verificar se há diferenças estatisticamente significativas na importância atribuída a essas fontes de informação por cada um dos cinco grupos, as doze opções foram analisadas individualmente. O Gráfico 16 resume os resultados dessa segunda análise. O mesmo procedimento foi utilizado na análise dos determinantes da escolha dos partidos políticos.

[39] No caso do item "notícias sobre os candidatos nos jornais", o teste de chi-quadrado apresentou nível de significância de 0.000, o valor de 29.8782 e o valor do V de Cramér foi de 0.0750. Para o outro item ("informações da igreja sobre os candidatos"), os mesmos indicadores apresentaram os seguintes números: 0.000, 95.5821, e 0.1341.

Gráfico 16 - Distribuição das religiões segundo o critério mais importante para a escolha de candidato a presidente



Fonte: ESEB 2002.

Quais são os partidos políticos de preferência dos evangélicos e como são escolhidos? Com exceção dos adeptos do kardecismo, a maioria em todos os grupos aqui examinados não se identifica com nenhum partido político (Tabela 18). Os menores níveis de identificação partidária são encontrados entre os evangélicos. Apenas 32.3% se sentem representados por algum partido. Entre os indivíduos sem religião, esse número é praticamente igual: 32.6%. Católicos e membros do candomblé e da umbanda têm um perfil similar a esse respeito: 39.2% e 40.9%, respectivamente, consideram que algum partido específico representa o que eles pensam a respeito do mundo político.

As porcentagens melhoram significativamente quando deixamos de lado a identificação partidária e passamos para a simpatia partidária[40]. Perguntados se gostam de algum partido, a maioria entre os católicos, kardecistas, candombleístas e umbandistas respondeu positivamente. Entre esses três grupos, as porcentagens são bastante similares. Novamente os evangélicos e as pessoas sem religião são os que menos dizem gostar de algum partido político[41]. Em todos os segmentos, a proporção de indivíduos que gosta de alguma agremiação é superior aos que se sentem identificados aos partidos.

Tabela 18
Atitude em relação aos partidos políticos

	Identificação partidária		Simpatia partidária	
Religião	Não	Sim	Não	Sim
Católica	55.7	39.2	47.7	52.3
Evangélica	65.1	32.3	59.3	40.7
Kardecista	49.2	50.8	46.0	54.0
Afro-brasileiras	59.1	40.9	45.5	54.6
Sem religião	64.1	32.6	60.0	40.0
Chi-quadrado (valor)	0.002 (24.8545)		0.000 (24.8515)	
V de Cramér	0.0721		0.1026	

Fonte: ESEB 2002

[40] Como indicação da existência ou não de identificação partidária, utilizamos a seguinte questão: "Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?". Já para a aferição do que estamos denominando de "simpatia partidária", a pergunta selecionada foi: "De um modo geral, existe algum partido político que o(a) Sr(a) goste?"

[41] Entre as denominações evangélicas, não há distinções claras entre pentecostais e não-pentecostais. Os dois grupos com as menores proporções dos que dizem gostar de algum partido político são Congregação Cristã no Brasil (27.8%) e Igreja Universal do Reino de Deus (29.6%). Entre as demais denominações, quatro em cada dez evangélicos gostam de algum partido: Assembléia, 41.5%; Batista, 45.1%, outras pentecostais, 41.0%; outras não-pentecostais, 43.2%; outras evangélicas, 48.7%. O teste de chi-quadrado apresentou nível de significância de 0.006 e o valor de 19.6813.

Com quais partidos políticos os diversos grupos se identificam? E quais são os que eles rejeitam? Em todos os grupos, a maior minoria se agrega em torno da preferência pelo Partido dos Trabalhadores. Esse grau de identificação é menor no caso dos evangélicos: 20.2% – em comparação com os 23.4% dos católicos, 23.6% das pessoas sem vínculos religiosos, os 31.8% dos adeptos das religiões afro-brasileiras e 36.7% dos kardecistas.

Tabela 19
Identificação partidária e religiões brasileiras (em %)*

Religião	PDT	PT	PTB	PMDB	PFL	PSDB	Outros
Católica	0.4	23.4	0.4	5.1	2.3	3.5	1.5
Evangélica	0.3	20.2	0.8	2.6	1.6	2.4	1.6
Kardecista	3.3	36.7	1.7	1.7	1.7	3.3	0
Afro-brasileiras	0	31.8	0	0	4.5	0	4.5
Sem religião	1.1	23.6	0	0.5	1.1	2.7	1.6

*Nível de significância de 0.013 no teste de qui-quadrado (valor de 47.2861); V de Cramér: 0.0714.

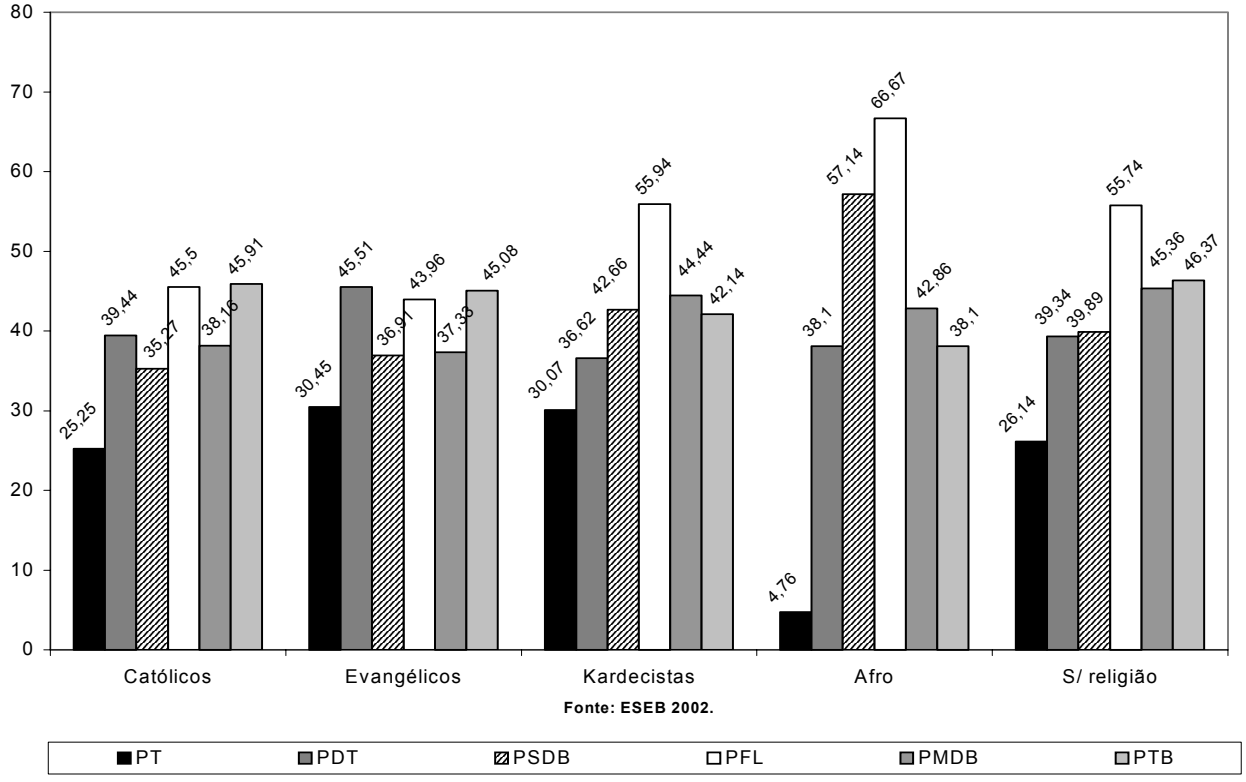
Fonte: ESEB 2002

Se as preferências não são muito distingüíveis quando examinamos os partidos com os quais os entrevistados se identificam, elas se tornam um pouco menos obscuras quando analisamos as agremiações partidárias mais rejeitadas pelos membros de cada um desses grupos (Gráfico 17)[42]. O PFL é o partido mais rejeitado por três grupos: adeptos das religiões afro-brasileiras (66.7%), kardecistas (55.9%) e pessoas sem vínculos religiosos (55.7%). Além disso, ele é o segundo partido mais rejeitado pelos católicos (45.5%) e o terceiro, pelos evangélicos (43.9%). Neste último grupo religioso, os dois partidos mais rejeitados são PDT (45.5%) e PTB (45.1%). O Partido Trabalhista Brasileiro é também a legenda mais rejeitada pelos fiéis da Igreja Católica. Em todos os grupos, o Partido dos Trabalhadores aparece como o partido menos rejeitado, sobretudo no caso dos membros do candomblé e umbanda. Esses números significam que, embora, entre os evangélicos, a maior minoria se identifique com o PT, a grande maioria deles não possui nenhuma preferência partidária. De fato, entre todos os grupos, os evangélicos são os que menos se identificam com alguma agremiação partidária. Ou seja, apesar de terem se mostrado entusiastas em relação a algumas candidaturas – como a de Anthony Garotinho na eleição presidencial de 2002 –, os

[42] Os níveis de significância (valor) e V de Cramér foram, respectivamente, os seguintes: PT, 0.000 (28.3166), 0.0791; PDT, 0.014 (25.2526), 0.0603; PSDB, 0.006 (27.6760), 0.0632; PFL, 0.000 (36.9915), 0.0730; PMDB, 0.002 (31.3071), 0.0671; PTB, 0.003 (29.7579), 0.0657.

evangélicos não demonstram atitude semelhante em relação a nenhum partido político. É bastante problemático, portanto, utilizar seu padrão de preferência partidária para posicioná-los numa escala ideológica.

Gráfico 17
Distribuição das religiões segundo os partidos que o entrevistado não gosta
(% de citação - partidos individualmente expostos ao entrevistado)



Fonte: ESEB 2002.

Quando perguntados acerca de quais variáveis são importantes na escolha de um partido, a maioria em cada um dos grupos apontou a honestidade dos membros da legenda (Tabela 20). O segundo elemento mencionado como sendo mais importante pela maioria das religiões consiste no programa do partido. A atuação passada dos representantes da agremiação aparece em terceiro plano para a maioria dos grupos (kardecistas, pessoas sem religião e adeptos do candomblé e umbanda). Por fim, a presença de amigos e parentes no partido é pouco determinante para todas as religiões.

Tabela 20
Determinantes da escolha do partido político *

Religião	Católica	Evangélica	Kardecista	Afro-brasileiras	Sem religião
Programa do partido	15.6	13.0	30.5	15.0	18.9
Ser um partido de gente honesta	59.7	51.8	47.5	60.0	60.6
Atuação passada de seus representantes	7.0	9.4	11.9	10.0	8.8
O tipo de pessoa que o partido representa	6.9	5.0	8.5	10.0	6.5
Ter amigos e parentes no partido	3.1	2.2	1.7	0.0	2.9
Ser apoiado por autoridades religiosas	7.7	18.6	0.0	5.0	2.4

* Nível de significância de 0.000 no teste de chi-quadrado (valor: 77.5929); V de Cramér: 0.0958.

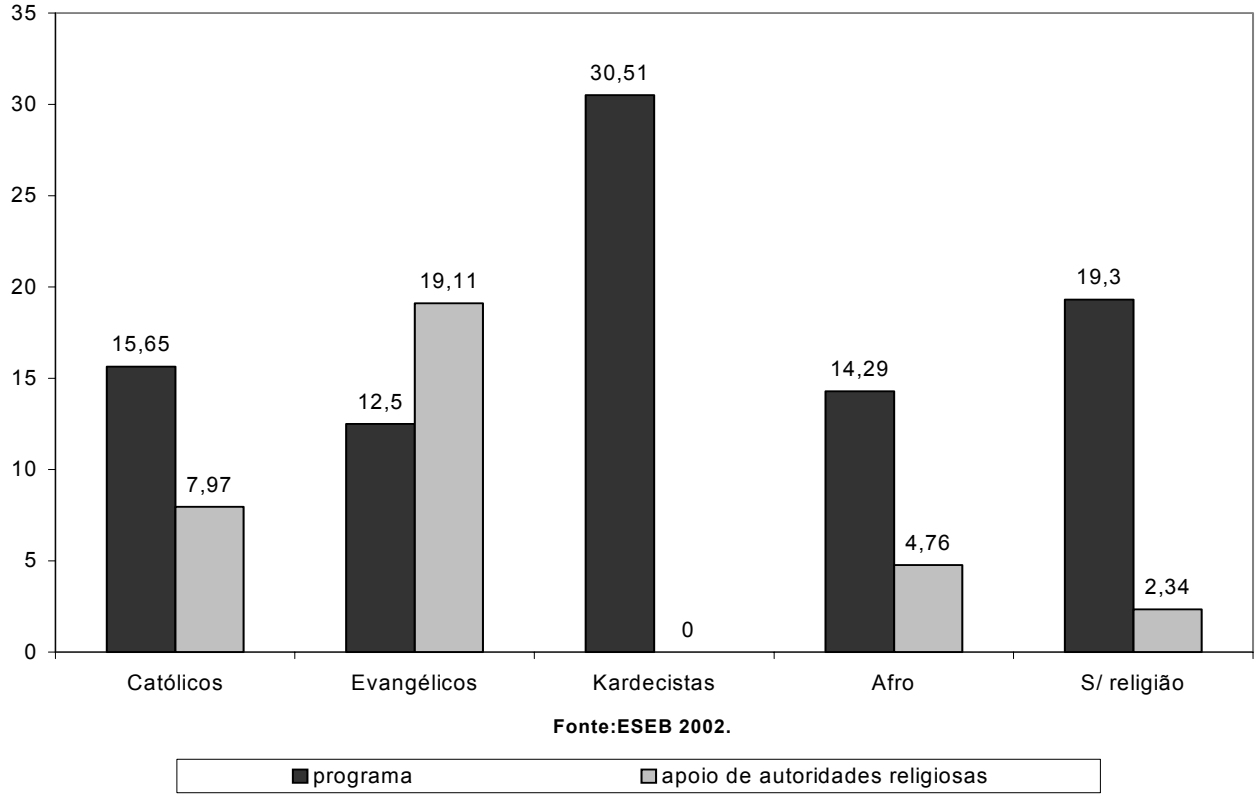
Fonte: ESEB 2002

Quais critérios, no entanto, distinguem claramente os diversos grupos[43]? Apenas dois: o programa do partido, que separa dos kardecistas dos demais segmentos, e o apoio de autoridades religiosas, que singulariza o eleitorado evangélico. O programa partidário é o critério fundamental para a escolha do partido político no caso de 30.5% dos kardecistas[44]. Evidentemente, esta preferência se coaduna com o nível de escolaridade desse grupo. Esse elemento é também importante, embora em graus diferenciados para os demais grupos: pessoas sem religião (19.3%); católicos (15.6%); adeptos das religiões afro-brasileiras (14.3%) e evangélicos (12.5%).

[43] Observe nota 35.

[44] O teste de chi-quadrado apresentou nível significância de 0.005 (valor de 22.1918); valor de Cramér's V foi de 0.0720.

Gráfico 18 - Distribuição das religiões segundo os critérios para a seleção de um partido político



Fonte:ESEB 2002.

O apoio de autoridades religiosas, por sua vez, é o fator que distingue o segmento evangélico dos demais grupos[45]. Cerca de 19.1% deles elegeram esse quesito como critério fundamental para a decisão acerca da escolha partidária. O que importa salientar é a magnitude desse valor na comparação com os demais grupos religiosos. Pode-se dizer que a importância atribuída, pelos evangélicos, ao apoio de autoridades da Igreja é mais de duas vezes maior que o peso dado pelos católicos a esse mesmo fator; quatro vezes maior que do que o peso dado pelos membros do candomblé e umbanda; e, por razões óbvias, mais de oito vezes maior do que o impacto dessa fonte para a decisão das pessoas sem religião. Entre os kardecistas, essa variável simplesmente não pesa na escolha partidária.

[45] O teste de chi-quadrado apresentou nível significância de 0.000 (valor de 76.7291); valor de Cramér's V foi de 0.1338.

Considerações finais

Procuramos testar, três diagnósticos sobre o eleitorado evangélico no Brasil: sua associação com condições indicativas de pobreza, suas afinidades com a direita no espectro ideológico e, por fim, a idéia de que a filiação religiosa tende a se traduzir em lealdades religiosas quase que automáticas ("irmão vota em irmão").

Conforme aponta a literatura, os fiéis evangélicos – sobretudo os membros das denominações pentecostais –, provêm de setores socioeconômicos significativamente desprivilegiados, tanto no que se refere à renda quanto ao nível de escolaridade. Esse perfil, no entanto, não é exclusivo ao segmento evangélico; ao contrário, guarda consideráveis similaridades com o público adepto das religiões católica e afro-brasileiras (candomblé e umbanda). Diante dessa semelhança de perfis, dificilmente eventuais diferenças de opinião, atitude ou comportamento entre esses três grupos podem ser atribuídas aos fatores acima mencionados – renda e escolaridade.

Mostramos como posições tradicionalistas dos evangélicos em relação ao aborto e ao homossexualismo não são necessariamente acompanhadas por posturas políticas conservadoras (o exemplo que utilizamos foi o posicionamento em relação à proibição de greves contra o governo). Essa dissociação torna difícil caracterizar os evangélicos como membros da base do que vem sendo identificado como "nova direita". As opiniões desse grupo diante de temas econômicos, além disso, acentuaram ainda mais a dificuldade de posicioná-los claramente à direita ou à esquerda do espectro ideológico.

Em relação ao comportamento eleitoral, vimos que parte significativa do segmento evangélico – com exceção dos fiéis da Congregação Cristã no Brasil – optou pela candidatura de Anthony Garotinho no primeiro turno da eleição presidencial de 2002. Embora essa constatação em si só seja insuficiente para validar a tese de que a filiação religiosa evangélica tende fortemente a gerar lealdades políticas similares, a análise dos determinantes da escolha eleitoral e partidária revelou que a influência da igreja e das autoridades religiosas é desproporcionalmente maior no caso dos eleitores evangélicos.

O aspecto mais interessante da análise foi a dupla constatação de que, tal como os católicos, os evangélicos são pouco expostos aos meios de comunicação de massa, ao mesmo tempo em que (diferentemente de qualquer grupo religioso) têm um grau bastante elevado de exposição às autoridades religiosas de seus respectivos cultos. Como mencionamos anteriormente, essa carência de exposição às fontes de informação midiáticas transforma o público evangélico num segmento altamente passível de mobilização por parte dos líderes evangélicos – *caso seja essa a decisão da hierarquia religiosa*. Isso significa que os eleitores evangélicos, se

mobilizados, podem a vir se interessar mais pelo universo político-eleitoral[46]. Também significa que, caso as muitas denominações consigam superar suas divergências e se unificar em torno de uma plataforma política comum, os evangélicos podem eventualmente se transformar numa clientela cativa de determinadas ofertas políticas.

Bibliografia

ALMEIDA, R. & MONTERO, P. Trânsito religioso no Brasil. *SP em perspectiva*, 15 (3), p. 92-101, Julho-Setembro, 2001.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys. *Opinião Pública*, VI (2), p. 191-229, 2000.

BURDICK, J. *Looking for God in Brazil. The progressive Catholic Church in Brazil's religious arena*. Berkeley: University of California Press, 1993.

FERNANDES, R. et al. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FONSECA, A. *Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política*. São Paulo. 262 páginas. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, 2002.

FRESTON, P. *Evangelicals and politics in Asia, Africa and Latin America*. Cambridge & New York: Cambridge University Press, 2001.

FRESTON, P. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontrão Editora, 1994.

FRESTON, P. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Campinas. 307 páginas. Tese (doutorado), Universidade Estadual e Campinas, 1993.

[46] Perguntados se votariam caso não houvesse a obrigatoriedade da participação eleitoral, os evangélicos, ao lado das pessoas sem vínculos religiosos, em sua maioria, responderam que não votariam – evangélicos (54.3%) e irreligiosos (57.2%). Nos demais grupos, em contraste, formou-se uma maioria disposta a votar mesmo diante da não-obrigatoriedade do voto: membros do kardecismo

GOMES, W. Nem anjos nem demônios. In: ANTONIAZZI, A. et al *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

KNUTSEN, O. Religious denomination and party choice in Western Europe: a comparative longitudinal study from eight countries (1970-1997). *International Political Science Review*, 25 (1), p. 97-128, 2004.

IBGE. *Censo Demográfico 2000*, Brasília: IBGE, 2000.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1982*. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

LIPSET, S. M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LÖWY, M. *The war of gods. Religion and politics in Latin América*. London, New York: Verso, 1996.

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MONTERO, P. Religiões e dilemas da sociedade brasileira. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Sumaré & ANPOCS, Brasília: CAPES, 1999.

MONTERO, P. & ALMEIDA, R. O campo religioso brasileiro no limiar do século: problemas e perspectivas. In: RATTNER, H. (org.). *Brasil no limiar do século XXI. Alternativas para a construção de uma sociedade sustentável.* São Paulo: EDUSP & FAPESP, 2000.

NOVAES, R. A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista da USP*. São Paulo, 49, p. 60-81, Março-Maio, 2001.

_____. *Os escolhidos de Deus. Trabalhadores, pentecostais e cidadania*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

ORO, A. P. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (53), p. 53-69, 2003.

PIERUCCI, A. F. O. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, 11, p. 104-32, 1989.

PIERUCCI, A. F. O. & MARIANO, R. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, 34, p. 92-106, Novembro, 1992.

(63.9%), adeptos das religiões afro-brasileiras (63.6%) e católicos (52.7%). O teste de chi-quadrado apresentou nível de 0.002, valor de 16.5478 (V de Cramér foi de 0.0839).

PIERUCCI, A. F. O.; PRANDI, J. R. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. *Opinião Pública,* 3 (1), p. 20-43, Junho, 1995.

PRANDI, R. Religião paga, conversão e serviço. *Novos Estudos*. São Paulo, 45, p. 65-77, 1996.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. São Paulo: EDUSP, Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

Conservadorismo Social: Opiniões e Atitudes no Contexto da Eleição de 2002

Katia Mika Nishimura
Programa de Doutorado em Ciências Sociais
da
Universidade de Campinas

Resumo
A autora estuda as tendências do comportamento social dos brasileiros com base em posicionamentos sobre temas como o homossexualismo, o aborto, o papel da mulher e a hierarquia social e suas relações com variáveis demográficas, socioeconômicas e de comportamento político. Apesar de verificar a existência de um comportamento social conservador, os dados sugerem que este não se traduz, necessariamente, nas escolhas políticas dos indivíduos. O artigo utiliza os dados do ESEB 2002.
Palavras-chave: Estudo Eleitoral Brasileiro; conservadorismo; comportamento eleitoral; comportamento social

Abstract
The author studies the tendencies of the Brazilian electorate social behavior based on their positioning about homossexualism, abortion, feminism and social hierarchy aspects and she analyses their relationship with socioeconomic, demographic and political variables. The author finds conservative trends in the social behavior, that do not seem to influence their electoral choices. The data come from the 2002 Brazilian Electoral Study.
Keywords: Brazilian Electoral Study; conservantism; electoral behavior; social behavior

Introdução

Este artigo aponta algumas tendências do comportamento social da sociedade brasileira na eleição presidencial ocorrida em 2002. Trata-se das atitudes e posicionamentos referentes a temas e questões que fazem parte da dinâmica das relações sociais, como a legalização do aborto, o homossexualismo e as noções de hierarquia social.

Os resultados da incursão nas opiniões, atitudes e práticas cotidianas do brasileiro revelaram posicionamentos que apontam na direção de uma sociedade um tanto conservadora. Os dados mostraram que o comportamento social conservador não se restringe a uma escolha política eleitoral em particular. Pode-se dizer que as opiniões e as atitudes observadas em relação a essas questões quase independem do voto para presidente, e que a tendência apresentada pela maioria dos entrevistados é a de um posicionamento significativamente conservador. No entanto, outros elementos se destacaram junto às opiniões e atitudes apresentadas, como a dimensão dos valores religiosos e o status socioeconômico. Os temas abordados não se configuram como questões especificamente conjunturais, mas remetem às características da própria cultura brasileira. Dada esta complexidade, não se procurou explicar tais atitudes e opiniões, mas antes, mostrar algumas importantes relações entre o universo dos valores e das crenças, sua localização na estrutura socioeconômica e no contexto político e, assim, apontar algumas tendências do comportamento social do brasileiro.

Os temas tratados neste trabalho – o homossexualismo, o aborto, o papel da mulher e a hierarquia social – foram abordados junto a uma amostra nacional, no período após a eleição nacional de 2002, através da aplicação de um conjunto de questões. A Tabela 1 apresenta as questões aplicadas no questionário[1].

[1] Vale destacar que foram considerados na análise dos dados apenas os casos de respostas válidas, ou seja, os casos "não respondeu" e "não sabe" foram excluídos e somados aos casos perdidos (*missing cases*). Esse procedimento foi tomado considerando-se que não há implicações para a análise que aqui se propõe.

Tabela 1
Temas e Questões utilizadas, ESEB 2002

Temas	Perguntas
Homossexualismo	Na opinião do(a) Sr(a)., os homossexuais são... Pessoas como quaisquer outras, Pessoas que nasceram com esse problema e por isso devem ser aceitas ou São pessoas com comportamento errado? Vou ler outras frases e para cada frase eu gostaria que o(a) Sr(a). dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito[2]. Um programa de televisão que defende o casamento de homem com homem e mulher com mulher deve ser proibido.
Aborto e Papel da Mulher	Com qual dessas frases o(a) Sr(a). concorda mais: ... O aborto deve ser proibido em qualquer situação. O aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro. Ou O aborto deve ser permitido em qualquer situação. Na sua opinião: Os homens devem dividir com as mulheres o trabalho de cuidar da casa e dos filhos ou Essa é uma responsabilidade da mulher? Se uma mulher apanha do marido, ela deve: Dar queixa na polícia. Separar-se do marido, mas não dar queixa. Ou Não fazer nada para não desmanchar a família? Dar queixa e separar-se do marido.
Hierarquia Social	Os moradores de um prédio ou edifício dizem para os porteiros e empregadas domésticas que eles podem usar o elevador social, o que o(a) Sr(a). acha que os empregados do prédio deveriam fazer... Eles deveriam usar o elevador social ou Eles deveriam continuar usando o elevador de serviço? O empregado trata o patrão de senhor, mas o patrão diz ao empregado que pode ser tratado de você, o que o(a) Sr(a). acha que o empregado deveria fazer? Ele deveria continuar chamando o patrão por senhor ou o empregado deveria passar a chamar o patrão por você? O patrão diz ao empregado que ele pode tomar banho na piscina do edifício. O que o(a) Sr(a). acha que o empregado deveria fazer: O empregado deveria agradecer e não deveria tomar banho na piscina ou o empregado deveria tomar banho na piscina?

Fonte: ESEB 2002

[2] A alternativa: "nem discorda, nem concorda" foi aceita como espontânea, não foi lida pelo entrevistador.

Sobre o homossexualismo, religião e voto

Os dados do ESEB 2002 sugerem que o homossexualismo ainda é visto por parte da sociedade brasileira como uma doença ou problema e, por esta razão, deve ser aceito. Esta é a postura da maioria dos entrevistados em relação à questão da homossexualidade, pautados por certa tolerância em âmbitos específicos. Mas essa tolerância não é verificada, por exemplo, quando se trata de ver a defesa do casamento de homossexuais na TV. Parte significativa dos entrevistados é a favor da proibição de programas de TV que defendam o casamento entre pessoas do mesmo sexo, seja entre homens ou entre mulheres. Mesmo entre os entrevistados que opinaram que os homossexuais são pessoas como outras quaisquer, verifica-se também a postura favorável à censura a um programa de TV que propague a união entre homossexuais.

Tabela 2
Opinião sobre Homossexuais

	%	n
Pessoas como quaisquer outras	29,3	342
Pessoas que nasceram com problemas e devem ser aceitas	**37,3**	**437**
Pessoas com comportamento errado	33,4	391
Total	100	1170

Fonte: ESEB 2002
Pergunta: Na opinião do(a) Sr(a)., os homossexuais são...

Tabela 3
Opinião sobre Proibição de Programa de TV que Defende o Casamento entre Homossexuais

	%	n
Discorda Muito	23,8	587
Discorda um Pouco	11,8	292
Nem concorda nem discorda	0,9	23
Concorda um Pouco	8,6	212
Concorda Muito	**54,9**	**1353**
Total	100	2467

Fonte: ESEB 2002
Pergunta: Um programa de televisão que defende o casamento de homem com homem e mulher com mulher deve ser proibido

Tabela 4
Opiniões sobre Homossexualismo e sobre Proibição de Programa de TV que Defende o Casamento entre Homossexuais (%)

Na opinião do(a) Sr(a)., os homossexuais são...	Discorda muito	Discorda um pouco	Nem concorda nem discorda	Concorda um pouco	Concorda muito	Total
Pessoas como quaisquer outras	**40,5**	21,3	3,0	8,0	27,2	100
Pessoas que nasceram com problemas e devem ser aceitas	22,2	11,3	0,7	11,8	**53,9**	100
Pessoas com comportamento errado	17,0	3,9	0	6,7	**72,5**	100
Qui-quadrado observado 182.185 significativo para o nível de p<.000						

Fonte: ESEB 2002
Pergunta: Um programa de televisão que defende o casamento de homem com homem e mulher com mulher deve ser proibido

O dado mais interessante ou curioso desses resultados, não tão surpreendente dadas as manifestações comuns de intolerância em nossa sociedade[3], aparece quando investigamos a caracterização socioeconômica e demográfica dessa maioria considerada intolerante. Ali se verifica quem são aqueles que *até* toleram os homossexuais mas que "não querem vê-los por aí se casando como pessoas *como outras quaisquer*"[4].

[3] Mencionem-se os tristes episódios de violência que têm sofrido os homossexuais, como o caso do adestrador de cães, Edson Neris da Silva, que foi espancado e morto "por parecer homossexual". KAHN, Túlio, *O ataque careca*. Folha de S. Paulo, 14 de fevereiro de 2000, p. 1-3. Folha de S. Paulo, 27 de janeiro de 1998, *130 homossexuais foram mortos em 97*. FRANCISCO, Luiz, *Discriminação: Brasil lidera crime contra homossexual*. Folha de S. Paulo, 04 de abril de 2000.
[4] DIMENSTEIN, Gilberto. *Jardim dos gays*. Folha de S. Paulo, 10 de julho de 2002, p. C2.

Na questão acerca da opinião sobre os homossexuais, a variável escolaridade parece ser um elemento de diferenciação entre grupos. Na relação entre estas duas variáveis, opinião sobre o homossexualismo e escolarização, verificou-se que, com o aumento do grau de instrução, a tendência a considerar os homossexuais como "pessoas como quaisquer outras" é maior. Esta tendência não foi observada na questão sobre a proibição de um programa que defenda o casamento entre homossexuais, na qual mesmo aqueles que se encontram na faixa de escolaridade média concordam muito com a censura de programas que propaguem a união entre pessoas do mesmo sexo. Somente na faixa de escolaridade superior é que há um maior número de pessoas contrárias a esta proibição.

Fenômeno semelhante ocorre na caracterização social através da renda familiar. As posturas são distintas conforme a variação da renda familiar no que diz respeito à opinião sobre os homossexuais e no que se refere à sua união. Na primeira questão mencionada, à medida em que se verifica um aumento da renda, há uma diminuição do número de repostas que apontam o homossexualismo como um problema e também daquelas que o reconhecem como um comportamento errado. Por outro lado, a opinião de que os homossexuais "são pessoas como quaisquer outras" é mais significativa. Já na pergunta sobre a exibição de um programa de TV que defende o casamento entre homossexuais, as opiniões são mais conservadoras e quase independem da renda de quem responde. Somente os 36,8% dos entrevistados com renda superior a treze salários mínimos (mais de R$ 2.700,00 reais) discordam da proibição destes programas. A opinião da maioria dos entrevistados nas outras faixas de renda é a de que se deve proibir a veiculação de programas com este posicionamento.

Em relação à idade, há uma diferenciação nos posicionamentos somente no que diz respeito à opinião sobre os homossexuais: os jovens tendem a apresentar uma postura menos conservadora, enquanto a tendência entre o público adulto e de mais idade segue na direção oposta – o homossexualismo é apontado como um desvio de comportamento ou como um problema congênito. Mas, na questão sobre a proibição de programa de TV, a opinião de censura independe da faixa etária e a maioria é significativamente favorável à proibição.

Tabela 5
Opinião sobre os Homossexuais por Escolaridade, Renda e Idade (%)

	"Pessoas como quaisquer outras"	"Pessoas que nasceram com problemas e devem ser aceitas"	"Pessoas com comportamento errado"	Total
Escolaridade				**Total**
Sem instrução	12,8	22,1	**65,1**	100
Até 4ª. série	14,9	41,1	**44,0**	100
De 5ª a 8ª. série	25,5	**44,4**	30,0	100
2º. grau	**39,7**	36,8	23,5	100
Superior ou mais	**49,0**	27,5	23,5	100
Qui-quadrado 131.726 significativo para o nível de p<.000				
Renda Mensal Familiar				**Total**
Sem Renda	28,6	**35,7**	**35,7**	100
Até 1 SM	19,2	29,1	**51,7**	100
De mais de 1 a 4 SM	24,5	**41,7**	33,7	100
De mais de 4 a 7 SM	24,5	**42,9**	32,5	100
De mais de 7 a 10 SM	**38,0**	33,1	28,9	100
De mais de 10 a 13 SM	**51,7**	27,6	20,7	100
Mais de 13 SM	**48,4**	33,7	17,9	100
Qui-quadrado 62.851 significativo para o nível de p<.000				
Idade				**Total**
De 16 a 24 anos	**40,0**	36,9	23,1	100
De 25 a 34 anos	**39,4**	30,3	30,3	100
De 35 a 44 anos	24,4	**38,9**	36,7	100
De 45 a 59 anos	22,0	**43,6**	34,4	100
De 60 anos ou mais	15,8	38,0	**46,2**	100
Qui-quadrado 57.687 significativo para o nível de p<.000				

Fonte: ESEB 2002

Tabela 6
Opinião sobre a Proibição de Programa de TV que defende o casamento entre Homossexuais, por Renda, Escolaridade e Idade (%)

Renda Mensal Familiar	**Discorda muito**	**Discorda um pouco**	**Nem concorda nem discorda**	**Concorda um pouco**	**Concorda muito**	**Total**
Sem Renda	33,3	7,7	0	5,1	**53,8**	100
Até 1 SM	21,6	8,2	0	7,5	**62,7**	100
De mais de 1 a 4 SM	21,4	9,6	0,6	8,8	**59,6**	100
De mais de 4 a 7 SM	19,8	15,6	0,3	6,6	**57,8**	100
De mais de 7 a 10 SM	28,5	14,2	3,2	7,9	**46,2**	100
De mais de 10 a 13 SM	30,0	13,3	1,7	6,7	**48,3**	100
Mais de 13 SM	**36,8**	20,4	0	8,0	34,8	100
Qui-quadrado 102.967 significativo para o nível de p<.000						
Escolaridade	**Discorda muito**	**Discorda um pouco**	**Nem concorda nem discorda**	**Concorda um pouco**	**Concorda muito**	**Total**
Sem instrução	15,5	3,2	0	2,1	**79,1**	100
Até 4ª. série	17,0	5,4	0,8	8,6	**68,3**	100
De 5ª a 8ª. série	22,4	12,2	0,2	8,3	**57,0**	100
2º. grau	26,3	17,9	1,4	10,3	**44,1**	100
Superior ou mais	**39,2**	14,7	2,2	8,5	35,4	100
Qui-quadrado 218.418 significativo para o nível de p<.000						
Idade	**Discorda muito**	**Discorda um pouco**	**Nem concorda nem discorda**	**Concorda um pouco**	**Concorda muito**	**Total**
De 16 a 24 anos	28,5	18,4	0,6	12,0	**40,5**	100
De 25 a 34 anos	28,5	14,0	2,4	8,7	**46,4**	100
De 35 a 44 anos	25,2	11,4	0,5	8,8	**54,1**	100
De 45 a 59 anos	20,8	7,5	0,6	7,3	**63,8**	100
De 60 anos ou mais	11,9	6,6	0,3	5,4	**75,8**	100
Qui-quadrado 154.305 significativo para o nível de p<.000						

Fonte: ESEB 2002
Pergunta: Um programa de televisão que defende o casamento de homem com homem e mulher com mulher deve ser proibido

O que os dados mostram é que a aceitação do homossexualismo está longe de ser um fato. Por mais que existam respostas favoráveis a aceitá-los como "pessoas como outras quaisquer", parcela significativa dos entrevistados não permite que a união de pessoas do mesmo sexo se propague como algo comum. Essas questões são também permeadas por valores morais de fundo religioso: a maioria dos entrevistados que declara ter uma religião, sejam católicos, evangélicos pentecostais ou não-pentecostais, aponta o homossexualismo como um desvio de comportamento ou como um problema. E, com exceção dos espíritas kardecistas e dos budistas, a maioria dos entrevistados é significativamente favorável à proibição de um programa de TV que defenda o casamento entre homossexuais. Já entre os ateus, encontramos os posicionamentos menos conservadores: a maioria dos entrevistados discordam muito da proibição de programas que defendam o casamento entre pessoas do mesmo sexo e também apresentam posturas mais favoráveis a aceitação do homossexualismo. (ver o artigo de Simone Bohn neste número de OP)

A Igreja Católica tem, de fato, procurado definir orientações sobre este tema. Após uma manifestação de homossexuais próxima ao Coliseu em Roma, o Papa João Paulo II afirmou que o homossexualismo "vai contra as leis da natureza" e é "uma ofensa aos cristãos", embora neste mesmo pronunciamento, a autoridade religiosa tenha alertado sobre a discriminação contra os homossexuais, afirmando que "devem ser tratados com respeito, compaixão e delicadeza"[5]. Parece ser esta também a orientação seguida por grande parte dos católicos entrevistados que disseram considerar os homossexuais "pessoas que nasceram com esse problema e por isso devem ser aceitas". A Tabela 7 mostra que os católicos foram os que apresentaram esta opinião em maior proporção. Além disso, apesar do fenômeno evangélico pentecostal dos últimos anos, a sociedade brasileira é expressivamente católica - quase 70% dos entrevistados do ESEB.

[5] "O papa João Paulo II criticou ontem a manifestação de homossexuais que aconteceu no sábado em Roma. Chamada de "World Gay Pride 2000", a parada reuniu cerca de 70 mil pessoas nas ruas em torno do Coliseu, segundo avaliação da polícia". Folha de S. Paulo, 10 de julho de 2000. *Igreja: João Paulo II diz que homossexualismo é anomalia. Papa critica manifestação de homossexuais na capital italiana.*

Mariano destaca que mesmo as igrejas neo-pentecostais[6], apesar de mais liberais, estabelecem orientações tipicamente puritanas e moralistas contra o homossexualismo, a pornografia, as drogas, a assistência a programas de TV que exploram a sexualidade e a violência (MARIANO, 1999, p. 210). A prática do homossexualismo é condenada tanto por católicos como pelos evangélicos pentecostais, que responsabilizam homens e mulheres homossexuais pelo surgimento de doenças como a AIDS. Esta, segundo Machado, é interpretada por estes grupos religiosos como castigo de Deus (MACHADO, 1996, p. 175). Através dos sermões e das pregações de religiosos, são disseminadas concepções como a da relação entre atividade sexual e procriação e, segundo tais concepções, as relações entre pessoas do mesmo sexo são contra a própria natureza. Em algumas denominações pentecostais, não somente se condena a prática homossexual, como também divulga-se amplamente a "cura de pessoas com problemas desta natureza". Os depoimentos, uma espécie de testemunho público, de pessoas que abandonaram esta prática é bastante comum. Machado destaca que algumas denominações pentecostais aceitam ex-homossexuais em suas fileiras como parte das estratégias para aumentar sua capacidade de atração, pois esta aceitação poderia ser vista também como uma demonstração de maior tolerância (MACHADO, 1996, p. 177).

[6] Segundo Pierucci, as mais representativas em tamanho e visibilidade são as seguintes: Igreja de Nova Vida, fundada em 1960; Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, fundada em 1976; Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1977; Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada em 1980 e Renascer em Cristo, fundada em 1986 (PIERUCCI, 2000, p. 288-289).

Tabela 7
Opinião sobre Homossexualismo e Opinião sobre Programa de TV que defende o casamento entre homossexuais por Religião (%)

Religião	Proibição de um programa de TV que defenda o casamento entre homossexuais						Opinião sobre homossexuais			
	DM	*DP*	*ND NC*	*CP*	*CM*	*Total*	*Pessoas como quais-quer outras*	*Pessoas que nasceram com esse problema e devem ser aceitas*	*Pessoas com comporta mento errado*	*Total*
Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová	19,6	15,7	0	2,0	**62,7**	100	18,2	22,7	**59,1**	100
Evangélica Pentecostal	13,6	3,8	1,0	4,5	**77,0**	100	12,0	24,8	**63,2**	100
Evangélica não-pentecostal	18,8	5,9	7,1	8,2	**60,0**	100	27,9	16,3	**55,8**	100
Candomblé	27,3	18,2	0	0	**54,5**	100	**60,0**	0	40,0	100
Umbanda	12,5	25,0	0	12,5	**50,0**	100	**60,0**	0	40,0	100
Espírita Kardecista	**42,5**	20,5	0	9,6	27,4	100	**47,2**	36,1	16,7	100
Seisho-no-iê, Messiânica	28,6	**42,9**	0	14,3	14,3	100				
Católica	23,5	12,8	0,7	9,7	**53,3**	100	28,8	**42,1**	29,1	100
Budista	**75,0**	12,5	0	0	12,5	100	100			100
Santo Daime, Esotérica, Outras	29,0	3,2	0	3,2	**64,5**	100	23,1	30,8	**46,2**	100
Não tem religião	36,2	12,4	0,6	7,9	**42,9**	100	**46,1**	29,2	24,7	100
Ateu	**100**	0	0	0	0	100	**50,0**	**50,0**	0	100
Qui-quadrado 185.783 significativo ao nível de p<.000							Qui-quadrado 109.199 significativo ao nível de p<.000			

Fonte: ESEB 2002

A religião tem impacto expressivo na dimensão dos valores que orientam as atitudes e práticas sociais cotidianas e, nesse sentido, destaca-se também para compreender a relação entre as opiniões sobre o homossexualismo e o voto na eleição presidencial de 2002. A Tabela 8 apresenta como os adeptos das várias religiões votaram em 2002[7]. É o voto dos evangélicos pentecostais e não-pentecostais[8] que se destaca, tendo a sua maioria votado no candidato do PSB à presidência, Anthony Garotinho[9].

Essa associação é clara. Os dados mostram que os evangélicos pentecostais e não-pentecostais apresentam posicionamentos conservadores no que diz respeito tanto ao homossexualismo quanto à propagação de idéias que defendam o casamento entre pessoas do mesmo sexo e que estão associados ao voto em Garotinho.

O candidato Garotinho deixou clara durante toda a campanha eleitoral – em entrevistas, programas de TV e mesmo em reuniões com lideranças das igrejas evangélicas – sua posição contrária em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e à possibilidade de adoção por casais homossexuais[10]. Pastores e membros das igrejas evangélicas, que apoiaram sua candidatura pedindo votos em suas pregações, reforçavam a concepção imoral da união homossexual [11]. Garotinho dizia ser contra a união entre os homossexuais e não contra eles enquanto pessoas e afirmava não mudar sua opinião para ganhar votos. Em 2001, quando era governador do estado do Rio de Janeiro, Garotinho sancionou uma lei contra a homofobia e deu a seguinte declaração: "*Uma coisa é o homossexualismo, outra coisa é o homossexual. Uma coisa é o pecador, outra é o pecado. Sou contra o homossexualismo, abertamente contra*". Mais tarde, em 2002, por ocasião da campanha eleitoral, apresentou uma postura mais radical "*Eu, como cristão, sou*

[7] Foram excluídas da variável Intenção de voto as respostas: "não sabe", "justificou o voto", "não respondeu", "voto nulo", "não votou", "voto em branco" e "não lembra", que foram incorporadas aos casos perdidos *(missing cases)*.

[8] Segundo Pierucci, as missões evangélicas no Brasil são mais antigas, chegaram aqui por volta do início do século XIX. As denominações clássicas do protestantismo são: luteranos, anglicanos ou episcopais, metodistas, presbiterianos, congregacionalistas e batistas (PIERUCCI, 2000, p. 286-287).

[9] O candidato do PT, Lula, foi o mais votado em quase todos os grupos religiosos, com exceção dos evangélicos pentecostais e não-pentecostais e do grupo no qual localizam-se os adeptos do Santo Daime, Esotérica e outros. Ciro Gomes, candidato da coligação PDT-PTB, foi o mais votado entre aqueles que não têm religião. José Serra, do PSDB, recebeu mais votos entre os adeptos do Santo Daime, Esotérica e outros. E o candidato do PSTU, José Maria, teve o seu maior número de votos entre os católicos.

[10] Folha de S. Paulo, 07 de junho de 2002, *Garotinho diz que, eleito, veta união de homossexuais.* p. A6.

[11] ANTENORE, Armando. *Pastor prega voto evangélico contra 'raça gay'*. Caderno Especial Folha de S. Paulo, 29 de setembro de 2002, p. 09. LEONEL, Vange. *O fruto da ignorância*. Revista da Folha, 20 de outubro de 2002, p. 56. BERABA, Marcelo, *Influência da Universal preocupa Igreja Católica*. Folha de S. Paulo, 28 de outubro de 2002, Caderno Especial 2, Eleições 2002.

contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por casais gays"[12].

A maioria dos entrevistados que votaram em Lula (PT), José Serra (PSDB) e Ciro Gomes (coligação PDT-PTB) acreditam que o homossexualismo é um problema e, por essa razão, os homossexuais devem ser aceitos. Os eleitores do candidato do PSTU polarizaram-se entre considerar os homossexuais como pessoas como quaisquer outras e considerá-los pessoas com desvio de comportamento. Na questão sobre a proibição de um programa de TV que defende o casamento entre pessoas do mesmo sexo, se destacaram por discordar desta medida em proporção significativa. (Tabela 9)

Tabela 8
Religião e Voto na eleição presidencial de 2002

Religiões	Lula	Ciro Gomes	José Serra	Garotinho	José Maria	Total % (n=2013)
Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová	69,7	6,1	21,2	3,0		100
Evangélica Pentecostal	29,8	4,0	12,9	**52,9**	0,4	100
Evangélica não-pentecostal	26,2	6,2	23,1	**43,1**	1,5	100
Candomblé	90,9		9,1			100
Umbanda	71,4		14,3	14,3		100
Espírita Kardecista	49,2	10,8	32,3	7,7		100
Seisho-no-iê, Messiânica	66,7		33,3			100
Católica	57,5	10,9	25,5	5,8	0,3	100
Budista	66,7	11,1	22,2			100
Santo Daime, Esotérica, Outras	30,4		39,1	30,4		100
Não tem religião	58,7	14,3	13,5	13,5		100
Ateu			100			100
Qui quadrado 486.092 significativo para o nível de p<.000						

Fonte: ESEB 2002

[12] MOTT, Luiz. *Os presidenciáveis e os homossexuais.* Folha de S. Paulo, Opinião, 26 de setembro de 2002, p. A3. LEONEL, Vange. *Vice Mulher*. Revista da Folha, 16 de junho de 2002, p. 41. Folha de S. Paulo, 20 de maio de 2002, *Geografia do preconceito*, p. A4. Folha de S. Paulo, 18 de maio de 2002. *"Não sou frango", diz Garotinho, que é contrário à união civil de homossexuais*, p. C4.

Tabela 9
Opinião sobre Homossexualismo, opinião sobre programa de TV que defende o casamento entre homossexuais e Voto em 2002

Na opinião do(a) Sr(a)., os homossexuais são...	**Lula**	**Ciro Gomes**	**José Serra**	**Garotinho**	**José Maria**	**Total**
Pessoas como quaisquer outras	32,6	33,7	27,3	15,4	50,0	100
Pessoas que nasceram com problemas e devem ser aceitas	**40,0**	**37,8**	**43,7**	28,5		100
Pessoas com comportamento errado	27,3	28,6	29,0	**56,1**	50,0	100
Qui-quadrado 45.464 significativo ao nível de p<.000						
Um programa de televisão que defende o casamento de homem com homem e mulher com mulher deve ser proibido	**Lula**	**Ciro Gomes**	**José Serra**	**Garotinho**	**José Maria**	**Total**
Discorda Muito	25,5	24,1	23,5	14,2	**83,5**	100
Discorda um Pouco	14,4	13,3	11,8	6,2		100
Nem concorda nem discorda	0,7	2,1	1,9	0,4		100
Concorda um Pouco	10,2	5,1	7,5	7,7		100
Concorda Muito	**49,2**	**55,4**	**55,3**	**71,5**	16,7	100
Qui-quadrado 68.935 significativo ao nível de p<.000						

Fonte: ESEB 2002

Sobre o aborto e o papel da mulher

Os dados do ESEB mostram que, independentemente do status socioeconômico e da faixa etária, a maioria expressiva de homens e mulheres concorda que o trabalho de cuidar dos filhos e da casa deve ser dividido. A maioria também posiciona-se favoravelmente à atitude da mulher, agredida pelo marido, de dar queixa à polícia. Estas são questões cujos posicionamentos não são dependentes da escolha política eleitoral: a maioria dos eleitores de Lula, José Serra, Ciro Gomes e de Anthony Garotinho concorda com essa atitude. Entre os eleitores de Garotinho concentram-se as opiniões de que a preservação da família deve prevalecer em uma situação de agressão à mulher (12,1%) enquanto, entre os eleitores dos outros candidatos, esta porcentagem não passa de 8%. Não é demais lembrar a vinculação da disparidade entre sexos e da posição de inferioridade social

da mulher ao universo dos valores tradicionalistas, especificamente, neste caso, do mundo evangélico (MACHADO, 1996). Novamente, é entre os eleitores do candidato do PSB que ocorrem as opiniões mais conservadoras e mais irredutíveis em relação à questão do aborto. Assim como nas posturas apresentadas em relação ao tema do homossexualismo no caso das opiniões dos eleitores de Garotinho, parece haver um peso significativo da dimensão religiosa dos valores morais entre os eleitores de Garotinho.

A Tabela 12 apresenta as opiniões dos entrevistados em relação ao tema do aborto. A opinião de que o aborto somente deve ser permitido em casos particulares, como no caso de uma gravidez provocada por estupro, é predominante; mesmo assim, a alternativa de que o aborto deveria ser proibido em qualquer situação foi apontada por parte significativa dos entrevistados.

Os dados mostram também que para esse conjunto de temas delineia-se um claro grupo mais conservador: os mais preocupados com a preservação dos valores familiares, que defendem a idéia de que a preservação da família sobrepõe-se à defesa da mulher e para quem o trabalho de cuidar dos filhos e da casa é uma tarefa que cabe estritamente à mulher são também os mais conservadores em relação à liberalização do aborto, afirmando-se favoráveis à sua proibição em qualquer circunstância.

Tabela 10
Opiniões e Atitudes em relação ao Papel da Mulher (%)

Opinião sobre o trabalho de cuidar da casa e dos filhos	% (n=2496)	Atitude que uma mulher agredida pelo marido deve ter	% (n=2447)
Homens devem dividir este trabalho com mulheres	89,7	*Dar queixa na polícia*	58,7
Este trabalho só é de responsabilidade da mulher	10,3	*Separar-se do marido, mas não dar queixa*	24,0
		Não fazer nada para não desmanchar a família	8,1
		Dar queixa e separar-se do marido	9,7

Fonte: ESEB 2002

Tabela 11
Opiniões e Atitudes em relação ao Papel da Mulher e Voto em 2002 (%)

Opiniões e Atitudes	Lula	Ciro Gomes	José Serra	Garotinho	José Maria	Total (n=2001)
Opinião sobre o trabalho de cuidar da casa e dos filhos						
Homens devem dividir este trabalho com mulheres	91,1	94,4	90,2	87,7	100	100
Este trabalho só é de responsabilidade da mulher	8,9	5,6	9,8	**12,3**		100
Qui-quadrado 6.871 significativo ao nível de p<.20						
Atitude que uma mulher agredida pelo marido deve ter						
Dar queixa na polícia	60,6	67,0	59,3	53,5	100	100
Separar-se do marido, mas não dar queixa	23,1	19,4	24,2	26,6		100
Não fazer nada para não desmanchar a família	6,4	5,2	7,7	**12,1**		100
Dar queixa e separar-se do marido	9,9	8,4	8,8	7,8		100
Qui-quadrado 21.900 significativo ao nível de p<.05						

Fonte: ESEB 2002

Tabela 12
Opinião sobre o Aborto

Com qual dessas frases o (a) Sr(a). concorda mais:	% (n)
O aborto deve ser proibido em qualquer situação	37,4 (907)
O aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro	**51,0 (1237)**
O aborto deve ser permitido em qualquer situação	11,5 (280)
Total	100 (2424)

Fonte: ESEB 2002

Tabela 13
Opinião sobre o Aborto e Papel da Mulher (%)

	Opinião sobre o Aborto			
Opinião sobre o trabalho de cuidar da casa e dos filhos	*Deve ser proibido em qualquer situação*	*Deve ser permitido se a mulher engravidou devido a estupro*	*Deve ser permitido em qualquer situação*	*Total*
Homens devem dividir este trabalho com mulheres	35,9	**53,3**	10,8	100
Este trabalho só é de responsabilidade da mulher	**51,5**	31,2	17,3	100
Qui-quadrado 42192 significativo ao nível de p<.000				
Atitude que uma mulher agredida pelo marido deve ter				100
Dar queixa na polícia	33,7	**55,7**	10,6	100
Separar-se do marido, mas não dar queixa	41,0	**44,7**	14,4	100
Não fazer nada para não desmanchar a família	**55,6**	32,8	11,7	100
Dar queixa e separar-se do marido	31,5	**57,3**	11,2	100
Qui-quadrado 54.024 significativo ao nível de p<.000				

Fonte: ESEB 2002

A Tabela 14 mostra as opiniões de grupos religiosos sobre a questão do aborto. A opinião de que o aborto somente deve ser permitido em uma situação específica é compartilhada pela maioria dos entrevistados: católicos, evangélicos pentecostais e não-pentecostais, das religiões afro-brasileiras e também dos que declararam não ter religião. Já para os adeptos de religiões como os Mórmons, os Adventistas e Testemunhas de Jeová, o aborto deve ser proibido em qualquer situação.

O eleitorado de Garotinho destaca-se quanto a essa questão. É neste público que encontramos, comparativamente, o maior número de opiniões que apóiam à proibição do aborto em qualquer circunstância e a menor porcentagem de casos favoráveis à liberalização do aborto independentemente da situação. Os pentecostais têm uma trajetória de ativismo político essencialmente moralista e são conhecidos pela recusa em separar as questões políticas da moralidade privada. A participação do bloco evangélico suprapartidário nas comissões da Assembléia

Constituinte de 1986, em que as questões morais estavam presentes, é emblemática desta trajetória. Neste bloco, que contava com um número substantivo de representantes das vertentes mais tradicionalistas evangélicas, os posicionamentos contrários à descriminalização do aborto, ao feminismo, ao homossexualismo, à pornografia, ao divórcio e às drogas foram preponderantes (PIERUCCI, 1989; MACHADO, 1996). Ainda que se trate de posicionamentos de lideranças políticas dentro de uma comunidade religiosa, não se pode ignorar ou menosprezar as formas de compromisso e assimilação dos valores da liderança religiosa por parte dos membros desta comunidade (MACHADO, 1996). A tendência apresentada pelos dados parece seguir neste sentido da assimilação dos valores das lideranças religiosas e do seu compartilhamento por parte da comunidade, pelo menos no que diz respeito às opiniões observadas. Se não se pode afirmar uma assimilação e adesão aos valores defendidos pelas lideranças religiosas ou políticas por parte da comunidade, a partir desses dados, pode-se dizer seguramente que eles indicam um terreno fértil a ser investigado.

Tabela 14
Opinião sobre o Aborto segundo a Religião (%)

	Opinião sobre o Aborto			
Religiões	*Deve ser proibido em qualquer situação*	*Deve ser permitido se a mulher engravidou devido a estupro*	*Deve ser permitido em qualquer situação*	*Total*
Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová	**65,4**	30,8	3,8	100
Evangélica Pentecostal	**46,8**	**47,1**	6,1	100
Evangélica não-pentecostal	32,1	**58,3**	9,5	100
Candomblé	18,2	**54,5**	27,3	100
Umbanda	33,3	**66,7**		100
Espírita Kardecista	21,9	**64,4**	13,7	100
Seisho-no-iê, Messiânica	50,0		50,0	100
Católica	37,6	**50,8**	11,7	100
Budista		**50,0**	50,0	100
Santo Daime, Esotérica, Outras	40,0	**46,7**	13,3	100
Não tem religião	24,3	**59,0**	16,8	100
Ateu		1	1	100
Qui-quadrado 92.450 significativo ao nível de p<.000				

Fonte: ESEB 2002

Tabela 15
Opinião sobre o Aborto e Voto em 2002 (%)

	Opinião sobre o Aborto			
	Deve ser proibido em qualquer situação	*Deve ser permitido se a mulher engravidou devido a estupro*	*Deve ser permitido em qualquer situação*	*Total*
Lula	34,8	**52,4**	12,8	100
Ciro Gomes	27,9	**63,2**	8,9	100
José Serra	36,2	**53,3**	10,5	100
Garotinho	45,1	**48,2**	6,7	100
José Maria	50,0	**50,0**		100
Qui-quadrado 23.873 significativo ao nível de p<.000				

Fonte: ESEB 2002

Há um outro elemento importante a destacar em relação aos posicionamentos sobre o aborto: os posicionamentos mais conservadores, que defendem a sua proibição em qualquer circunstância, localizam-se entre aqueles com mais idade, mais pobres e menos escolarizados. A opinião de que o aborto deve ser proibido de forma incondicional concentra-se na faixa dos 60 anos ou mais, entre aqueles que não têm renda ou com renda de até um salário mínimo e com muito pouca instrução, analfabetos ou que cursaram até a 4ª. série do Ensino Fundamental. Quanto à opinião de que o aborto deve ser permitido em uma situação específica, apontada pela maioria dos entrevistados, é predominantemente encontrada tanto entre aqueles com menor renda e baixa escolaridade como entre os mais escolarizados e de maior renda. Esta postura também é a preponderante tanto entre os jovens como entre os adultos.

Tabela 16
Opinião sobre o Aborto por Faixas de Renda, Escolaridade e Idade (%)

Dados socioeconômicos	**Opinião sobre o aborto**			
Renda Mensal Familiar	*Deve ser proibido em qualquer situação*	*Deve ser permitido se a mulher engravidou devido a estupro*	*Deve ser permitido em qualquer situação*	*Total*
Sem Renda	**63,2**	31,6	5,3	100
Até 1 SM	**53,0**	33,0	14,0	100
De mais de 1 a 4 SM	43,1	**46,3**	10,6	100
De mais de 4 a 7 SM	30,1	**60,6**	9,3	100
De mais de 7 a 10 SM	28,3	**62,2**	9,4	100
De mais de 10 a 13 SM	17,2	**65,5**	17,2	100
Mais de 13 SM	20,7	**60,6**	18,7	100
Qui-quadrado 123.419 significativo ao nível de p<.000				
Escolaridade				
Sem instrução	**66,9**	24,3	8,9	100
Até 4ª. série	**52,3**	36,2	11,6	100
De 5ª a 8ª. série	35,6	**53,2**	11,2	100
2º. grau	28,3	**61,8**	9,9	100
Superior ou mais	17,7	**65,0**	17,4	100
Qui-quadrado 221.416 significativo ao nível de p<.000				
Idade				
De 16 a 24 anos	31,0	**59,9**	9,1	100
De 25 a 34 anos	29,7	**58,8**	11,6	100
De 35 a 44 anos	34,5	**52,2**	13,3	100
De 45 a 59 anos	42,0	**46,8**	11,2	100
De 60 anos ou mais	**57,2**	30,6	12,2	100
Qui quadrado 98.550 significativo ao nível de p<.000				

Fonte: ESEB 2002

Sobre a hierarquia social

Para tratar do tema da hierarquia social junto à sociedade brasileira foram tomadas três situações em que se poderiam perceber algumas de suas noções entre os entrevistados. Em uma das questões foi perguntada qual a atitude que os empregados de um prédio deveriam ter se lhes fosse dito pelos moradores para utilizarem também o elevador social. Outra pergunta apresentava uma situação em que o patrão permitia ao empregado tomar banho na piscina do edifício em que trabalhava e indagava o entrevistado sobre qual atitude o empregado deveria tomar. A terceira situação apresentada perguntava a atitude que um empregado deveria ter se o patrão lhe dissesse que ele poderia ser tratado por "você" e não mais por "senhor". Nestas três situações, a maioria dos entrevistados apontou atitudes que se desdobram no sentido de reforçar as hierarquias existentes, confirmando de certo modo a sua presença também na dinâmica das relações sociais. Da Matta identificou em nossa sociedade um sistema social extremamente preocupado com a idéia do "cada qual no seu lugar", ou seja, com a hierarquia e com a autoridade, e uma característica básica deste sistema é denunciada pelo já conhecido "sabe com quem está falando?" que não deve ser considerado uma mania ou modismo de uma camada social específica, mas encarado como uma forma socialmente estabelecida (DA MATTA, 1997). Os resultados dos dados sobre as situações apresentadas acima parecem confirmar este quadro descrito pelo autor.

Os dados da Tabela 17 mostram que, independentemente da escolha política na eleição presidencial de 2002, a maioria dos entrevistados optou pela atitude do empregado recusar o convite do patrão para tomar banho na piscina do edifício, o que vale tanto para os eleitores de Lula como os de Ciro Gomes, José Serra, Garotinho e José Maria. Nas outras duas situações: a atitude frente à permissão de uso do elevador social por empregados e a atitude frente à flexibilização do tratamento pessoal, com exceção da maioria dos eleitores do candidato do PSTU, os posicionamentos da maior parte dos eleitores dos demais candidatos continuaram no sentido de manter "as coisas como estão", ou seja, o patrão deve continuar sendo tratado por senhor e os empregados devem continuar usando o elevador de serviço.

Tabela 17
Hierarquia Social e Voto em 2002 (%)

	Lula	Ciro Gomes	José Serra	Garotinho	José Maria
Atitude que um empregado deveria ter se o patrão lhe diz que pode ser tratado de você... ***Continuar chamado o patrão por senhor. (*)***	61,1	61,3	51,4	69,1	33,3
Atitude que o empregado deveria ter se o patrão diz que ele pode tomar banho na piscina do edifício... ***Agradecer e não tomar banho na piscina. (**)***	64,7	53,1	63,1	64,2	66,7
Atitude que os empregados de um prédio deveriam ter se os moradores dizem que eles podem usar o elevador social... ***Continuar usando o elevador de serviço. (***)***	57,4	50,8	58,6	58,8	16,7

(*) Qui-quadrado 25.777 significativo ao nível de p<.000
(**) Qui-quadrado 9.819 significativo ao nível de p<.05
(***) Qui-quadrado 7.943 significativo ao nível de p<.10

Fonte: ESEB 2002

Novamente, é a faixa de maior idade que apresenta o maior número de opiniões favoráveis à manutenção das hierarquias existentes. Diferentemente de outras questões em que os jovens tendem a apresentar posturas menos conservadoras, nessas questões que abordam o tema da hierarquia social, os mais jovens não têm se destacado devido aos seus posicionamentos igualitários. Este é um dado importante para se pensar como essas noções de hierarquia social, como elementos de classificação em um sistema social mais amplo e como características da cultura brasileira, estão de tal modo enraizadas no cotidiano das relações sociais que são percebidas por todos como algo a ser mantido. (Tabela 18)

Tabela 18
Atitudes em relação à Hierarquia Social por Faixas de Idade (%)

Atitudes	De 16 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 59 anos	De 60 anos ou mais
Atitude que um empregado deveria ter se o patrão lhe diz que pode ser tratado de você... ***Continuar chamado o patrão por senhor. (*)***	53,5	55,7	60,3	65,4	**69,8**
Atitude que o empregado deveria ter se o patrão diz que ele pode tomar banho na piscina do edifício... ***Agradecer e não tomar banho na piscina. (**)***	55,9	63,5	63,9	65,2	**68,2**
Atitude que os empregados de um prédio deveriam ter se os moradores dizem que eles podem usar o elevador social... ***Continuar usando o elevador de serviço. (***)***	51,5	54,5	55,1	59,8	**66,8**

(*) Qui-quadrado 32.348 significativo ao nível de p<.000
(**) Qui-quadrado 15.054 significativo ao nível de p<.005
(***) Qui-quadrado 22.267 significativo ao nível de p<.000

Fonte: ESEB 2002

Outro elemento importante a destacar é o fato destes posicionamentos se localizarem entre alguns grupos situados em determinados estratos da estrutura social. Novamente, as variáveis renda e escolaridade são elementos diferenciadores das opiniões. É entre os estratos de renda média baixa e de pouca ou média escolaridade que se concentram as posturas mais conservadoras.

A variável raça é importante para essa análise, considerando que é nesse sistema social, em que as hierarquias se estabelecem, que os mais pobres, assim como os negros e os mestiços são os mais discriminados e vítimas de preconceitos de vários tipos (CALDEIRA, 1991). Na pesquisa do ESEB foram empregados os termos utilizados pelo IBGE para a classificação da cor ou raça das pessoas: preto, pardo, branco, amarelo e índio[13].

É justamente entre aqueles que mais sofrem as discriminações e preconceitos no cotidiano que as noções de hierarquia e de "lugares sociais" são mais percebidas. Como destacou Da Matta, temos um sistema social com aspectos conhecidos "*mas não reconhecido pelos seus membros*" (DA MATTA, 1997, p.185). É

[13] A pergunta, do tipo estimulada, apresentava-se da seguinte forma no questionário: "O IBGE – instituto que faz os censos no Brasil – usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça:".

entre os entrevistados que se auto-declararam negros, pardos (mestiços) e índios que encontramos, comparativamente, o maior número de respostas favoráveis a atitudes no sentido de se manter a situação estabelecida. Já os entrevistados que se auto-declararam amarelos, termo no qual são incluídos descendentes de japoneses, chineses e orientais, apontaram, em maior número, atitudes opostas às apresentadas por brancos e negros nas três situações apresentadas. Pode-se sugerir que este grupo sócio-cultural não apresenta as mesmas noções de hierarquia devido à sua herança cultural, e porque as formas e tipos de discriminação social e cultural que sofrem não se configuram da mesma forma que aquela conhecida por negros e mestiços em nossa sociedade. (Tabelas 19 a 22)

Tabela 19
Hierarquia Social segundo Renda e Escolaridade I (%)

Atitude que os empregados de um prédio deveriam tomar se os moradores dissessem que eles poderiam usar o elevador social
Deveriam continuar usando o elevador de serviço

Escolaridade		Renda	
Sem instrução	76,6	**Sem Renda**	73,7
Até 4ª. série	68,9	**Até 1 SM**	70,8
De 5ª a 8ª. série	63,5	**De mais de 1 a 4 SM**	64,0
2º. grau	48,8	**De mais de 4 a 7 SM**	52,0
Superior ou mais	30,2	**De mais de 7 a 10 SM**	40,9
		De mais de 10 a 13 SM	54,1
		Mais de 13 SM	35,1
Qui-quadrado 186.686 significativo ao nível de p<.000		Qui-quadrado 115.656 significativo ao nível de p<.000	

Fonte: ESEB 2002

Tabela 20
Hierarquia Social por Renda e Escolaridade II (%)

Atitude que o empregado deveria ter se o patrão lhe diz que ele pode ser tratado de você
Deveriam continuar chamando o patrão por senhor

Escolaridade		Renda	
Sem instrução	78,4	**Sem Renda**	80,5
Até 4ª. série	71,0	**Até 1 SM**	72,5
De 5ª a 8ª. série	64,5	**De mais de 1 a 4 SM**	66,0
2º. grau	52,9	**De mais de 4 a 7 SM**	52,7
Superior ou mais	39,2	**De mais de 7 a 10 SM**	49,2
		De mais de 10 a 13 SM	42,6
		Mais de 13 SM	36,6
Qui-quadrado 138.092 significativo ao nível de p<.000		Qui-quadrado 114.456 significativo ao nível de p<.000	

Fonte: ESEB 2002

Tabela 21
Hierarquia Social por Renda e Escolaridade III (%)

Atitude que o empregado deveria ter se o patrão lhe diz que ele pode tomar banho na piscina do edifício...
Agradecer e não tomar banho na piscina.

Escolaridade		Renda	
Sem instrução	73,1	**Sem Renda**	84,6
Até 4ª. série	72,6	**Até 1 SM**	69,8
De 5ª a 8ª. série	70,2	**De mais de 1 a 4 SM**	70,5
2º. grau	56,9	**De mais de 4 a 7 SM**	59,9
Superior ou mais	41,4	**De mais de 7 a 10 SM**	44,7
		De mais de 10 a 13 SM	56,7
		Mais de 13 SM	45,1
Qui-quadrado 122.235 significativo ao nível de p<.000		Qui-quadrado 106.562 significativo ao nível de p<.000	

Fonte: ESEB 2002

Tabela 22
Atitudes em relação à Hierarquia Social segundo a Cor ou Raça (%)

Atitudes	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Índio
Atitude que um empregado deveria ter se o patrão lhe diz que pode ser tratado de você... ***Continuar chamado o patrão por senhor. (*)***	56,9	**62,5**	**70,3**	36,4	**73,1**
Atitude que o empregado deveria ter se o patrão diz que ele pode tomar banho na piscina do edifício... ***Agradecer e não tomar banho na piscina. (**)***	58,7	**67,8**	**68,2**	42,4	**68,0**
Atitude que os empregados de um prédio deveriam ter se os moradores dizem que eles podem usar o elevador social... ***Continuar usando o elevador de serviço. (***)***	52,1	**62,9**	**60,9**	27,3	56,0

(*) Qui-quadrado 29.414 significativo ao nível de p<.000
(**) Qui-quadrado 27.793 significativo ao nível de p<.000
(***) Qui-quadrado 37.700 significativo ao nível de p<.000

Fonte: ESEB 2002

***

Em linhas gerais, os dados analisados neste artigo apontaram algumas tendências para compreender o comportamento social da sociedade brasileira; pode-se dizer que os temas aqui tratados configuram indicadores de um conservadorismo social. As tendências observadas remetem ao autoritarismo social destacado por Dagnino (1994), que caracteriza uma sociedade pautada pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais. O autoritarismo social se baseia em critérios de raça, classe e gênero, produzindo formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que podem ser verificadas no conjunto das práticas sociais, alimentando e reproduzindo a desigualdade nos diferentes níveis das relações sociais. As questões aqui observadas, sobre o papel da mulher, o aborto, o homossexualismo e a hierarquia social, estão relacionadas diretamente às desigualdades de tratamento que se colocam como obstáculos à possibilidade de uma efetiva democratização das relações sociais na sociedade brasileira.

Sales (1994) observou que as raízes da desigualdade social na cultura política brasileira remetem às relações de mando e subserviência características de uma ordem social hierarquizada que sobrevive até os dias de hoje. Essa ordem social desigual e hierárquica é mantida e mascarada pela cordialidade, que permeia as relações sociais e dá a aparência de encurtamento das distâncias através da informalidade no convívio, de modo que as desigualdades sociais são reproduzidas e amenizadas no cotidiano. Os posicionamentos e atitudes apresentados pelos entrevistados no que diz respeito às questões de hierarquia social parecem apontar neste sentido. O que os resultados mostram é que as noções de hierarquia e a idéia de "lugares sociais" estão de tal forma enraizados na nossa cultura que, independentemente do status socioeconômico, do grau de escolaridade e da faixa etária, verifica-se um posicionamento favorável à manutenção da ordem social vigente. O dado mais perverso deste ordenamento social é que mesmo as maiores vítimas dos mais freqüentes tipos de preconceitos e discriminações, pobres, negros e mestiços, são também favoráveis à existência do "elevador de serviço" e de outros "lugares sociais" estabelecidos pelo autoritarismo social.

Nessa organização hierárquica e desigual, a mulher ocupa uma posição inferior em relação ao homem. Os papéis de cada um são diferenciados e os femininos são menos valorizados. Como destacou Machado (1996), "*a mulher está associada à família e à casa e o homem ao mercado e à política, esferas de atuação extremamente valorizadas na sociedade, que acabam colocando os maridos em posição de superioridade diante das esposas*" (MACHADO, 1996, p. 80). As questões referentes ao papel da mulher e aos seus direitos abordadas na pesquisa tiveram uma repercussão menos conservadora entre os entrevistados: a maioria dos homens e das mulheres de várias faixas etárias, de diferentes níveis de escolaridade e status socioeconômicos posicionou-se de acordo com a divisão das atividades do lar e da defesa dos direitos da mulher. Estas opiniões também foram encontradas entre a maioria do eleitorado dos vários candidatos à presidência em 2002, embora seja necessário lembrar a ocorrência, entre os eleitores de Garotinho, do maior número de respostas conservadoras em relação a esse tema. Este mesmo eleitorado destacou-se por apresentar os posicionamentos mais conservadores nas questões do aborto e do homossexualismo, temas relacionados à esfera moral. Uma hipótese desenvolvida a partir desses resultados considera o peso da dimensão religiosa dos valores morais nessas opiniões, dado que parcela significativa dos evangélicos entrevistados votou no candidato do PSB.

Um elemento importante a destacar trazido por esses dados, e que reforça uma tendência já observada em outros estudos, diz respeito à caracterização socioeconômica e demográfica dos conservadores. A tendência de opiniões e atitudes conservadoras foi predominantemente observada entre os menos escolarizados, com renda média ou baixa e com mais idade.

Finalmente, os resultados aqui observados indicam uma presença expressiva de opiniões e atitudes conservadoras na dinâmica do cotidiano da sociedade brasileira, dificultando significativamente o processo de democratização das relações sociais. As tendências apontam para a necessidade da continuidade de uma investigação neste sentido.

Bibliografia

ANTENORE, Armando. *Pastor prega voto evangélico contra 'raça gay'*. Caderno Especial Folha de S. Paulo, p. 09, 29 de setembro de 2002.

BABBIE, Earl. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

BERABA, Marcelo. *Influência da Universal preocupa Igreja Católica*. Folha de S. Paulo, Caderno Especial 2, Eleições 2002, 28 de outubro de 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Direitos humanos ou "privilégios de bandidos"? *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, (30), p. 162-174, julho, 1991.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1994.

DA MATTA, Roberto. Sabe com quem está falando?. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.* 6ª. edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Jardim dos gays.* Folha de S. Paulo, p. C2, 10 de julho de 2002.

Folha de S. Paulo. *130 homossexuais foram mortos em 97*, 27 de janeiro de 1998.

Folha de S. Paulo. *Igreja: João Paulo II diz que homossexualismo é anomalia. Papa critica manifestação de homossexuais na capital italiana,* 10 de julho de 2000.

Folha de S. Paulo. *Geografia do preconceito*, p. A4, 20 de maio de 2002.

Folha de S. Paulo. *Não sou frango", diz Garotinho, que é contrário à união civil de homossexuais*, p. C4, 18 de maio de 2002.

Folha de S. Paulo. *Garotinho diz que, eleito, veta união de homossexuais.* p. A6, 07 de junho de 2002.

FRANCISCO, Luiz. *Discriminação: Brasil lidera crime contra homossexual*. Folha de S. Paulo, 04 de abril de 2000.

GAARDNER, Jostein. *O Livro das Religiões.* São Paulo: Companhia das Letras.

KAHN, Túlio. *O ataque careca.* Folha de S. Paulo, p. 1-3, 14 de fevereiro de 2000.

LEONEL, Vange. *Vice Mulher*. Revista da Folha, p. 41, 16 de junho de 2002.

_____. *O fruto da ignorância*. Revista da Folha, p. 56, 20 de outubro de 2002.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e Pentecostais: Adesão Religiosa na Esfera Familiar*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: ANPOCS, 1996.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil.* São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

MOTT, Luiz. *Os presidenciáveis e os homossexuais.* Folha de S. Paulo, Opinião, p. A3, 26 de setembro de 2002.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a Bancada Evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje,* 1989.

PIERUCCI, Antônio Flavio. Apêndice. Em HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; 2000.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* ano 9 (25), p. 26-37, junho, 1994.

As Percepções sobre Democracia, Cidadania e Direitos

Denise Paiva
Universidade Federal de Goiás

Marta Rovery Souza
Universidade Federal de Goiás

Gustavo de Faria Lopes
Programa de pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Goiás

Resumo
Os autores analisam as percepções sobre a democracia brasileira com base nas informações sobre o apoio ao sistema político e seu funcionamento, opinião e valores sobre direitos individuais e cidadania, e a percepção sobre os problemas do país. O artigo utiliza os dados do ESEB 2002.
Palavras-chave: Estudo Eleitoral Brasileiro; democracia; cidadania; direitos individuais

Abstract
The authors analyse the perceptions about the Brazilian democracy, based on the information about the support to the political system and to its dynamics, the values and opinions about citizenship and individual rights, and the perception about the country problems. The data come from 2002 Brazilian Electoral Study.
Keywords: Brazilian Electoral Study; democracy; citizenship; individual rights

Este artigo insere-se na discussão sobre a percepção dos brasileiros quanto ao funcionamento e eficácia da democracia no Brasil. O eixo central da discussão é o grau de apoio e a satisfação com o regime democrático. Para tanto, os indicadores utilizados serão: a) o apoio ao sistema democrático, que envolve questões como a opinião sobre regime de governo, sobre a influência do voto na solução dos problemas do país, sobre a obrigatoriedade do voto e sobre a preferência pela participação popular ou a presença, a partir de uma perspectiva voluntarista, de um líder político para resolver os problemas do país; b) os valores e as concepções quanto aos direitos individuais e cidadania, através de questões que dizem respeito à atuação da justiça, aos partidos políticos e o respeito aos direitos e liberdades individuais; e c) a identificação do maior problema enfrentado pelo Brasil, segundo os entrevistados.

A transição política brasileira foi longa, iniciando-se nos anos setenta e só tendo seu desfecho com as eleições presidenciais de 1989. A mobilização política ocorrida durante esse processo e as mudanças institucionais advindas acenavam com a promessa não só da construção de um regime democrático, mas também de uma sociedade menos desigual. Este era o desafio a ser vencido não só pelo Brasil, mas por todas as chamadas "novas democracias"[1].

A expansão das novas democracias motivou estudos sobre a transição de regimes autoritários, dividindo esse processo em duas etapas: a primeira é caracterizada pela criação ou recriação das instituições poliárquicas e a segunda pela consolidação do regime democrático e de seu funcionamento efetivo, tema de discussão deste artigo.

De acordo com O'Donnel, a democracia está consolidada quando existe um "consenso processual" mínimo com relação às instituições poliárquicas, quais sejam, o voto secreto, o sufrágio universal, eleições regulares, competição partidária, acesso e reconhecimento das associações e *accountability* do Executivo. Nessa definição processual, a democratização das relações sociais, para além da esfera política, não é condição, mas conseqüência eventual do funcionamento habitual e do fortalecimento das instituições poliárquicas (O'DONNEL, 1992, p. 49).

Mais de um século depois da proclamação da República, as dificuldades e interrupções na estabilidade da democracia no Brasil têm sido inúmeras e as

[1] No decorrer dos anos setenta houve, no país, amplas mobilizações políticas pelo retorno ao regime democrático dentre as quais merecem destaque os movimentos pelo respeito aos direitos humanos, pela anistia e o das "Diretas Já" (SINGER et al, 1980 e SADER, 1988). No que concerne à literatura sobre a transição política nas chamadas novas democracias, incluindo o Brasil, existem várias obras publicadas. Ver, entre outros, O'Donnel e Reis (1988) e Schmitter et al (1988). No âmbito desta discussão estava presente também a preocupação com os possíveis cenários pós-transição. O'Donnel, por exemplo, ao analisar as transições na América Latina, afirma*: "Os processos de democratização vividos pelos nossos países implicam em duas transições. A primeira que vai do regime autoritário até a instalação de um regime democrático. A segunda vai deste governo até a consolidação da democracia*" (O'DONNEL, 1992, p. 43).

justificativas as mais variadas possíveis. Vão desde o "complexo de clã" herdado pelos brasileiros dos povos ameríndios e africanos, descrito por Oliveira Viana, para justificar a necessidade de um Estado autoritário até as visões tradicionalistas, que viam em nossas origens rurais e ibéricas um obstáculo intransponível para as tentativas de construir uma sociedade democrática (MOISÉS, 1995).

Considerando que o país tem, historicamente, experimentado períodos de democracia e autoritarismo, torna-se importante examinar os indicadores específicos relacionados à atitude do público quanto à valorização da democracia como idéia normativa, isto é, a sua valorização pela superioridade de suas regras e procedimentos. Estes indicadores compõem um traço importante das chances efetivas de consolidação democrática no Brasil.

É importante verificar também, após quase duas décadas da experiência democrática recente, em que medida as promessas se cumpriram e como os desafios foram transpostos. Dessa forma, justifica-se sobremaneira avaliar a confiança nas instituições democráticas, bem como verificar os níveis de satisfação com seu funcionamento e eficácia, observando-se o grau de apoio da sociedade brasileira à democracia.

Essas variáveis permitirão analisar se existe um apoio difuso, e até inconsistente, à democracia, como alguns estudos têm apontado, ou se, ao contrário, é possível observar uma valorização mais sólida das instituições democráticas[2]. Os dados empíricos apresentados adiante fornecem uma visão bastante representativa da sociedade brasileira em relação a este tema, mas o escopo deste artigo não permite o aprofundamento desta discussão.

Existe um amplo debate no âmbito da Ciência Política acerca da relação entre cultura política e instituições, qual seja: o que melhor explica a democracia[3], o arranjo político-institucional ou a cultura política? A resposta a esta indagação contrapõe duas abordagens que poderíamos denominar procedimental ou não-culturalista, quando se enfatiza o desenho institucional, e normativa ou culturalista, quando enfatiza o papel da cultura democrática e valoriza a relação entre os conteúdos e resultantes das decisões políticas. Esta abordagem propõe discutir qual o modelo de sociedade pretendido, com uma perspectiva mais substantiva do significado da democracia, que não seria apenas a resultante da engenharia

[2] Um estudo bastante rico sobre o tema se encontra em Moisés (1995). Ver também Baquero (2002).

[3] Não está entre os objetivos deste artigo remontar à vasta discussão existente na teoria democrática acerca dos modelos de democracia. Num sentido amplo, como afirma Held (1996), tais modelos podem ser divididos em dois grandes tipos: democracia direta ou participativa, sistema no qual a tomada de decisão nos negócios envolve os cidadãos de forma direta, e democracia liberal ou representativa, sistema no qual os eleitos representam os interesses dos cidadãos dentro de um arcabouço legal e institucional. Este artigo visa analisar este segundo tipo de democracia.

institucional. A existência de uma cultura democrática seria fundamental para seu surgimento e manutenção[4].

Existe uma relação de fortalecimento recíproco entre instituições democráticas e cultura política mas não nos interessa aqui discutir a direção da causalidade. Conforme afirma Moisés, *"a cultura política é insuficiente per se para gerar as condições necessárias à emergência do regime democrático, isso não autoriza a considerá-la desnecessária ao processo de sua consolidação"*(MOISÉS, 1995, p.97).

De acordo com Almond & Verba (1992), a cultura política refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes relativas ao sistema político, às suas diversas partes e ao papel dos cidadãos na vida pública. Neste sentido, é uma peça valiosa para a legitimidade da democracia, uma vez que diz respeito a um conjunto de valores que são importantes para a manutenção da estabilidade democrática. O arranjo político-institucional garante o funcionamento da democracia mas não é capaz de criar *per se* uma cultura política democrática.

Nosso objetivo ao remeter a esse debate, ainda que muito brevemente, é problematizar em que medida ele pode ajudar a entender o contexto atual da relação entre sociedade e democracia no Brasil. Assim, partindo dos dados analisados, pretende-se fazer algumas considerações de caráter mais geral sobre a democracia brasileira, seus desafios e dilemas atuais.

A democracia - compreendida como um regime no qual se observa a progressiva ampliação da competição e da participação, uma poliarquia, enfim, na acepção de Dahl (1997), capaz de contemplar a realização de eleições livres e competitivas, voto secreto, sufrágio universal, liberdade de organização e expressão – é hoje uma realidade no Brasil. Cabe, no entanto, discutir o grau de apoio à democracia e como o nível de insatisfação com o seu funcionamento, numa sociedade com enormes desigualdades sociais, pode, ou não, vir a comprometer sua legitimidade ao longo do tempo.

[4] Este debate pode ser encontrado, em vários autores, como: Moisés (1995), Reis (2002), Baquero (2003) e Przeworski et al (2003). Estes últimos, ao reconstituirem o debate com base nas abordagens acima mencionadas, afirmam: *"Na visão 'não-culturalista', a cultura não exerceria poder causal para explicar a democracia. Um país não necessitaria de uma cultura democrática para estabelecer instituições democráticas nem para sustentá-las. Uma segunda resposta possível, o ponto de vista 'culturalista fraco', sustenta que uma cultura democrática seria necessária para que uma democracia surja e se mantenha, mas a questão da compatibilidade dessa cultura com as tradições de sociedades particulares seria controversa, pois essas tradições seriam maleáveis, sujeitas a serem inventadas e reinventadas. Desse modo, uma cultura democrática poderia florescer mesmo em ambientes culturais aparentemente hostis. Por último, a visão 'culturalista forte' postula que algumas culturas seriam incompatíveis com a democracia. Em conseqüência, diferentes países deveriam buscar arranjos políticos distintos"* (PRZEWORSKI et al, 2003, p.9).

Apoio à Democracia, Instituições e Direitos no Brasil

As considerações encetadas neste artigo têm como referência empírica os dados resultantes do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado em 2002, logo após o segundo turno da eleição presidencial. Foram entrevistadas 2.513 pessoas em todas as regiões do país, para configurar, assim, uma amostra representativa da sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, faremos uma caracterização geral dos entrevistados em termos de distribuição por sexo, nível de escolaridade e situação ocupacional para então analisarmos os demais resultados da pesquisa.

Dentre os entrevistados, 47,1% são do sexo masculino e 52,9% do sexo feminino. No que se refere ao nível de escolaridade, um percentual considerável é composto por analfabetos (7,5%), enquanto apenas 15% chegaram ao ensino superior. Os números relativos à Educação Básica também apontam o baixo índice de acesso à escolaridade formal no país: 46,8% dos entrevistados tiveram acesso apenas ao ensino fundamental e 27,4% ao ensino médio. Quanto à situação profissional e ocupação, há o predomínio de três categorias, a saber: empregados assalariados (36,1%), autônomos (23,7%), e donas de casa (12%). Os aposentados e desempregados representam, respectivamente, 10% e 6,8% da amostra.

As perguntas escolhidas para serem utilizadas na discussão do eixo temático - o apoio à democracia - refletem a direção de análise proposta e objetivam fundamentalmente contribuir com as demais reflexões proporcionadas pelo ESEB.

A democracia é percebida por 80,4% como "mesmo com problemas, a melhor forma de governo". Isso nos leva a inferir que existe, na sociedade, um apoio disseminado à democracia. Esse apoio apresenta, em uma perspectiva comparada, uma tendência de crescimento, se confrontarmos com os dados apresentados por Baquero (2002). Segundo este autor, o nível de apoio à democracia no Brasil no ano de 2000 era de 39%, o mais baixo entre os países latino-americanos pesquisados[5]. Esse apoio disseminado à democracia, nos diversos segmentos da sociedade, permite sugerir que existe uma certa rejeição a formas autoritárias de exercício do poder.

No entanto, o nível de insatisfação com a democracia no Brasil é bastante significativo: 62,4% dos respondentes estão pouco ou nada satisfeitos com o seu funcionamento no país. Este dado é preocupante, uma vez que os altos índices de insatisfação podem, a longo prazo, comprometer seu apoio, ainda que a democracia tenha sido apontada como a melhor forma de governo.

[5] Nos demais países os índices eram os seguintes: Argentina, 71%; Bolívia, 62%; Colômbia, 50%; Chile, 57%; Equador, 54%; México, 45%; Paraguai, 48%; Peru, 64%; Uruguai, 84%; Venezuela, 61%.

No mesmo diapasão, ao serem indagados se faz alguma diferença quem governa o país, 58% dos entrevistados responderam de maneira afirmativa. No entanto, a maioria (65,3%) acredita apenas em parte que seu voto influencie o que acontece no país. Assim, a credibilidade do voto parece também comprometida e 45% dos entrevistados afirmam que não votariam caso o voto não fosse obrigatório.

No entanto, parece não haver uma tendência muito clara no que diz respeito à participação no processo político-eleitoral. Assim, 45,6% dos entrevistados concordam que as eleições presidenciais ajudam muito a melhorar a vida da população; 40,1% afirmam que ajudam um pouco mas 14,3% declaram não haver qualquer melhoria, conformando uma divisão entre os que valorizam as eleições presidenciais e os que não acreditam nos seus resultados. Em conjunto, os dados sugerem que, muito provavelmente, uma correlação positiva dependerá da reversão das enormes desigualdades sociais existentes.

Young (*apud* BAQUERO, 2003, p. 89) analisando essas questões, afirma que vivemos hoje um momento paradoxal, na medida em que todos (ou uma extensa maioria) se dizem favoráveis à democracia, porém não acreditam que um governo democrático "possa fazer alguma coisa". Assim, até que os resultados da democracia sejam mais tangíveis, o quadro esboçado por Young tende a permanecer estável ou mesmo a mostrar sinais de um decréscimo nas opiniões favoráveis à democracia.

Quando indagados sobre a melhor forma de resolver os problemas do Brasil, 58% dos entrevistados optam pela participação da população nas decisões importantes, o que denota a valorização de mecanismos democráticos de participação. Todavia, 42% escolhem como melhor forma a atuação de um líder que "colocasse as coisas no lugar". Essa perspectiva se contrapõe à primeira e mais uma vez torna clara uma divisão entre as tendências observadas nas respostas dos entrevistados. Constata-se uma certa polarização entre aqueles que têm uma perspectiva de valorização dos mecanismos efetivos de participação política e aqueles que vêem na atuação de um grande líder a solução dos problemas. Uma perspectiva voluntarista ou populista não é, portanto, descartada para 42% dos entrevistados.

A personificação de um líder para resolver os problemas do país aparece também nas respostas sobre qual deve ser o fator fundamental para a escolha de um determinado candidato a presidente. Para 53,5% dos entrevistados, deveria ser aquele que trouxesse mais benefícios à população e 29,5% apontam que deveria ser aquele que estivesse disposto a combater os verdadeiros males do país.

Nesse sentido, vale lembrar a discussão sobre as novas democracias feita por O'Donnel (1992) na qual identifica a predominância de um viés fortemente delegativo na representação política, em detrimento do que pressupõe a idéia de *accountability,* ou seja, os controles horizontais e verticais de prestação de contas.

Para o caso brasileiro e com o objetivo de apresentar considerações de caráter mais geral em relação aos resultados apresentados pela pesquisa, analisamos a seguir os dados relacionados à avaliação da atuação de algumas instituições, do acesso a direitos e à cidadania. Pretendemos, com isso, verificar em que medida a satisfação do entrevistado com as instituições democráticas ajuda a entender seu papel na melhoria de suas condições de vida. Mais da metade dos entrevistados são insatisfeitos com a atuação da justiça, que é considerada ruim por 32,5% e péssima por 20,5%.

Sobre os partidos políticos, 57% dos entrevistados revelam não confiar em sua atuação, sendo que 37,3% a avaliam como ruim e 19,7% como péssima. É também muito significativo que 90% se considerem pouco ou nada respeitados em seus direitos e liberdades.

Em conjunto, os dados evidenciam a percepção de uma cidadania restrita, uma vez que o funcionamento de várias instituições que deveriam garantir o seu exercício é considerado insatisfatório pela extensa maioria. O acesso às liberdades individuais e a confiança nas instituições, restritos a uma minoria, tornam-se um privilégio e não um direito. Held (1996) analisa a crítica que os adeptos da chamada Nova Esquerda fazem à ênfase dada à existência formal de direitos sem a contrapartida real, ou seja, sem que sejam de fato exercidos. Essa ressalva ou crítica é bastante pertinente no caso brasileiro, uma vez que os entrevistados percebem uma distância acentuada entre os direitos formais e o acesso a eles, garantido apenas para uma minoria, o que provoca um aprofundamento ainda maior das desigualdades existentes na sociedade brasileira.

O terceiro indicador a ser analisado neste artigo diz respeito ao maior problema do Brasil nos últimos quatro anos. A partir desta indagação, os entrevistados apontaram o desemprego em primeiro lugar (37,5%) e, em seguida, mas de forma razoavelmente distante, a violência (11%)[6].

Esses dados ganham importância e coerência no conjunto de perguntas que propõem ao entrevistado que estabeleça as ações que seriam mais importantes para melhorar o Brasil. Gerar empregos sempre aparece como a ação prioritária, quando contrastada com a importância de combater a fome, controlar a inflação e fazer a economia crescer.

A percepção do desemprego como o maior problema do país não é uma preocupação apenas retórica. Quase um terço dos entrevistados já vivenciou tal situação: 30% dos entrevistados mencionaram ter vivido a experiência do desemprego nos últimos seis meses e o mesmo percentual afirma a preocupação em ficar desempregado nos seis meses seguintes.

[6] Como já foi mencionado, a pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2002. A pergunta mencionada fazia referência ao período 1998-2002.

Uma pesquisa realizada em março de 2004 mostra que o desemprego continua sendo percebido como o maior problema e apresenta tendência ascendente: 49% dos entrevistados apontam o desemprego como o maior problema do país e mencionam em seguida a fome (12%), a violência e a segurança (11%)[7].

Uma das variáveis explicativas para esse problema, reiteradamente apontada, seria a queda, ou mesmo a retração, das taxas de crescimento econômico. Em 2003, o PIB registrou um recuo de 0,2%. Na verdade, desde os anos oitenta, as taxas de crescimento econômico do país têm sido bastante tímidas. A economia nacional, que já esteve em oitavo lugar no *ranking* mundial, regrediu para a décima quinta posição.

Diante desse panorama, não são inusitados os dados de uma pesquisa realizada pela ONU em vários países da América Latina, dentre eles o Brasil. De acordo com os resultados, 56,3% crêem que o desenvolvimento econômico seja mais importante que a democracia e, neste sentido, 54,7% afirmaram que apoiariam um governo autoritário se este resolvesse os problemas econômicos[8].

A busca pelo entendimento desse amplo mosaico sobre o apoio e a credibilidade da atuação das instituições democráticas existentes no Brasil evidencia que há um apoio difuso à democracia. Os riscos de uma regressão autoritária também parecem descartados ou são, no máximo, bastante remotos. Todavia, em seu conjunto, os dados aqui analisados mostram que as instituições democráticas não têm sido capazes de gerar níveis satisfatórios de credibilidade quanto ao seu funcionamento, nem de cumprir as promessas feitas durante a transição política. Se somarmos a isso os altos índices de desemprego e desigualdade social presentes na sociedade brasileira, podemos vislumbrar um quadro bastante desolador: a existência de um enorme fosso social entre o país formal e o país real, onde vive a maioria dos brasileiros.

Não se pode contestar que o regime democrático, do ponto de vista da engenharia dos procedimentos, seja uma realidade. Para conquistar, porém, a adesão decisiva da população e consolidar uma cultura política democrática é necessário estender a democracia para além dos procedimentos formais, produzindo a confiança dos cidadãos em sua eficácia.

---

[7] Dados de pesquisa realizada pelo Datafolha, publicados no jornal *Folha de São Paulo* em 08/03/2004. A pesquisa ouviu 2.036 pessoas em 132 municípios brasileiros no dia primeiro de março de 2004. A reportagem que acompanhava a pesquisa afirmava que o percentual verificado nesta pesquisa era o mais alto desde janeiro de 1999, na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando o desemprego foi apontado como o maior problema do Brasil por 53% dos entrevistados.

[8] Os resultados da pesquisa mencionada foram publicados no jornal *Folha de São Paulo* em 21/04/2004. Os pesquisadores fizeram a seguinte pergunta: "Você apoiaria um governo autoritário se ele pudesse resolver os problemas econômicos?". A pesquisa foi realizada em 18 países da América Latina, dentre eles, Brasil, México, Chile, Argentina, Uruguai, Venezuela, Colômbia e Paraguai.

Bibliografia

ALMOND, A. & VERBA, S. La Cultura Política. *Diez Textos Básicos de Ciencia Política*. Barcelona: Ariel,1992.

BAQUERO, M. Democracia, Cultura e Comportamento Político: uma análise da situação brasileira. In: FUKS, M. e PERISSINOTO, R. M. (orgs.). *Democracia Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista Sociologia e Política,* nº 21, p. 83-108, nov. 2003.

DAHL, R. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

HELD, D. *Models of democracy.* Stanford: Stanford University Press, 1996.

MOISÉS, J. A. *Os Brasileiros e a Democracia: Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

O'DONNEL, G. Delegative Democracy*. Kellog Institute Working Papers*, nº 192, 1992.

O'DONNEL, G. e REIS, F. W. *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. e CHEIBUB. J. A. Democracia e Cultura: Uma visão não culturalista*. Lua Nova*, nº 58, 2003.

REIS, E. Pobreza, desigualdade e identidade política. In: REIS, E. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

REIS, F. W. Democracia, igualdade e identidade. In: FUKS, M. e PERISSINOTO, R. M. (Orgs.). *Democracia: teoria e prática.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência, fala e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo 1970/1980.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SINGER, P. et al. *São Paulo: o povo em movimento.* Petrópolis: Vozes, 1980.

SCHMITTER, P. O'DONNEL, G. e WHITEHEAD, L. *Transições do Regime Autoritário*. São Paulo: Vértice, 1988.

Notas sobre a participação não-eleitoral no Nordeste

Evelina Antunes F. de Oliveira
Universidade Federal de Alagoas

Resumo
A autora enfoca o apoio ao sistema democrático através do grau de participação política não-eleitoral. Especificamente estuda as características da participação na região Nordeste do Brasil. O artigo utiliza os dados do ESEB 2002.
Palavras-chave: Estudo Eleitoral Brasileiro; participação; comportamento associativo; Nordeste

Abstract
The author focus on the support to democratic system by analysing the level of non-electoral political participation. Specifically she studies the characteristics of participation in the Brazilian Northeast Region. The data come from the 2002 Brazilian Electoral Study.
Keywords: Brazilian Electoral Study; participation; associative behavior; Northeast

Introdução[1]

Estudos pré e pós-eleitorais, como as pesquisas de opinião, têm objetivos de curto e médio prazos, servindo para abordar questões relativas tanto a conjunturas quanto a estruturas políticas. Enquanto os primeiros orientam candidaturas e, em menor escala, as opções dos eleitores, trabalhando elementos do imaginário e expressando práticas sociais efetivas, os segundos, além de poderem municiar eleições e eleitores, sustentam pesquisas sobre o comportamento político. É o caso do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) 2002.

Neste artigo, serão analisados indicadores de uma de suas variáveis mais relevantes - o apoio ao sistema político democrático – a partir da abordagem qualitativa de algumas perguntas sobre a participação não-eleitoral. O pressuposto é que práticas sociais institucionalizadas e de natureza associativa interferem nas opções dos eleitores e concorrem para a construção de visões mais amplas de política e de sociedade.

O debate sobre o papel destas práticas e do comportamento político para a consolidação da democracia avançou nos últimos dois séculos ao menos a partir de duas vertentes, uma que aborda a democracia do ponto de vista institucional (MILL, 1981) e outra que a aborda na perspectiva da cultura política (TOCQUEVILLE, 1964).

Os dois enfoques concordam, não obstante, que os cidadãos são ativos e capazes de agir com liberdade para realizar seus interesses. Para Mill, a perspectiva da participação popular nas decisões públicas está orientada para atuar institucionalmente e, neste sentido, cada vez mais setores da sociedade são incorporados. Já Tocqueville considera que a democracia é assegurada principalmente através da ação política propiciada pelas instituições associativas da vida civil próprias de cada sociedade e as mais capacitadas para defender a cidadania.

O comportamento político constrói-se tanto a partir dos meios de atuação direta como pelas vias da representação - eleições, partidos e parlamento - e não apenas a partir da democracia semidireta, como foi cuidadosamente explicado por Benevides (1996), para a constituição do poder legislativo no Brasil, mas também no que diz respeito às representações de interesses que não almejam unicamente o acesso ao poder.

[1] Agradeço a colaboração na seleção dos dados a Ana Glória Ferreira, Nicolas Tavares Cruz, Ranulfo Paranhos Filho e Tércio Bezerra Terencio.

Sobre o poder legislativo como depositário do ideal clássico dos limites à participação popular, Lima Júnior (1997) identifica certos constrangimentos nas democracias contemporâneas: uma crise generalizada no sistema de representação além do crescimento de outras formas de atuação no sistema político.

Avritzer, a propósito da teoria habermasiana, vincula a efetividade democrática *aos processos normativos do mundo da vida*, resultantes dos meios da democracia formal e da cultura democrática. "*Tais processos estão ligados à formação de associações e à reprodução da solidariedade social (*AVRITZER, 1996, p. 20).

As diferentes maneiras de participar convergem para a valorização do espaço público como *locus* privilegiado da participação. Para este convergem as vias institucionais e/ou culturais, é onde a democracia se realiza com mais intensidade e é, portanto, de onde poderá sair sua renovação.

Esse potencial inovador mostra-se cada vez mais complexo, e seu estudo aponta os dilemas de funcionamento e organização. Existem imperativos burocráticos? Estariam mesmo sendo processados valores diferentes daqueles produzidos pelos padrões oligárquicos e personalistas com os quais estamos acostumados?

A definição de participação política a partir da condição de pertencimento a uma *pólis* não permite explicar a pluralidade e a diversidade das atuais formas de participação não-eleitoral. O problema mais complicado parece estar na forma de contrato que se estabelece entre essas ações de grupos e o próprio espaço público. Qual autoridade seria capaz de gerenciar tudo isso?

Doimo (1997) enfoca a discussão da ação direta dos movimentos sociais. Em um movimento contrário ao que vem ocorrendo na Europa nos últimos trinta anos, os brasileiros organizados são em sua maioria pobres, não têm definição ideológica e querem solução para problemas urgentes de sobrevivência. O impasse em relação ao Estado emerge quando o sentido de suas ações oscila entre a contestação e a legitimidade, posto que a resposta positiva às suas reivindicações depende do grau em que se tornam corporativos e burocráticos e de quando seus ganhos podem ser usufruídos pela comunidade, sem necessariamente gerar sociabilidade coletiva.

Para Sandoval (1997), o problema reside no momento e nas condições da passagem do ator social para o ator coletivo. Segundo o autor, os esforços de pesquisa têm procurado demonstrar que os indivíduos não realizam seus interesses em espaços coletivos de modo passivo, como era anteriormente explicado.

Esse suposto de racionalidade é abordado por Reis e Machado como decorrência do viés ideológico presente nos estudos eleitorais. Advertem: *aquilo que a ação política desencadeada nos movimentos [...] procura fazer [...]* (é) *transformar o fundamento da identidade coletiva numa questão de opção voluntária* (REIS e MACHADO, 1992, p. 84). E lembram que escolhas se fazem a partir do conhecimento sobre as opções possíveis.

As democracias consolidadas têm resultados a compreender, avaliar e comparar. Para o caso brasileiro, Lima e Cheibub, analisando os dados de um *survey* sobre cultura política de quatro setores da elite, entre 1993 e 1994, concluem que ocorre uma valorização da política institucional "*não se estendendo às relações sociais, em especial na dimensão da igualdade*" (LIMA & CHEIBUB, 1996, p. 98) e que mudanças nas instituições políticas conjugam valores não-democráticos de cultura política (idem, p. 101).

Santos (2003) enfatiza a expansão, nos últimos cinqüenta anos, da mobilização eleitoral e da vida associativa em cada uma das regiões do país. Também Meneguello, analisando dados recentes de pesquisa sobre partidos políticos no Brasil, confirma uma tendência mundial à *adesão aos valores democráticos, mas acompanhada de forte queda na confiança em instituições* (MENEGUELLO, 2003, p. 347). Ao confirmar para a democracia brasileira uma *ampla base de massa,* que favorece mais uma vez apelos populistas e personalistas que poderiam fragilizar o sistema partidário, mostra, no entanto, que se consolidam preferências entre os eleitores com referência aos partidos como orientação de escolhas (idem, p. 349).

Se há otimismo em relação às chances de atuação na cena pública, os debates teóricos sugerem atenção aos sentidos e aos valores que impulsionam essas variadas formas de participação.

Para o que se coloca nos limites deste trabalho, complexidade, diversidade e múltiplas direções constituem os traços marcantes das possibilidades de participação não-eleitoral. O ESEB possibilita cruzamentos quanto a opiniões, atitudes, valores e ação institucional, mas o propósito deste artigo é apenas caracterizar as instituições associativas através da análise das respostas a perguntas simples e diretas e sua relação com a população nordestina.

A seleção destas perguntas levou em conta o fato de que em Alagoas, Pernambuco e Sergipe elas não apresentaram "ruídos de comunicação" entre entrevistadores e entrevistados. O recorte regional baseia-se numa dimensão importante das pesquisas sociais, que é a contextualização do tema e do modo de realização da investigação. Assim, a regionalidade emerge como fator diferencial na reflexão sobre questões de sociabilidade e seu potencial de ação política, podendo gerar comparações entre especificidades, não apenas territoriais mas também de comportamento.

Um outro ponto importante do aspecto regional aponta para a descentralização política e administrativa em curso no Brasil, através da qual o poder central vem gradativamente perdendo sua primazia sobre os arranjos políticos locais, que reemergem e dão maior visibilidade às particularidades regionais (CASTRO & CARVALHO, 2002).

Aspectos da participação não-eleitoral

Acompanhando os dados para o total de entrevistas do ESEB no país, são expressivos os números de entrevistados que, no Nordeste, **não** estão filiados a associações profissionais (88%), sindicatos (79,4%) e partidos políticos (94%) e nem participam de greves (66%) ou manifestações e protestos (63%).

Mas do total de entrevistados nordestinos com algum pertencimento institucional, o perfil é o que segue. A maioria dos nordestinos filiados a sindicatos (77,3%) e partidos políticos (56,8%) têm mais de 35 anos, mas menos da metade dos entrevistados desta faixa etária pertence a uma associação profissional. (Tabela 1)

Tabela 1
Filiação e Faixa Etária no Nordeste

	Faixa Etária	Não-filiado	Filiado	Total
Associação profissional	16 a 24 anos	101	18	119
	25 a 34 anos	119	24	143
	35 anos ou mais	321	32	353
	Total	**541**	**74**	**615**
Sindicato	16 a 24 anos	117	5	122
	25 a 34 anos	119	24	143
	35 anos ou mais	257	99	356
	Total	**493**	**128**	**621**
Partido	16 a 24 anos	115	7	122
	25 a 34 anos	133	9	142
	35 anos ou mais	333	21	354
	Total	**581**	**37**	**618**

Fonte: ESEB 2002.

Quanto à escolaridade, mais de 80% de todos os filiados tiveram acesso à escola e, majoritariamente, escola pública. Entretanto, levando em conta suas idades, assim como o fato de que algumas melhorias no sistema de ensino em todo o Brasil ocorreram a partir dos últimos dez anos, é possível questionar a qualidade da formação escolar que caracteriza boa parte desses eleitores. Por outro lado, é também significativo que 17% dos sindicalizados nunca tenham freqüentado escola[2]. (Tabela 2)

[2] Vale observar que, segundo o CENSO 2000 para os estados do Nordeste, há, em média, 32% de pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo e 35% de pessoas que têm entre 1 e 4 anos de estudo.

Tabela 2
Acesso à escola e filiação no Nordeste

Acesso à escola	Associação Profissional			Partido			Sindicato		
	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total
Pública	393	42	435	412	25	437	361	77	438
Particular	49	13	62	57	5	62	45	17	62
Pública e particular	38	9	47	45	5	50	40	10	50
Nunca freqüentou	58	8	66	65	2	67	45	22	67
Total	**538**	**72**	**610**	**579**	**37**	**616**	**491**	**126**	**617**

Fonte: ESEB 2002.

Segundo o Censo Demográfico de 2000, 27% dos nordestinos com mais de 10 anos de idade têm até um salário mínimo como renda nominal mensal e 49% se declaram sem rendimentos. Este quadro se repete entre os que pertencem a entidades representativas: 27,5% dos pertencentes a associações profissionais, 32,7% dos sindicalizados e 30% dos filiados a partidos têm renda familiar mensal de até um salário mínimo.(Tabela 3)

Tabela 3
Renda mensal familiar (R$) e filiação no Nordeste

Renda	Associação Profissional			Sindicato			Partido político		
	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total
Sem renda	10	1	11	9	1	10	10	-	10
Até 240,00	151	19	170	138	35	173	161	10	171
250,00 – 750,00	211	31	242	190	50	240	225	17	242
800,00 – 1.300,00	46	5	51	44	7	51	49	2	51
1.400,00 – 2.000,00	21	6	27	17	9	26	22	3	25
2.500,00 – 3.500,00	7	0	7	6	1	7	6	1	7
4.000,00 acima	10	7	17	13	4	17	17	0	17
Total	**456**	**69**	**525**	**417**	**107**	**524**	**490**	**33**	**523**

Fonte: ESEB 2002.

Este é o mesmo perfil que caracteriza os quase 23% (22,8%) de entrevistados que declararam participar ou já ter participado de associações de moradores. Assim, entre os que declararam participar, 85,6% têm renda mensal familiar de até R$ 750,00 (Tabela 4). Para este conjunto de entrevistados também se repetem as características de acesso à escola e faixa etária, com a predominância de indivíduos com acesso à escola pública e com 35 anos ou mais de idade. (Tabelas 4 e 5)

Tabela 4
Renda mensal familiar (R$) e participação em associação de moradores no Nordeste

	Não participa	Participou, mas não participa mais	Participa	Total
Sem renda	9	1		10
Até 240,00	117	25	18	160
250,00 – 750,00	179	34	21	234
800,00 – 1.300,00	40	6	5	51
1.400,00 – 2.000,00	24	0	2	26
2.500,00 – 3.500,00	6	1	0	7
4.000,00 acima	16	1	0	17
Total	**391**	**68**	**46**	**505**

Fonte: ESEB 2002.

Tabela 5
Participação em associação de moradores, acesso à escola e faixa etária no Nordeste

		Não participa	Participou, mas não participa mais	Participa	Total
Acesso à escola	Pública	323	55	40	418
	Particular	47	10	4	61
	Pública e particular	41	5	2	48
	Nunca freqüentou	47	5	7	59
	Total	**458**	**75**	**53**	**586**
Faixa Etária					
	16 a 24 anos	101	8	7	116
	25 a 34 anos	112	14	13	139
	35 anos ou mais	247	54	34	335
	Total	**460**	**76**	**54**	**590**

Fonte: ESEB 2002.

Este perfil altera-se um pouco quando analisamos os dados sobre a expectativa de participação em greves e manifestações e protestos. Entre todos os entrevistados do Nordeste, 32% participariam de greves. Destes, 75% têm renda mensal familiar de até R$750,00. (Tabela 6)

Tabela 6
Renda mensal familiar, acesso à escola e expectativa de participação em greves no Nordeste

Renda mensal familiar	Não participaria	Participaria	Total
Sem renda	6	4	10
Até 240,00	116	55	171
250,00 – 750,00	161	75	236
800,00 – 1.300,00	34	18	52
1.400,00 – 2.000,00	11	14	25
2.500,00 – 3.500,00	6	2	8
4.000,00 acima	8	7	15
Total	**342**	**175**	**517**
Acesso à escola			
Pública	287	146	433
Particular	41	18	59
Pública e particular	30	17	47
Nunca freqüentou	53	12	65
Total	**411**	**193**	**604**

Fonte: ESEB 2002.

Entre os que participariam de manifestações ou protestos, 46% têm até 34 anos. Para os que declaram que participariam de manifestações e protestos, apenas destacamos sua faixa etária: 46% dos entrevistados estão nas duas faixas mais jovens, com até 34 anos. (Tabela 7)

Tabela 7
Faixas de idade e expectativa de participação em manifestações ou protestos no Nordeste

	Participaria de manifestações ou protestos		
Idade	Não	Sim	Total
16 a 24 anos	73	45	118
25 a 34 anos	85	56	141
35 anos ou mais	220	121	341
Total	378	222	600

Fonte: ESEB 2002.

Conclusões Preliminares

Ainda que as comparações aqui feitas sejam tímidas para sustentar generalizações, sugerem dimensões importantes para pensar as condições de participação não-eleitoral no Nordeste. Talvez, a indicação mais importante seja um certo alheamento quanto às questões públicas. Uma tendência que se apresenta é o crescimento do interesse, entre os mais jovens, na participação em manifestações mais pontuais, como greves ou protestos. O caráter festivo que manifestações desse tipo assumem na região, por exemplo, é um fator ainda a ser estudado[3]. Podemos sugerir que, se a atuação associativa altera a visão de mundo e o comportamento, o tradicionalismo nordestino precisa entrar na pauta de discussão.

Essas aproximações devem ser confrontadas com as tendências mais marcantes apontadas pelo ESEB sobre o próprio comportamento eleitoral, seja na ótica dos valores e atitudes, seja na ótica de suas relações institucionais.

[3] Em Maceió, por exemplo, é comum carros de som acompanharem manifestações, e o forró ou o pagode tornarem-se um atrativo maior que o discurso político .

Bibliografia

ATLAS das eleições presidenciais e municipais no Brasil. In: *Alceu Revista de Comunicação e Cultura*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2002. 1 CD-ROM

AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia; ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática.* São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Liberdade e representação. In: STUART MILL. *Os clássicos da política*. Cap. 6, p. 189-223, 1989.

BAQUERO, Marcello. Opinião pública e pesquisas eleitorais. In: LHULLIER, Louise et al (Org.). *Estudos sobre comportamento político*: teoria e pesquisa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, p. 57-68, 1997.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Nós, o povo: reformas políticas para radicalizar a democracia. In: BENEVIDES, M.V; KERCHE, F.; VANNUCHI (Orgs.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 83-119, 2003.

_____. *A cidadania ativa*: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1996.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Estado, governo e sociedade*: Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Ruth C. L. Participação política e democracia. *Novos estudos CEBRAP*, n. 26, p.15-24, 1990.

CASTRO, Marcos Faro de; CARVALHO, Maria Izabel Valladão. Globalização e transformações políticas recentes no Brasil: os anos 90. *Revista de Sociologia e Política*, n. 18, p. 109-129, 2002.

DOIMO, Ana Maria. Movimentos sociais e participação política: a problemática contemporânea da ação direta. In: LHULLIER, Louise et al (Org.). *Estudos sobre comportamento político*: teoria e pesquisa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, p. 129-147, 1997.

ESEB. Estudo Eleitoral Brasileiro. Banco de Dados. FGV Opinião, Rio de Janeiro, 2002.

ESEB. Estudo Eleitoral Brasileiro. *Relatório dos entrevistadores*. Alagoas, Pernambuco e Sergipe. Maceió, 2003.

IBGE. *Censo 2000*.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática*: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LIMA, Maria Regina Soares; CHEIBUB, Zairo. Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 31, ano 11, p. 83- 110, 1996.

LIMA Júnior, Olavo Brasil. *Instituições políticas democráticas*: o segredo da legitimidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MENEGUELLO, Rachel. Eleitorado e reforma. In: BENEVIDES, M. V; KERCHE, F.; VANNUCHI (Orgs.). *Reforma política e cidadania.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 344- 363, 2003.

MILL, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo.* Brasília: UNB, 1981.

OLIVEIRA, Evelina Antunes F. *As associações comunitárias em Alagoas.* Maceió: EDUFAL, 1997.

QUIRINO, Célia Galvão. Sobre a liberdade e a igualdade. In: TOCQUEVILLE, A.. *Os clássicos da política*. Cap. 5, p. 151-188, 1989.

REIS, Fábio Wanderley; MACHADO, Mônica M. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Revista Lua Nova,* n. 26, p. 81- 218, 1992.

SANDOVAL, Salvador A. M. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da Sociologia e da Psicologia Social. In: LHULLIER, Louise et al (Org.). *Estudos sobre comportamento político*: teoria e pesquisa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, p. 13-23, 1997.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A universalização da democracia. In: BENEVIDES, M.V; KERCHE, F.; VANNUCHI (Orgs.). *Reforma política e cidadania.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 33-43, 2003.

SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo. *La comparación en las ciencias sociales.* Madrid: Alianza Editorial, 1994.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1964.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

<www.tse.gov.br>. Acesso em: em 24 jul. 2003.

<www.ibam.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2003.

TENDÊNCIAS

Ano 10, nº2

ENCARTE DA REVISTA DO CESOP

UNICAMP

cesop

OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, Encarte Tendências. p. 389-420

Tendências apresenta dados do ESEB que abordam o funcionamento democrático e a dinâmica eleitoral de 2002.

A primeira seção aborda as percepções sobre a atuação de instituições democráticas e outras instituições presentes na vida social dos indivíduos. Os dados indicam o hiato ainda presente na democracia brasileira entre os indivíduos e o âmbito da representação política.

A segunda seção enfoca as relações de clientela e a troca de votos. Os dados mostram que a maior parte do eleitorado percebe a esfera da representação política com forte moralidade pública, mas, ao mesmo tempo, não confia na moral daqueles que são expostos às ofertas eleitoreiras de candidatos. A partir das percepções do que deveria ser e aquilo que é a dinâmica eleitoral e de representação política, os entrevistados apontam as debilidades do funcionamento democrático.

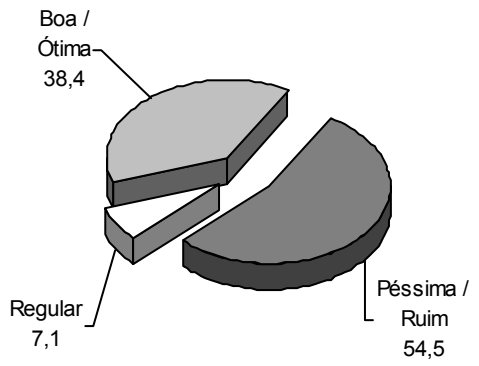
A terceira seção revela concepções sobre a administração pública, a política e a corrupção. Os dados reiteram uma percepção negativa da atuação dos políticos em cargos governamentais observada em pesquisas anteriores, embasada em uma concepção sobre a administração pública segundo parâmetros morais e democráticos.

Finalmente, a última seção apresenta a avaliação dos entrevistados sobre os problemas do país à época da pesquisa e nos anos anteriores.

Este *Encarte* foi organizado com a colaboração de Simone R. Bohn.

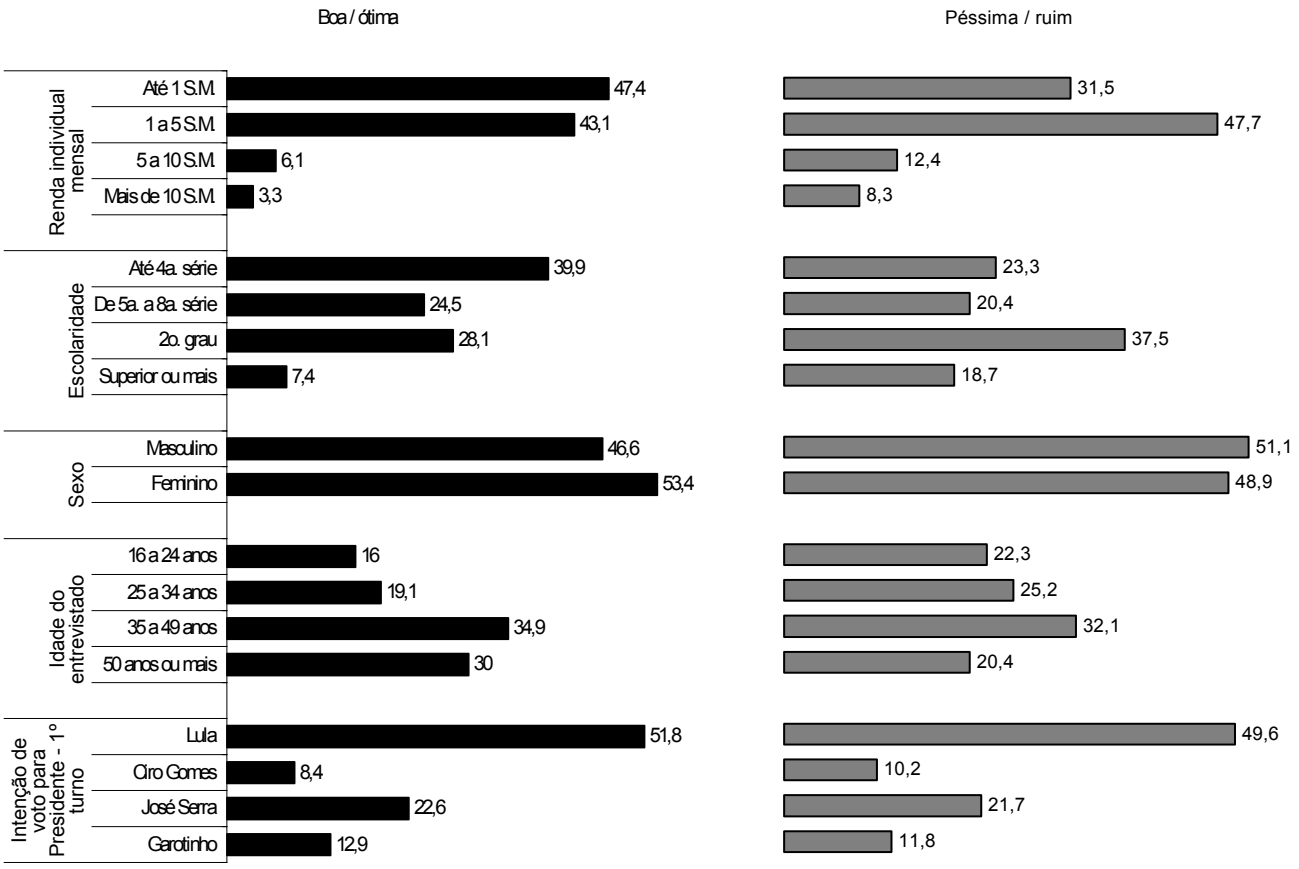
%

Congresso



Uma das dimensões do funcionamento democrático é a atuação das instituições de representação e de garantia dos direitos dos cidadãos.

Os dados do ESEB 2002 mostram que não mais que aproximadamente 40% avaliam positivamente os Partidos, o Congresso e a Justiça.

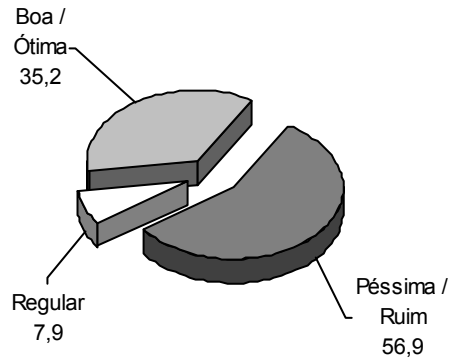


Fonte: *ESEB - 2002*

Perguntas*: p131 - Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima. A atuação da Igreja Católica é ótima, boa, ruim ou péssima? E... b) da Polícia; c) do Governo Federal; d) da Justiça; e) das Grandes Empresas; f) dos Partidos Políticos; g) do Congresso; h) dos Militares; i) da Rede Globo; j) das outras emissoras de televisão; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p158 - Sexo do entrevistado; p157 - Qual a sua idade?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

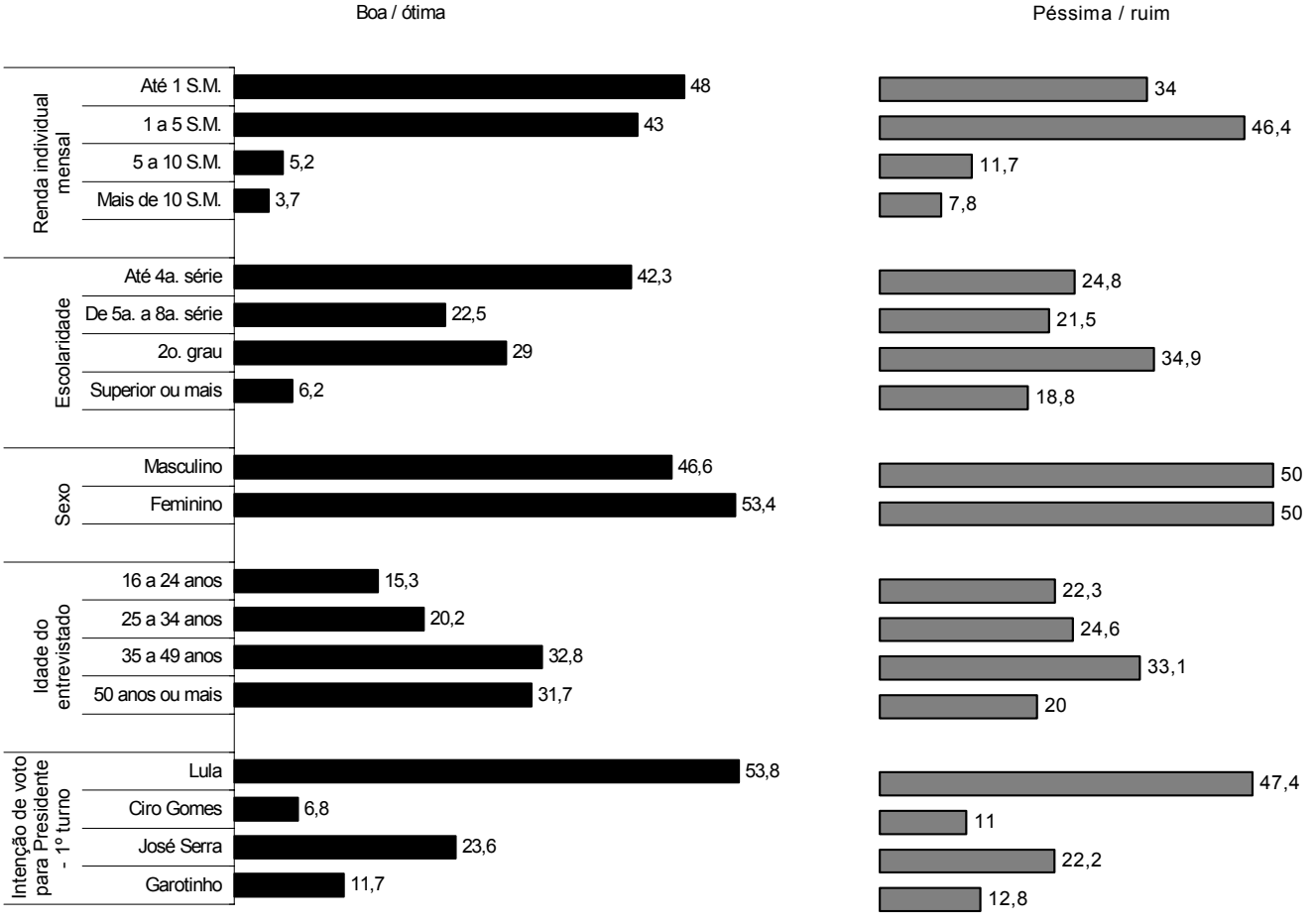
%

Partidos Políticos



A escolaridade emerge como elemento que distingue os grupos de entrevistados quando os resultados são controlados por variáveis socioeconômicas.

Dentre os que avaliam positivamente os partidos políticos, destacam-se aqueles de menor escolaridade.

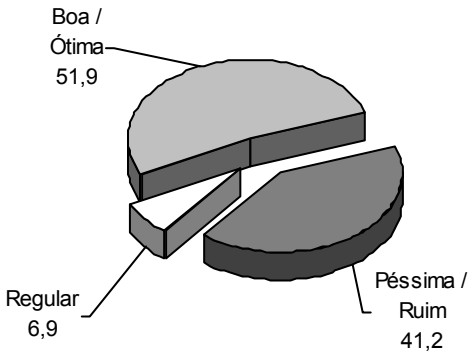


Fonte: *ESEB - 2002*

Perguntas*: p131 - Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima. A atuação da Igreja Católica é ótima, boa, ruim ou péssima? E... b) da Polícia; c) do Governo Federal; d) da Justiça; e) das Grandes Empresas; f) dos Partidos Políticos; g) do Congresso; h) dos Militares; i) da Rede Globo; j) das outras emissoras de televisão; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p158 - Sexo do entrevistado; p157 - Qual a sua idade?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

Governo Federal

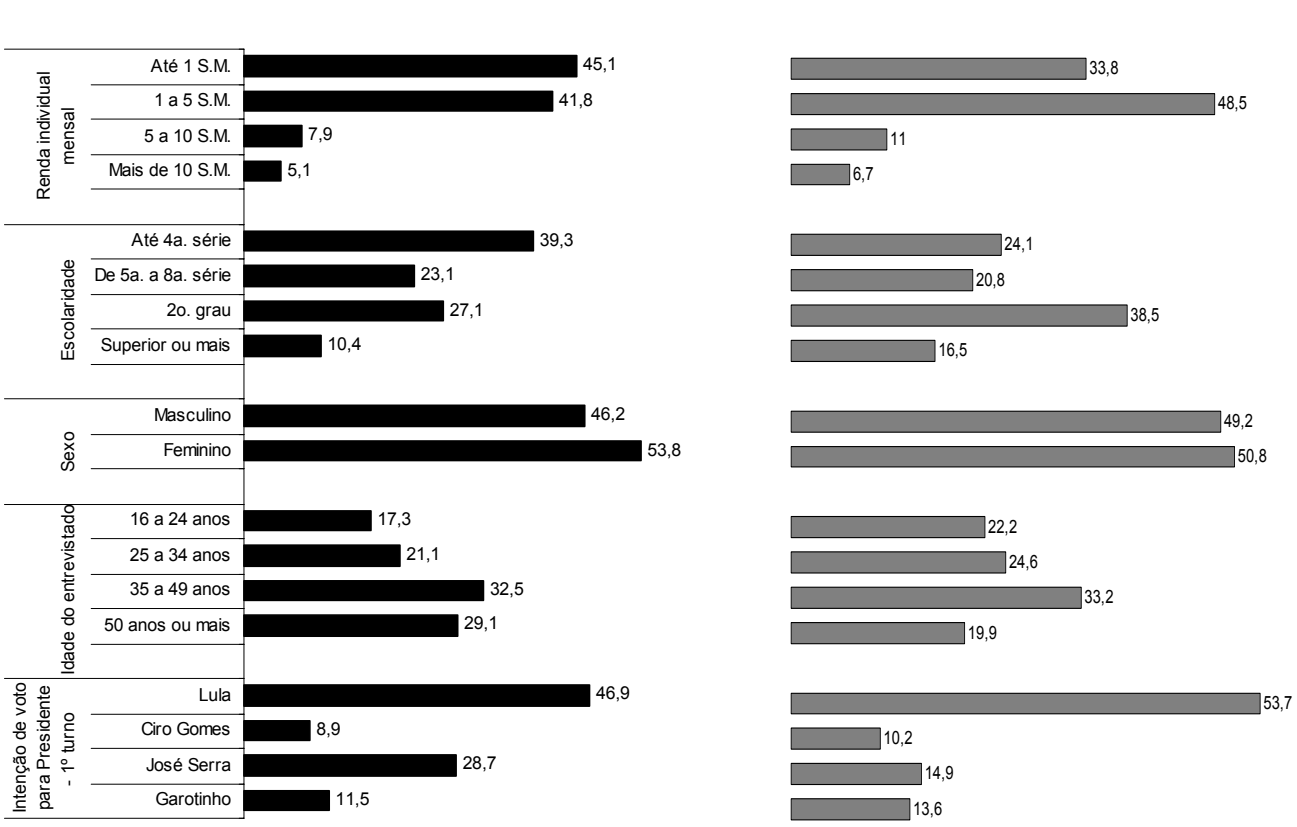
%



A avaliação positiva do Governo Federal atinge aproximadamente 52% do total de entrevistados.

Destacam-se novamente diferenças nas opiniões conforme o grau de escolaridade dos indivíduos.

É nas faixas de maior escolaridade que a avaliação negativa do Governo Federal se sobressai, com destaque para o 2° grau.

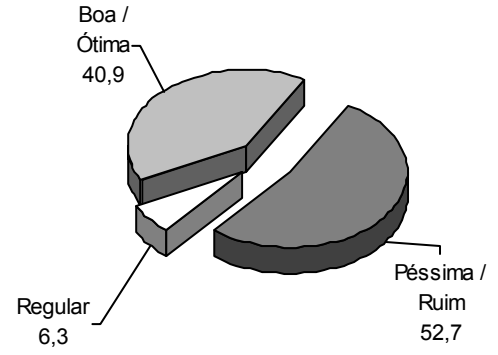


Fonte: *ESEB - 2002*

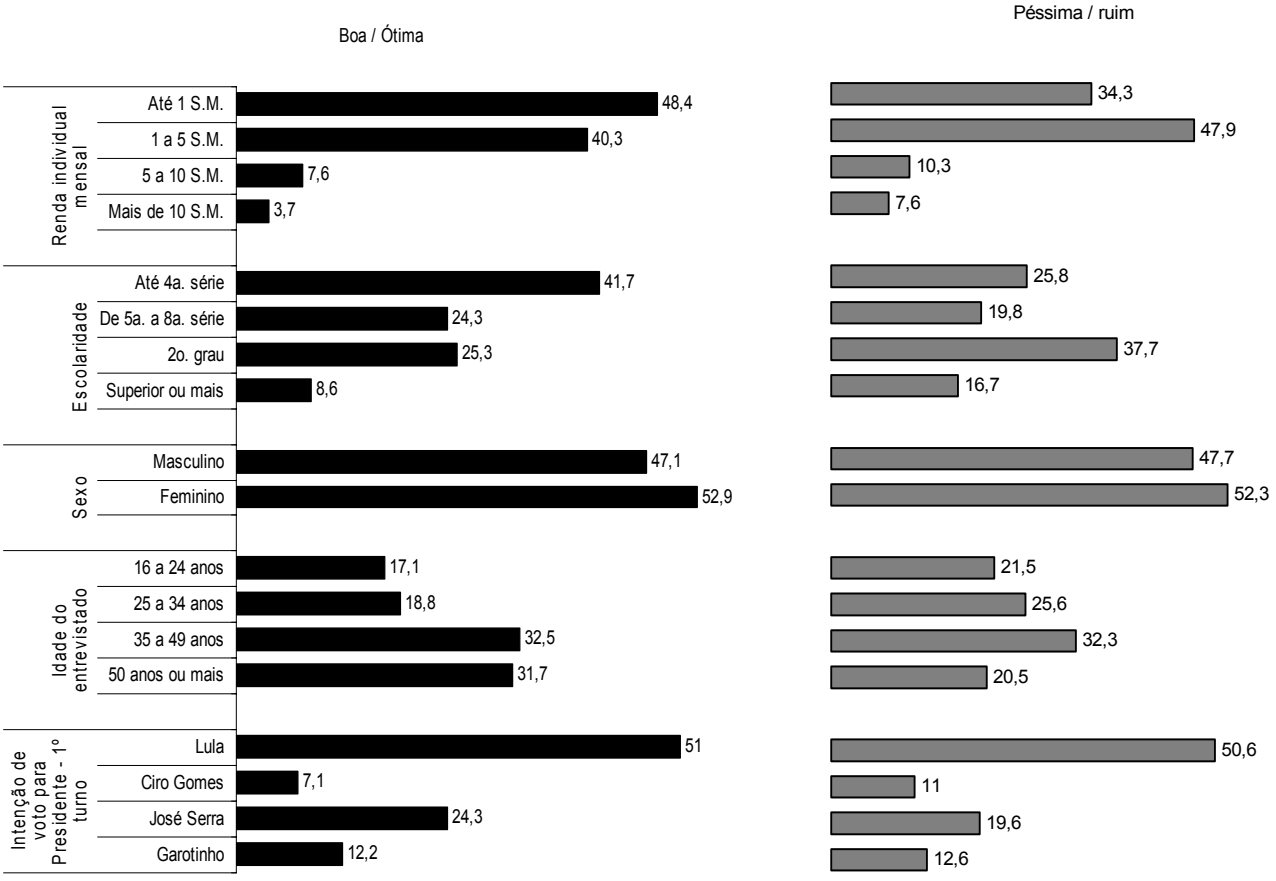
Perguntas*: p131 - Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima. A atuação da Igreja Católica é ótima, boa, ruim ou péssima? E... b) da Polícia; c) do Governo Federal; d) da Justiça; e) das Grandes Empresas; f) dos Partidos Políticos; g) do Congresso; h) dos Militares; i) da Rede Globo; j) das outras emissoras de televisão; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p158 - Sexo do entrevistado; p157 - Qual a sua idade?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

Justiça

%



Para a pequena maioria dos entrevistados que avaliou a Justiça como péssima ou ruim, predominam aqueles com 2º grau de escolaridade mínima e que ganham entre 1 e 5 salários mínimos.

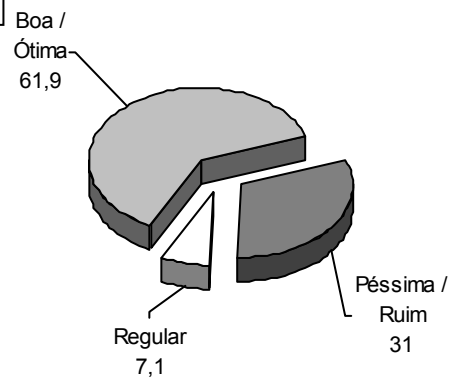


Fonte: *ESEB - 2002*

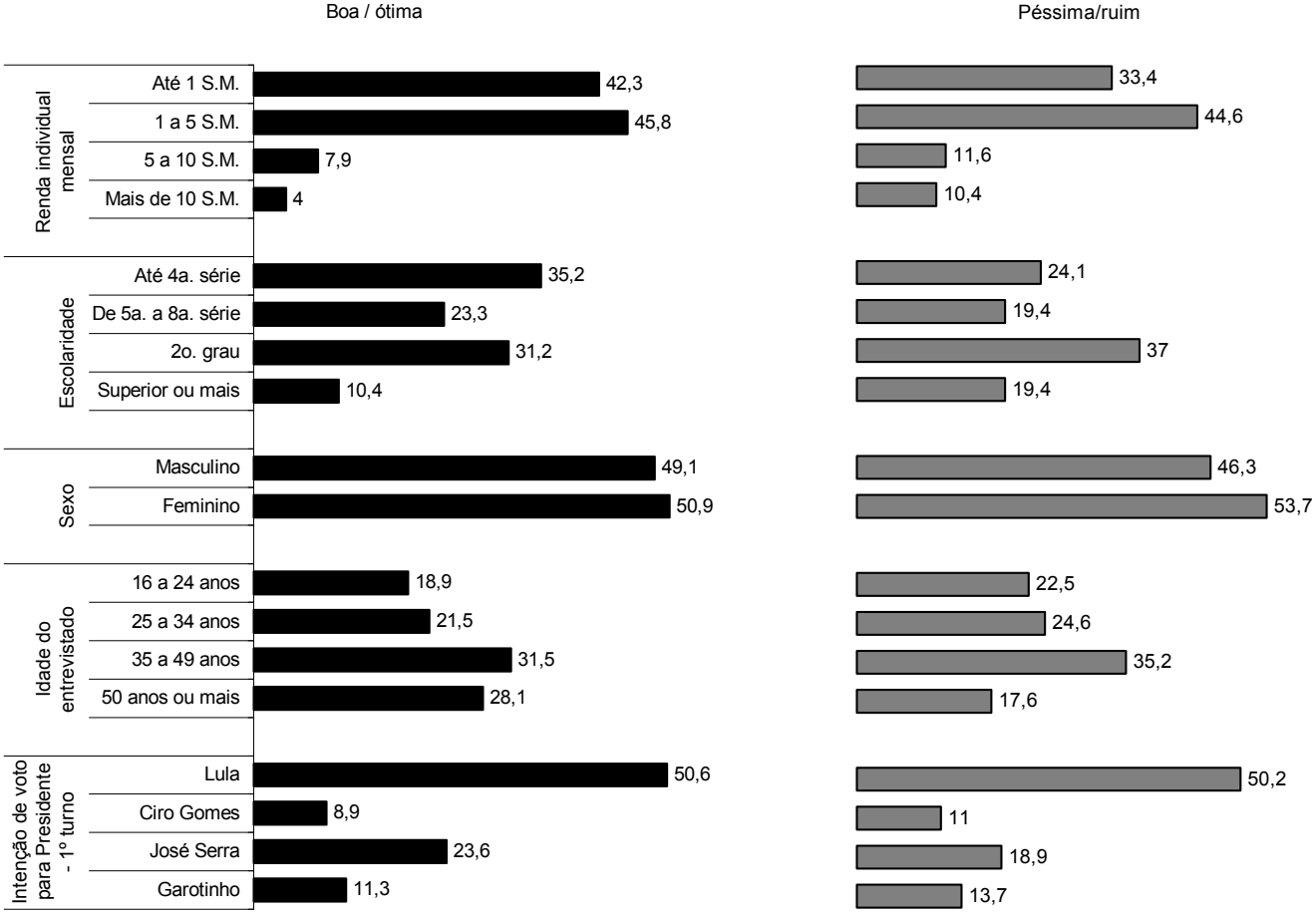
Perguntas*: p131 - Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima. A atuação da Igreja Católica é ótima, boa, ruim ou péssima? E... b) da Polícia; c) do Governo Federal; d) da Justiça; e) das Grandes Empresas; f) dos Partidos Políticos; g) do Congresso; h) dos Militares; i) da Rede Globo; j) das outras emissoras de televisão; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p158 - Sexo do entrevistado; p157 - Qual a sua idade?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

Militares

%

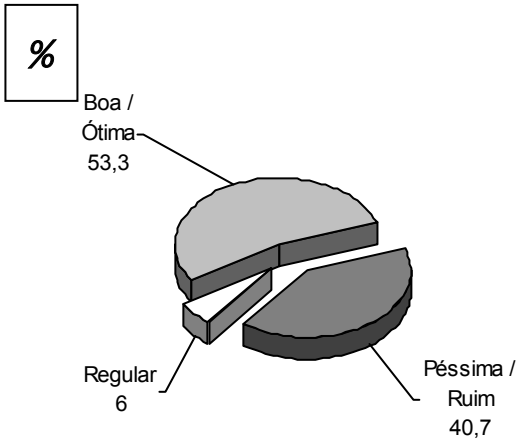


Os militares, juntamente com a Igreja Católica e a Rede Globo de Televisão, são as instituições com mais alta avaliação positiva.



Fonte: *ESEB - 2002*

Perguntas*: p131 - Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima. A atuação da Igreja Católica é ótima, boa, ruim ou péssima? E... b) da Polícia; c) do Governo Federal; d) da Justiça; e) das Grandes Empresas; f) dos Partidos Políticos; g) do Congresso; h) dos Militares; i) da Rede Globo; j) das outras emissoras de televisão; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p158 - Sexo do entrevistado; p157 - Qual a sua idade?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

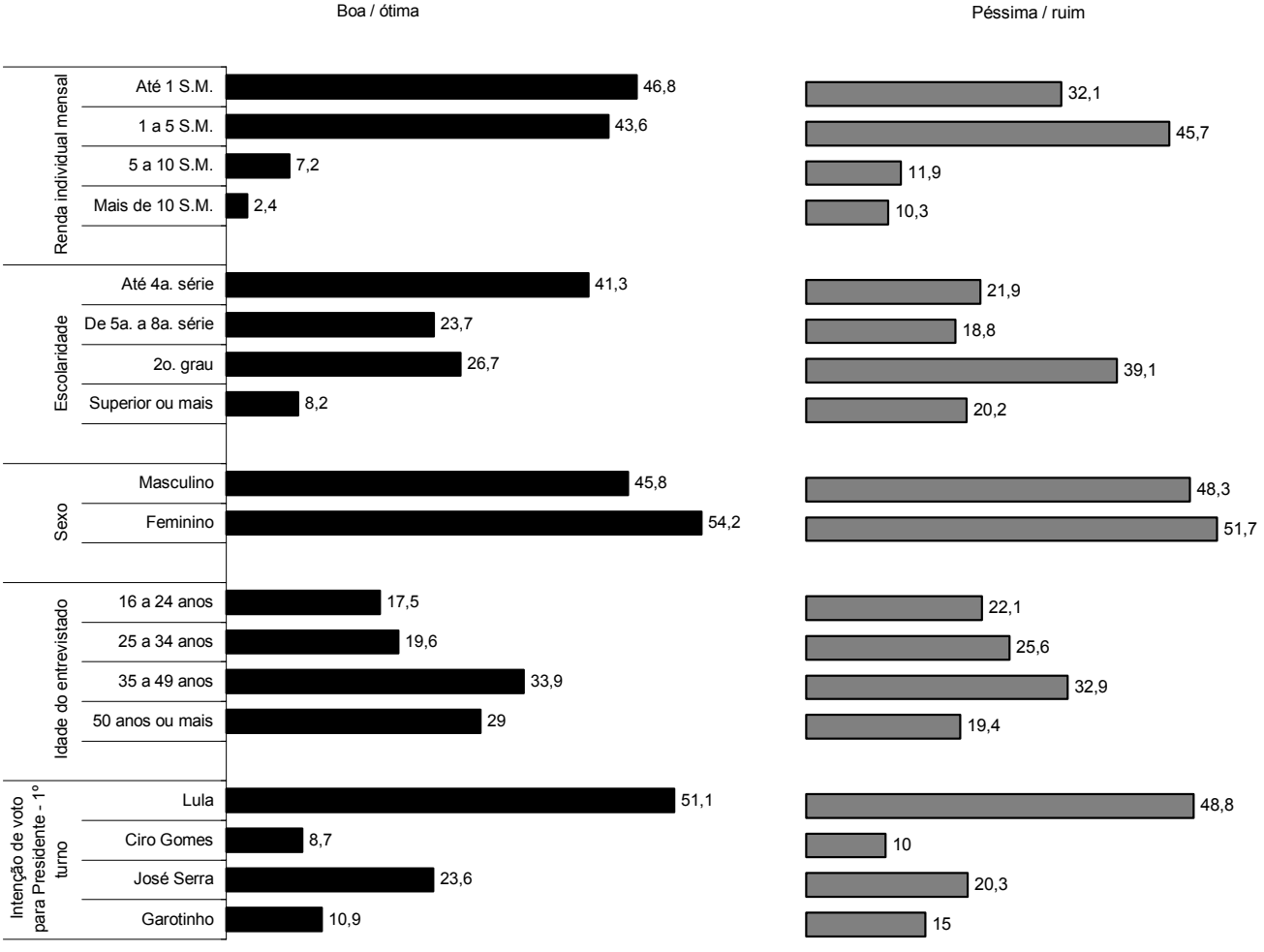


Polícia

Mesmo que a violência tenha sido um dos 4 problemas mais importantes do país citados na pesquisa, a maioria dos entrevistados avalia positivamente a atuação da polícia.

Entre os que a avaliam positivamente há uma proporção significativa dos que cursaram até a 4º série.

Esta proporção tende a inverter-se entre os que acham a atuação da polícia ruim ou péssima, com quase 40% de entrevistados com 2º grau.

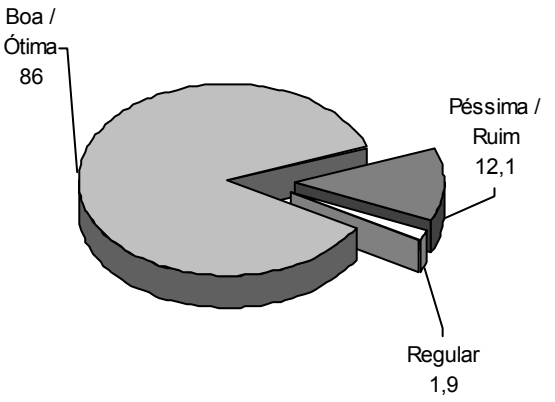


Fonte: *ESEB - 2002*

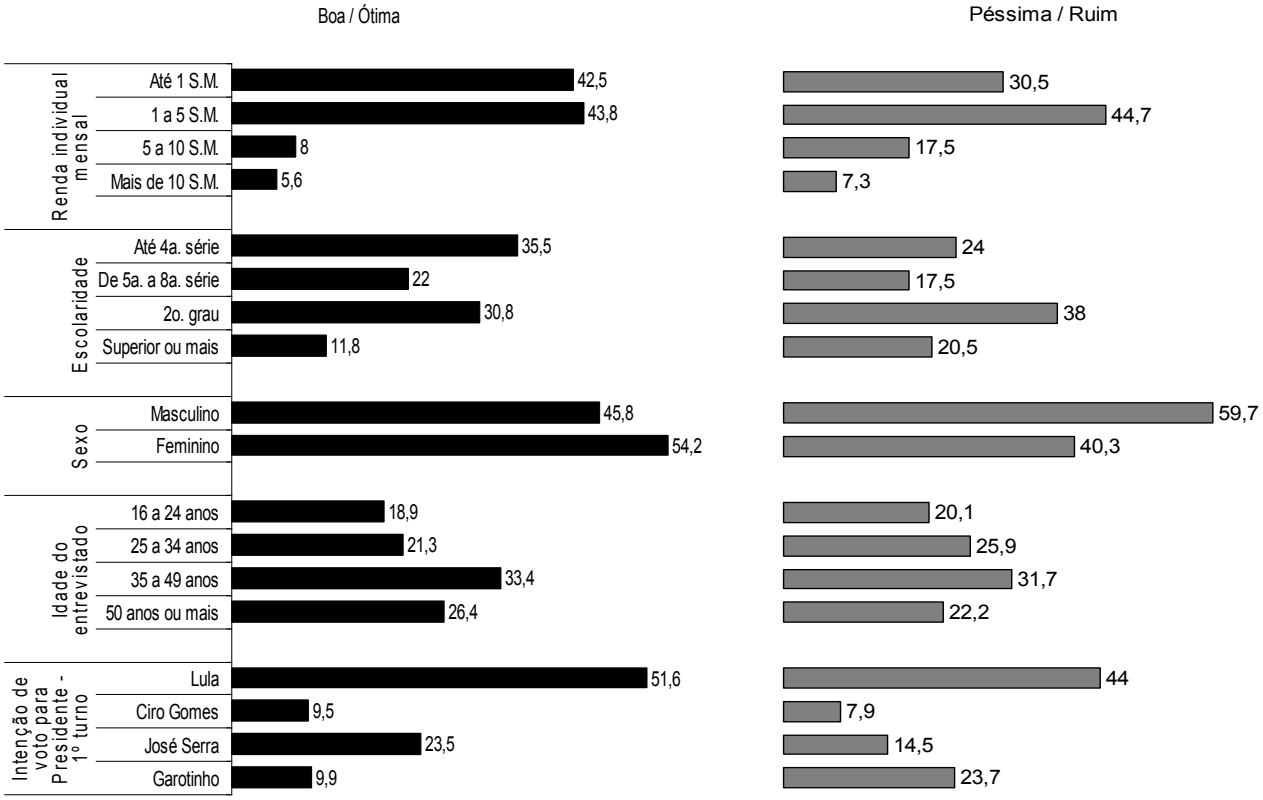
Perguntas*: p131 - Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima. A atuação da Igreja Católica é ótima, boa, ruim ou péssima? E... b) da Polícia; c) do Governo Federal; d) da Justiça; e) das Grandes Empresas; f) dos Partidos Políticos; g) do Congresso; h) dos Militares; i) da Rede Globo; j) das outras emissoras de televisão; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p158 - Sexo do entrevistado; p157 - Qual a sua idade?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

Igreja Católica

%



Os dados do ESEB confirmam uma tendência observada há tempos nas percepções dos brasileiros: a Igreja Católica é a instituição com maior prestígio.

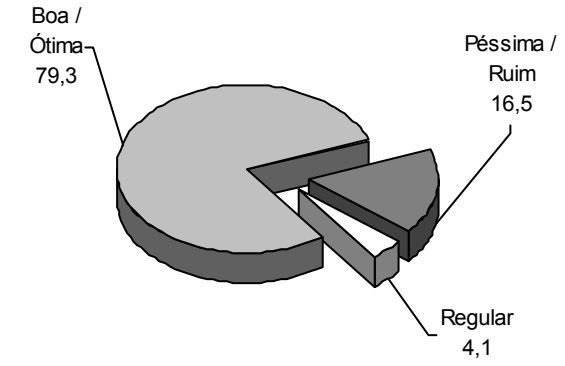


Fonte: *ESEB - 2002*

Perguntas*: p131 - Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima. A atuação da Igreja Católica é ótima, boa, ruim ou péssima? E... b) da Polícia; c) do Governo Federal; d) da Justiça; e) das Grandes Empresas; f) dos Partidos Políticos; g) do Congresso; h) dos Militares; i) da Rede Globo; j) das outras emissoras de televisão; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p158 - Sexo do entrevistado; p157 - Qual a sua idade?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

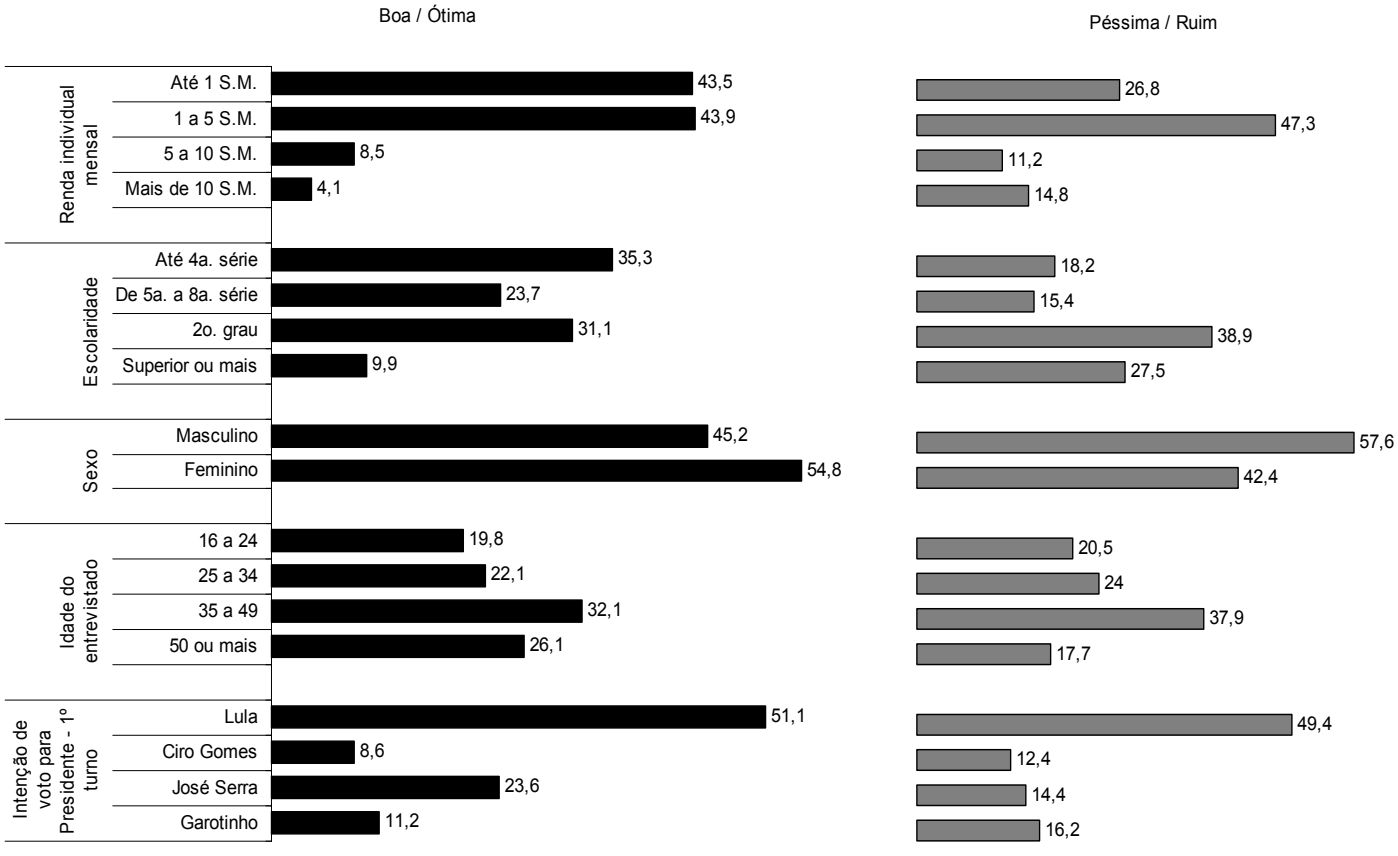
Rede Globo

%



Os dados do ESEB também reiteram uma tendência já apresentada em pesquisas anteriores em que a atuação da Rede Globo é melhor avaliada que as instituições representativas.

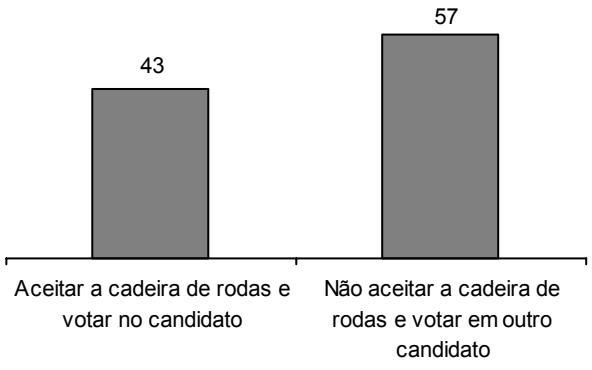
A avaliação negativa da Globo é predominante entre os mais escolarizados.



Fonte: *ESEB - 2002*

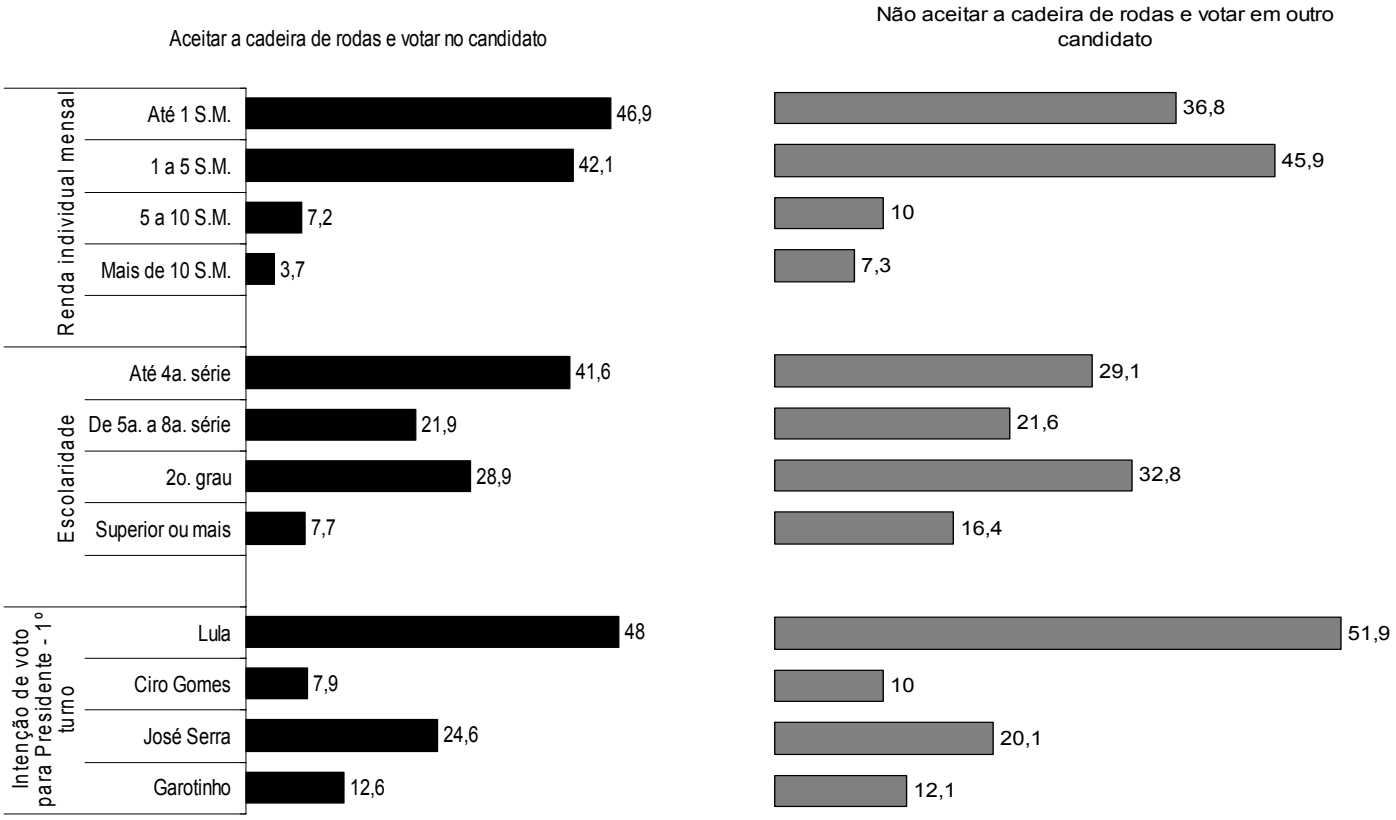
Perguntas*: p131 - Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima. A atuação da Igreja Católica é ótima, boa, ruim ou péssima? E... b) da Polícia; c) do Governo Federal; d) da Justiça; e) das Grandes Empresas; f) dos Partidos Políticos; g) do Congresso; h) dos Militares; i) da Rede Globo; j) das outras emissoras de televisão; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p158 - Sexo do entrevistado; p157 - Qual a sua idade?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

%



*O quê um deficiente físico **DEVERIA** fazer se um candidato oferecesse uma cadeira de rodas?*

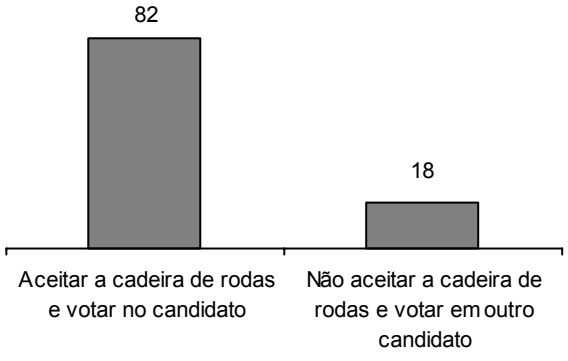
Valores e considerações morais



Fonte: *ESEB - 2002*

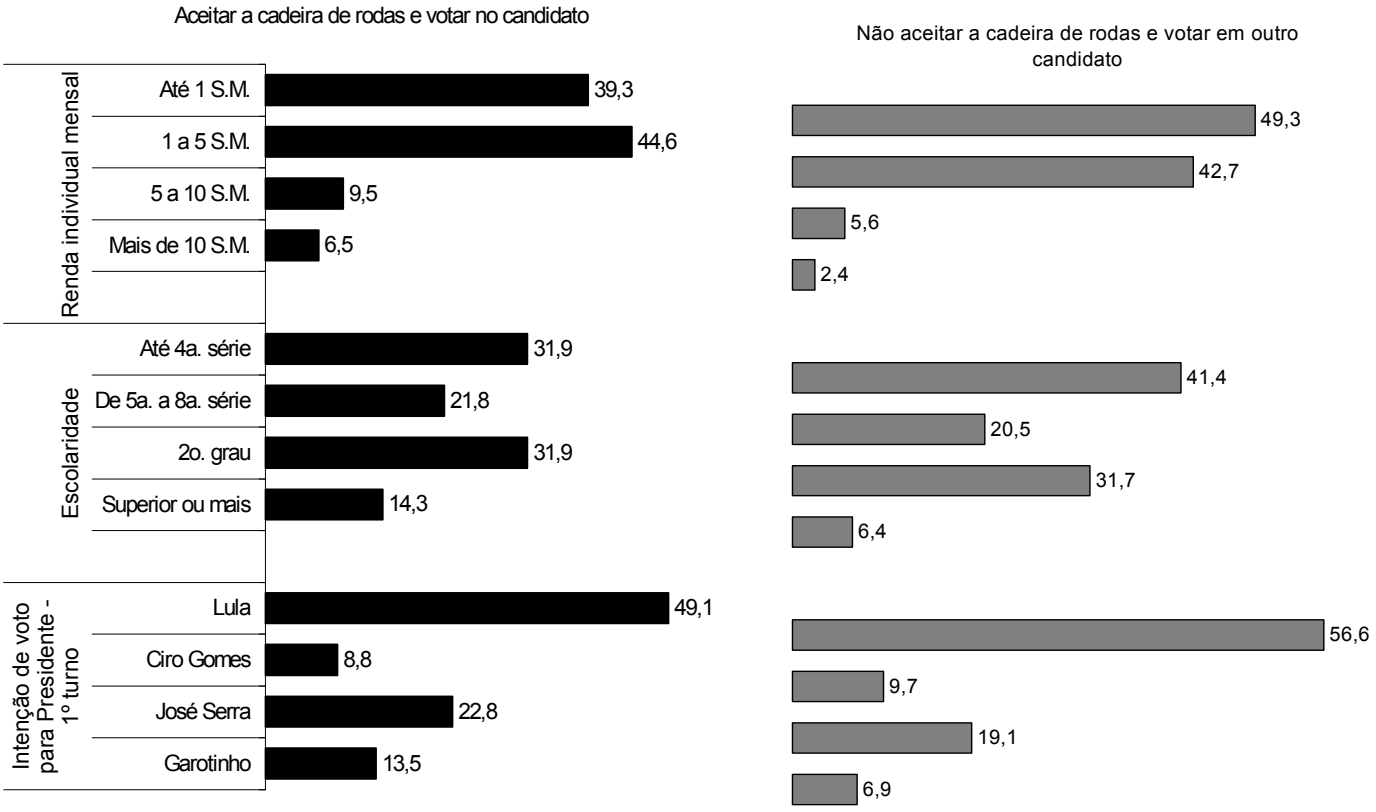
***Perguntas**: p93 - Um candidato oferece uma cadeira de rodas para um deficiente físico, o que ele DEVERIA fazer... 1- Aceitar a cadeira de rodas e votar no candidato OU 2- Não aceitar a cadeira e votar em outro candidato?; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

%



Expectativas sobre atitudes

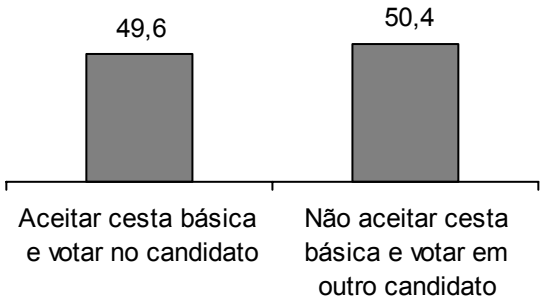
*O quê um deficiente físico **VAI** fazer se um candidato oferecer uma cadeira de rodas?*



Fonte: *ESEB - 2002*

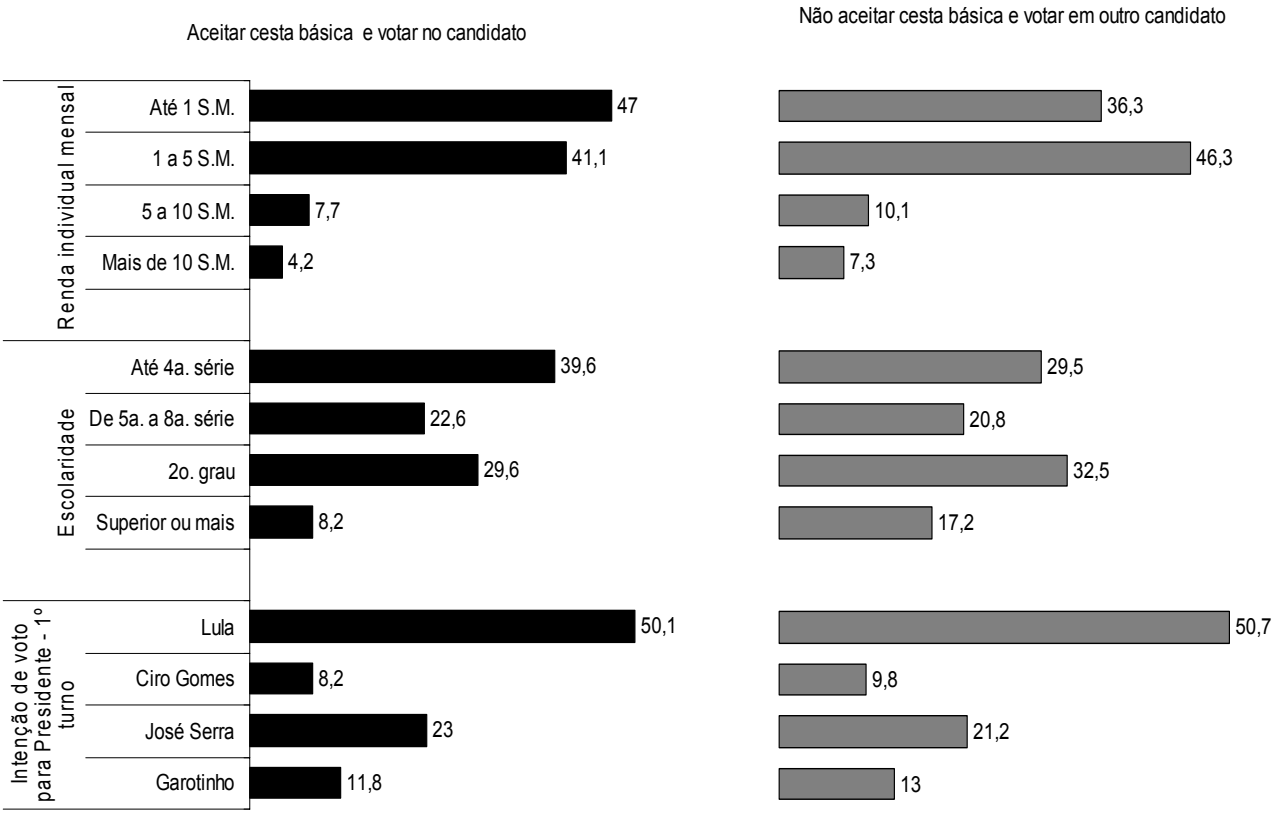
Perguntas: *p94 - Um candidato oferece uma cadeira de rodas para um deficiente físico, o que o(a) Sr.(a) acha que ele VAI fazer... 1- Vai aceitar a cadeira de rodas e vai votar no candidato OU 2- Não vai aceitar a cadeira e vai votar em outro candidato?; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

%



Valores e considerações morais

*O quê uma família pobre **DEVERIA** fazer se um candidato oferecesse uma cesta básica?*

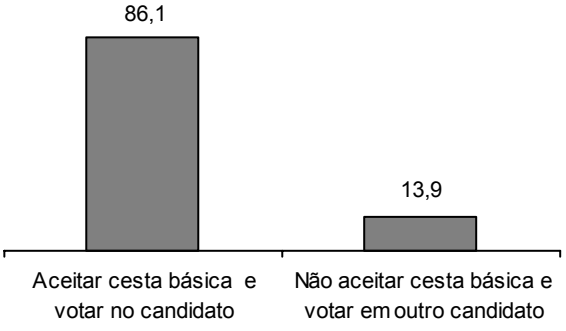


Fonte: *ESEB - 2002*

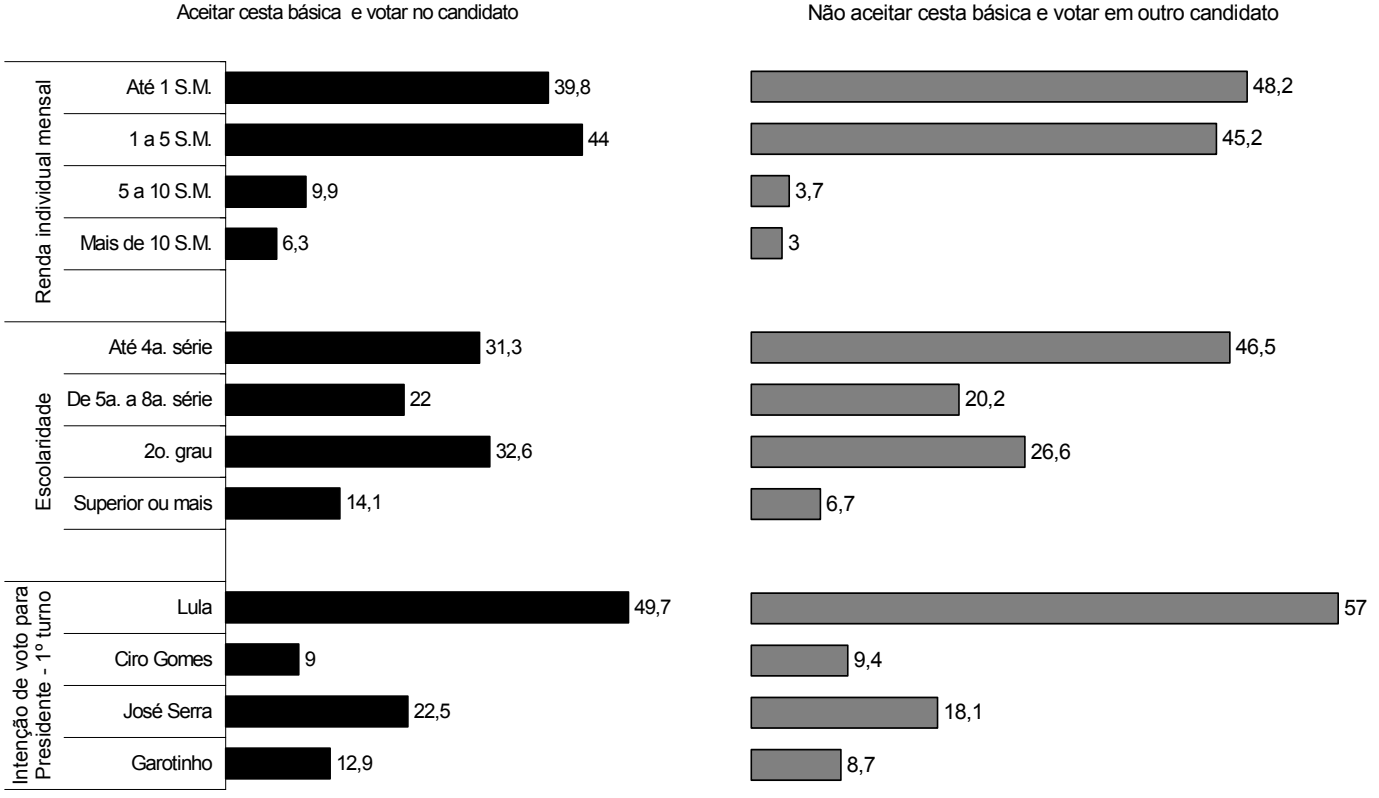
***Perguntas**: p95 - Um candidato oferece uma cesta básica de alimentos para uma família muito pobre que passa fome, o que as pessoas dessa família DEVERIAM fazer... 1- Aceitar a cesta básica e votar no candidato OU 2- Não aceitar a cesta básica e votar em outro candidato?; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

%

Expectativas sobre atitudes



*O quê uma família pobre **VAI** fazer se um candidato oferecer uma cesta básica?*

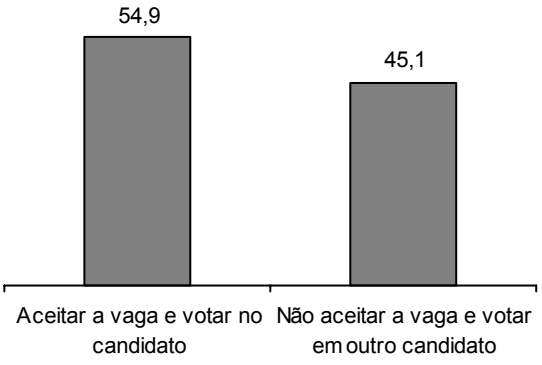


Fonte: *ESEB - 2002*

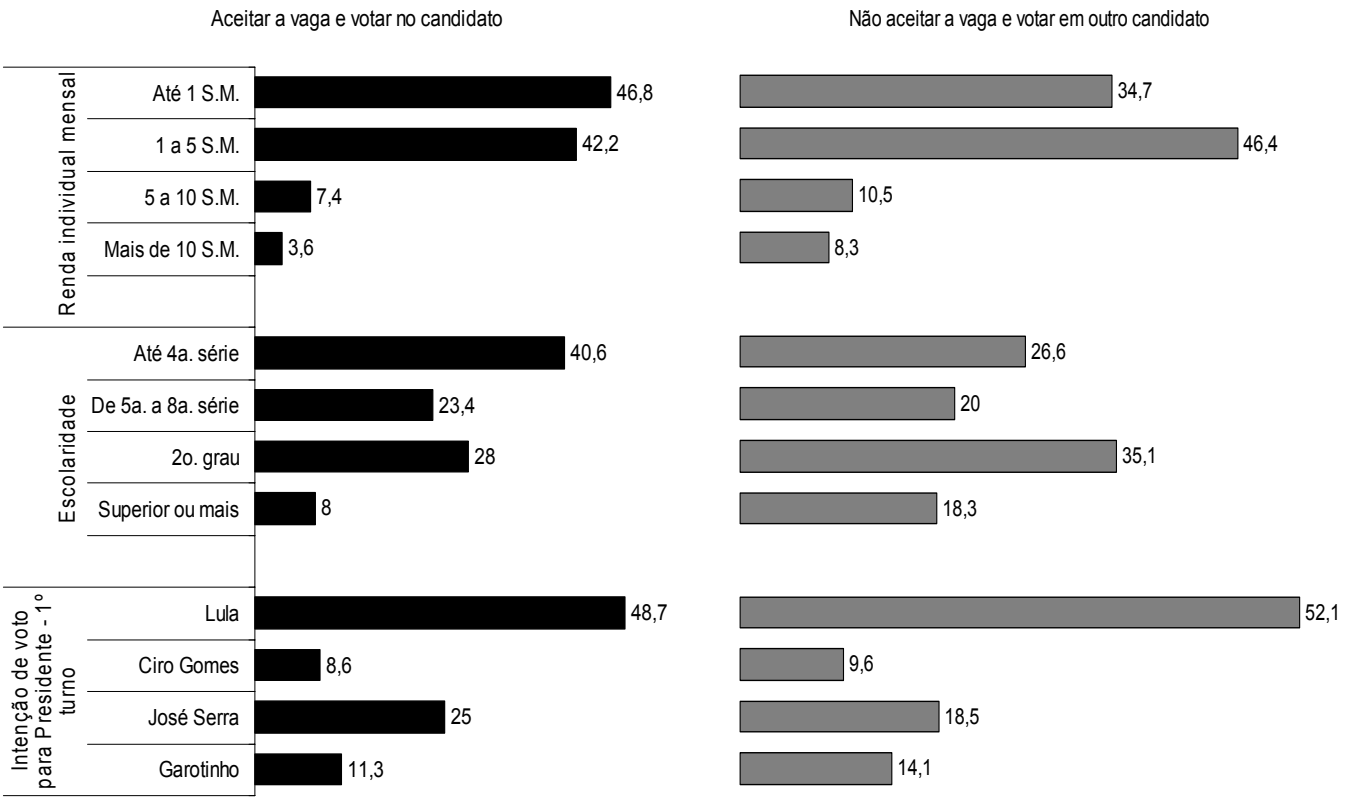
Perguntas: *p96 - Um candidato oferece uma cesta básica de alimentos para uma família muito pobre que passa fome, o que o(a) Sr.(a) acha que as pessoas dessa família VÃO fazer... 1- Vão aceitar a cesta básica e vão votar no candidato OU 2- Não vão aceitar a cesta básica e vão votar em outro candidato?; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

%

Valores e considerações morais



*O quê uma mãe **DEVERIA** fazer se não consegue vaga para matricular seu filho na escola e um candidato consegue?*

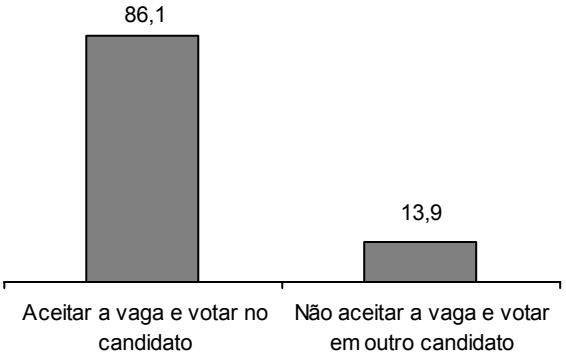


Fonte: *ESEB - 2002*

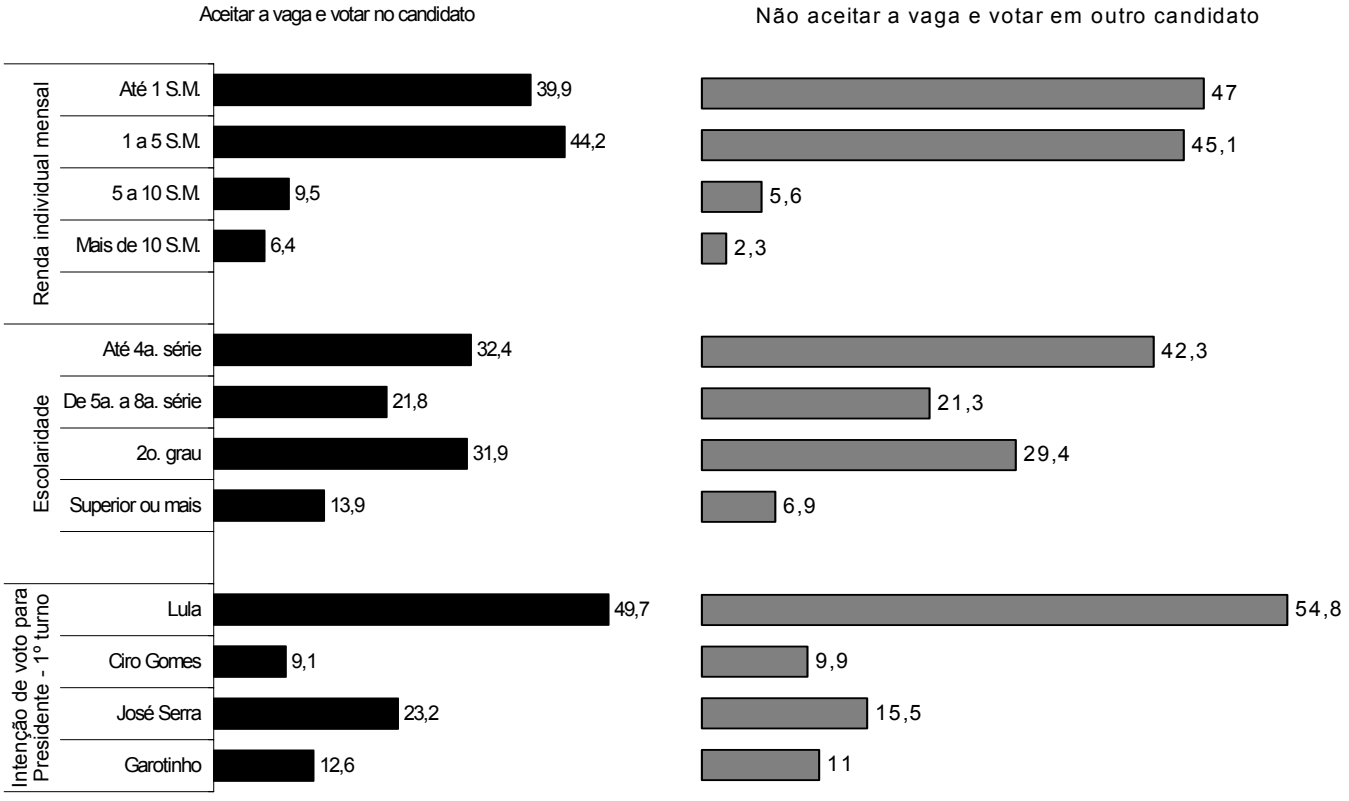
Perguntas: *p97 - Uma mãe não consegue vaga para matricular seu filho na escola. Um candidato consegue uma vaga para o filho dela, o que ela DEVERIA fazer... 1- Aceitar a vaga na escola e votar no candidato OU 2- Não aceitar a vaga e votar em outro candidato?; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

%

Expectativas sobre atitudes



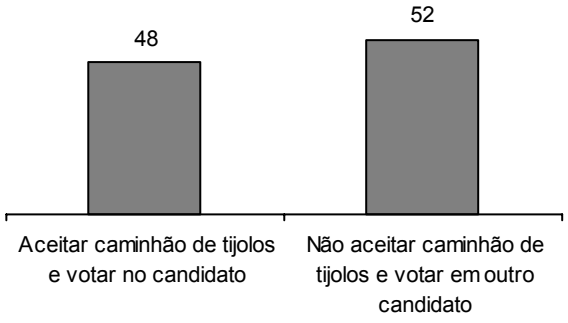
*O quê uma mãe **VAI** fazer se não consegue vaga para matricular seu filho na escola e um candidato consegue?*



Fonte: *ESEB - 2002*

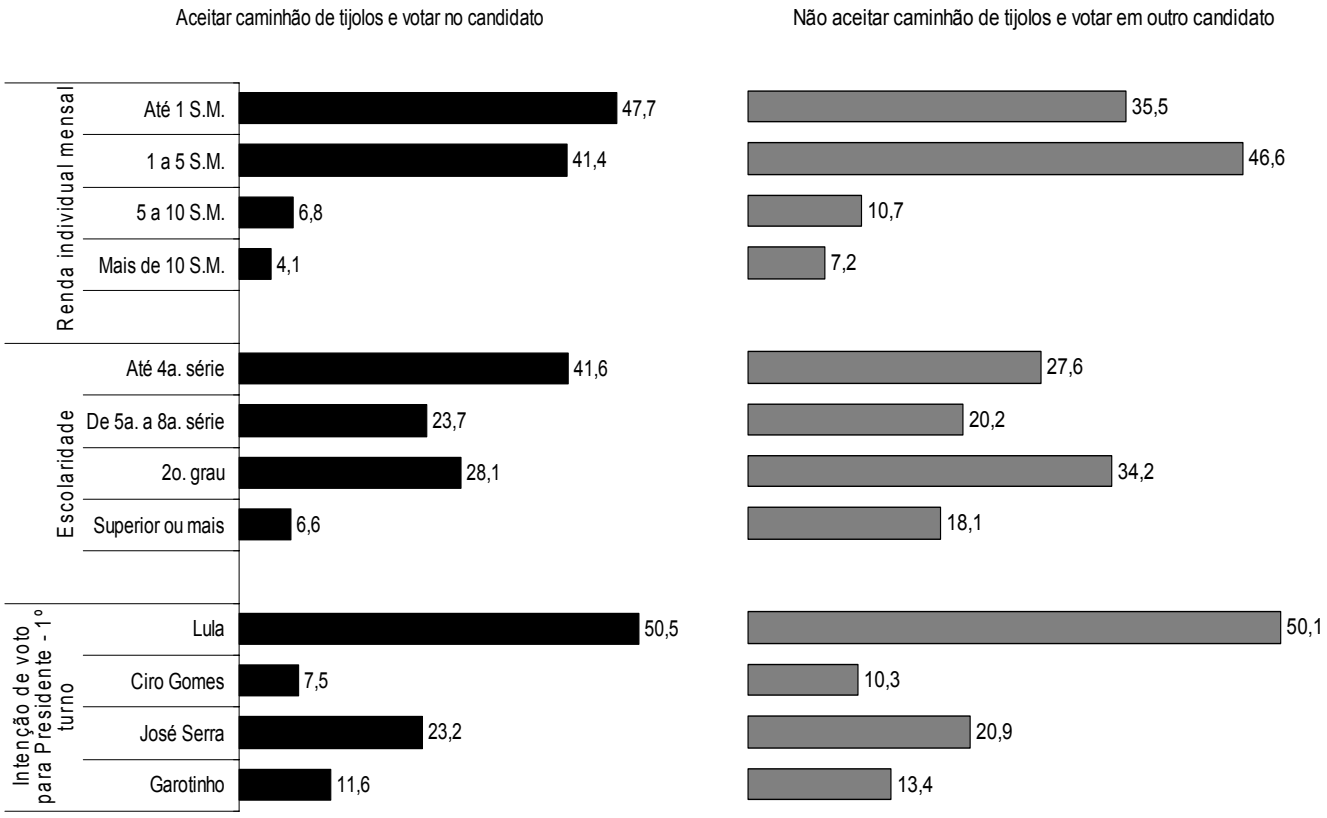
Perguntas: *p98 - Uma mãe não consegue vaga para matricular seu filho na escola. Um candidato consegue uma vaga para o filho dela, o que o(a) Sr.(a) acha que essa mãe VAI fazer... 1- Vai aceitar a vaga na escola e vai votar no candidato OU 2- Não vai aceitar a vaga e vai votar em outro candidato?; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

%



Valores e considerações morais

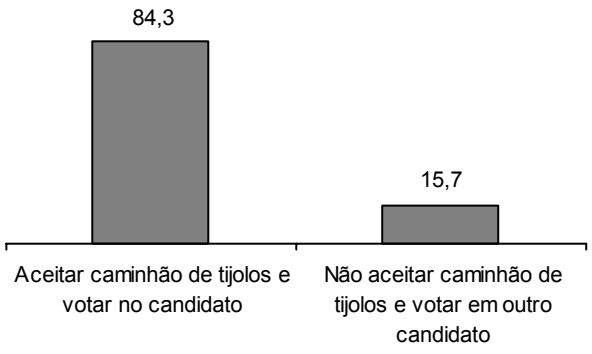
*O quê as pessoas de várias famílias que precisam acabar de construir suas casas **DEVERIAM** fazer se um candidato lhes oferecesse um caminhão de tijolos?*



Fonte: *ESEB - 2002*

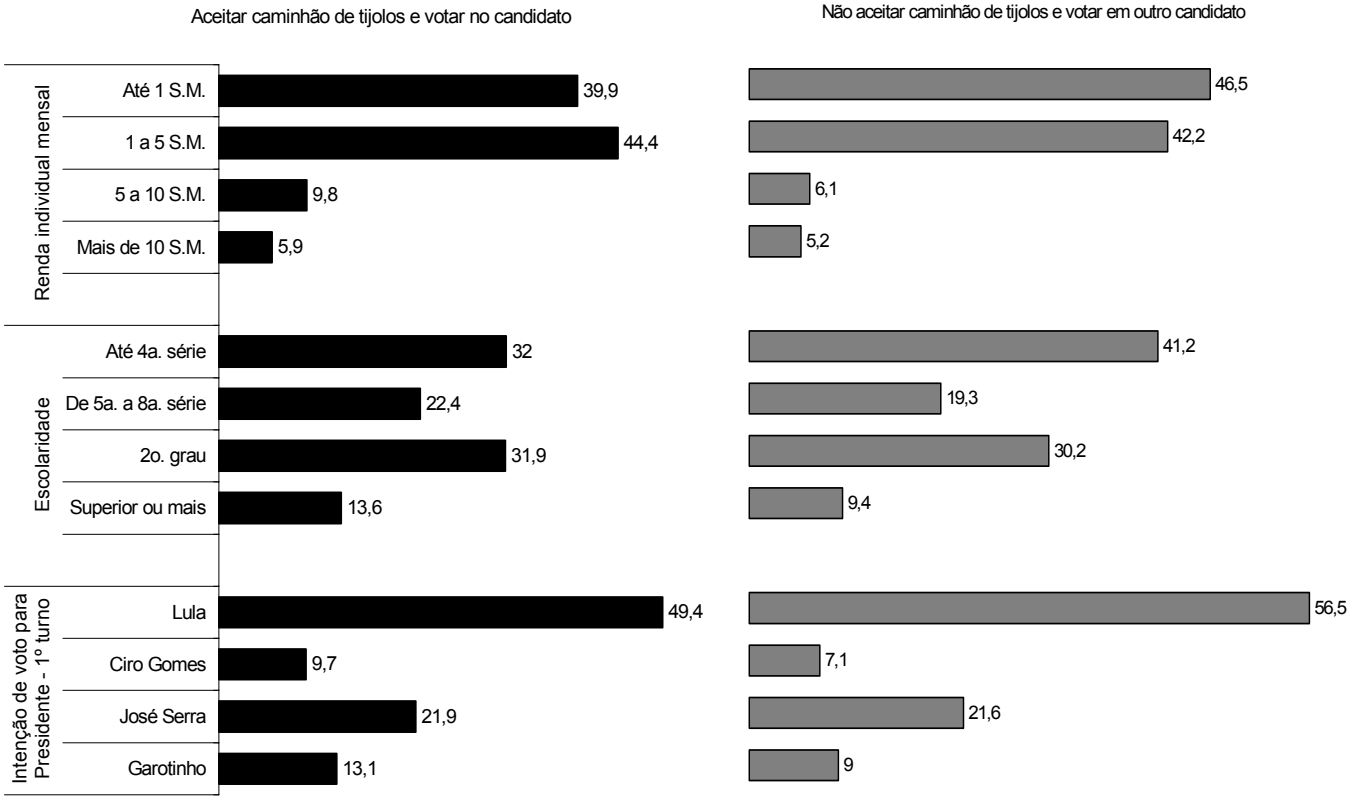
Perguntas: *p101 - Um candidato oferece um caminhão de tijolos para várias famílias que precisam acabar de construir suas casas, o que as pessoas dessas famílias DEVERIAM fazer... 1- Aceitar o caminhão de tijolos e votar no candidato OU 2- Não aceitar o caminhão de tijolos e votar em outro candidato?; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

%



Expectativas sobre atitudes

*O quê as pessoas de várias famílias que precisam acabar de construir suas casas **VÃO** fazer se um candidato lhes oferecer um caminhão de tijolos?*

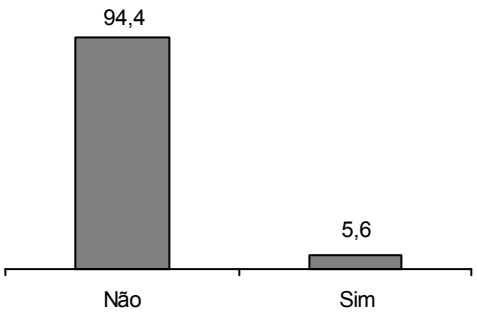


Fonte: *ESEB - 2002*

Perguntas: *p102 - Um candidato oferece um caminhão de tijolos para várias famílias que precisam acabar de construir suas casas, o que o(a) Sr.(a) acha que as pessoas dessas famílias VÃO fazer... 1- Vão aceitar o caminhão de tijolos e vão votar no candidato OU 2- Não vão aceitar o caminhão de tijolos e vão votar em outro candidato?; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

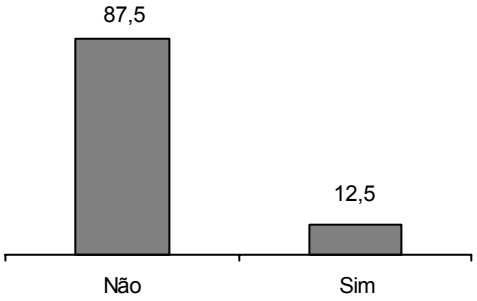
São instigantes os dados do ESEB sobre a compra de votos:
Dentre os entrevistados que declararam ter recebido alguma oferta pelo seu voto - 5,2% do total dos entrevistados - , mais de 37% receberam oferta em troca do voto para Deputado Estadual e mais de 25% para Deputado Federal.

Para Presidente?

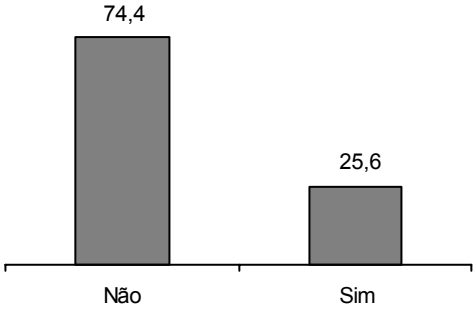


%

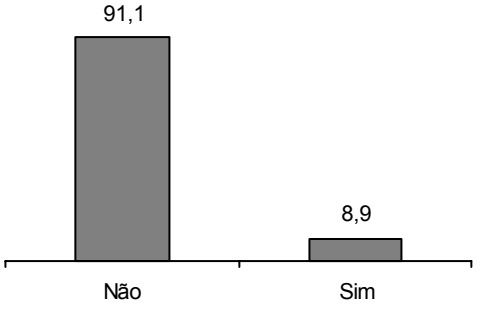
Para Governador?



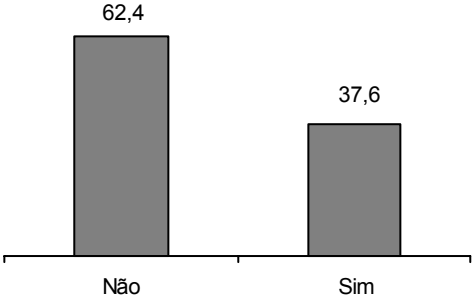
Para Deputado Federal?



Para Senador?

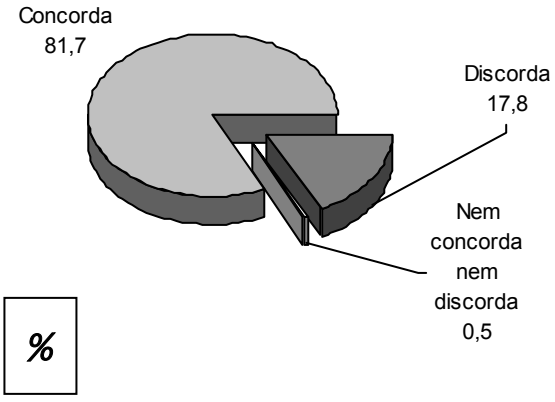


Para Deputado Estadual?



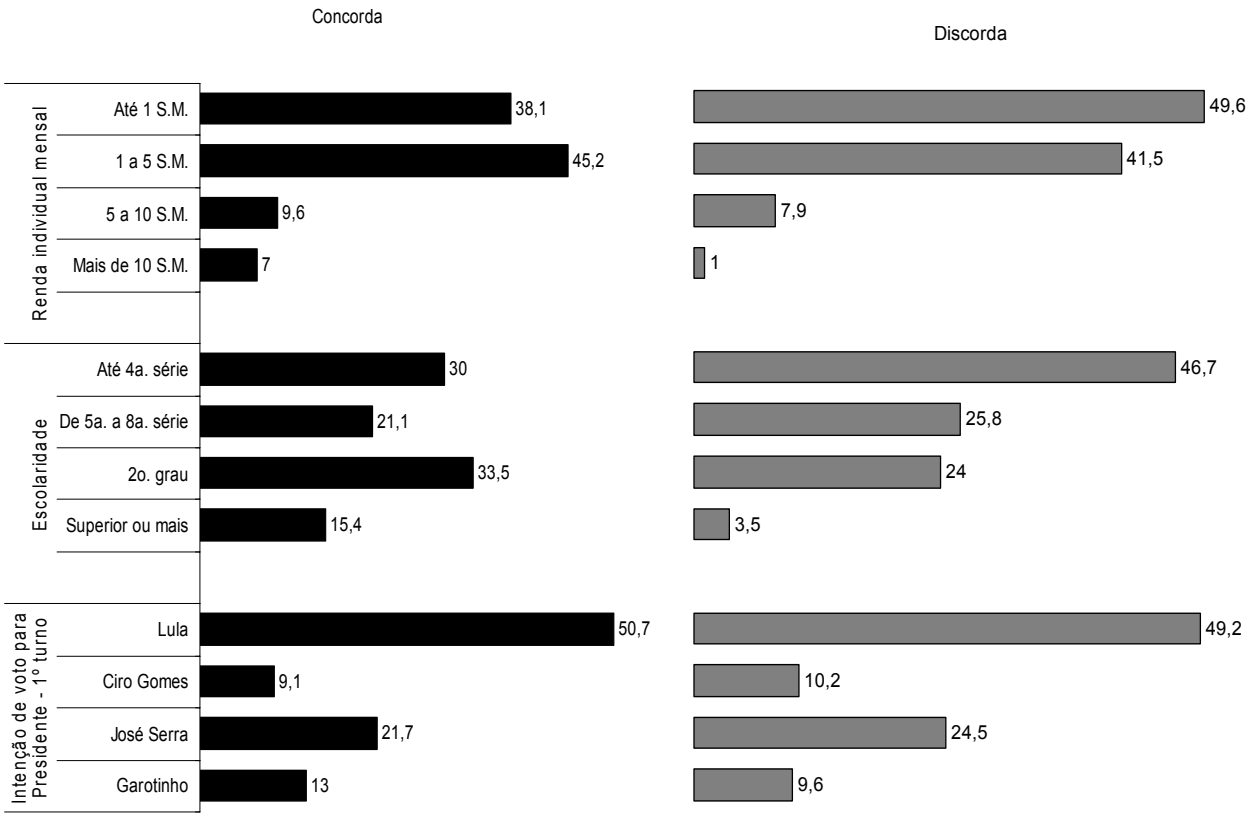
Fonte: *ESEB - 2002*
Perguntas: *p129 - Foi oferecida alguma coisa em troca do seu voto para... a) Deputado Estadual?; b) Deputado Federal?; c) Senador?; d) Governador?: e) Presidente?*

"É possível fazer obras públicas sem roubar".



Os dados desta seção apontam que predomina na sociedade brasileira a idéia de que uma boa administração pública pode - e deve - ser realizada com honestidade.

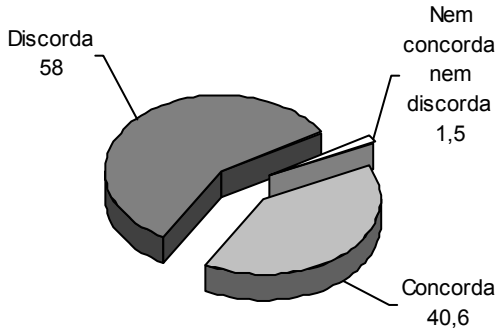
A confiança nos políticos, no entanto, continua bastante baixa.



Fonte: *ESEB - 2002*

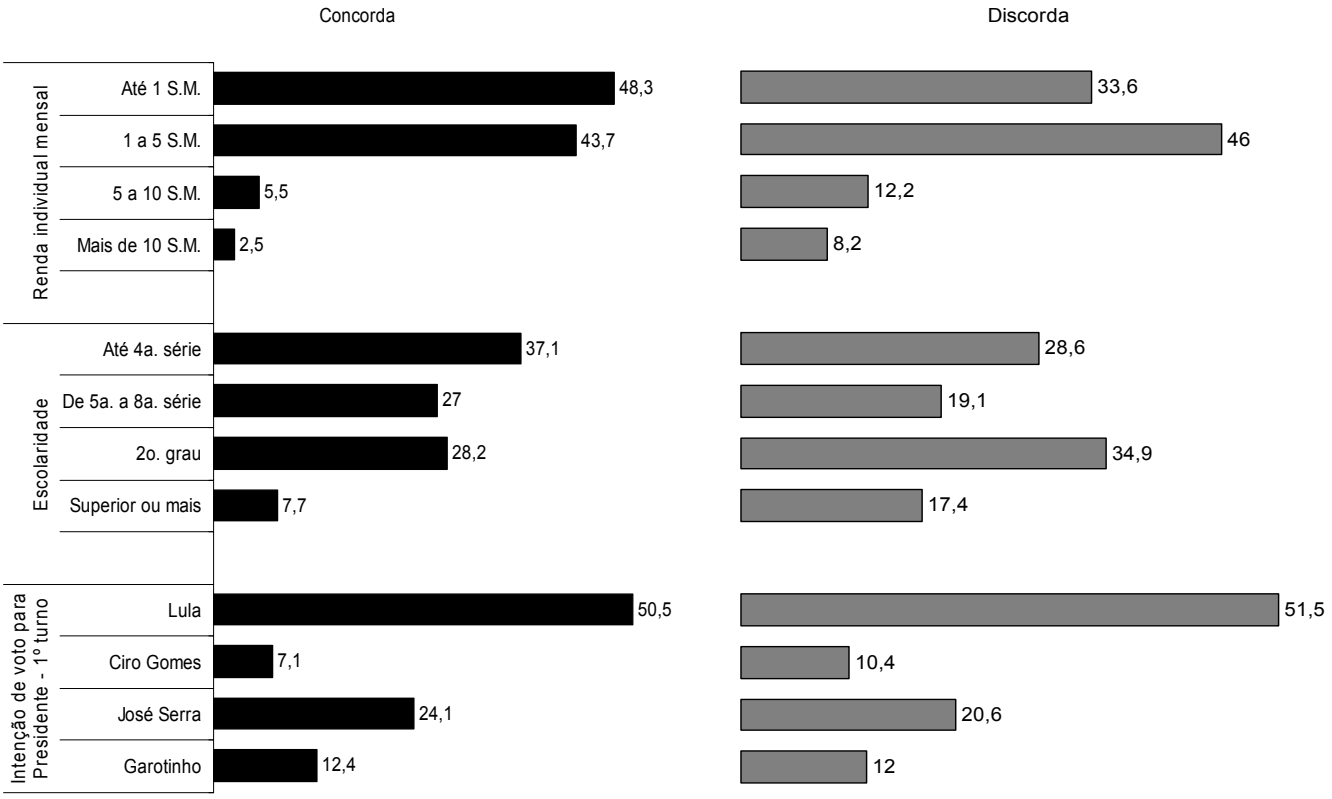
Perguntas: *p105 - Para cada frase que eu falar gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito. e) É possível fazer obras públicas sem roubar.; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

"Em geral, políticos muito honestos não sabem governar".



Honestidade e desempenho governamental

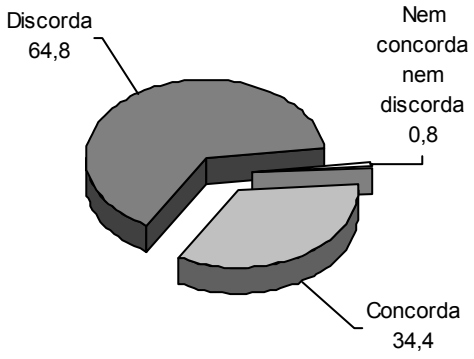
%



Fonte: *ESEB - 2002*

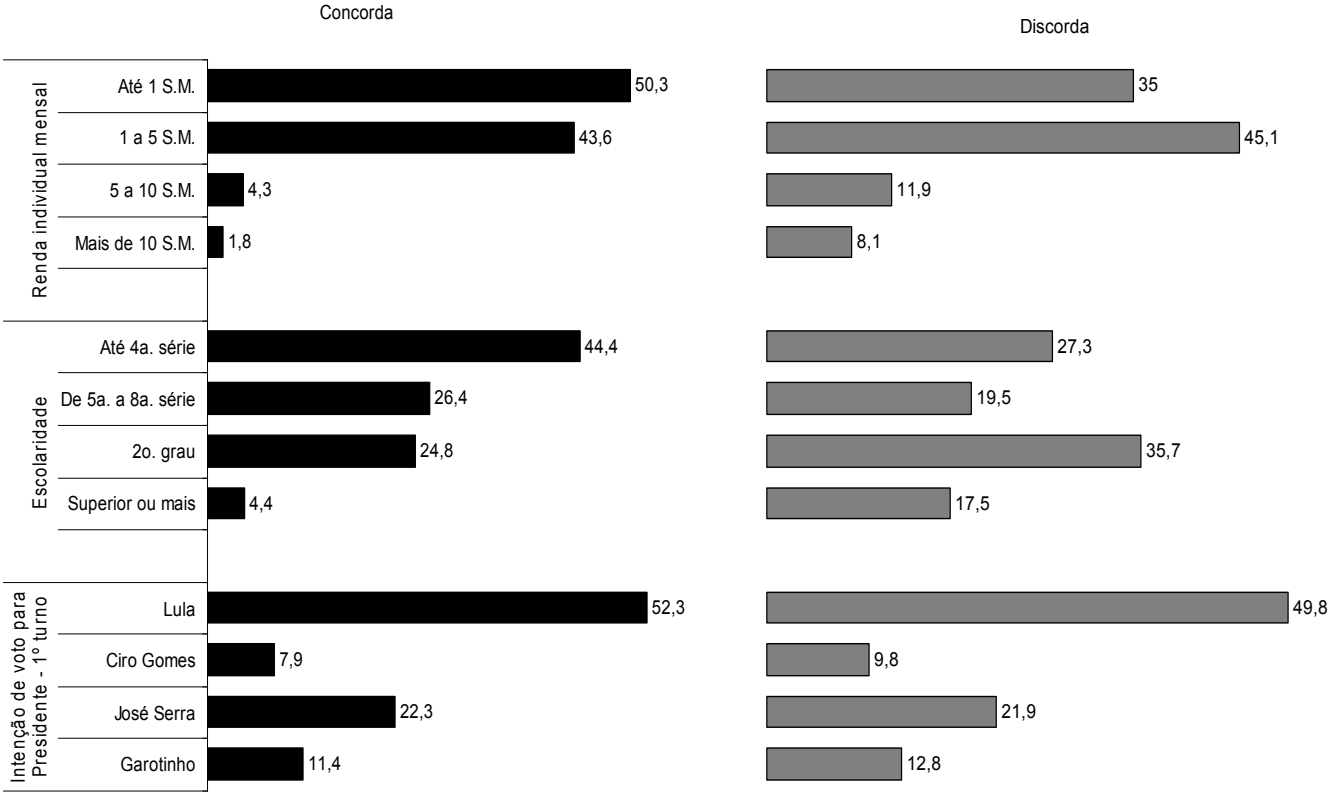
Perguntas: *p105 - Para cada frase que eu falar gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito. a) Em geral, políticos muito honestos não sabem governar.; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

"Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa".



Tolerância em relação à corrupção

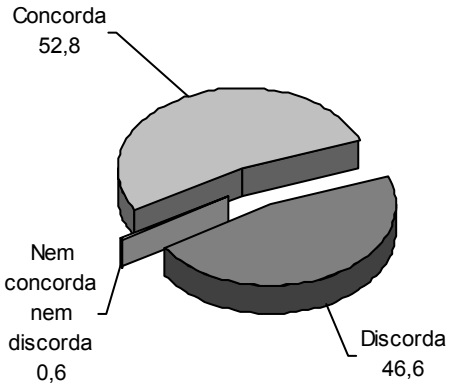
%



Fonte: *ESEB - 2002*

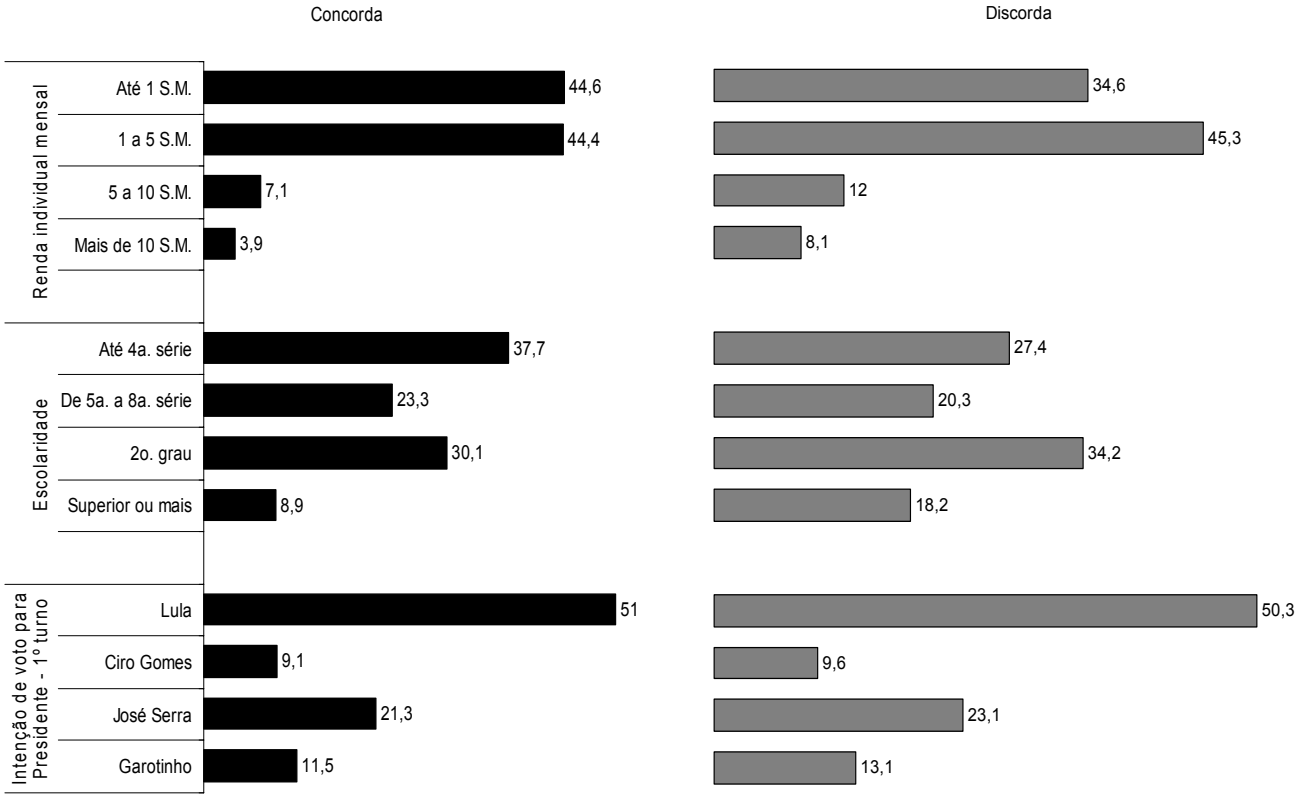
Perguntas: *p105 - Para cada frase que eu falar gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito. b) Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa.; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

"Todos os políticos roubam".



A Honestidade dos políticos

%

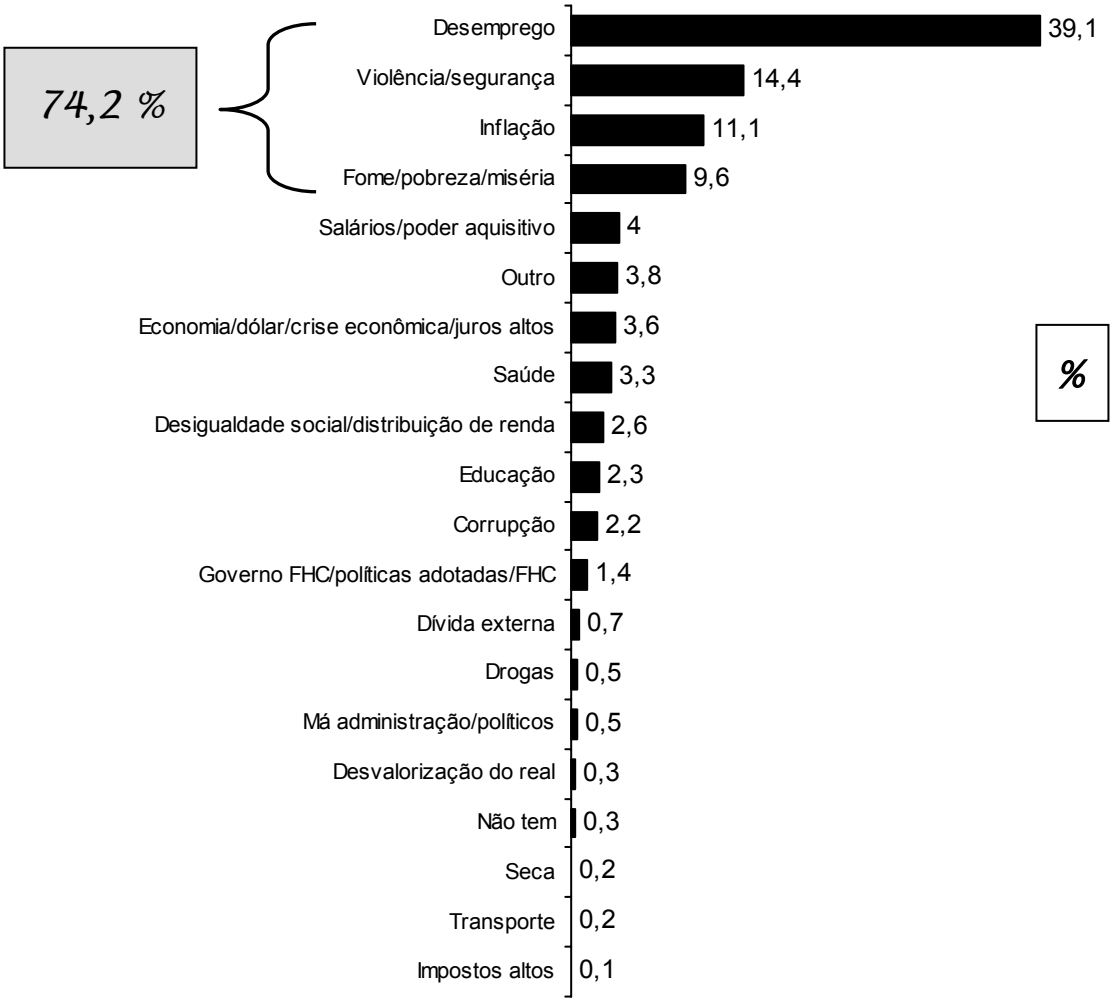


Fonte: *ESEB - 2002*

Perguntas: *p105 - Para cada frase que eu falar gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito. k) Todos os políticos roubam.; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

Principal problema do Brasil nos últimos 4 anos

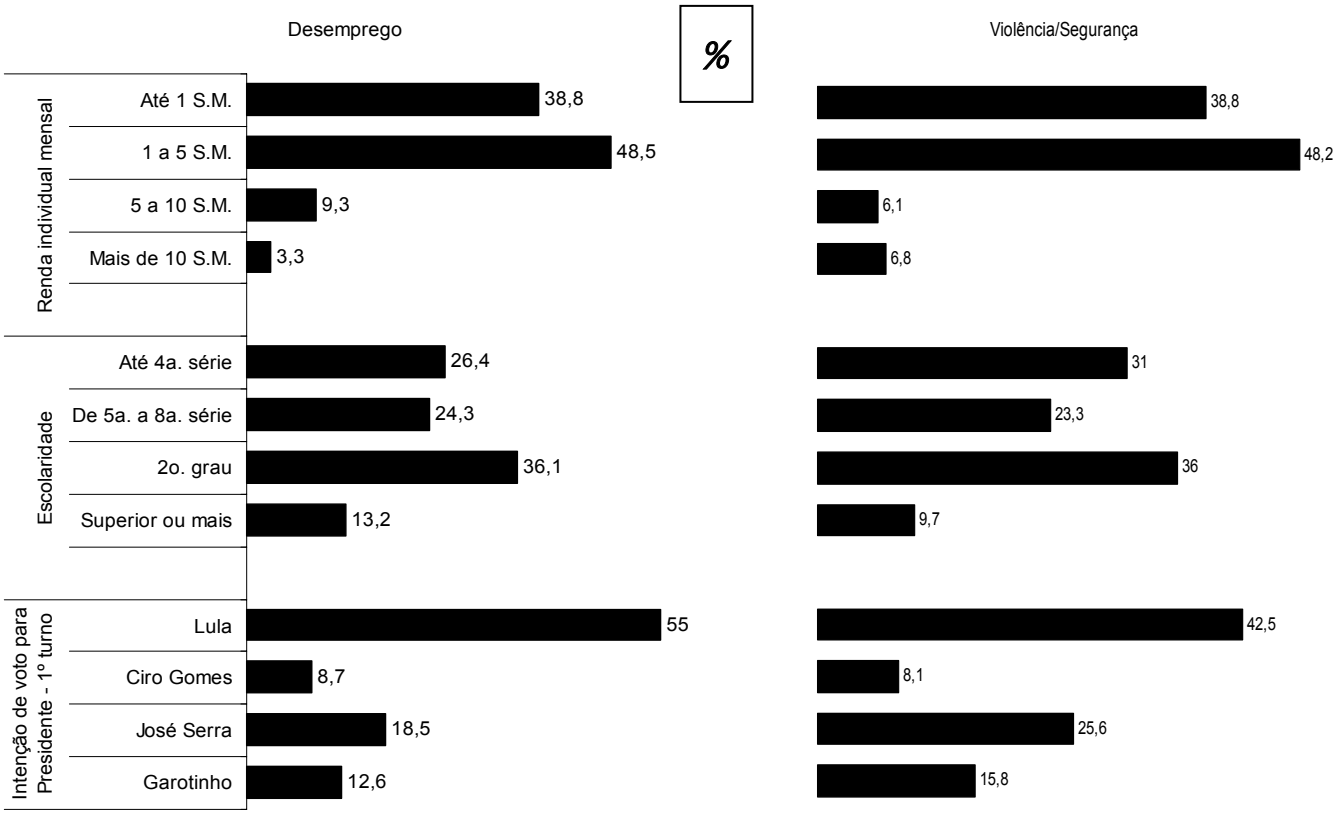
Para os entrevistados do ESEB 2002, o desemprego aparece como o principal problema herdado do período do anterior governo, com quase 40% do total das indicações



Fonte: *ESEB - 2002*

Perguntas: *p16 - Na sua opinião, qual foi o maior problema do Brasil nos últimos 4 anos?*

Para os que mencionaram o desemprego como o principal problema do governo anterior, mais de 87% têm até 5 salários mínimos de renda individual mensal, e mais da metade afirmou ter votado em Lula no 1º turno da eleição de 2002.



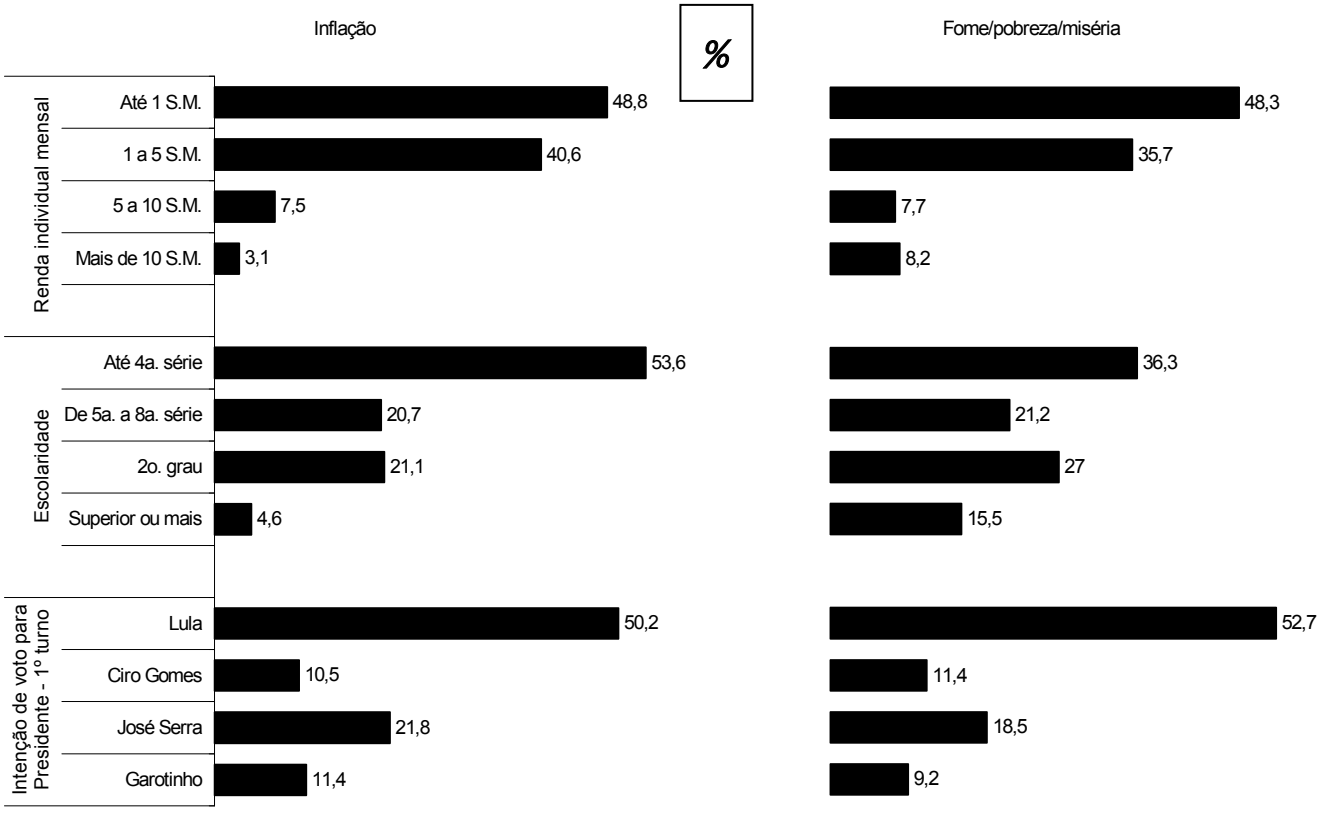
Para os que apontaram a violência e segurança como principal problema, a proporção de votos para Lula no 1º turno foi um pouco menor.

Fonte: *ESEB - 2002*

Perguntas: *p16 - Na sua opinião, qual foi o maior problema do Brasil nos últimos 4 anos?; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

A escolaridade diferencia os grupos de entrevistados que apontaram como principal problema do país dos 4 anos anteriores a inflação e a fome/pobreza/miséria.

Para os que apontaram a inflação, mais de 53% têm escolaridade até a 4ª série. Para os que apontaram a fome/pobreza/miséria, mais de 15% têm curso superior ou mais.



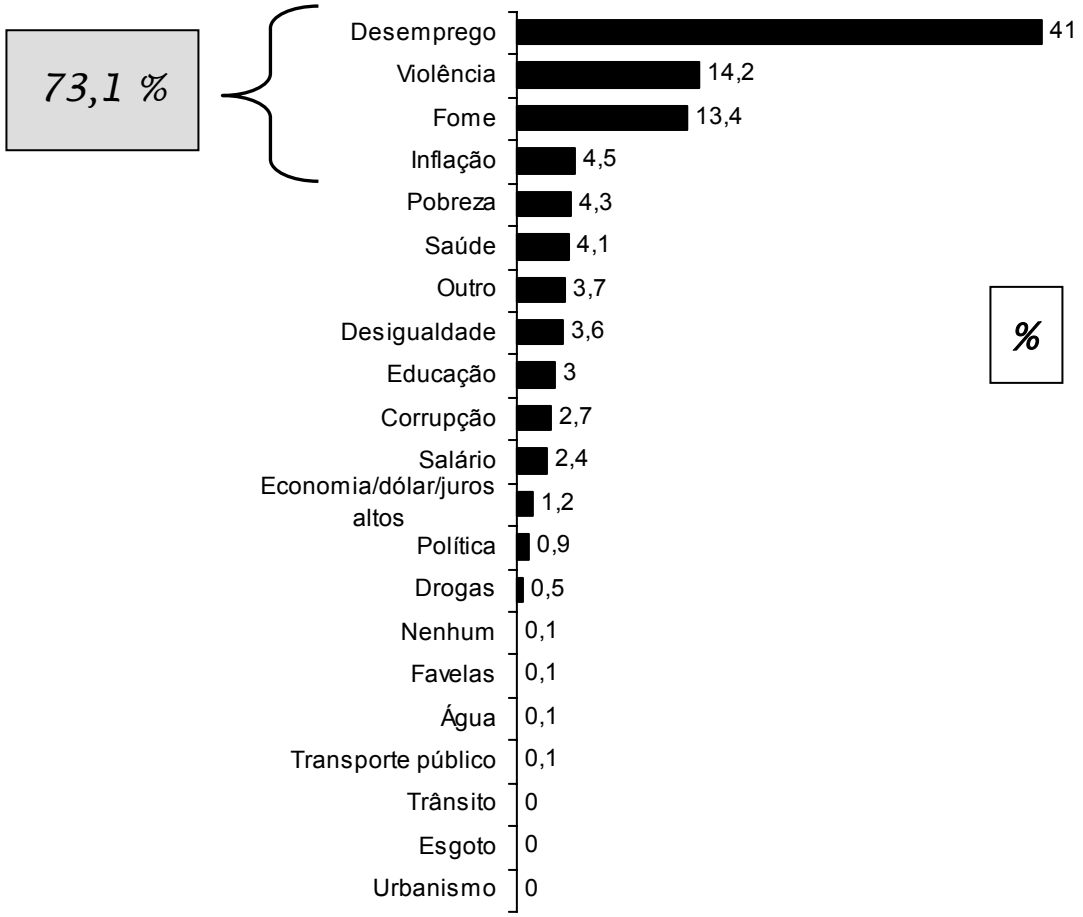
Fonte: *ESEB - 2002*

Perguntas: *p16 - Na sua opinião, qual foi o maior problema do Brasil nos últimos 4 anos?; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

Principal problema do Brasil hoje

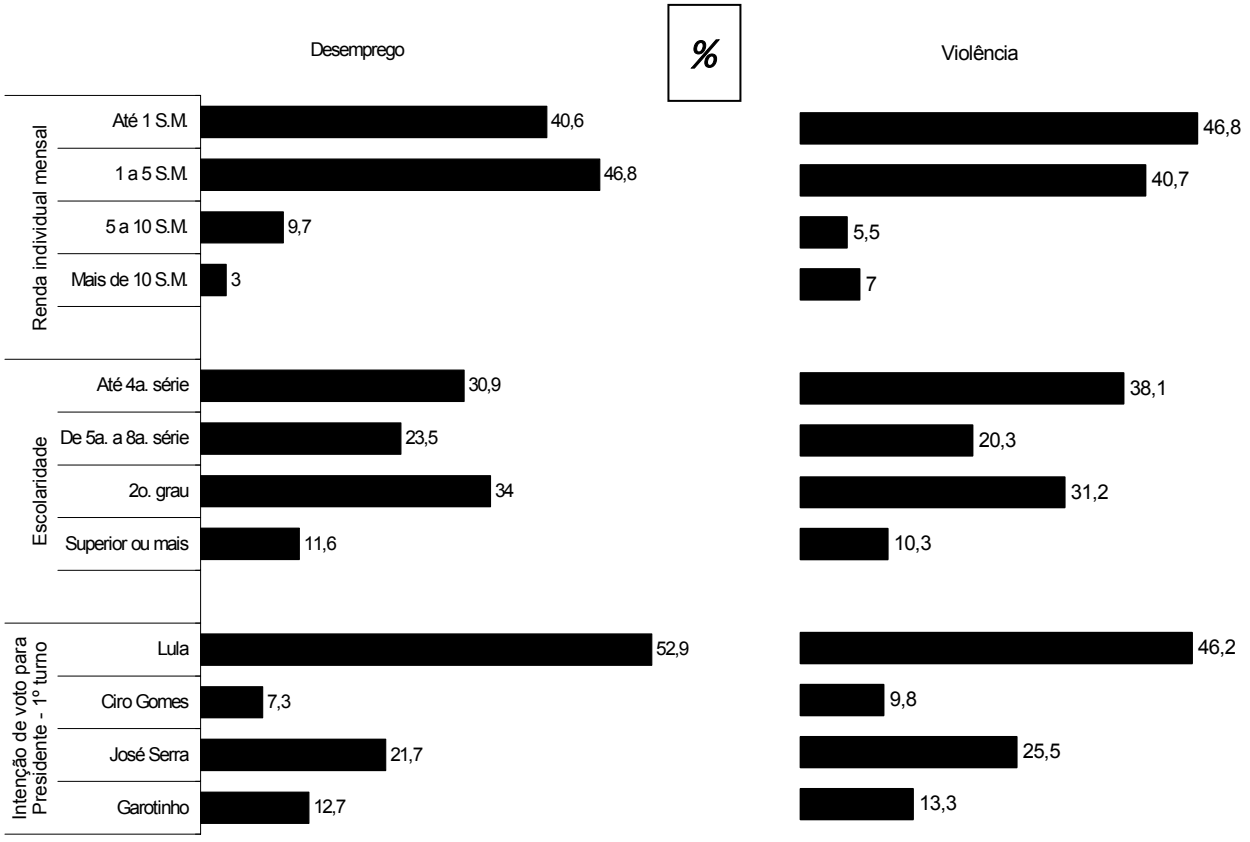
Não há alteração significativa entre as identificações dos 2 problemas do país mais citados para o passado recente e para a atualidade: desemprego e violência.

Como pesquisa realizada após a vitória de Lula, é interessante apontar que as citações à fome superam as da inflação. Pode-se sugerir o impacto da campanha Fome Zero, que marcou o início do novo governo, sobre as percepções dos entrevistados.



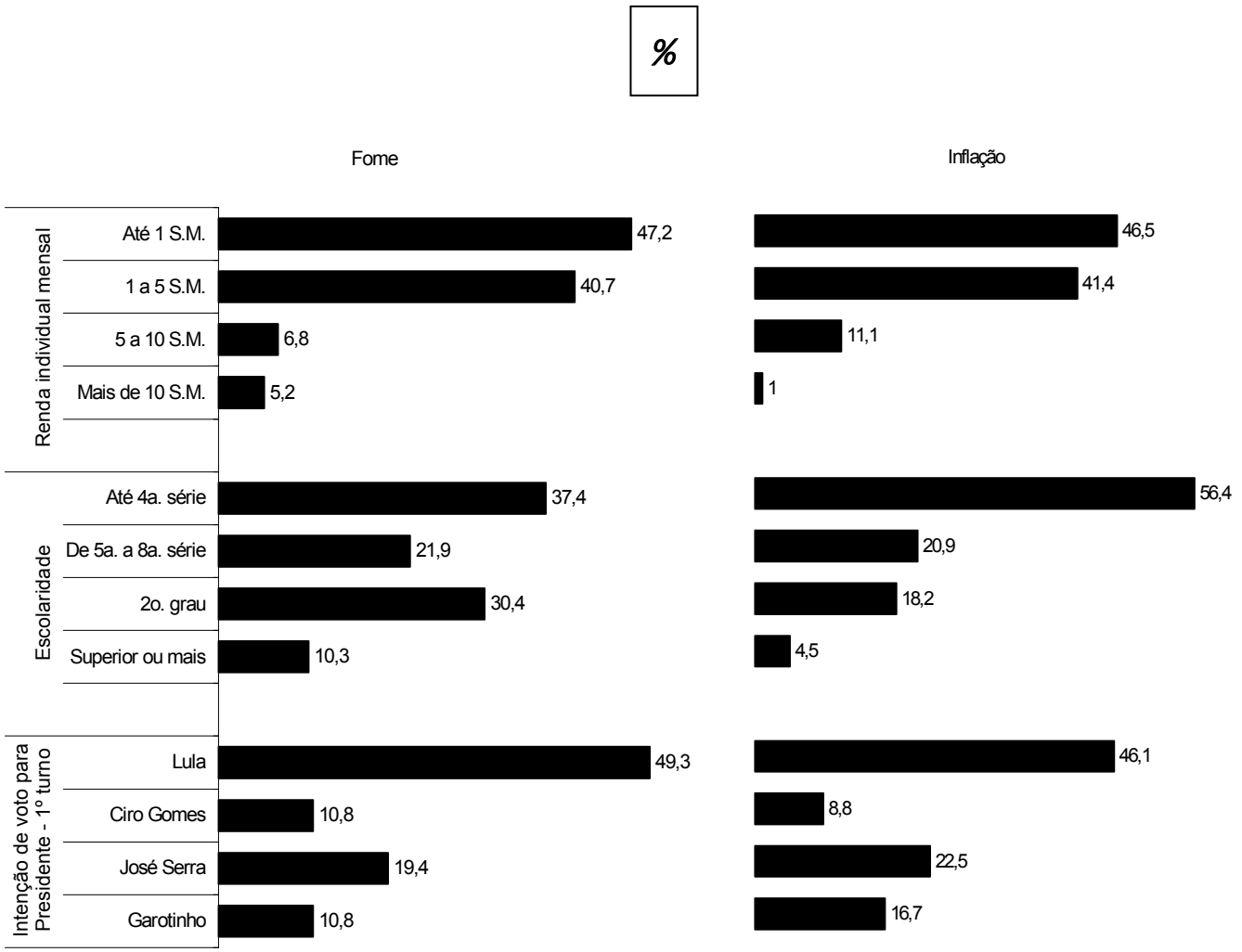
Fonte: *ESEB - 2002*
Perguntas: *p73 - Qual é o maior problema do Brasil hoje?*

Para os quatro problemas do país mais citados como principais no atual momento, o desemprego é o de maior percepção pelos entrevistados com mais alta escolaridade e a inflação é o de maior percepção entre aqueles com até a 4ª série.



Fonte: *ESEB - 2002*

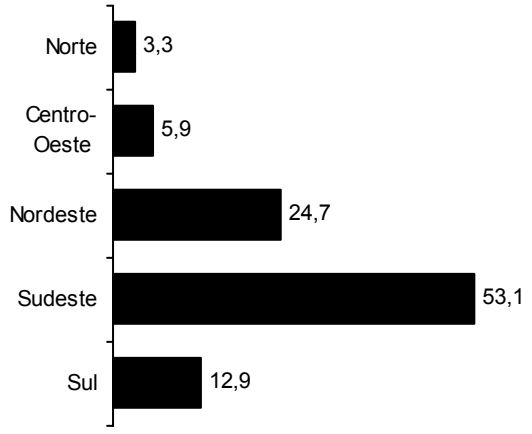
Perguntas: *p73 - Qual é o maior problema do Brasil hoje?; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*



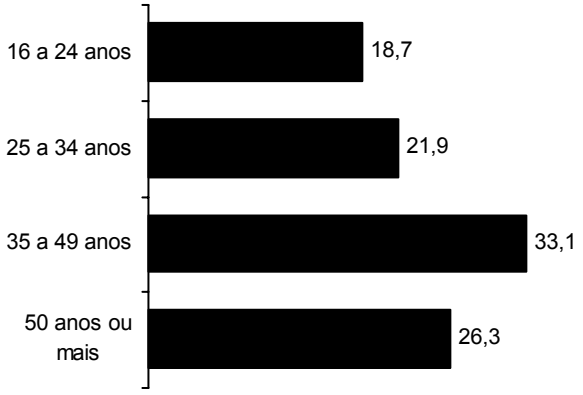
Fonte: *ESEB - 2002*

Perguntas: *p73 - Qual é o maior problema do Brasil hoje?; p175 - Qual é sua renda mensal?; p159 - Até que série o(a) Sr.(a) estudou?; p7 - Em quem o(a) Sr.(a) votou para presidente no primeiro turno, Lula, Ciro Gomes, José Serra ou Garotinho?*

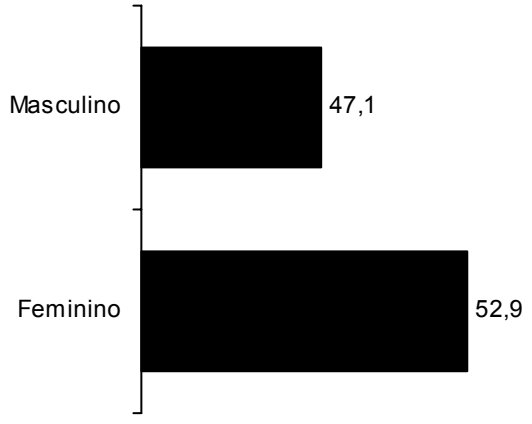
Distribuição dos entrevistados por Região



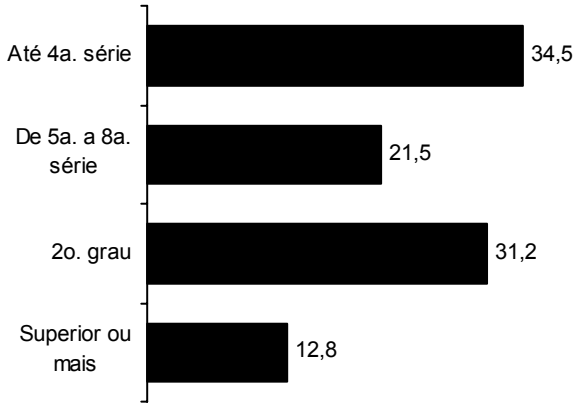
Por idade



Por sexo



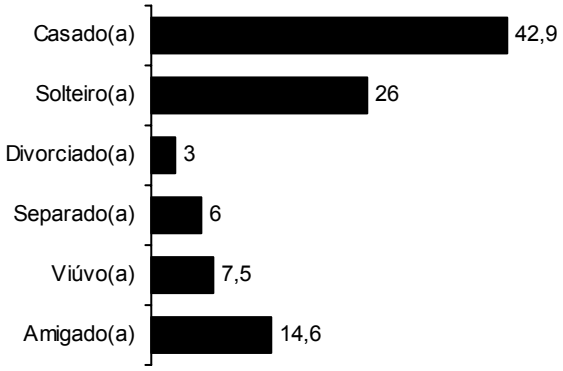
Por Escolaridade



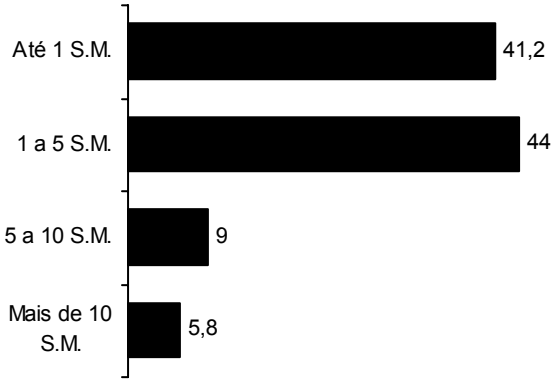
Fonte: *ESEB - 2002*

Perguntas: *Estrato – Região do país; p157 – Qual a sua idade?; p158 – Sexo do entrevistado; p159 – Até que série o(a) Sr.(a) estudou?*

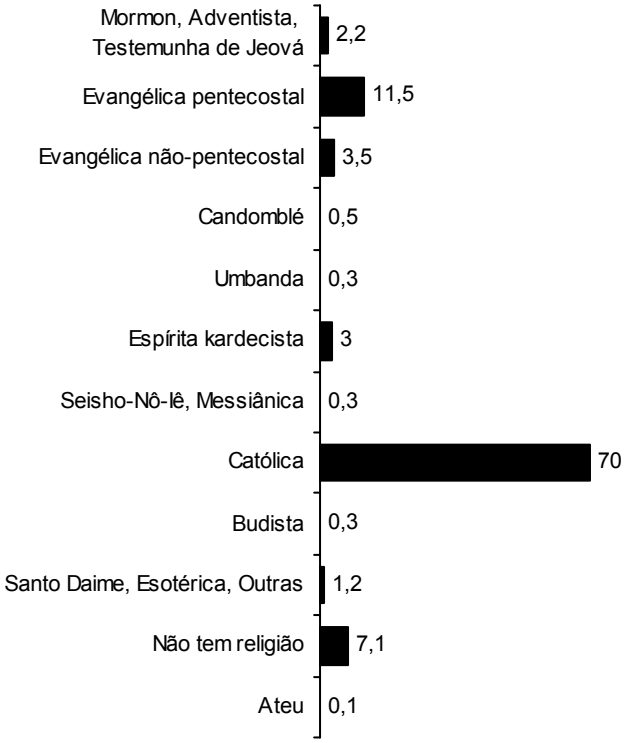
Estado civil



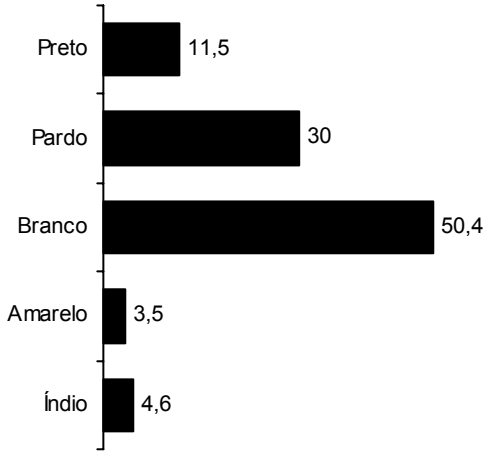
Por Renda



Religião



Cor ou Raça



Fonte: *ESEB - 2002*

Perguntas: *p169 – O(a) Sr.(a) é: 1) Casado(a), 6) Amigado(a) (casado na prática mas não no papel), 2) Solteiro(a), 3) Divorciado(a), 4) Separado(a) OU 5) Viúvo(a); p175 – Qual é a sua renda mensal?; p182 – Eu vou ler uma lista de religiões para que o(a) Sr.(a) indique qual delas é a sua; p189 – O IBGE – instituto que faz os censos no Brasil – usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça:*

FICHA TÉCNICA

Universo: população brasileira
Tamanho da amostra: 2.513 casos
A amostra do ESEB representa a população brasileira maior de 16 anos de idade. As características do plano amostral são:

- Probabilística sem substituição;
- Três (3) estágios de seleção:
  § Município (Unidade Primária de Amostragem),
  § Setor censitário (Unidade Secundária de Amostragem) e
  § Domicílio (Unidade Terciária de Amostragem)

Para o sorteio dos municípios foram consideradas a divisão político-administrativa das regiões do Brasil: Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Também foram consideradas as 27 capitais como auto-representativas.
Desse modo, o ESEB conta com 6 estratos geográficos:

- Região Norte;
- Região Centro-Oeste;
- Região Nordeste;
- Região Sudeste;
- Região Sul e
- As Capitais.

Margem de erro : 3 pontos percentuais
Intervalo confiança:95%
Entrevistas domiciliares
Data das entrevistas: período pós-eleitoral, entre 31 de outubro a 28 de dezembro de 2002

Coordenação:
Rachel Meneguello e Fernando Antônio Lourenço (CESOP e IFCH/UNICAMP)
Alberto Almeida e Zairo Cheibub (FGV-Opinião)

Financiamento:
CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) e
FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) *

**obs: ao contrário das demais unidades da federação, a amostra realizada no estado de São Paulo permite inferências específicas*

Identificação no Banco de Dados do CESOP: **CESOP-FGV/BR02.MAI-01838**

OPINIÃO PÚBLICA

2004 October Vol. X, nº2

ISSN 0104-6276

CONTENTS

	Pg.
Editor's Foreword	i
The Sources of Petismo *David Samuels*	221
Identity, oposition and pragmatism: strategic content of electoral decision in 13 election years *Elizabeth Balbachevsky* *Denilde Oliveira Holzhacker*	242
Associativism and electoral behavior in the 2002 election *Maria Teresa Miceli Kerbauy*	254
The Index of Participation and the role of education *José Paulo Martins Júnior* *Humberto Dantas*	268
Evangelics in Brazil. Socioeconomic aspects, ideological similarities and the determinants of electoral behavior *Simone R. Bohn*	288
Social Canservantism: Opinions and Attitudes in the 2002 election *Kátia Mika Nishimura*	339
The perceptions about Democracy, Citizenship and Rights *Denise Paiva* *Marta Rovery Souza* *Gustavo de Faria Lopes*	368
Notes about non-electoral participation in Northeast *Evelina Antunes F. de Oliveira*	377
TENDÊNCIAS *Data Report - Year 10, nº 2*	389

UNICAMP

OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol.X, nº 2 - p. 221-420
2004 October
ISSN 0104-6276

cesop

ISSN 0104-6276

UNICAMP

cesop